eHUMANIT@S

Revista Eletrônica das áreas Sociais e Humanas do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba (São Paulo)

ISSN 2527-1466

2019 - nº 6

2º Semestre

UniSALESIANO

REVISTA eHUMANIT@S

ISSN – 2527-1466

2019 - nº 6

2º Semestre

Apresentação

A revista eHumanitas tem por objetivo promover a publicação semestral de artigos originais em meio digital, tendo como finalidade contribuir cientificamente para as áreas Humanas e Sociais, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, abrangendo os trabalhos de pesquisas, iniciação cientifica, conclusão de curso e outros de natureza científica.

Corpo Editorial

Conselho Diretivo

Pe. Luigi Favero - Presidente

Prof. André Luis Ornellas - Vice-presidente

Profa. Fabiane Cristina Spironelli - Coordenadora da Revista

Conselho Editorial

Prof. Antônio Moreira

Profa. Claudia Lopes Ferreira

Prof. Fernando Savio Rodrigues dos Santos

Prof. Helton Laurindo Simoncelli

Prof. Jose Carlos Lorenzetti

Profa. Mirella Martins Justi

Conselho Consultivo

Profa. Cleide Henrique Avelino - Normas

Profa. Fabíola Aparecida Delben Costa - Normas

Prof. Jeferson da Silva Machado - Normas

Prof. João Geraldo Nunes Rubelo - Normas

Profa. Joicimar Cristina Cozza - Normas

Profa. Lilian Pacchioni P. de Souza – Língua Portuguesa

Profa. Patrícia Corassa – Língua Inglesa
Profa. Renata Jodas Tafner– Língua Portuguesa

Capa, Diagramação e Arte-Final
Prof. Maikon Luis Malaquias
MSMT UniSALESIANO Araçatuba
Rodovia Senador Teotônio Vilela, 3.821 - Jardim Alvorada – Araçatuba - SP - Brasil
(18) 3636-5252 - Fax (18) 3636-5274
E-mail: unisalesiano@unisalesiano.com.br
Site: www.unisalesiano.edu.br

Normas para publicação

A Revista eHumanitas aceita apenas artigos inéditos e exclusivos, que não tenham sido publicados e nem que venham a ser publicados em outro veículo.
A ordem em que aparecem os nomes dos autores poderá ser alfabética quando não houver prioridade de autoria, identificando autores, orientadores, professores de metodologia ou conclusão de curso. Havendo prioridade de autoria do artigo, a ordem de colocação dos nomes corresponderá ao primeiro nome sendo o autor principal, e os demais na ordem hierárquica de importância.

No caso de haver fotos de pessoas, os autores deverão providenciar documento de autorização, bem como respeitar a regra de desfocar a imagem – impossibilitando a identificação – do rosto quando se tratar de menores de 18 anos. (art. 5º, inciso X, da constituição federal de 1988).

Em caso de aceite do artigo para publicação, os autores deverão assinar o Termo de Aceite de Publicação, disponível no site da revista. Se o trabalho envolver pesquisa com seres humanos ou outros animais, deverá ser mencionado o número do processo de autorização pelo Comité de Ética em Pesquisa, humano (CEAA) e animal (CEUA (Comitê de Ética na Utilização de Animais)).

Os artigos deverão conter necessariamente entre 8 e 15 páginas contando com as referências. Para as normas de formatações gerais dos artigos, a revista eHumanitas terá como padrão as normas fundamentadas na ABNT

Contato

Postagem e endereço eletrônico. Os artigos originais devem ser encaminhados para o endereço eletrônico ehumanitas@unisalesiano.com.br

SUMÁRIO

Administração.....04

Análise do Perfil Empreendedor relacionado à trajetória de Steve Jobs
Franklin Pardini, Paulo Cesar Narciso, Marcos César Botaro e Cleide Henrique Avelino.....05

Branding como ferramenta de valorização da marca
Anderson Ribeiro dos Santos, Gabriel Vordin Poura, Silvio Mandarano Scarsiotta e Cleide henrique Avelino.....16

Desenvolvimento de estratégias e ações voltadas para o crescimento da empresa com ferramentas do Marketing Digital
Higor Henrique dos Santos Bearari, Kaique dos Santos Silveira, Silvio Mandarano Scarsiotta e Cleide Henrique Avelino.....30

Fatores que tornam o E-Commerce um dos mais importantes fenômenos da internet
Arthur Humberto Reis Codeco, Felipe Rodrigues dos Santos, Hercules Farnesi Cunha e Cleide Henrique Avelino 41

Fluxo de Caixa como ferramenta gerencial na administração financeira de Micro e Pequena Empresa
Jefferson Hamilton Bernardes, Gustavo Pereira Gomes, Fabiane Cristina Spironelli e Cleide Henrique Avelino 53

O papel do líder para desenvolver motivação na equipe que atua
Fernanda Batista Theodoro, Rafaella Squari Cavalcante, Luciana Passos Marcondes e Cleide Henrique Avelino 62

Ciências Contábeis 70

Análises das demonstrações contábeis para os investidores do grupo São Martinho
Analina Batista Balbino , Ester Rodrigues Valentim Figueiredo, Hemily Cunha da Silva, Antônio Moreira, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....71

Auditoria Interna no Sistema de Controladoria
Bibiana Aparecida da Silva Torrezan , Denise Damacena Ferreira Magro, Antonio Moreira, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....85

A reforma da contabilidade pública e os desafios para aplicação da NBC TSP 01 dentro do processo de convergência aos padrões internacionais
Carolaine Pereira Fiorotti , Suelen Reis Ratti , João Marcos Medeiros Scaramelli , Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli 97

Transparência Pública e Controle Social no Município de Bilac
Franciele dos Santos, Stephanie Naiele Aparecida dos Santos, João Marcos Scaramelli, Cleide Henrique Avelino, Fabiane Cristina Spironelli e Renata Jodas Tafner 109

Direito.....121

A Alienação Parental e a Responsabilidade Civil do Alienador
Jaqueline Ananias Espósito, João Francisco de Azevedo Barreto , João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli 122

A importância da mediação como intervenção necessária nos conflitos advindos da extinção do vínculo conjugal
Victor Siqueira Fiumari, Cibele Rodrigues, João Geraldo Nunes Rubelo, Helton Laurindo Simoncelli e Renata Jodas Tafner 137

A Impossibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva
Daniela Henrique do Valle, João Francisco de Azevedo Barretto, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelle.....151

A Ineficácia da Prisão Civil
Beatriz Pedroso Rodrigues , Cibele Rodrigues , João Geraldo Nunes Rubelo e
Helton Laurindo Simoncelli 166

Análise da equiparação do tráfico privilegiado a crime hediondo
João Pedro Rozalem de Jesus , Alessander Lopes Dias , João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli 177

Judicialização de políticas públicas: uma forma de efetivação ao acesso à saúde e sua função social na família
Gabriel Francisco Cabrera de Sá, Magaly Bruno Lopes, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli 192

Revisão Criminal: (In) possibilidade do Juízo Rescisório das Decisões do Tribunal do Júri
Kleiton Henrique Santana Rodrigues, Valéria Cristina de Oliveira, João Geraldo Nunes Rubelo e Helton Laurindo Simoncelli 206

Psicologia..... 221

A escola e as manifestações da sexualidade infantil
Aline Raquel de Jesus Lima, Bruna Rodrigues Aguiar e Ana Paula de Castro Freitas 222

A importância do brincar: compreendendo a implicação da tecnologia no desenvolvimento cognitivo e social na infância
Ana Flávia da Silva e Ana Paula de Castro Freitas 234

Invisibilidade social da mulher lésbica
Karoline Fernanda Eugelmi , Luana Russo Scardovelli e Joicimar Cristina Cozza 249

Lúdico e psicopedagogia: contribuições no processo de ensino aprendizagem
Cintia de Toro Sato e Heloisa Gouvêa Lazari 260

O estresse psicológico em relação ao sexo feminino e masculino no Brasil: uma revisão narrativa da literatura
Jéssica Moreira Fernandes, Joicimar Cristina Cozza Andrade Moraes, Letícia Aparecida de Souza Silva, Luana Pereira da Silva, Mirela Martines do Nascimento e Vivian Aline Preto .....
.....,.,,.....270

Processo Psicodiagnóstico Infantil na Clínica Escola: um estudo de caso
Ariadne Lopes de Souza , Leticia Teixeira Aizia e Ana Paula de Castro Freitas 285

Relação mãe e bebê no desenvolvimento infantil sob a perspectiva winnicotiana
Camila Marques Silva, Caroline Andrade Meira, Débora Regina da Costa, Ederson Ribeiro Costa e Joicimar Cristina Cozza 294

Sadomasoquismo: estudo sobre relação conjugal e o sofrimento da mulher
Adriana Martins Pereira, Bruna Constantino, Luana Costa Góes e Ana Paula de Castro Freitas 310

Transgêneros: Transcendendo o Mercado de Trabalho
Renan de Paula Spinelli, Joicimar Cristina Cozza, Ederson Ribeiro Costa e Mirella Martins Justi 322

Violência sexual intrafamiliar: impactos na saúde mental de adolescentes do gênero feminino
Geovanna Fiorentini Pero, Jaine Ferlete Souza, Tamires Bianca Minin Mota e Joicimar Cristina Cozza 335

Publicidade e Propaganda.....348

Projeto experimental de propaganda para a empresa Cine Movie Play
Ana Paula Bianco Gavioli, Bianca Madureira Gregolis, Jefferson José de Carvalho Ressude, Laine Cristina Alves da Silva, Uantelli Jean Moura Subires, Eliane Cintra Rodrigues Montresol e João Geraldo Nunes Rubelo 349

Serviço Social.....364

A influência do Serviço Social na Questão Ambiental
Cleusa de Oliveira Santos, Cláudia Lopes Ferreira e Cleide Henrique Avelino 365

Evolução dos Programas de Combate à pobreza pós-Constituição de 1988
Daniela Cintra, Tayna Loraine dos Santos Valentim, Graciela Aparecida Franco Ortiz e Cleide Henrique Avelino 377

ADMINISTRAÇÃO

Análise do Perfil Empreendedor relacionando à trajetória de Steves Jobs

Analysis of the entrepreneur profile relating the trajectory of Steves Jobs

Franklin Pardini[1]
Paulo Cesar Narciso[2]
Marcos César Bottaro[3]
Cleide Henrique Avelino[4]

RESUMO
O empreendedor tem uma visão de futuro diferenciada, capaz de enxergar oportunidades onde os outros veem somente dificuldades. O empreendedorismo é a transformação de um sonho em realidade. O empreendedor tem a sensibilidade de identificar em qualquer ambiente, oportunidades que levam a construir soluções que possibilitam a modificação ou a criação de ideias inovadoras, pois tem afinidades com o negócio em que trabalha e enxerga as possibilidades de crescimento. A pesquisa bibliográfica relacionou a trajetória de Steves Jobs, mostrando a importância do empreendedorismo na vida das pessoas, que tem o propósito de desenvolver um trabalho de sucesso, criando estratégias de crescimento e principalmente aguçar a capacidade da visão inovadora, pois a certeza do sucesso está na determinação e dedicação do empreendimento, por meio de um plano de negócios.
Palavras-Chaves: Empreendedor, Visão Inovadora, Sucesso, Plano de Negócio.

ABSTRACT
The entrepreneur has a differentiated vision of the future, capable of seeing opportunities where others see only difficulties. Entrepreneurship is the transformation of a dream into reality. The entrepreneur has the sensitivity of identifying in any environment, opportunities which lead to build solutions that enable the modification or creation of innovative ideas, because he has affinity with the business in which he works and sees the possibilities of growth. The bibliographic research relates Steve Jobs's trajectory, showing the importance of entrepreneurship in people's lives, which has the purpose of developing a successful work, creating strategies of growth and above all sharpening the capacity of an innovative vision, because the certainty of success is in the determination and dedication of the enterprise, through a business plan.
Keywords: Entrepreneur, Innovative Vision, Success, Business Plan.

Introdução

O tema abordado no presente artigo mostrou a importância do empreendedorismo no desenvolvimento das estratégias de negócios em uma empresa.

---

[1] Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.
[3] Administrador, Contador, Mestre em Ciências da Educação, Especialização em Gestão Contábil, Financeira e Auditoria; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.

Empreendedorismo é o processo de iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes. É um termo muito usado na atividade empresarial e muitas vezes está relacionado com a criação de empresas ou novos produtos, normalmente envolvendo inovações e riscos calculados.

O empreendedorismo está muito relacionado com questões relacionadas à inovação, que é criar algo dentro de um setor ou produzir algo novo, como por exemplo, inovações dentro de um setor já existente, ou seja, uma grande oportunidade para o crescimento e o desenvolvimento e planejamento financeiro do empreendimento em busca de alcançar os resultados positivos para o plano de negócio.

O empreendedorismo tem como objetivo mostrar a importância de como é ser um empreendedor, possibilitando que conhecimentos sejam adquiridos, durante todo processo de formação, pois é uma área em que desempenhada com planejamento, organização, estratégia, e visão de futuro, pode-se chegar ao sucesso, por meio de um plano de negócio. Proporciona o crescimento de qualquer empreendimento, e realizando todos objetivos pretendidos como empreendedor, tem-se a visão de aprimorar na execução do trabalho em benefício de todo empreendimento. É necessário o desenvolvimento de estratégias as quais fortalecem os negócios e criam oportunidades de crescimento.

O empreendedorismo torna-se objetivo de crescimento e ampliação do negócio porque em qualquer empreendimento existem situações de risco, como incertezas na realização do negócio, a localização certa, o público-alvo, fornecedores, o produto a ser desenvolvido para o mercado consumidor.

É importante cada vez mais adquirir conhecimentos sobre o que se pretende constituir e, dessa forma, buscar qualidade e eficiência, garantindo sucesso do negócio e aprimoramento de novas tecnologias.

Baseando-se no pressuposto teórico sobre empreendedorismo, foi possível compreender que, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, aprimora-se o talento e os diferenciais que levam o empreendedor a tornar-se apto a ter uma visão privilegiada capaz de encontrar oportunidades e aproveitá-las.

Foi elaborada uma pesquisa bibliográfica a qual teve como objetivo geral aprimorar os conhecimentos a respeito do empreendedorismo e como objetivos específicos apresentar as qualificações necessárias que compõem o perfil do

empreendedor; refletir sobre os conceitos atribuídos ao que realmente se compreende sobre empreendedorismo e o seu papel no contexto atual, apresentar a trajetória de Steves Jobs para se refletir sobre os aspectos relacionados aos fatores que incentivam o empreendedor visionário a conquistar o sucesso.

Empreendedorismo

Para que se possa ter sucesso como empreendedor é necessário uma visão inovadora de futuro, pois é através das oportunidades que se possibilita a criação do negócio como empreendedor.

O empreendedor precisa saber definir seu negócio, conhecer profundamente o cliente e suas necessidades, definir a missão, visão, valores para o empreendimento e estabelecer objetivos e estratégias de negócios, podendo, dessa forma, definir metas de crescimento econômico. Importante pontuar que o verdadeiro empreendedor, por meio de suas habilidades, busca oportunidades e motiva seus colaboradores.

Fazer as coisas acontecerem, é um dos principais requisitos para ser um empreendedor, pois o indivíduo com este perfil, normalmente, se mostra dotado de sensibilidade para os negócios, ou seja, transforma ideias em realidade tornando seu empreendimento um sucesso. (DOLABELA, 2008)

A ideia do negócio do empreendedorismo deve ser constituída com apoio de inovação tecnológica, pois também é importante o registro de marcas ou patentes para preservação dos direitos. (DOLABELA, 2008)

O empreendedor precisa estar à frente do negócio e da operação, a fim de garantir o controle total da empresa, em razão disso, evita resultados negativos que possam acontecer, reconhece oportunidades certas e traça o caminho certo no gerenciamento das operações, com segurança e competência, determinando os pontos fortes e os pontos fracos da empresa.

> *Pode-se dizer que os empreendedores dividem-se igualmente em dois times: aqueles para os quais o sucesso é definido pela sociedade e aqueles que têm uma noção interna de sucesso.* (DOLABELA, 2008, p. 42)

Encontrar as oportunidades é muito importante para o desenvolvimento de todo processo de produção, para o qual o empreendedor possa estar pronto para todo e qualquer desafio ou situação que vier a ocorrer no mercado de trabalho, pois

precisa estar preparado para todas as dificuldades que possa encontrar no caminho.

Não basta buscar oportunidade se o empreendedor não se aprofundar nas tomadas de decisões, pois não adianta estabelecer metas e objetivos se o empreendedor não for perseverante em suas conquistas, na administração correta dos recursos financeiros, na determinação das prioridades que precisam ser estabelecidas em total benefício do empreendimento. (DOLABELA, 2008)

A Evolução do Empreendedor

Ao se definir os conceitos de empreendedor e empreendedorismo, considera-se simplista a definição deste como somente a criação de um negócio próprio, ou qualificar empreendedor atribuindo-lhe um ou outro adjetivo ao seu perfil, pois, é um desafio importante compreender estes termos diante das variedades de pontos de vista sobre o tema decorrente da grande importância na vida de quem quer ser um empreendedor ou empreender em um negócio próprio. Este trabalho, portanto, expõe alguns dos diferentes conceitos existentes sobre o tema.

Todo o estudo referente ao tema empreendedorismo destaca a relevância da identificação deste fator em qualquer na área de trabalho e evidencia o quão é interessante este tema em diferentes áreas do conhecimento.

O interesse pelo empreendedorismo vem dos fatos relacionados aos riscos, incertezas, mudanças e inovações, pois esses fatores são a razão do que tornará o ramo do negócio um sucesso garantido.

É preciso que se tenham informações seguras e confiáveis para que o empreendedor possa ser bem-sucedido naquilo que esteja investindo. Esta talvez seja a principal razão para o negócio ter a vantagem competitiva entre outras empresas no mesmo ramo do negócio.

O empreendedorismo além de ser considerado um fator do desenvolvimento econômico, passou também a ser associado à inovação, que por sua vez é totalmente diferente em organização de negócio, e sendo inovador é importante destacar a criatividade naquilo que se desenvolve com qualidade e eficiência. O empreendedor inovador transforma invenções em ideias trazendo benefícios ao negócio, pois através de uma ótima ideia, é que se garante o sucesso naquilo que se desenvolve.

O empreendedor é uma pessoa que assume riscos e tem incertezas, organiza e coordena os fatores que envolve o negócio, e por ter uma visão de um inovador,

possibilita criar estratégias consideráveis para o negócio, ou seja, algo que possa atingir metas. (CHIAVENATO, 2007)

O tema empreendedorismo começa a se afastar das pesquisas sobre modelos econômicos e passa a inserir-se no campo de interesses das ciências sociais, com contribuições em várias áreas de conhecimento, devido a importância da participação social ou coletiva de trabalho do empreendedor frente a representação tradicional, a qual o define como aquele que inova e que tem habilidade de antecipar desafios e situações de riscos.

Os sucessos que os Empreendedores conquistam

Os empreendedores têm objetivos a alcançar, dessa maneira, enxergam as oportunidades positivas para o desenvolvimento do negócio e criam estratégias que irão favorecer o empreendimento. A maioria das pessoas interpreta o medo como um obstáculo, devido à insegurança em desenvolver o próprio plano de negócio, perfil este que nada te a ver com as características do verdadeiro empreendedor, pois este vê o medo com um sinal daquilo que realmente precisa ser vencido. (DOLABELA, 2008). Em decorrência disso, cria oportunidades como: resistência, capacidade de resolver problemas e definir a própria autoconfiança em desenvolver o negócio que o ajudará a chegar ao objetivo desejado, com um nível de qualidade maior.

> *O empreendedor acredita que pode convencer as pessoas a realizar o sonho dele. Ele tem a capacidade de colocar o destino a seu favor, a certeza de fazer diferença no mundo.* (DOLABELA, 2008, p. 41)

Os empreendedores de sucesso estão comprometidos em fazer seus sonhos se tornarem realidade, pois afastam qualquer possibilidade de voltarem atrás naquilo que já esteja sendo desenvolvido com qualidade e dedicação; estabelecem seus limites, expressam as próprias necessidades, sem medo ou culpa e preparam-se para conquistar o mercado de trabalho no ramo de atividade escolhido.

O segredo é que, empreendedores de sucesso esperam o melhor, mesmo não conseguindo obter o devido sucesso, não desistem, pois a razão de estar em um ramo de negócio é enfrentar todos os problemas com determinação.

Assim, tomar as decisões a partir de um ponto de vista que queira manter, ao

invés de um ponto de vista que pensem ter, isto lhes dá a liberdade de criar seus próprios destinos.

Portanto empreendedores de sucesso entendem claramente que cada vez que se sentem prontos para ir atrás de seus sonhos, criam suas próprias decisões, suas estratégias de trabalho e desenvolvimento do negócio.

> *Seja um eterno questionador daquilo faz. Nunca considere o que produz perfeito e acabado. Pense sempre em melhorar, criar e inovar continuamente;* (CHIAVENATO, 2007, p. 60)

Os empreendedores que são bem sucedidos sabem manter o controle da situação, nunca fazem algo que irá comprometer seus negócios, e sempre desenvolvem ideias a partir das necessidades que veem no mundo ao seu redor.

Empreendedores que conseguem planejar, pensar perspectivas futuras e executar suas ideias, sentem-se seguros mesmo com a incerteza do negócio, e têm habilidades para trabalhar sem correr riscos, até mesmo sobre situações de grandes problemas.

Os riscos e perigos que os Empreendedores enfrentam

O empreendedorismo é um negócio que necessita da certeza do que se pretende desenvolver, pois existe muita competitividade no mercado de trabalho e em razão disso, atrapalha o próprio negócio.

O estabelecimento de estratégias pode garantir resultados positivos para o empreendimento.

Para que o empreendimento seja executado com a máxima eficiência é necessário ter uma visão inovadora sobre o que seja um empreendedor, considerando que este seja criativo e tenha conhecimento na área onde irá desenvolver o ramo de atividade, e principalmente a experiência no negócio.

Os riscos são inerentes a qualquer empreendimento, pois refere- se a um negócio de atividade, que, inicialmente, é sempre incerto, em termos de retornos financeiros. Deixar um trabalho remunerado para iniciar um negócio próprio é um risco, que por sua vez requer uma relevante quantidade de capital para realização do negócio.

> *O empreendedor deve ter alto comprometimento com o ambiente, em todos os seus aspectos: cidadania, ética, economia, justiça social, ecologia. Fortalecendo e preservando o meio ambiente, contribuindo para a economia, ele estará criando melhores condições para seu desenvolvimento como cidadão e empreendedor.* (DOLABELA, 1999, p. 207)

A melhor forma de diminuir esses riscos é ter uma capacitação em dirigir o negócio e saber inovar, estabelecendo estratégias de segurança financeira no empreendimento, e assim, garantir que tudo está funcionando sem problemas e todos os clientes satisfeitos com os produtos. (DOLABELA, 1999)

Os Planos de Negócio desenvolvidos pelos Empreendedores

Para o empreendedor é necessário levar em consideração alguns aspectos como: ter uma visão futurista, a qual possibilita criar etapas para a elaboração do negócio e saber quem são seus clientes, seus concorrentes e fornecedores, além de estabelecer quais são os produtos ou serviços que irá oferecer e buscar informações sobre quem é esse cliente. Assim, saber quem é o público consumidor é muito importante para o estabelecimento do posicionamento do produto. (DOLABELA, 2008)

O plano de negócio tem sua importância para definir o andamento do empreendimento e as estratégias estabelecidas nele, precisam ser elaboradas a fim de atingir os objetivos, estabelecendo as tomadas de decisões no tempo certo.

> *Com um bom Plano de Negócios e capacidade de buscar recursos, fica mais fácil de conseguir dinheiro. Se existir talento, o dinheiro virá. Nem sempre o empreendedor que tem dinheiro vai ter sucesso. O dinheiro é um dos ingredientes menos importantes. O dinheiro é para o empreendedor o que o pincel e a tinta são para o pintor: ferramentas inertes que, nas mãos certas, podem criar maravilhas. Mesmo depois de ter feito alguns milhões de dólares, o verdadeiro empreendedor irá trabalhar incessantemente em uma nova visão para construir outra empresa.* (DOLABELA, 2008, p. 73)

O Plano de Negócio que não desenvolve estratégias corre o risco de fracassar, pois é necessário que se tenha uma visão inovadora daquilo que se pretende investir no negócio.

Criar ideias inovadoras e principalmente ter o conhecimento no ramo do negócio, a fim de atingir resultados positivos para o empreendimento e garantir o desenvolvimento financeiro e as metas a serem cumpridas é fundamental para o empreendedor.

Portanto, a garantia de sucesso em um Plano de Negócio, é desenvolver

estratégias para o empreendimento, planejar a longo prazo e principalmente estabelecer os recursos financeiros de forma adequada sem comprometer o sucesso do empreendimento. (DOLABELA, 2008)

Estilos dos Perfis dos Empreendedores

No mundo do empreendedorismo existem vários perfis de empreendedores, cada um com uma visão diferente, personalidades e habilidades diversas, pois empreendedores buscam ideias e criam estratégias para melhor desenvolver planos de negócios. (CHIAVENATO, 2007)

Os diferentes perfis de empreendedores ocorrem pelas variadas formas de agir, os níveis de formação e estilos que cada um se desenvolve, criando a possibilidade de liderar em razão do empreendimento.

> *A habilidade principal requerida do empreendedor não é a do visionário nem a do planejador, mas, sim, a do agenciador, do coordenador e do negociador de cooperação e colaboração* (CHIAVENATO, 2007, p. 21)

Tomar decisões certas, aprimorar em criatividades, que possam desenvolver a capacidade de organização e gerenciamento do negócio, é fundamental para evoluir no empreendimento e garantir a posição no mercado de trabalho.

Portanto, a garantia de sucesso está na melhor escolha do produto, e nas tomadas de decisões para que o empreendimento torne-se um investimento garantido.

A principal característica do empreendedor é ter o perfil inovador e criativo, pois precisa saber inovar diante de situações de risco que comprometem qualquer negócio, uma vez que suas habilidades são importantes para que o desenvolvimento do negócio atinja ótimos resultados.

Ótimas ideias garantem o sucesso do empreendimento e estabelecem a autoconfiança para desenvolver as características inovadoras em benefício do negócio, embora o que mais importa é buscar a atividade onde tem o interesse em exercê-la, e descobrir os pontos fortes e os pontos fracos, em busca da realização de sucesso no ramo do negócio escolhido. (CHIAVENATO, 2007)

Além da liderança, o empreendedor tem a vontade de buscar novos desafios para desenvolver ideias, pois é necessário que se tenha responsabilidade para estabelecer metas, resultados no plano de negócio.

Estudo de Caso

Foi realizado um estudo de caso analisando o perfil de Steve Jobs, destacando a sua impressionante capacidade de saber inovar e construir seus próprios desejos, e também conseguir elaborar estratégias com precisão e determinação, traçando todos objetivos com a máxima segurança, capaz de enxergar o risco com mais facilidade, de maneira que sua personalidade forte refletia-se nos produtos que criou com dedicação. (ISAACSON, 2011)

Com base em todo seu conhecimento e experiência, Steve Jobs tornou-se conhecido pelo mundo todo.

Criou vários produtos com dedicação, e se destacou em razão da experiência com a empresa Apple.

Através de sua personalidade, seu perfeccionismo, seus desejos e principalmente seu talento, permitia assumir todo controle de tudo que estava ligado com seu jeito de fazer negócios e com os produtos inovadores resultantes de toda sua capacidade de evolução.

> *Aprendi algumas coisas pelo caminho. Então, poucos minutos depois, repetiu, como para convencer Bowers e a si mesmo: Aprendi algumas coisas. Realmente aprendi* (JOBS, 2011, *apud* ISAACSON 2011, p. 554)

A busca pela perfeição o levou á considerar que deveria ter a máxima qualidade e eficiência em desenvolver seus produtos, para o mundo todo.

Apesar de Steve Jobs ter um temperamento enérgico tanto na gestão da sua marca Apple como no relacionamento com pessoas, tinha muitas ideias e projetos que desenvolveu na área tecnológica e, em paralelo, dedicou-se também à indústria de livros didáticos, para incentivar alunos a estudar, pois toda sua habilidade e experiência tornava-o uma pessoa importante pelo jeito simples de ser, e pela forma de conquistar seus objetivos, determinando metas a serem cumpridas, diante das dificuldades que poderiam surgir, mas com determinação sempre eram vencidas.

A trajetória de Steve Jobs é um incentivo para qualquer empreendedor que pretende conquistar o sucesso em seu empreendimento, pela sua capacidade de desenvolver estratégias, atingindo os objetivos para que o negócio cresça e se destaque para o sucesso.

Sempre estava pronto para resolver qualquer tipo de problema, pois suas ideias inovadoras tornavam as situações mais favoráveis em benéfico do empreendimento.

Portanto, as características de um empreendedor estão relacionadas à atribuição de valor aos produtos que são criados com muita perfeição e qualidade, assim toda pessoa que pretende ser empreendedora de sucesso, pode se espelhar na trajetória de Steve Jobs, pois conseguirá atingir todos objetivos e principalmente ser um empreendedor de sucesso.

Conclusão

Conclui-se que, para quem pretende seguir profissionalmente como empreendedor, é importante arquitetar um plano de negócio para buscar resultados positivos e obter sucesso no empreendimento, e, dessa maneira, destacar-se no mercado competitivo.

Tornar-se um empreendedor de sucesso é um desafio em razão de vários obstáculos que eventualmente possam aparecer, situações de risco que poderão comprometer o empreendimento, porém é necessário ter a capacidade de enxergar estratégias de segurança e estabelecer tomadas de decisões certas e eficazes, para que os resultados sejam positivos.

Sendo assim, os objetivos da pesquisa foram devidamente alcançados, pois apresentou-se o conceito de empreendedorismo, avaliando o perfil que deve ser atribuído a todo empreendedor, associando-o a trajetória de um dos mais importantes empreendedores do mundo, Esteves Jobs.

O Pressuposto Teórico foi confirmado, o qual define que o empreendedorismo é o caminho para qualquer pessoa que queira se desenvolver como empreendedor, criar habilidades para administrar seu negócio, aprimorando em estratégias de crescimento e principalmente capaz de enxergar o risco em seu empreendimento.

Analisando o conceito de empreendedorismo, é essencial acreditar que a razão que leva um empreendedor ao sucesso, é ser capaz de enxergar as oportunidades que são impostas, estabelecer uma visão de futuro para que se desenvolvam habilidades em benefício do empreendimento, pois com dedicação se tornará um sucesso.

Demonstrando o perfil de Steve Jobs, verificou-se a impressionante capacidade de saber inovar e construir seus próprios desejos, e também conseguir elaborar estratégias com precisão e determinação, traçando objetivos com a máxima segurança, capaz de enxergar os riscos com mais facilidade, pois sua personalidade forte se reflete nos produtos que criou com dedicação.

Referências Bibliográficas

CHIAVENATO, Idalberto**. Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DOLABELA, Fernando. **O ensino de empreendedorismo:** Panorama brasileiro: Um projeto para o Brasil, Conferência proferida no Seminário; A Universidade Formando Empreendedores. Brasília, 27 de maio de 1999.

_____. **Empreendedorismo:** Transformando Ideias em Negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

ISAACSON, Walter. **Steve Jobs:** a biografia. Tradução de Berilo Vargas, Denise Bottmann, Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Branding como ferramenta de valorização da marca

Branding as a brand enhancement tool

Anderson Ribeiro dos Santos[1]
Gabriel Bordin Poura[2]
Silvio Mandarano Scarsiotta[3]
Cleide Henrique Avelino[4]

RESUMO

Branding influencia a forma de agir da empresa, pois o intuito é atingir um novo público alvo ou aumentar a abrangência do mercado consumidor existente. Essa técnica é utilizada quando empresas querem tornar suas marcas mais evidentes e agregar valor a seus produtos. Em muitos casos vincula-se um produto a uma celebridade para que quando as pessoas se lembrem dela, automaticamente, recordem dos produtos oferecidos. Para que a empresa consiga implantar de forma correta o B*randing* é necessário que siga onze etapas básicas definidas por Wally Olins, pois elas mostrarão onde a empresa deve focar seus esforços e identificar pontos fortes nos quais possa se apoiar e construir um plano de implantação de B*randing* bem sólido.
Palavras chave: *Branding,* consumidor, empresa, mercado.

ABSTRACT

This study has the purpose of showing how branding influences the company`s way of acting, in order to reach a new target audience, or increase the reach of the existing consumer Market. This technique is common used when campanies want to make their brands more evidente and add value to their products. In many cases, a product is linked to a celebrity or media influencer, so that when people recognize the person in evidence, they automatically will remember the products offered. In order to a company to successfully implement branding, it is necessary to follow eleven basic steps, defined by Wally Olins, as they will show the main goals and where the company should focus its efforts, and identify strengths in which it could support and build a very solid branding deployment plan.
Word keys: branding, costumer, company, market.

Introdução

Marketing é um processo social pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas passam quando desejam obter aquilo que necessitam ou desejam, podendo comparar os preços em diferentes lojas. Do ponto de vista administrativo o *Marketing* é a arte de vender produtos, porém esta visão é, de certa forma, errada,

[1] Acadêmico do 8° termo do curso de Administração no Centro Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba
[2] Acadêmico do 8° termo do curso de Administração no Centro Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba
[3] Administrador; Mestre em Administração de Empresas; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contadora; Especialização em Contabilidade; Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

pois ele não tem apenas esse objetivo porque envolve uma gama muito grande de ferramentas, dentre elas destaca-se a técnica de *Branding*.

Branding trabalha a valorização do nome da empresa, marca, e isso pode agregar muito mais valor do que bens materiais como veículos, estoque, imóveis terrenos e a carteira de clientes.

Existem várias formas ou ferramentas de utilização de *Branding*, porém, nesta pesquisa foram mostradas, de maneira sucinta, duas ferramentas que mais se adequam aos objetivos deste artigo: *Branding* como ferramenta de valorização da marca; *Branding* como ferramenta de *marketing* digital, que, utilizadas corretamente, promovem uma melhor compreensão do assunto.

O objetivo geral do artigo foi pesquisar B*randing* como ferramenta de valorização da marca. E os objetivos específicos são os de analisar a influência desta ferramenta no processo de valorização da marca bem como, por meio de estudo bibliográfico, demonstrar a percepção do consumidor em relação ao B*randing*.

O pressuposto teórico apresentado diz respeito ao B*randing* ser: um condutor de valorização da marca, operacionalizando potencialmente os pontos positivos de cada processo de maximização das lembranças da marca no processo de tomada de decisão.

De acordo com as pesquisas realizadas e após realizar a elaboração deste artigo pode-se dizer que *Branding* é uma ferramenta extremamente importante para qualquer empresa independente de seu porte ou ramo de atividade.

Marketing

Marketing é a ciência e a arte de explorar, criar e entregar valor para satisfazer as necessidades de um mercado, tendo como alvo o lucro. O *Marketing* identifica necessidades e desejos não realizados. Ele define, mede e quantifica o tamanho do mercado identificando e mostrando qual seu potencial de lucro. (KOTLER; KELLER, 2008)

Ele é um processo social pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas passam quando desejam obter aquilo que necessitam ou desejam, podendo comparar os preços em diferentes lojas por meio dessa ferramenta. Do ponto de vista administrativo o *Marketing* é a arte de vender produtos porem esta visão está,

de certa forma, errada pois ele não tem apenas esse objetivo. Conforme Drucker (1973, *apud* KOTLER; KELLER, 2008, p. 59),

> P*ode-se presumir que sempre haverá necessidade de algum esforço de vendas, mas o objetivo do marketing é tornar a venda supérflua. A meta é conhecer e compreender tão bem o cliente que o produto ou o serviço se adapte a ele e se venda por si só. O ideal é que o marketing deixe o cliente pronto para comprar. A partir daí, basta tornar o produto ou serviço disponível.*

Uma das ferramentas de *Marketing* mais utilizadas nas empresas é chamada de *Mix* de *Marketing*, mas em determinado momento McCarthy (1996, *apud* KOTLER; KELLER, 2008), classificou essas ferramentas em 4 grandes grupos chamados de 4 P´s, que são eles: produto, preço, praça e promoção.

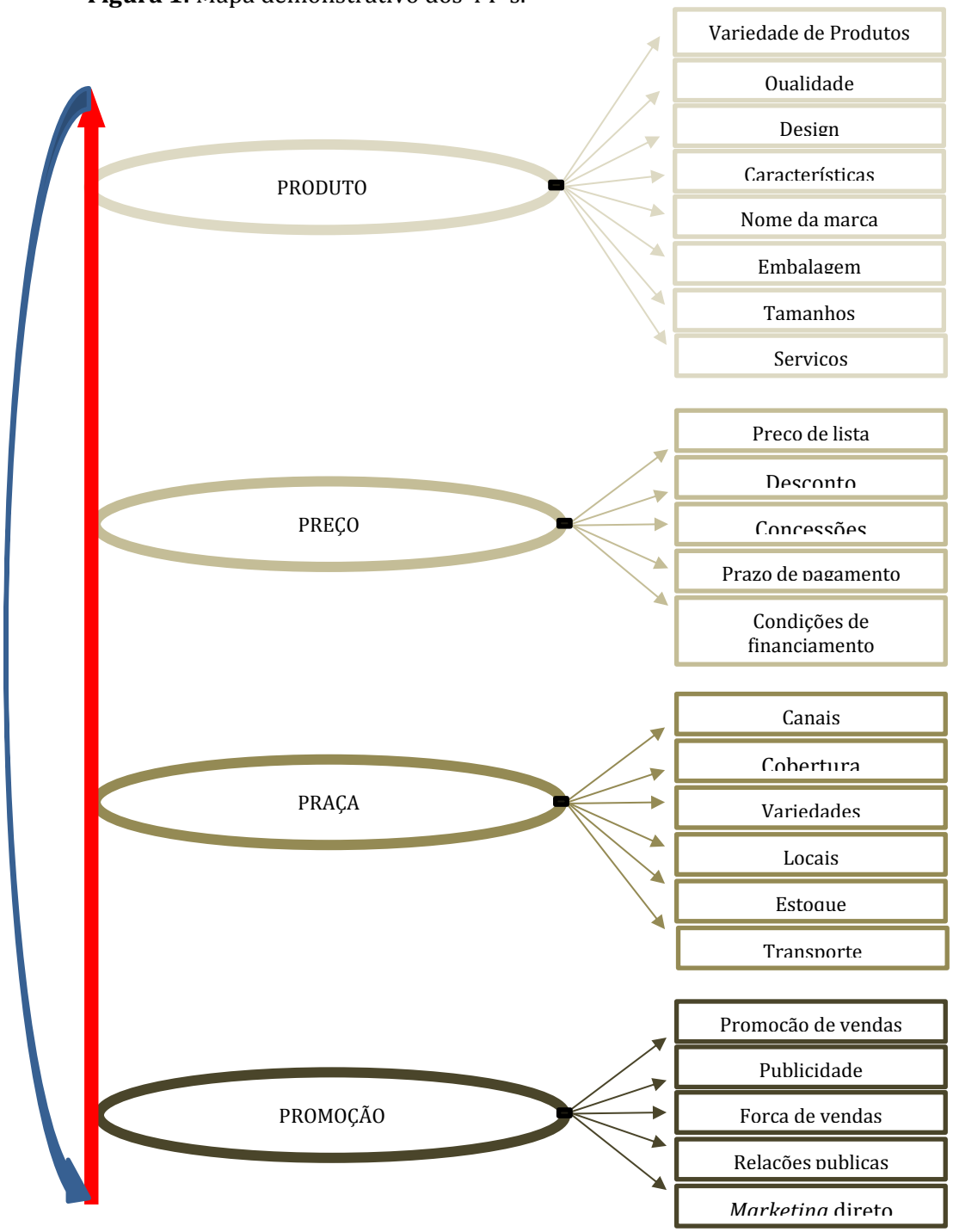
Esses quatro grupos são, segundo McCarthy (1996), os pilares para o desenvolvimento do *Marketing* empresarial. Para que esses apresentem os resultados esperados não se deve ignorar nenhum desses pontos, pois, um está ligado e dependente do outro. Para analisar esses pontos, não necessariamente, deve-se seguir a ordem em que foram apresentados acima, devido ao fato de estarem interligados e, qualquer um dos pontos a serem atacados, influenciará e fará com que seja necessário estudar o ponto subsequente, fazendo com que no final acabe por ter em mãos um estudo completo do *mix* de *marketing*. Cada caso é um caso e deve ser estudado de acordo com as necessidades ou preocupações da empresa.

Kotler; Keller (2008, p. 60) definem o mix de *marketing*,

> *São ferramentas utilizadas pelos administradores de marketing para satisfazer as necessidades e desejos dos clientes, bem como auxiliar a empresa alcançar os seus objetivos estabelecidos.*

Os 4 P´s estão intimamente interligados e dependentes entre si de forma a se complementarem. Pode-se notar na figura a seguir que é necessário atentar-se a todos os pontos chave do *marketing*, pois esses pontos são como elos de uma corrente e quanto mais forte cada elo mais duradouro e eficaz será seu plano de ação.

Figura 1: Mapa demonstrativo dos 4 P´s.



Fonte: McCarthy (1996)

Branding

Branding é utilizada pelas organizações para persuadir os clientes de fora a comprar e persuadir os de dentro a acreditar, de forma que seu sucesso ocorrerá se for feito um planejamento e em seguida a execução de cada etapa do plano de ação

assim como nos mostra o autor, ele fala sobre marca e a construção da ferramenta B*randing* que é entender que o design estratégico faz parte da identidade corporativa.

Conforme Nascimento; Lauterborn (2005), B*randing* trabalha em paralelo ao *marketing*, mas com foco em agregar valor à marca da empresa independentemente do ramo de atividade, é importante lembrar que qualquer empresa tem um determinado valor referente aos seus bens e patrimônios.

Branding trabalha a valorização do nome da empresa, marca, e isso pode agregar muito mais valor do que bens matérias como veículos, estoque, imóveis terrenos e a carteira de cliente. O trabalho de B*randing* pode multiplicar o valor da empresa em até 10 vezes, sendo assim as empresas tem a oportunidade de se tornar uma referência em seu ramo de atuação. (NASCIMENTO; LAUTERBORN, 2005)

Onze etapas básicas da construção da ferramenta B*randing*

Para uma empresa realizar a construção, implantação e gerenciamento de um B*randing* de sucesso é imprescindível seguir onze etapas ditas como básicas para isto. Inicialmente deve- se analisar os quatro vetores da empresa: 1) estudo e entendimento do produto; 2) qual o ambiente que se vende o produto; 3) o modo como a publicidade/comunicação é feita aos consumidores; 4) o comportamento dos gestores da marca/empresa.

A arquitetura da marca se vê estruturada de três formas. Sendo a primeira corporativa, onde o nome e o *design* gráfico, juntos, descrevem o segmento e a atuação da empresa; a segunda validada ou *endorsed* quando uma empresa possui diferentes marcas, cada qual com a sua própria identidade; a terceira individualizada ou B*randed,* onde existe uma corporação gestora que distribui cada marca diferente, a qual possui segmentação própria ao seu determinado consumidor. Já as marcas podem ser inventadas e reinventadas**,** a primeira opção se dá quando uma marca é inserida a um mercado, ou seja, quando é novidade. O processo de reinventá-la faz parte da estrutura, da cultura e da reputação já existentes. O que difere muito uma empresa de outra é a qualidade dos produtos ou serviços e sua divulgação que deve especificar a sua qualidade, seja ela maior que a dos concorrentes ou com o valor mais competitivo do mercado. Deve-se ser claro sobre este quesito.

A empresa deve ver o que está dentro e o que está fora da empresa, talvez esta seja a premissa da ferramenta B*randing*. A marca tem duas funções primordiais: convencer quem está fora a comprar e persuadir quem faz parte dela a crer no seu ideal. Para que isso ocorra deve existir uma diferenciação, pois, tudo é uma questão de atribuir um novo olhar a um produto ou serviço. Se a marca tiver sucesso em realizar uma releitura a algo comum ou transformar um simples objeto em desejo de consumo, a marca possui um diferencial e uma identidade própria.

Outro aspecto importante é sair do óbvio ou romper com o padrão uma vez que, para que se possa sair na frente da concorrência, às vezes é necessário romper as convenções pré-estabelecidas e anunciar algo revolucionário e novo. Porém, deve-se lembrar da necessidade de realizar pesquisas para reduzir o risco fazendo uma análise do mercado, mensurando dados, coletando informações sobre o público, seu segmento e as tendências, além de outros dados úteis, que servem como base e de ferramenta para diminuir os riscos e ser mais assertivo nas ações do planejamento. Após essas etapas é necessário formular uma promoção, pois de nada adianta pesquisar, planejar e desenvolver um produto ou marca se esta não for bem divulgada ao seu público de interesse. A publicidade e a comunicação são fundamentais neste processo.

Para que haja uma perfeita gestão deste tópico é necessário conhecer o potencial do mercado de atuação do produto, a sua capacidade de produção e, principalmente, a melhor logística para abastecer os Pontos de Venda e disponibilizar o produto na gôndola, ao passo que toda a comunicação é direcionada aos canais a fim de impactar o consumidor e realizar a conversão do produto. Coerência e clareza são também pontos chaves para a marca que deve externar e reforçar a confiança, além de estar baseada na coerência de sua missão, na sua imagem, posicionamento, segmentação, público-alvo, enfim, deve manter uma unidade consistente de acordo com a cultura divulgada e estampada em seu *slogan*.

Principais formas de utilização do B*randing*

Existem várias formas ou ferramentas de utilização da ferramenta B*randing*, e neste artigo serão mostradas duas ferramentas que mais se adequam à pesquisa: *Branding* como ferramenta de valorização da marca; *Branding* como ferramenta de *marketing* digital.

***Branding* como ferramenta de valorização da marca**

Esta ferramenta é muito utilizada da empresa porque é responsável por agregar valor à marca e aumentar seu preço de venda. Comumente ela é chamada de B*randing Equity.* De acordo com Aaker (1998), B*randing* E*quity* é baseada em um conjunto de ativos e passivos ligados à marca e que são característicos a cada contexto no qual estão inseridos.

De acordo com Aaeker (1998) lealdade à marca é o ponto chave e que mais tem capacidade de agregar valor à marca de diversas formas, dentre elas se destacam:

a) a redução dos custos com *marketing*, no qual um grupo leal de consumidores divulga a marca sem a necessidade de remuneração alguma, compartilhando suas experiências proporcionadas pela marca ou então a qualidade do produto e a forma como este solucionou algum problema que tinha antes de sua aquisição, desta forma esse grupo leal consegue conquistar e aumentar um novo grupo de potenciais clientes aumentando assim as vendas e o lucro da empresa;

b) alavancagem comercial devido ao fato de que muitos canais de distribuição preferem, em muitos casos, comercializar um produto que possui um público leal pela certeza de saber que este produto será vendido assim que estiver disponível, isso faz com que as empresas tenham uma facilidade maior para distribuir seus produtos por todo estado ou país que atuam;

c) atração de novos consumidores por conta da disseminação das experiências dos clientes leais o que proporciona um certo conforto para o novo cliente simplesmente por saber que este produto foi utilizado por outra pessoa e a forma como este resolveu o problema para qual ele foi adquirido;

d) tempo maior para resposta aos concorrentes pois os consumidores leias resistirão por mais tempo aos apelos dos concorrentes o que proporciona a empresa um tempo maior de resposta à empresa concorrente.

O autor considera que [...] *é difícil livrar-se de consumidores, de fazê-los mudar para um concorrente.* (AAKER, 1998, p. 51). Tal fato ocorre, pois, a mudança de uma marca para a outra requer um esforço por parte do consumidor e um certo receio por não saber se aquele produto irá o agradar da mesma forma que o que ele está

acostumado a usar corriqueiramente. Assim, pode-se considerar que existe uma comodidade e inércia na escolha do consumidor, privilegiando o que já lhe é familiar, confortável e garantido.

Outro fator importante destacado por Aaker (1998) é a questão da qualidade percebida pelo cliente, que se resume no fato do cliente ter a percepção de que a marca consumida tem qualidade superior ao do concorrente tornando-se fiel a ela, por conta disso. Vale notar que este fator está ligado com o anterior, pois, a partir do momento que o cliente sente que o produto que usa é superior a outro, ele defende-o e passa a disseminar seu ponto de vista positivo sobre o produto ajudando à marca a conseguir mais clientes. Segundo Aaker (1998) este fator agrega valor à marca de diversas formas, dentre elas são destacadas:

a) razão de compra: pode-se notar que quando o consumidor vai as compras há uma tendência em escolher marcas previamente selecionadas por já saber que o produto é melhor que o outro ou por já ter usado e tido boas experiências com ele. É muito difícil ver um consumidor fiel a uma marca comprar outra estando seu produto preferido disponível;

b) diferenciar/posicionar: este ponto se faz presente devido à diferenciação que o consumidor faz de uma marca que já usou, e é fiel a ela, com relação a outro que nunca tenha usado;

c) preço *premium*: esta é uma das principais vantagens da qualidade percebida por serve como fator agregador de grande valor a marca. Isso se deve ao fato de que ao se ter uma qualidade percebida pelo consumidor abre a possibilidade para que seja praticado um preço *premium* para a marca, sem que haja uma perda de competitividade;

d) interesse dos participantes do canal de distribuição: os elementos integrantes dos canais de distribuição têm grandes chances de serem atraídos por produtos com qualidade percebida, por terem um público já predefinido e pela certeza de que ao adquirir esse produto e, posteriormente, revendê-lo, existe a certeza do lucro;

e) extensão da marca: a qualidade percebida de uma marca, quando associada a um tipo de produto, impacta na avaliação da qualidade percebida das extensões desta marca a outros tipos de produtos.

Um aspecto primordial é a associação de marca é uma imagem na memória conectada com uma marca. Esta associação se faz mais forte de acordo com a exposição dos clientes ao *marketing* do produto ou devido ao fato das experiências que aquela marca já proporcionou ao cliente. Isso faz com que o cliente associe também à marca a sensação de realização, felicidade, confiabilidade e qualidade passada pelo produto.

Este ponto gera valor à marca de diversas formas, porem Aaker (1998) destaca como as principais:

a) ajudar a processar/achar informações: as associações à marca atuam como elementos para resumir as informações relativas a ela; o cliente assimila as informações de forma mais fácil e rápida, o que auxilia na lembrança da marca durante o processo de decisão de compra;

b) estabelecer diferenciação/posicionamento: uma associação à marca pode estabelecer um elemento significativo para a diferenciação do produto em comparação aos concorrentes;

c) propiciar razão de compra: muitas associações à marca estabelecem atributos ou benefícios aos consumidores, tornando mais concreto o pensamento de que aquela determinada marca é superior e/ou apresenta mais qualidade que a outra;

d) criar atitudes/sentimentos positivos: algumas associações causam certos estímulos e sentimentos positivos em relação à marca, podendo inclusive interferir, de forma positiva, na percepção do consumidor durante o processo de experimentação/utilização do produto;

e) gerar bases para extensões: as associações podem também ser utilizada como base para extensão da aquisição de outros produtos da mesma marca, pois já a o sentimento de confiabilidade na marca e certeza de bons resultados por ser da marca que ele já se utiliza.

Segundo Aaker (1998) a lembrança da marca envolve um intervalo de sentimentos contínuos, desde o desconhecimento da marca até aquele que se acredita ser ela a única na classe de produto. O autor ainda diz que a lembrança gera valor de diferentes formas, dentre elas:

a) reconhecimento da marca é o primeiro passo básico na tarefa de comunicá-la;

b) familiaridade/simpatia: a familiaridade do consumidor com a marca gera a sensação de confiabilidade em relação ao produto mesmo sem saber de fato de o produto é bom ou não. É essa familiaridade a marca que faz com que o consumidor esteja propenso a escolhê-la no momento de decisão de compra;

c) sinal de substância/comprometimento: o autor resume este aspecto com a seguinte frase, *se um nome é reconhecido, deve existir alguma razão* (AAKER, 1998, p. 68), e muitas vezes essas razões não são reais, são imaginadas e pensadas pelo consumidor para distinguir uma marca da outra;

d) marca a ser considerada: a lembrança de uma marca pode ser crucial para ela ser considera dentre as opções de compra do consumidor.

Aaker (1998) salienta que a lembrança da marca não está necessariamente vinculada às vendas do produto. Para que haja este estimulo de compras é necessário que a marca forneça uma razão pela qual compra-la ou utiliza-la, pois, ser apenas lembrada não significa que será adquirida.

Os Ativos do proprietário da marca não são fatores considerados muito importantes dentro de um trabalho de *branding,* pois diz respeito aos patrimônios físicos e intelectuais que o dono da marca possui, não sendo assim de grande valia para incorporação na elaboração do projeto, realização e verificação do processo de *branding*.

Branding **como ferramenta de** ***marketing*** **digital**

Alves (2017) diz que a ferramenta *branding* atualmente é muito difundida nas empresas e foi incorporado com o *marketing* digital pois ela criou canais de interação entre marcas e consumidores sendo possível alcançar o máximo de consumidores em poucos minutos. Devido ao fato das pessoas passarem grande parte do seu dia navegando na internet, é mais fácil ver um anúncio de um produto divulgado em uma rede social e, em consequência disso, sentir a necessidade de conhecer e comprá-lo, do que ser impactado através de panfletos ou outros meios de comunicação, portanto, ações de *branding* não podem ficar limitadas aos meios tradicionais. É no ambiente virtual que marcas do mundo todo estão encontrando seu público e fortalecendo esse vínculo, com conteúdo relevante.

Segundo Alves (2017) o B*randing* consolida a missão, valores e princípios da empresa, assim como o posicionamento desejado no mercado. O *marketing* digital

tem as ferramentas necessárias para projetar a imagem da empresa e aproximá-la do público-alvo, fazendo assim com que se fortaleça a imagem da empresa na mente dos consumidores e que o vínculo entre empresa e consumidor seja cada vez mais forte.

O *marketing* digital cria conexões entre a marca e o público da *web*, podendo resultar, inclusive, na criação de comunidades de fãs da marca, que propagam informações positivas sobre as experiências que tiveram com os produtos e/ou serviços da empresa. Ações de B*randing* revitalizam a marca, mas é o *marketing* digital que mostra ao público como a empresa deseja ser reconhecida.

De acordo com Alves (2017), outro fator muito importante para essa fusão, entre *Branding* e o *marketing* digital, é que o custo do *marketing* digital é menor se comparado ao *marketing* tradicional. O alcance é imenso, ultrapassando barreiras geográficas e culturais. Pois um mesmo anúncio pode ser visto simultaneamente em diversos pontos do país ou do mundo.

A nova geração de consumidores busca informações sobre produtos e serviços na internet. Em redes sociais compartilha experiências, troca informações, conhece a opinião de outros consumidores. É um público exigente, que precisa ser conquistado e fidelizado. Na internet, o consumidor pode ampliar o leque de pesquisas, antes de tomar uma decisão de compra. Por esta razão, é importante fazer ações de *Branding* no ambiente virtual. A empresa precisa marcar presença na mente desses consumidores.

Alves (2017) mostra que vale a pena lembrar que é importante ter clareza sobre o perfil de público e o mercado desejado pela empresa, como no *marketing* tradicional. Estas informações são necessárias para identificar onde está concentrada a maior parcela de potenciais clientes. As mídias sociais representam um campo fértil para o *marketing* digital. Como o objetivo da ferramenta *Branding* não é vender, mas criar conexões com público, e o público está conectado às redes sociais para fazer compras, estes espaços funcionam muito bem para trabalhar a imagem da marca.

Levando em conta os aspectos apresentados no texto a seguir sobre pontos importantes das mídias sociais – relacionamento e interatividade – a marca que souber contar a sua história e transmitir mensagens que sensibilizem o público e provoquem reações positivas como humor e engajamento, certamente conquistará

uma legião de fãs – os chamados fãs evangelizadores, que acreditam na marca e propagam ao mundo opiniões positivas acerca dela.

Percepção do *Branding* pelos consumidores

De acordo com Nascimento; Lauteborn (2005) não é uma tarefa simples mudar a percepção do mercado, pois o universo das vendas não é muito bem visto por muita parte dos consumidores. Isso porque as pessoas tinham o costume em dizer, já que uma determinada pessoa não estudou e não gosta de pegar no pesado vai ser vendedor, em razão disto, fica explicito de que vender é fácil. Equivocadamente se tem a ideia de que, mesmo uma pessoa sem preparo algum pode ser um vendedor, basta que ele seja carismático. Isso acontece porque infelizmente não havia curso específico voltado para a formação de vendedores capacitados e que saibam o motivo pelo qual ele deve vender aquele produto e quais necessidades ele irá atender.

Para Nascimento; Lauterborn (2005) com o passar dos anos, as coisas foram mudando e a concorrência aumentando, fazendo com que as empresas sentissem a necessidade de investir em treinamento e qualificação da área comercial para atingir melhores resultados, porém, mesmo assim, no mercado, ainda há preconceito a respeito dos vendedores; as pessoas ainda enxergam os enxergam como contadores de histórias apenas com o intuito de vender o produto apenas.

A melhor maneira de mudar essa percepção negativa é as empresas investirem mais na valorização da marca. *Branding*, pode ser uma solução eficaz, mas é importante lembrar que isso remete a um investimento de médio a longo prazo.

Segundo Nascimento; Lauterborn (2005) quando uma marca se torna consagrada no mercado ela poderá produzir qualquer tipo de produto ou simplesmente colocar a sua marca em qualquer produto que, automaticamente, esse produto ganhará valor, por exemplo, a Coca Cola é uma marca consagrada em produzir refrigerantes, mas uma simples camiseta ou tênis adquire um grande valor agregado apenas por ter o nome da empresa estampado.

Sendo assim as empresas devem notar que não adianta apenas investir em treinamento de vendas, pois isso é feito por todas as empresas, o melhor caminho é valorizar a marca para que esta fique gravada na mente do consumidor o

fidelizando. Sendo assim não importa se o seu produto é mais caro que o do concorrente, só por ter sua logo ou marca, o cliente irá optar por seu produto devido ao valor agregado.

Conforme Nascimento; Lauterborn (2005) fazer com que cada vez mais o cliente sinta a necessidade de obter algum produto da sua empresa, é necessário que ele se lembre da marca e o valor que ela a agrega a vida dele, por exemplo, ter a qualidade como principal atributo para o produto e à marca, pode mudar a percepção do consumidor.

De acordo com eles o consumidor só percebe *Branding* quando ele é aplicado de forma correta e sucinta. Para isso é necessário que haja estudos e pesquisas, para que a aplicação de *Branding* gere bons resultados.

Nascimento; Lauteborn (2005) dizem que se fazendo uma breve pesquisa na internet é possível notar que as grandes multinacionais que se veem estagnadas perante o mercado, mesmo tendo uma marca famosa em seu catálogo de produtos, não é aquela sempre escolhida pelos consumidores. Isso ocorre devido ao fato da empresa ter um grande enfoque apenas no *marketing* de seus produtos e acabar por deixar a marca da empresa de lado, acarretando o não conhecimento da mesma e a diminuição das vendas. A empresa que faz um *marketing* conjunto de produtos e marca, agrega valor ao produto e fomenta as vendas.

Conclusão

Após a realização da pesquisa referente ao *Branding* concluiu-se que os objetivos de pesquisa traçados para elaboração deste artigo foram alcançados e cumpridos de forma a proporcionar um entendimento fácil e sucinto do tema o qual está em evidencia e é uma ferramenta muito utilizado pelas empresas nos últimos anos. Por conta disso a empresa deve buscar um lugar na mente e coração do consumidor, sendo sua referência na hora de escolher algo para consumir ou lembrar seu nome.

Branding é uma ferramenta muito útil e funcional, havendo várias formas de utiliza-la além das citadas acima. Pode-se dizer que o ponto chave para o sucesso de qualquer empresa se faz por conta do reconhecimento da marca por parte do mercado consumidor, uma vez que ser lembrado e tido como marca de confiança faz

com que consumidores se sintam mais estimulados a consumir os produtos oferecidos pela empresa.

Por meio do objetivo geral que foi o de pesquisar *Branding* como ferramenta de valorização da marca, pôde-se notar como é importante a adoção desta estratégia para a gestão de qualquer negócio. Ao aprofundar no assunto, atingimos os objetivos específicos que consistiu em: analisar a influência do *Branding* no processo de valorização da marca e, por meio de estudo bibliográfico, demonstrar a percepção positiva por parte consumidor em relação ao *Branding.*

O pressuposto teórico foi confirmado e pode ser considerado como um breve resumo, pois como ele diz: o *branding* é um condutor de valorização da marca, operacionalizando potencialmente os pontos positivos de cada processo de maximização das lembranças da marca no processo de tomada de decisão.

Após a elaboração do artigo considera-se o *Branding* como sendo um dos pilares de sustentação de qualquer nova empresa ou como um forte apoio para empresas que já estão no ramo há muito tempo, mas se veem estagnadas por conta da falta de reconhecimento.

Referências Bibliográficas

ALVES, Fabiano. **Saiba como trabalhar o branding da empresa com o *marketing* digital**, 2017. Disponível em: https://www.trespix.com/blog/saiba-como-trabalhar-o-branding-da-empresa-com-o-*marketing*-digital/. Acesso em: 23 de maio 2018.

AAKER, David A.. ***Brand Equity*:** gerenciando o valor da marca. São Paulo: Futura,2001. Disponível em:< https://novaescolade*marketing*.com.br/*marketing*/ branding-construcao-da-marca/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. **Administração de *Marketing***. 10. ed. São Paulo: 2008.

NASCIMENTO, Augusto; LAUTERBORN, Robert. **Os 4 E´s de *Marketing* e Branding**. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

Desenvolvimento de estratégias e ações voltadas para o crescimento da empresa com ferramentas do Marketing Digital

Development of strategies and actions aimed at the growth of the company with digital marketing tools

Higor Henrique dos Santos Bearari[1]
Kaique dos Santos Silveira[2]
Silvio Mandarano Scarsiotta [3]
Cleide Henrique Avelino[4]

RESUMO
Com o passar dos anos, as empresas buscam inovações de modo a ampliar as possibilidades de se sobressaírem em determinada área ou segmento de mercado. Este artigo objetivou demonstrar, por meio da revisão da literatura, como a utilização de ferramentas de Marketing Digital pode contribuir para o aumento das vendas, da visibilidade das empresas nas mídias sociais. O trabalho analisou os pontos fortes e fracos relacionados à aplicação do plano de Marketing Digital nas empresas. O uso do mercado virtual faz com que a empresa tenha crescimento e alcance orgânico em pessoas interessadas nos produtos, em consequência disto, as vendas aumentam.
Palavras-chaves: Marketing Digital, Vendas, Empresa.

ABSTRACT
With the over years the companies develop innovations and ways to overstep in a specific function, through the innovation apply a strategy to be effective. Digital Marketing, like this article, demonstrate how the sells in the companies can grow with marketing, having goal to identify the best choose to increase the visibility of the companies in the social media and analyze the strong and weak factors related with the enforcement of the plane of digital marketing. The use of the virtual marketing does the companies has a growing and an achievement organic with the persons who has interests in the products, in this way the amount of sales increases.
Keywords: Digital marketing, growth, sales, companies.

Introdução

É notável que empresas possuam suas estratégias baseadas em planejamentos, realização de *brainstorms* e reuniões para a obtenção de dados que possam ser convertidos em ações.

Entender qual a função do marketing digital, perpassa, primeiramente, pelos conceitos relacionados ao o marketing tradicional, por constituir-se como base para

[1] Acadêmico do 8o termo de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmico do 8o termo de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Administrador; Mestre em Administração Estratégica; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

todos os conceitos e técnicas de estratégias que são discutidos no Marketing 4.0, na contemporaneidade.

O avanço tecnológico da internet faz com que as empresas possuam esse relacionamento com os clientes, ou seja, a partir do momento em que possui conhecimento sobre o cliente, logo sabe- se suas necessidades, e através disso pode ser feito a implantação dos conceitos que ajudarão o cliente a alcançar o último estagio e ação, que seria a compra e logo em seguida o *feedback*, positivo ou negativo.

Relacionado aos avanços, várias portas à diversos caminhos foram abertas, sendo o ambiente digital dos negócios é considerado muito competitivo. Todavia as possibilidades aumentaram gradativamente com a evolução, surgindo *e-commerce*, ou como é chamado no Brasil, comércio eletrônico/virtual.

Analisar a oportunidade de ingressar as operações comerciais da empresa no mercado virtual ajuda a aumentar a visibilidade da empresa nas mídias sociais e diagnosticar os pontos fortes e fracos relacionadas a aplicação do plano de Marketing Digital.

Dessa maneira, a análise será feita com base nos dados obtidos através do cotidiano da empresa, para que assim seja realizado junto as informações, soluções para os problemas/aprimoramentos no setor de venda.

Marketing Tradicional

O conceito de marketing começou a surgir em meados dos anos de 1950, no pós-guerra, período em que ocorreu a maior revolução industrial, e as empresas disputavam acirradamente por vendas, e tinham que ter o diferencial para atrair os cliente e realizar a venda de seu produto. O marketing tradicional possui seus pilares na comunicação corporativa, que funciona na parte interna da empresa e seus colaboradores, e conta ainda com ações de marketing direto e publicidade, o que envolve o cliente final.

Os elementos do Marketing são os seguintes, de acordo com McCarthy (1960),

a) Produto, ou seja, tudo o que se refere aos bens ou serviços disponibilizados por uma empresa par seu mercado alvo, tendo em vista a satisfação dos clientes;
b) Preço, ou seja, a soma dos valores que os consumidores disponibilizam

para trocar pelos benefícios de uso do bem ou do serviço;

c) Praça, ou distribuição, que diz respeito aos canais por meio dos quais os produtos chegam aos consumidores, como pontos de vendas, por exemplo;

d) Promoção, ou comunicação, utilizada para informar os potenciais consumidores sobre um determinado produto, influenciando sua opinião. Finalmente, as abordagens de Kotler, McCarthy e Shapiro vêm sendo úteis para a composição de uma disciplina de marketing e para a elaboração de estratégias integradas.

> *O marketing digital não pretende substituir o marketing tradicional. Pelo contrário, ambos devem coexistir com papéis permutáveis, ao longo do caminho do consumidor.* (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017, p.81).

A intenção neste trabalho não foi a de pontuar a substituição do marketing tradicional pelo digital, e sim uma junção de ambas as características para a obtenção de um resultado mais significativo.

Marketing 2.0

Surgido na era da informação, o Marketing 2.0 é o ponto de equilíbrio do consumidor, no qual ele tem a ferramenta de comparação de preços, produtos, marcas e qualquer outra informação necessária para que o cliente possa se sentir satisfeito e realizado na hora de efetuar a compra de um produto, ou de um serviço. (KOTLER, 2017). Nesse tipo de Marketing, todas as ações e planejamento são realizadas pensando somente no cliente, com âmbito de poder oferecer a ele o produto desejado da melhor maneira possível, seja na qualidade, na maneira de se comunicar ou em um produto com o preço mais em conta.

As empresas devem vender os seus produtos ou serviços de uma maneira mais focada, sendo determinante que já tenho um público-alvo definido, e oferecer para esse público a qualidade de seus produtos, o preço, e um atendimento personalizado para que, dessa maneira, possa ter um cliente fiel e saber que sempre que necessário esse cliente voltará mais vezes a sua empresa e não na do concorrente, fazendo assim uma espécie de aliança com o consumidor. Segundo Kotler, Kartajaya; Setiawan (2017) o Marketing 2.0 é o marketing voltado para o

consumidor.

Marketing 3.0

O Marketing 3.0, possui o foco voltado ao consumidor, no entanto, ele não engloba somente isso, ele também trata das questões atreladas ao espírito humano, sendo uma ideai de marketing mais voltada para os valores, diferente do 1.0 e 2.0 que são mais voltados para os produtos e para os consumidores respectivamente.

O objetivo maior é trazer as soluções para os problemas que ocorrem na sociedade, seja ele qual for, pois, segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) o conceito pressupõe que, sendo os consumidores seres humanos plenos, com mente, coração, espírito, tais questões não podem ser deixadas de lado.

Empresas que praticam este tipo de Marketing conseguem transmitir aos consumidores uma atenção especial, agindo não apenas ao intuito de fidelizar o cliente e não perdê-lo, mas também no intuito de que o desejo seja satisfeito e, através desse sentimento, alcançar um nível de fidelização. Praticantes do Marketing 3.0 se destacam no mercado devido às suas missões, visões e valores.

Marketing 4.0

O Marketing 4.0 ou digital chega acompanhado dos avanços tecnológicos, onde a maioria da população possui internet o que facilita o acesso por meios de comunicação eletrônico e digital, seja um celular, um computador; o empresário deve estar sempre atento ao mercado, pois o ramo digital é um meio de vendas que vem crescendo muito em todo o mundo, pois, vários empresários que possuem empresa fixa, abrem também um *e-commerce,* que é a venda de seus produtos pela internet.

Diferentemente dos outros tipos de marketing, o 4.0 considera que o consumidor precisa ser compreendido dentro da economia digital.

> *Ele ajuda os profissionais de marketing na transição para a economia digital, que redefiniu os conceitos chave do marketing. O marketing digital e tradicional devem coexistir no marketing 4.0 com o objetivo máximo de conquistar a defesa da marca pelos clientes.* (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017, p.83).

Embora pareça simples, mas aplicar o marketing 4.0, requer estudos aprofundados para a obtenção de sucesso, como por exemplo, estudar quais

ferramentas trabalhar, qual a melhor maneira de provocar a interação com os clientes, como fidelizar o cliente com os seus produtos, qual o público-alvo que pretende atingir e fazer estudos para se conseguir atingir diretamente esse público. E só assim, depois de realizar todas as etapas acima descritas, podemos dizer realmente que está sendo praticado o marketing 4.0.

Mercado Virtual

Cada vez mais vem sendo o utilizado o mercado virtual, que é a utilização da internet para venda de produtos, e isso se deve ao fato de estar aumentando a facilidade das pessoas em relação ao acesso às plataformas digitais. Com isso várias empresas estão visando à oportunidade de vender e consequentemente lucrar mais.

O mercado digital não é apenas a criação de uma página e a colocação de um produto à venda nela, ele requer estudos, para que esse oproduto possa ser visto por milhares de pessoas ao redor do mundo todo, e assim obter o sucesso desejado.

Ferramentas do Marketing Digital

Marketing Digital tem se tornado um dos assuntos mais falados atualmente, sua popularidade deve-se ao grande crescimento e relevância no meio tecnológico. Com essa ideia de nova era, as empresas passaram a adotar novas estratégias, novos meios que pudessem ser viáveis a empresa.

A ideia era de que essas ferramentas seriam de grande valia para o descobrimento de problemas internos e eventuais evoluções no meio externo da empresa. Por exemplo, para Menezes (2003, p. 74-75), os meios mais comuns, na internet, de se atingir o público desejado são:

a) Banner: É o formato mais utilizado e mais recomendável para a divulgação na internet, mas nem sempre seu custo é acessível ao administrador do site. Não é recomendável que se coloque muitas informações diretamente no banner, e sim uma chamada com o logotipo e o endereço da empresa para que se atraia a visitante.

b) E-mail: O correio eletrônico também é uma forma eficaz de propaganda. Mas, os cuidados devem ser redobrados para que não se configure como um SPAM (propaganda sem autorização de quem recebe). Deve sempre ser colocada uma mensagem para quem recebe dizendo que se

enviá-la de volta não receberá novamente este e-mail.

c) Streaming Media: Seria uma transmissão de áudio e vídeo, enviados diretamente para o computador do cliente, no qual é possível ver o vídeo sem que precise baixá-lo.

d) Mala direta eletrônica: Uma mensagem publicitária enviada a um cliente em potencial, que cai no mesmo caso do SPAM, como citado acima. Deve conter textos curtos, deve ser enviada com periodicidade e deve ter imagens visíveis e que abram com facilidade.

É natural que empresas, e organizações se identifiquem com a situação atual. E compreendam que a era digital e milhares de pessoas já estão inseridas nela. A Internet proporciona facilidade de compra e recebimento de mercadorias, com isso o consumidor é incentivado a comprar.

As ferramentas do Marketing Digital são muito amplas na Internet, podendo conter inúmeras informações, e incontáveis maneiras de utiliza-las.

Google Adwords

O *Google Adwords*, Udacity (2018), é definido como uma plataforma de publicidade de anúncios pagos, que propiciam visibilidade para a marca e para a empresa, considerada uma das principais ferramentas do marketing digital. A internet estrutura e auxilia em todo o processo de utilização de ferramentas de marketing digital. Através deste serviço, anúncios são exibidos em forma de *links* patrocinados quando alguém realiza uma busca, seja por meio de computadores ou smartphones. Podendo variar de acordo que a campanha criada dentro da plataforma Adwords.

Lojas virtuais tornaram-se comuns após a década de 90 com o surgimento da Internet como meio de vendas e negócios. O crescimento é continuo tendo em vista que o consumidor atualmente não precisa sair de casa para poder pagar por determinado produto, gerando praticidade no processo. Desde que a empresa cumpra com seus prazos de entrega e trabalhe fielmente na qualidade de serviço ofertada, o consumidor com sua ótima experiência voltará.

Mídias sociais, reconduziu um novo foco ao Marketing Digital. Atualmente as plataformas mais usadas são: Facebook, Instagram, Twitter, entre outras. A estruturação de negócio enxerga isso como um gatilho para uma realização de

empreendimento, de divulgação da sua marca. Todas possuem suas funcionalidades especificas, porém de grande valia analisar que públicos alvos são diferentes em determinados meios. Entender como cada mídia funciona, fará com que entenda cada consumidor, e o que ele realmente deseja.

Impulsionar a visibilidade

A visibilidade da empresa é ligada diretamente a consciência da marca e o alcance. O Marketing Digital proporciona tanto ao consumidor, como o vendedor uma conexão de valores, onde a empresa está apta a produzir de acordo com o que o consumidor deseja.

> *A internet constitui um bom recurso para a empresa, pois permite explorar novas formas de negócio, promover uma comunicação direcionada e possibilita a interatividade com clientes, colaboradores e fornecedores. Além disso, a internet é uma excelente ferramenta para recolher dados sobre os clientes.* (MARQUES, 2011, p.29)

O plano de negócios voltados a tecnologia é altamente designado a empresas que possuem seu objetivo e metas traçados. A simplificação de tarefas faz com que torne-se a opção mais desejada, além de ser barata e com alta capacidade de segmentação.

O consumidor digital opta pelo que deseja, e segue alguns critérios, de acordo com Cosenza *et al*. (2008, p.13):

a) Confiabilidade: Ser confiável no fornecimento de um serviço conforme prometido.
b) Tangibilidade visível: Possuir instalações físicas, equipamentos, pessoal e material de comunicação de modo que o cliente perceba de maneira favorável e contribua para projetar uma imagem de qualidade.
c) Sensibilidade: Os funcionários da empresa serem prestativos e capazes em fornecer um atendimento imediato aos clientes.
d) Segurança: Os funcionários serem educados, bem informados, competentes e dignos de confiança.
e) Empatia: Significa que a empresa fornece atendimento personalizado e com atenção cuidadosa, se colocando no lugar do cliente e entendendo as suas necessidades e desejos.

A necessidade de interação e consumo pelos usuários faz com que seja aberto inúmeras portas relacionadas a diversificação, com isso a decisão sobre o que comprar, ou onde comprar, tornou-se mais prático.

Objetivos do Marketing Digital

O Marketing como um todo é fundamental para organizações que querem construir consciência da marca e alcançar visibilidade. As metas precisam ser traçadas, com a ciência de que, com o decorrer dos anos, poderá haver alterações dado que a Internet é o meio de comunicação que mais se atualiza, evolui.

Através dele que se deve gerenciar as comunicações internas, desenvolver melhores estratégias e ações na gestão de satisfação ao cliente, além de cuidar da imagem da empresa. Manter o marketing exige atenção e visão de negócios, objetivos, metas e um bom planejamento para que as organizações possam se manter a longo prazo. (PEREIRA, 2014).

Os sites, por exemplo, possuem sistemas que buscam informações sobre os consumidores, com isso a empresa possui dados do que foi visitado, o que o consumidor mais procurou por determinado momento e o que não o agradou. Somando todos os dados obtidos, estes são compilados em informações que serão de grande valia para entendimento do que tem dado resultado e o que precisa melhorado.

Com a popularização da internet, Kotler (2000) afirma que o mercado deste tipo de mídia transformou-se definitivamente, o usuário tornou-se celetista com relação à publicidade e o que deseja encontrar, buscando sempre pelo resultado mais relevante e vantajoso para ele.

Estratégias e plano de Marketing Digital

Kotler; Kartajaya; Setiawan (2017) analisam que o Novo Marketing no qual é dito em termo informal pelas pessoas, é o Marketing 4.0, contido na era digital. O marketing digital é o presente do futuro o qual compreende que os comunicadores precisam atualizar todos os seus meios para se adequarem ao que o mercado propõe.

Churchill (2003), afirma que seis princípios básicos devem ser analisados:

a) Objetivo, de entender qual seria a melhor opção da empresa, aumentar a

visibilidade da empresa, aumentar as vendas, aumentar o número de pessoas visualizando o site, ou até mesmo diminuir custos. Com isso, entender qual é o seu principal objetivo dentro de uma campanha;

b) Reconhecimento, em como e quando um cliente fica sabendo sobre a empresa;

c) Interesse, de quando o cliente tem conhecimento do produto ofertado da empresa, e demonstra interesse pela oferta;

d) Desejo em quando o consumidor possui o conhecimento do que atualmente deseja e sabe o que irá satisfazer;

e) Ação, ela sabe o que irá satisfaze-la, possui desejo sobre o produto e está apta para agir/comprar;

f) Pós-ação, é a ação pós compra do consumidor. Caso tenha um feedback positivo, consequentemente o consumidor retornará.

Com a base constituída e se todo o processo foi satisfatório com as expectativas, ou até mesmo excedeu, será um ponto positivo, caso seja ao contrário, é hora de analisar o que está sendo feito errado, para que possa ser reavaliado para um melhoramento em determinado problema/setor.

Vendas e resultados

Gerar *Leads* é essencial para aprimoramento de *network*, basicamente seria a troca de contatos, como exemplo, a troca de telefones, conhecer pessoas novas do mesmo segmento, turma da mesma sala de aula; é fato que a partir disso a confiança do consumidor sobre a empresa precisa ser alta, logo as vendas irão aumentar e o feedback positivo consequentemente também. (HOLMES, 2008)

As *Landing pages* estão associadas aos Leads, por sua vez elas possuem uma página especifica para conversão, seja para compra de um *e-book*, *Webinários*, *templates* e entre outros. Sua função é simples já que quando solicitada o consumidor já possui todos os estágios de consumo, porém os detalhes contidos na *landing pages* demandam que chamadas para *call to action*, e promoções são essências para aprimorar mais a ideia de conversão do consumidor.

O autor Chet Holmes (2008), no livro The Ultimate Sales Machine, uma das referências na área de Vendas, explica que, para um mercado qualquer, o momento de compra dos clientes forma quase que um padrão. Segundo ele, apenas 3% do

público está ativamente buscando opções e querendo comprar algo e cerca de 7% está aberto a propostas.

Conclusão

Através da pesquisa bibliográfica, constituída por diferentes autores reconheceu-se que o Marketing Tradicional introduzido anteriormente em empresas, teve suas metodologias voltadas aos conceitos básicos e fez com que houvesse um ponto de partida para a revolução. Na atualidade o Marketing Digital possui avanços que comprovam sua ligação direta com a evolução.

No entanto é ressaltado que anos atrás esse mesmo conceito de gerar vendas, era tratado apenas como algo comum. Atualmente, a necessidade de conhecimento sobre o cliente é um instrumento forte para entender cada processo e cada tipo de cliente. Através da constante mudança do comportamento pessoal e de seus desejos, a identificação de suas necessidades, foi necessário o aprimoramento do conhecimento, visto que após a obtenção dos dados, gera-se informações.

Conclui-se que a utilização dos métodos originais e atuais do Marketing possuem suas credibilidades no aumento de vendas, e alcançando os objetivos desejados. Ressaltando que o Marketing Digital não visa apenas a atração do cliente, mas também a visão e a dimensão que o produto pode ser alcançado.

Referências Bibliográficas

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing:** Criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

COSENZA, Harvey J. S. R.; MORÉ, Jesús D.; RIBAS, José Roberto; LIMA, Alexandre H. S.. **Avaliação da qualidade em serviços:** uma aplicação fuzzy sobre serviços prestados em uma instituição bancária. Cadernos do IMESérie Estatística, v. 24, n. 1, p13-29, 2008.

HOLMES, Chet. ***The Ultimate Sales Machine***. Reprint, 2008.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing:** a edição do novo milênio. 10. ed. São Paulo, SP: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____ . **Marketing 4.0**. São Paulos: Sextante, 2017.

MARQUES, André M.. **Investigando a hipótese da paridade do poder de compra:** um enfoque não linear. 2011.

McCarthy, E. J.. ***Basic Marketing:*** *A Managerial Approach.* Richard D. Irwin, Inc., Homewood, Illinois, 1960.

MENEZES, H. **Comércio eletrônico para pequenas empresas**. Florianópolis: Visual Books, 2003.

PEREIRA, M. F. **Planejamento estratégico:** teorias, modelos e processos. São Paulo: Atlas, 2010.

UDACITY. **Curso de *Google Adwords***. Udacity, 2018.

Fatores que tornam o E-Commerce um dos mais importantes fenômenos da internet

Factors that make E-Commerce one the most important phenomenon of the internet

Arthur Humberto Reis Codeco[1]
Felipe Rodrigues dos Santos[2]
Hercules Farnesi Cunha[3]
Cleide Henrique Avelino[4]

RESUMO

O objetivo do marketing voltado para o e-commerce é conhecer e entender o cliente de forma que o produto ou serviço seja adequado às suas necessidades e se venda praticamente sozinho. Através das ações do marketing, empresas do mundo inteiro aderiram a este comércio virtual e cada vez mais pessoas obtiveram acesso tanto a computadores como a conectividade com rede mundial da internet. Para alcançar o objetivo deste estudo, o qual procurou entender o fenômeno do *e-comerce,* foram utilizadas pesquisas bibliográficas, de onde se buscou informações necessárias para a sua demonstração. No entanto, destaca-se que a boa gestão do e-commerce é essencial para a melhoria das ações que aumentem o interesse das pessoas em adquirir aquilo que a empresa oferece. Investir no e-commerce hoje é fundamental para o crescimento das vendas dentro da empresa.
Palavras – Chave: Comércio virtual, Marketing e-commerce, Vendas.

ABSTRACT

The goal of e-commerce marketing is to know and understand the customer so that the product or service is appropriate to their needs and is sold almost on their own. Through marketing actions, businesses worldwide have joined this virtual commerce and more and more people have gained access to both computers and connectivity to the world's internet network. To reach these objectives, bibliographical research was used, from which information was sought for its demonstration. However, it stands out that good e-commerce management is essential, improving actions that increase people's interest in acquiring what the company provides and already knows that it is customer satisfaction. Investing in e-commerce today is critical to growing sales within the company.
Keywords: Virtual commerce, e - commerce marketing, Sales.

Introdução

O crescimento do e-commerce é visível em todos os segmentos, no Brasil e no mundo. Conhecido no Brasil como *e-commerce*, teve seu início na década de 90 quando foram criados os primeiros sites na internet com o objetivo de realizar

[1] Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba
[2] Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Administrador, Jornalista, Doutor em Ciências da Educação e Mestre em Comunicação Social, Especialista em Gestão Governamental e em Teorias da Comunicação; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

transações comerciais. Como todo início de um novo conceito, as transações com o *e-commerce* ainda eram bem pequenas. Mas com a mudança no perfil do mercado mundial, não demorou muito para que este novo conceito de compra e venda se tornasse a maior e mais volumosa maneira de comercializar produtos ou serviços.

O trabalho visa analisar, como objetivo geral, a identificação dos fatores que levam o *e-commerce* ao sucesso de vendas, compreendendo suas ações estratégicas na busca e manutenção dos seus públicos alvos com o aumento constante da internet nas residências brasileiras. Nota-se, com o aumento da população conectada a internet, a ampliação nas vendas, uma vez que as empresas estão usando o comércio eletrônico para se tonar uma estratégia competitiva entre elas.

Como objetivo específico, será analisada a identificação das principais estratégias utilizadas para elevação do nível de satisfação dos clientes do *e-commerce,* e conhecer os fatores que contribuem para o crescimento deste modelo de negócio dentro das empresas.

O pressuposto teórico identifica o aumento e evolução do mercado digital através do *e-commerce*. As vendas através dos meios eletrônicos, nos últimos anos, tornou os processos de compra e venda mais competitivos entre as empresas, forçando concorrências entre elas, o que exige ações distintas para o diferencial competitivo no mercado.

E-commerce

O *e-commerce* é utilizado para facilitar ou comercializar produtos ou serviços *online*, de forma rápida e de fácil acesso para os elementos da sociedade em qualquer parte do mundo, uma vez que se trata de uma forma de comércio à distância, que permite comprar o melhor produto pelo melhor preço, reduzindo significativamente o tempo e os custos envolvidos.

> *O comércio eletrônico através da internet é o ramo de atividade econômica que mais cresce no mundo. As jovens empresas que ingressam no comércio on-line têm atraído o maior número de investidores do mercado de ações, aumentando o valor de mercado de forma alucinante.* (FAGUNDES, 2009, p. 32)

O *e-commerce* ou comércio eletrônico é aplicado em qualquer tipo de negócio ou transação comercial que ocorre através de informações pelas mídias digitais. Ele

atinge diferentes tipos de negócio, desde sites destinados a consumidores ou até mesmo sites de leilões, passando por comércio de bens e serviços entre organizações. É um dos mais importantes fenômenos da internet em crescimento, permitindo que os consumidores façam transações de bens e serviços eletronicamente e sem barreiras de tempo e distâncias.

O comércio eletrônico expandiu-se rapidamente nos últimos anos, com previsão de continuidade de expansão observada a mesma taxa de crescimento populacional (MARINS, 2014).

Os cenários do E-commerce têm crescido e acelerado o faturamento a cada ano, tornando o consumidor mais conectado e com acesso à tecnologia cada vez mais barata e, por conta disso, com costumes e hábitos de compras mais virtuais. Apesar de existir uma preferência geral por compras em lojas físicas, os números de crescimento do E-commerce são grandes.

Dentre os fatores que contribuem com o crescimento do comércio eletrônico estão os relacionados ao fato de ser possível obter a sensação de garantia no momento da compra, em função de selos e certificações de segurança dos *websites*. As plataformas de negociação também estão ligadas ao crescimento e, por fim, aos meios de pagamento eletrônicos, como os cartões de créditos, que trazem mais praticidade e segurança às compras *online.*

Muitos empresários que trabalham com o E-commerce não conhecem sobre as tributações a serem recolhidas com os serviços oferecidos pela internet, apesar de não haver muita diferença entre a tributação no comércio eletrônico e a das lojas que operam no mundo físico. Nas operações de E-commerce em que o empresário compra produtos para revender na Internet, são incididos o ICMS em vendas para pessoas físicas ou pessoas jurídicas, que não sejam contribuintes do ICMS. Neste caso, a alíquota utilizada deverá ser a adotada no estado onde esteja situada a loja virtual, independentemente da localização do comprador.

No caso das vendas onde o comprador é uma pessoa jurídica, também contribuinte do ICMS, a alíquota praticada deverá ser a interestadual. Além disso, sobre estas vendas serão incididos o pagamento de ICMS substituto, quando for o caso, o COFINS e PIS sobre o faturamento da loja virtual e, finalmente, o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, calculada sobre o resultado operacional da empresa (MCKENNA, 1993).

O conhecimento fundamentado em uma análise de dados bem feita, auxilia o E-commerce a vender mais, investindo menos e ampliando as margens de lucro. Constituir uma loja virtual parece fácil, mas não é. Requer múltiplas competências e gestão de todos os detalhes. A coleta e análise dos dados disponíveis sobre os usuários traz uma série de benefícios para uma loja virtual. Quanto mais se souber sobre eles e as suas necessidades, mais facilmente serão identificadas as melhores oportunidades para convertê-los em consumidores recorrentes.

Traçar perfis dos clientes cadastrados também torna mais fácil a captação potencial de consumidores. Ao identificar padrões dos clientes, podem-se canalizar ações de comunicação e marketing pensando nestes grupos específicos, aumentando a efetividade de campanhas e o seu Retorno sobre o Investimento- ROI, além das vendas no E-commerce (LIMEIRA, 2003).

Porém, de nada adiantará fazer a coleta de dados se essas informações não forem analisadas. Debruçar-se sobre eles e extrair o máximo de conhecimento é essencial. Eles são um mapa para tornar o consumidor visível para as estratégias de comunicação e marketing do E-commerce. Articulando estas informações com leituras sobre o cenário e o fluxo de vendas na loja e com a segmentação, em perfis de clientes, pode-se abordar o consumidor no canal certo, oferecendo o produto certo e no preço mais adequado àquele perfil. (LIMEIRA, 2003).

A necessidade de querer um E-commerce não é suficiente para iniciar projetos no universo digital. É necessário que a empresa esteja preparada para entender todos os processos pelos quais a administração da marca passará e todas as modificações após ter todos os serviços no universo da *web*. Quando se trata de E-commerce, as motivações devem ser ligadas à inovação, crescimento e divulgação. Estes são os primeiros passos que o empresário deve ter em mente.

Atender às necessidades dos clientes também é uma prioridade no comércio eletrônico, que precisa se renovar e se adaptar a cada novo comportamento do consumidor virtual.

O planejamento no E-commerce é um passo essencial para o sucesso desse segmento, pois o comércio eletrônico no mundo todo vem se tornando cada vez mais profissional. Portanto, qualquer abertura desse segmento requer muita pesquisa e planejamento (MARINS, 2014).

Assim como qualquer outro negócio, o E-commerce também exige muito planejamento antes de começar a funcionar, de fato. Mas este planejamento não se trata apenas em refletir sobre o mercado e logo colocar uma ideia em prática, mas sim traçar atitudes, medidas estratégicas que visem aperfeiçoar ao máximo todas as etapas envolvidas no processo, ficando o primeiro passo para realizar uma extensa análise de mercado.

Em tempos de instabilidade financeira, esse primeiro passo pode ser o mais importante de todos, com a identificação do segmento escolhido, se ele tem espaço no cenário atual do comércio eletrônico ou se o modelo já está saturado. Neste caso, pode surgir a ideia do E-commerce de nicho, uma alternativa que vem dando certo mesmo para os setores mais congestionados no mercado.

Durante essa etapa é necessário, também, escolher o modelo a ser trabalhado: B2B – de empresa para empresa – ou B2C – empresa para consumidor final. Outra reflexão incluída nesta etapa é sobre o público-alvo. É necessário saber quem é o seu consumidor, quais são as suas características e como é o seu comportamento de compra (MARINS, 2014).

Na sequência, é preciso decidir sobre qual será a plataforma ideal para o negócio, pois, existem vários modelos desde *open source*, até alugada ou exclusiva. Seja ela qual for, o importante é que haja correspondência das expectativas do empreendedor e não fique devendo quesito nenhum. Além disso, é importante que seja robusta, adapte-se ao negócio e suporte futuras atualizações e supra todas as necessidades do empreendimento (MARINS, 2014).

Outra etapa vital para o sucesso de um E-commerce é o planejamento de Marketing Digital. Este pode ser um campo confuso para quem não entende do assunto, por isso o ideal é contratar uma agência especializada ou então montar uma equipe na própria empresa. Geralmente, a segunda opção sai mais cara. Então, se os recursos não são abundantes, as agências podem ser uma boa alternativa. Em todo caso, é importante que o empreendedor e a própria equipe de funcionários – se houver – tenham em mente o que será trabalhado (MARINS, 2014).

Funcionários capacitados se tornam mais úteis, entendem as ferramentas com as quais estão lidando e sabem o que cobrar da agência escolhida. Entre as ações importantes para um E-commerce estão: estabelecer uma estratégia consistente de SEO – otimização para ferramentas de busca, pensar na possibilidade de trabalhar

com links patrocinados, planejar ações nas mídias sociais e de e-mail Marketing (MARINS, 2014).

Além disso, é preciso pensar no sistema operacional da empresa, sobretudo, como entregar de forma eficaz os produtos/serviços. Existem diversos métodos de logística: é possível investir e adquirir seu próprio estoque, utilizar o estoque de terceiros- *dropshipping* e trabalhar com o sistema dos Correios ou com sistema de transporte próprio ou terceirizado. Aqui, cabe analisar a alternativa que mais se adapta ao modelo do empreendimento.

O mercado E-commerce tem muitas vantagens e facilidades para as empresas, sendo elas (LAS CASAS, 2005):

a) A sua rede de loja(s)/negócio está disponível 24 horas (7 dias por semana);

b) Possibilidade de desconto maior no produto, tendo em vista o custo de contratação de vendedores e sem repasse de comissões;

c) Não é necessário alugar uma loja física e investir em decoração, vitrines, segurança e saneamento;

d) É reduzida a probabilidade de erros de interpretação no circuito com o cliente, e mesmo com o fornecedor;

e) Poupança nos custos associados com o cliente e com o fornecedor;

f) Baixo tempo de entregas das encomendas;

g) Facilidade ao acesso a novos mercados e clientes, com reduzido esforço financeiro;

h) Vantagem competitiva das grandes empresas para as pequenas é menor;

i) Um eficiente e atrativo portal de compras na Internet não necessita de um elevado investimento financeiro. O cliente escolhe quem dá mais confiança e melhor serviço;

j) Procedimentos associados as compras bastante céleres, permitindo as empresas diminuir o tempo médio de recebimento, melhorando o seu *cashflow*;

l) Facilidade no processamento de dados transmitidos pelo CRM, como por exemplo, preferências e formas de pagamento dos clientes, assim como permite a antecipação da evolução das tendências do mercado;

m) Contato permanente com todas as entidades intervenientes no processo,

as interações são mais rápidas, diminuindo os custos relacionados com a comunicação;

n) Conhecimento constante do perfil de clientes, seus hábitos e regularidade de consumos;

o) Antecipação das tendências de mercado, disponibilidade permanente de relatórios sobre os produtos mais visualizados, áreas mais navegadas;

p) Rapidez na divulgação de novos produtos ou promoções.

Sabe-se que a internet está dominando todo o cenário corporativo, principalmente no ramo de vendas. Hoje em dia é habitual os usuários efetuarem compras pela internet, tanto pela praticidade de compra quanto pela diversidade de opções de produtos e empresas. Com isso, é necessário atenção para com as estratégias utilizadas que visam conquistar o cliente e aumentar as vendas.

Investimento na qualidade

É essencial cuidar da aparência da página, ou seja, do *layout*, mas a qualidade também tem a ver com a navegabilidade. Parece óbvio, mas nem todo mundo dedica atenção necessária neste aspecto do modelo *e-comerce*, o que pode levar a prejuízos. É importante facilitar a vida do usuário, o que significa priorizar a experiência que ele tem na sua loja. Existe um termo técnico denominado UX Design, quando o trabalho envolve o uso de diversos recursos e técnicas para garantir um ambiente agradável e funcional. Desta forma, para aumentar as vendas, é essencial buscar referências sobre o UX Design e garantir que o site seja responsivo, ou seja, possa ser acessado por diferentes dispositivos, como computadores, celulares e tablets, além de não ter problemas de redirecionamento e funcione da melhor forma possível (KOTLER, 2000).

Certificados de Segurança

Muitas vezes os consumidores são resistentes às compras pela internet devido à falta de confiança, mas não há como fugir dessa realidade. Para tentar evitar qualquer suspeita, é preciso mostrar a idoneidade do negócio. Uma das formas de garantir que se trata de um ambiente sério e seguro é disponibilizar certificados de segurança. O mais comum deles é o *Secure Sockets Layer* - SSL, responsável por garantir confiabilidade à navegação (KOTLER, 1999).

Força dos *Marketplaces*

Em um ambiente cada dia mais competitivo, é importante manter diversas formas de divulgação. Os *Marketplaces* são uma boa alternativa para garantir mais visibilidade. Eles funcionam como um shopping center virtual e abrem a possibilidade para todas as marcas apresentarem seus produtos para uma audiência um tanto quanto significativa, além de rotativa (LAS CASAS, 2005).

Para aproveitar todo o potencial desse tipo de estratégia, é necessário que se adote uma plataforma que seja automaticamente integrada com os marketplace (LAS CASAS, 2005).

Canais de Comunicação

O usuário da internet é mais exigente. É preciso levar em consideração esta característica para atender as demandas em relação, por exemplo, às formas de comunicação. Ele faz questão de estar no controle, ou seja, precisa ter várias opções à disposição. Hoje, são bem vistas as lojas que oferecem diversos canais, como telefone, *e-mail, chat,* redes sociais e até *whatsApp*, para contato e, obviamente, em todos, é imprescindível manter a excelência no atendimento.

Avaliações Recebidas

Outra forma de conquistar a confiança – atributo fundamental para aumentar vendas no E-commerce - é compartilhar as avaliações dos clientes. Por mais que se invista em comunicação, não há como negar que a confiabilidade de uma informação vinda de um cliente é maior do que a divulgada pela própria empresa.

Nesse caso, deve-se destinar um espaço para publicar esse tipo de testemunho e/ou trabalhe com uma plataforma específica para isso. É fundamental, também, estimular a participação do público, daí a importância de adotar uma solução que cuide também do envio dos convites aos consumidores para avaliarem o site e o produto ou serviço adquirido (LAS CASAS, 2005).

Acompanhamento de Resultados

Com a *Web Analytics*, é possível analisar o que dá mais resultado com o público. Isso vale para medir o retorno tanto dos itens oferecidos, como para as

estratégias de comunicação. As experiências por meio desta ferramenta comprovam que simples mudanças nos sites podem fazer muita diferença nas taxas de conversão (KOTLER, 2009).

Como exemplo, pode-se usar um botão Posso ajudar? ao invés do tradicional Saiba mais. O importante é usar os relatórios emitidos pelo *Analytics* para entender o que influencia o comportamento do usuário e, a partir disso, fazer os ajustes necessários.

Dentre as métricas mais relevantes para o sucesso do negócio estão as que possuem os indicadores de taxas de conversão como o ROI - Retorno sobre o Investimento e as relacionadas ao Abandono de Carrinho, Tíquete Médio por pessoa e Frequência de Compras (KOTLER, 2009).

Cuidados com a Comunicação

Dedicar atenção especial para as estratégias de divulgação é imprescindível para qualquer negócio, porque as pessoas dificilmente compram em uma loja da qual nunca ouviram falar, para tanto, o Marketing Digital tem um leque extenso de opções que podem ser empregadas e nem todas exigem altos investimentos (KOTLER, 2009).

No caso das mídias pagas, recomenda-se analisar a possibilidade de investir, por exemplo, em *links* patrocinados do *Google*. Os serviços de busca têm um papel relevante na vida do consumidor e não se pode ignorar o fato de que as marcas precisam se manter sempre bem posicionadas (KOTLER, 2009).

No que diz respeito às estratégias de Marketing de Conteúdo, um blog corporativo e perfis nas redes sociais são eficazes para ter sucesso nessa frente. É uma maneira de tornar o nome do comércio mais conhecido, trazer os clientes certos e, com o tempo, construir a reputação digital.

Considerar investir, também, em campanhas de *e-Mail* Marketing , pois, cada vez mais elas têm se mostrado eficientes em abordagens personalizadas e, assim, obtiver melhores resultados (KOTLER, 2009).

***Search Engine Optimization* - SEO**

Mais conhecido como SEO, que em português significa otimização para mecanismos de busca, é um conjunto de técnicas que tem um único objetivo:

melhorar o posicionamento nos resultados orgânicos (gratuitos) dos mecanismos de busca. O principal deles é o *Google* (COBRA, 1997).

Diferentemente dos anúncios pagos, o SEO é uma estratégia de médio a longo prazo, pois você precisa que o *Google* encontre seu site, avalie que você é relevante para o seu setor e dê uma posição menor ou maior (COBRA, 1997).

O tempo mínimo para essa estratégia surtir efeito é de três meses. Pode parecer muito, mas os resultados são ótimos, pois, além de receber visitas sem pagar por elas, terá visitantes muito mais propensos a comprar. Para que a estratégia funcione deve-se pensar em tudo desde o momento do desenvolvimento da sua loja virtual.

Redes Sociais

Falar que se deve estar nas redes sociais é tão óbvio quanto dizer que se precisa de um e-mail para se comunicar. No entanto, existem alguns pontos importantes para você ter sucesso ao usá-las a favor do seu E-commerce (BAREFOOT; SZABO, 2010).

A primeira coisa é que você não precisa estar ativo em todas as redes sociais. Precisa entender em quais seus clientes se encontram e começar a se comunicar por lá. Outro ponto importante é que, cada dia as redes sociais diminuem o seu alcance orgânico. Em outras palavras, cada vez menos pessoas veem suas postagens sem que você tenha que desembolsar algum dinheiro, sobretudo porque impactar pessoas de forma gratuita requer mais trabalho, pois é necessário manter uma frequência alta de postagens e ter mais seguidores (COBRA, 1992).

Conclusão

Concluiu-se, através deste estudo, que as ações de marketing no e-commerce são realizadas por empresas do mundo inteiro que pretendem alcançar novos mercados e aperfeiçoar atendimento ao consumidor com custos reduzidos, quando comparados ao comércio tradicional.

Foram essas ações e outras variáveis que fizeram com que o e-commerce chegasse aonde chegou e conquistasse cada vez mais clientes no mundo inteiro, pelo fato de facilitar produtos ou serviços *online*, de forma rápida e de fácil acesso para os elementos da sociedade em qualquer parte do mundo, uma vez que se trata de

uma forma de comércio à distância, que permite comprar o melhor produto pelo melhor preço, reduzindo significativamente o tempo e os custos envolvidos.

Com isso o pressuposto teórico foi alcançado, mostrando o aumento e evolução do mercado digital através do e-commerce, que são as vendas através dos meios eletrônicos.

Referências Bibliográficas

BAREFOOT, Darren; SZABO, Julie. **Manual de Marketing em Mídias Sociais.** São Paulo: Novatec, 2010.

COBRA, Marcos H. N., **Marketing Básico:** uma perspectiva de vida brasileira. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____ . **Administração de Marketing.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

DAMASCENO, Sérgio. **Universos paralelos.** meio&mensagem. São Paulo, Edição Especial, p.18, Jul. 2009.

DIAS, Sergio R. (coord.). **Gestão de Marketing.** São Paulo: Saraiva, 2006.

ESTEVES, Tico. **Quais os principais tipos de sites.** São Paulo, 09/10/2009. Disponível em: <http://www.ikaro.net/br/2009/10/sites-principais-tipos.html>. Acesso em: 31 jul. 2018.
FERREIRA, Sergio.; SGANZERLLA, Silvana. **Conquistando o consumidor.** São Paulo: Gente, 2000.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Introdução de Marketing.** São Paulo: LTC, 1999.

_____ . **Princípios de marketing.** 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing.** 10. ed. São Paulo: Pearson Education, 2000.

_____ . **Administração de marketing:** análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed, São Paulo: Atlas, 1998.

LAS CASAS, Alexandre L.. **Marketing:** conceitos, exercícios, casos**.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____ . **Marketing:** conceitos, exercícios, casos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMEIRA, Tania M. V.. **E-Marketing:** O marketing na internet com casos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2003.

MACCARINI, Juarez L.. **Brasil tem o segundo maior número de usuários do Twitter.** Disponível em: <http://tecnoblog.net/14410/brazil-tem-o-segundo-maior-numero-de-usuarios-do-twitter/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MARINI, Eduardo. Inovar sim, mas como? **Meio&mensagem.** São Paulo, Edição Especial, p.6 -20 Jun. 2009.

MARINS, Luiz. Marketing do buxixo. **Guia RH.** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.guiarh.com.br/pp84.html>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MCKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento:** estratégias bem-sucedidas para a era do cliente. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

MCCONNEL, Ben; HUBA, Jackie. ***Buzzmarketing:*** criando clientes evangelistas. São Paulo: M Books, 2006.

MENDES, Larissa. **A História do Rádio:** Um Veículo de Tradição e eficiência Disponível em: <http://www.rj.senac.br/home/noticia?id=15493>. Acesso em: 01 de maio 2018.

Fluxo de Caixa como ferramenta gerencial na administração financeira de Micro e Pequena Empresa

Cash Flow as a management tool in the financial management of Micro and Small Business

Jefferson Hamilton Bernardes[1]
Gustavo Pereira Gomes[2]
Fabiane Cristina Spironelli[3]
Cleide Henrique Avelino[4]

RESUMO
O Fluxo de Caixa influencia na forma como a empresa age, pois controla a parte financeira e auxilia nas tomadas de decisões, fazendo com que a empresa cresça cada dia mais. Esta ferramenta de gestão traz vantagens competitivas para as micro e pequenas empresas, podendo fazer com que as mesmas consigam ser competitivas, pois esta ferramenta fará com que a empresa tome as suas decisões mais facilmente, e assim tenha melhor eficiência na administração financeira. O Fluxo de Caixa deve ser usado para controle e planejamento das micro e pequenas empresas, tornando-se uma ferramenta essencial para o desenvolvimento dos negócios.
Palavras-chave: Decisões, Fluxo de Caixa, Micro e Pequenas empresas.

ABSTRACT
The Cash Flow influences in the form of company act, because it controls the financial part and assists in decision-making, causing the company to grow more and more each day. This management tool brings competitive advantages for micro and small enterprises, which may cause the same is able to maintain the competitive environment, because it is tool will cause the company to take its decisions easily, and thus having better efficiency in financial administration.
Word keys: Decisions, Cash Flow, Micro and Small Companies.

Introdução

O Fluxo de Caixa é uma das ferramentas mais utilizadas no meio empresarial, por contribuir significativamente para a maximização dos lucros de micro e pequena empresa, ajudando no crescimento e desenvolvimento das mesmas.

O Fluxo de Caixa é um dos meios mais utilizados para controlar e organizar as informações do caixa da empresa. Esta ferramenta se torna muito importante

[1] Acadêmico do 8° termo do curso de Administração no Centro Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba
[2] Acadêmico do 8° termo do curso de Administração no Centro Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba
[3] Contadora; Especialização em Contabilidade; Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contadora; Especialização em Contabilidade; Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

dentro das organizações, pelo fato de se mostrar muito efetiva, pois sendo utilizada de forma correta só irá trazer benefícios para a empresa. Utilizando esta ferramenta é possível obter vantagens competitivas e estar sempre à frente de seus concorrentes.

Com o aumento da competitividade no mercado das micro e pequenas empresas, o Fluxo de Caixa vem sendo um instrumento indispensável para o controle e organização do caixa. Sem esta ferramenta, torna-se muito difícil o controle do gerenciamento financeiro, podendo a empresa ficar em desvantagens em relação aos seus concorrentes que utilizam esta ferramenta.

O objetivo geral do artigo foi conhecer a ferramenta de Fluxo de Caixa dentro das Micro e Pequenas Empresas e os objetivos específicos são de demonstrar a importância da utilização do Fluxo de Caixa como ferramenta gerencial para Micro e Pequena Empresa; Analisar as vantagens da utilização do Fluxo de Caixa em Micro e Pequena Empresa.

O pressuposto teórico apresentado afirma que o Fluxo de Caixa é uma ferramenta para o controle e planejamento dos recursos da empresa, pois, otimiza a gestão financeira, criando facilidade no controle e tomada de decisões.

A metodologia adotada para a elaboração do Artigo foi de pesquisa bibliográfica.

Administração Financeira

Administração Financeira se refere às ações que analisam, controlam e organizam as movimentações financeiras dentro de uma empresa. Este sistema de administração ajuda no investimento da empresa, tornando-o mais otimizado, contribuindo para a obtenção de lucros. Segundo Hoji (2011) a Administração Financeira maximiza os ganhos dos acionistas da empresa. O principal responsável pelos negócios da empresa é o administrador financeiro, pois ele que desenvolve as decisões estratégias.

> *Em qualquer parte do mundo, importantes decisões gerencias são tomadas com base em finanças e contabilidade, pois a contabilidade gera informações e as decisões são tomadas visando um resultado que produza um impacto financeiro positivo.* (HOJI, 2011, p. 1).

As empresas não conseguem sobreviver sem a administração financeira, pois ela é responsável por manter as mesmas sempre em atenção, mostrando a

viabilidade e a inviabilidade do negócio, visando sempre manter a empresa em equilibro procurando maximizar o retorno financeiro.

Segundo Hoji (2011), um dos grandes impactos negativos que pode-se observar em Micro e Pequenas Empresa, relaciona-se à falta da administração financeira, pois ela traz o controle e a estrutura que a empresa precisa.

Fluxo de Caixa

O Fluxo de Caixa é uma ferramenta para controlar e organizar as movimentações financeiras da empresa, ele facilita a tomada de decisões, identificando os valores exatos das despesas e o retorno financeiro. O Fluxo de Caixa é essencial para o gerenciamento das finanças empresariais, sendo mais objetivo nas decisões que serão tomadas. Segundo Tófoli (2012) se o Fluxo de Caixa for feito antecipadamente, a empresa conseguira prever se o caixa ficara em falta ou em excesso, para assim poder tomar a decisão necessária.

> *O Fluxo de Caixa é um instrumento pelo qual o administrador financeiro planeja e administra os numerários da empresa, isto é, as entradas e saídas de dinheiro do caixa da empresa. Funciona como uma tal agenda sofisticada onde são registrados todos os recebimentos esperados de pagamentos programados, num certo período. O administrador financeiro necessita saber quando vence os compromissos regulares da empresa assim como seus valores a receber, num confronto, sem saber se haverá caixa suficiente.* (TÓFOLI, 2012, p. 81).

O controle do Fluxo de Caixa pode ser feito diariamente, semanalmente ou mensalmente, facilitando a visão dos resultados financeiros. Sendo feito esse controle é possível identificar se haverá algum problema financeiro futuro.

Conceito de Fluxo de Caixa

A administração dos recursos da empresa é feita pelo Fluxo de Caixa, uma vez que este mostra qual a capacidade de pagamento das obrigações da mesma. A concorrência de mercado está cada vez maior, necessitando de uma gestão financeira mais adequada, pois, não se pode cometer erros devido às incertezas, dessa maneira, tendo uma boa ligação do Fluxo de Caixa com a empresa, as decisões a serem tomadas serão mais eficazes.

Segundo Maranhão (2009) o Fluxo de Caixa mostra todas as movimentações do financeiro da empresa por um período de tempo, ele tem como objetivo fazer com que a empresa preserve a sua liquidez. O Caixa muito reduzido acarreta a perda

de descontos com os fornecedores, pelo fato de não se conseguir efetuar a compra à vista, portanto, uma boa administração do Fluxo de Caixa pode trazer recursos muito positivos para a empresa.

> *Sabidamente, uma boa gestão dos recursos financeiros reduz substancialmente a necessidade de capital de giro, promovendo maiores lucros pela redução principalmente das despesas financeiras e é essa a finalidade do fluxo de caixa. Em verdade, a atividade financeira de uma empresa requer acompanhamento permanente de seus resultados, de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessários. O objetivo básico da função financeira é prover a empresa de recursos de caixa suficientes de modo a respeitar os vários compromissos assumidos e promover a maximização de seus lucros.* (MARANHÃO, 2009, p. 2).

Muitos gestores cometem erros ao gerenciar as suas empresas, como por exemplo, analisar apenas se o caixa tem ou não dinheiro. Utilizando esta forma simplista de análise, o gestor pode tomar decisões precipitadas, podendo levar a empresa à falência.

Fluxo de Caixa Indireto

Quando o Fluxo de Caixa Indireto é adotado o mesmo não é elaborado usando os pagamentos reais, as atividades são feitas através do lucro líquido, se baseando no Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE e nos lucros e prejuízos, tendo variações nas contas patrimoniais e tendo como ajuste a depreciação e amortização.

Abaixo será demonstrado como é feito o Fluxo de Caixa Indireto:

Quadro 1: Fluxo de Caixa Indireto

(=)	Lucro Liquido do Exercicio		
(+)	Depreciação		
(+/-)			
(+/-)			
(+/-)			
(=)	**Caixa gerado pela atividades operacionais**		

Fonte: Sage (2016).

> *O método, no entanto, é imperfeito por não lidar diretamente com as informações da DFC já em um primeiro momento. Como é preciso converter as informações do regime de competência para o regime de caixa, o processo pode ser mais lento e apresentar surpresas desagradáveis caso seja feito em um período de intervalo muito grande de um para outro. Se houverem quaisquer modificações na legislação fiscal e nos princípios contábeis, por exemplo, o método pode apresentar uma série de distorções.* (SAGE, 2016).

Este método não é muito utilizado nas empresas, pelo fato de não usar diretamente os dados do Fluxo de Caixa, mas é uma ferramenta muito efetiva.

Fluxo de Caixa Direto

Conforme Sage (2016), quando adotado, o Fluxo de Caixa Direto usa o recebimento real dos clientes, pagamento de despesas e fornecedores. Este método consiste nas entradas e saídas brutas do caixa.

> *Para elaborar a DFC pelo método direto, o gestor deve evidenciar as classes de recebimento e desembolsos brutos das atividades operacionais, dividindo-as por sua natureza contábil (recebimentos de clientes, pagamentos de fornecedores, dentre outros). Esse método começa a partir da demonstração das entradas e saídas que passaram pelo caixa e equivalentes de caixa.* (SAGE, 2016).

Abaixo será demonstrado como é elaborado o Fluxo de Caixa Direto:

Quadro 2: Fluxo de Caixa Direto

	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Modo Direto		
	OPERAÇÕES		
(+)	Receita recebida		
(-)	Pagamento de forncedores		
(-)	Despesas operacionais pagas		
(=)	**Caixa Gerado no negocio**		
	FINANCIAMENTOS		
(+)	Novos emprestimos bancarios		
(-)	Amortização de financiamentos		
(=)	**Caixa após o financiamentos**		
	INVESTIMENTOS		
(-)	Aquisição de novos investimentos		
(=)	**Resultado de caixa no período**		

Fonte: Sage (2016).

Mesmo sendo um método difícil para a empresa desenvolver, tem como benefício o fato das informações serem, diariamente, atualizadas, sendo um dos métodos mais utilizados. Ele mostra detalhadamente os recursos da empresa referente aos seus pagamentos ou recebimentos, tendo como princípio esclarecer e destacar os resultados brutos.

Microempresa e Pequena Empresa

A micro e pequena empresa foram criadas para se classificar as empresas com relação ao número menor de faturamento no mercado de trabalho tendo um tratamento diferenciado especialmente sobre tributação.

Conforme Sebrae (2014) a micro e pequena empresa pode ter no máximo nove funcionários, seu faturamento anual não pode ultrapassar R$ 360.000,00 e na maioria das vezes os próprios donos trabalham na mesma.

Abaixo será demonstrado um quadro sobre o faturamento:

Quadro 3: Faturamento de Micro e Pequena Empresa.

Forma Jurídica	Enquadramento/ Faturamento do Ano				Sócios/ Empresário individual	Forma Tributária	Outros
	MEI	ME	EPP	NORMAL			
Empresário Individual	Até R$ 60.000,00	-	-	-	Um titular da empresa	Simples Nacional/ SIMEI	Verificar se a atividade é permitida
		Até 360 Mil	Até 3,6 Milhões	Faturamento acima de 3,6 Milhões	Um titular da empresa	Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real	
Empresário Individual por responsabilidade Ltda (EIRELI)		Até 360 Mil	Até 3,6 Milhões	Faturamento acima de 3,6 Milhões	Um titular da empresa	Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real	O capital social da empresa precisa ser de no mínimo 100 vezes o valor do salario mínimo
Sociedade Ltda		Até 360 Mil	Até 3,6 Milhões	Faturamento acima de 3,6 Milhões	dois ou mais sócios	Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real	

Fonte: Sebrae (2014).

Conforme o Sebrae (2014) a Empresa de Pequeno Porte, sendo uma sociedade empresária empregam de 10 a 49 pessoas, ou se for uma indústria, ou uma empresa de construção, de 20 a 99 pessoas, tendo o seu faturamento anual de R$ 360.000,00 até R$ 4.800.000,00.

Fluxo de Caixa como ferramenta em Micro e Pequena Empresa

Com o aumento da competitividade no mercado das micro e pequenas empresas, o Fluxo de Caixa vem sendo um instrumento indispensável para o controle e organização do caixa, pois toda a empresa é movida a caixa. Sem esta ferramenta, torna-se muito difícil o controle do gerenciamento financeiro, podendo ficar em desvantagens em relação aos seus concorrentes que utilizam esta ferramenta.

> *A empresa, utilizando-se do Fluxo de Caixa planejado, consegue reduzir a necessidade de capital de giro, diminuir custos financeiros e dispor de liquidez. Para tanto, os numerários disponíveis devem ser utilizados em conformidade com o planejamento do Fluxo de Caixa e devem ser evitadas as tentações de desviar os saldos positivos de caixas para destinos não operacionais, como por exemplo, adquirir ou trocar o veículo particular, compra de ouro, compra de estoques especulativos e sem critérios, dentre outros.* (TÓFOLI, 2012, p. 82).

Implantando o Fluxo de Caixa na Micro e Pequena Empresa se consegue obter um maior controle sobre a área financeira, sabendo se a empresa irá necessitar de alguma ajuda financeira. Segundo Tófoli (2012) com o Fluxo de Caixa sendo feito antecipadamente, é possível antever situações de falta ou excesso de dinheiro, tendo a previsão de ingressos de numerários provenientes das vendas que compraram a prazo.

> *Assim, o Fluxo de Caixa planejado é uma ferramenta que permite prognosticar os encaixes e desencaixes do período, fornecendo ao gestor informações antecipadas de estrangulamentos ou excessos de caixa. A administração de caixa é uma das áreas chave da administração do capital de giro [...].* (TÓFOLI, 2012, p. 81).

O Fluxo de Caixa é uma das ferramentas mais utilizadas no meio empresarial, o qual controla as entradas e saídas de recursos. Ele contribui significativamente para a maximização dos lucros como se fosse uma reserva de dinheiro para que assim possa ser feito o planejamento dos pagamentos em determinado período.

Importância do Fluxo de Caixa na Micro e Pequena Empresa

O Fluxo de Caixa é de suma importância para a micro e pequena empresa, pois é com ele que a mesma irá conseguir se estabelecer financeiramente. Por ser micro e pequena empresa se torna mais fácil lidar com o Fluxo de Caixa, porém qualquer informação que for lançada de maneira equivocada, pode prejudicar a empresa.

Segundo Hoji (2011) atualmente as empresas passam por um momento de muito risco, por isso as mesmas necessitam buscar alguma ferramenta para que possa se auxiliar no controle de seus recursos, uma destas ferramentas é o Fluxo de Caixa sendo de extrema importância para o controle destes recursos, podendo ajudar na administração do caixa e nas tomadas de decisões.

Quanto mais se mantém atualizado e organizado o Fluxo de Caixa, mais a empresa saberá sobre o seu caixa, para que a mesma possa estar em constante crescimento.

Segundo Tófoli (2012), a correta administração do Fluxo de Caixa propicia equilíbrio saudável para a liquidez e a rentabilidade da empresa, fazendo com que a mesma consiga reduzir a necessidade de capital de giro, diminuindo os custos financeiros.

Conclusão

Após a realização da pesquisa sobre a influência do Fluxo de Caixa na micro e pequena empresa, concluiu-se que esta ferramenta é essencial para o gerenciamento das finanças empresariais, proporcionando objetividade nas decisões que serão tomadas.

O Fluxo de Caixa é uma ferramenta funcional e utilizada dentre os meios empresariais. O mesmo demonstra ser essencial para o controle e planejamento da administração financeira.

Com o Fluxo de Caixa sendo utilizado nas Micro e Pequenas Empresas, o rendimento das mesmas se torna mais eficaz com o passar do tempo, pois a empresa se adapta a utilizar esta ferramenta fazendo com que se torne mais prático e fácil a sua utilização.

Concluiu-se que este artigo cumpriu com os seus objetivos, pois, demonstrou a grande importância do Fluxo de Caixas nas Micro e Pequenas Empresas, sobretudo, porque abordou os fatores e funções na quais esta ferramenta é utilizada.

Os objetivos foram alcançados demonstrando o que é o Fluxo de Caixa e a sua importância, sendo uma ferramenta indispensável para o controle e planejamento das micro e pequenas empresas. O Pressuposto Teórico foi confirmado, mostrando que a ferramenta do Fluxo de Caixa otimiza a gestão financeira, facilitando as tomadas de decisões.

Referências Bibliográficas

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira na Pratica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARANHÃO, Andrade. **Ferramentas - Diário de Caixa e Controle do Fluxo de Caixa**, 2009. Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/programas/ferramentas-diario-de-caixa-e-controle-do-fluxo-de-caixa/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SAGE. **Controlar o Fluxo de Caixa**, 2016. Disponível em: <http://blog.sage.pt/controlar-o-fluxo-de-caixa/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SEBRAE. **Quem são os pequenos negócios?** Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenosnegociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD. > Acesso em: 16 abr. 2018.

TÓFOLI, Irso. **Administração Financeira Empresarial**. 1. ed. São Jose do Rio Preto: Raizes, 2012.

O papel do líder para desenvolver motivação na equipe que atua

The role of the leader to develop motivation in the team that acts

Fernanda Batista Theodoro[1]
Rafaella Squari Cavalcante[2]
Luciana Passos Marcondes[3]
Cleide Henrique Avelino[4]

RESUMO
Dentre as qualificações de um líder, está a capacidade de identificar as necessidades e fragilidades de seus colaboradores, a de saber ouvir, absorver as informações e criar estímulos para o desenvolvimento da motivação em seus parceiros, através de habilidades técnicas. Este artigo baseou-se na revisão bibliográfica de autores e estudiosos do assunto e teve por objetivo descrever os diferentes papéis de liderança, as atitudes influenciadoras da motivação de uma equipe bem como expor exemplos de figuras conhecidas na mídia que se utilizaram desses papéis e obtiveram sucesso com as técnicas de liderança apresentadas. Liderar não é uma tarefa fácil, pois envolve muito mais do que apenas gerenciar funcionários, liderança está relacionada com desenvolver pessoas através dos papéis que serão apresentados para obter os resultados almejados.
Palavras-chaves: Equipe, liderança, motivação.

ABSTRACT
The leader is the individual capable of identifying the needs of their employees, their potential and their weaknesses, knowing how to listen, absorbing information and creating incentives for the development of motivation in their employees through technical skills. This article was carried out through bibliographical review of authors and scholars of the subject and aims to describe the different leadership roles, how these roles influence the motivational factor of the team and are exemplified by figures known in the media who have used these roles and obtained success with the techniques presented. Leadership is not an easy task because it involves much more than just managing employees, leadership is related to developing people through the roles that will be presented to achieve the desired results.
Keywords: Team, leadership, motivation.

Introdução

Os temas liderança e motivação têm sido abordados cada vez mais, pois o mercado tem se tornado muito competitivo e um dos *stakeholders* mais importantes é o colaborador, ou seja, o capital humano. A palavra liderança acomete em alguns casos, uma perspectiva errônea do real significado da palavra, que, às vezes, traz um

[1] Acadêmica do 8o termo de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmica do 8o termo de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Administradora; Especialização em Administração de Empresas, Reengenharia e Qualidade Total; Mestrado em Administração de Empresas; Doutorado em Administração; Docente da Fatec de Araçatuba/SP, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba e Fundação Educacional de Penápolis – FUNEPE.
[4] Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

sentido de comodismo ou até mesmo de pessoas grosseiras no trato aos seus subordinados quando, na verdade, a liderança é a responsável por provocar ações em seus colaboradores, transformando suas atitudes e seus pensamentos. Já a motivação é um comportamento específico que foi impulsionado por algo ou alguém dentro do ambiente em que está inserido.

Neste contexto é possível verificar que colaboradores e equipes motivadas alcançam um melhor resultado. A liderança é um dos fatores mais importantes no desenvolvimento da motivação, pois ele é o responsável por identificar as necessidades dos colaboradores e desenvolver métodos que influenciem no fator motivacional da equipe.

O presente artigo teve por objetivo geral pesquisar o papel do líder na motivação da sua equipe. Os objetivos específicos foram: descrever os papéis que os líderes devem exercer para que influenciem diretamente no favor motivacional das equipes e mostrar exemplos de pessoas que são reconhecidas na mídia e obtém resultados aplicando esses papéis na prática.

Este estudo possibilitou responder ao pressuposto teórico que tinha por objetivo analisar os diferentes papéis gerenciais na motivação da equipe e com isso chegou-se à conclusão de que é possível através dos diferentes papéis gerenciais de liderança motivar equipes, pois um bom gestor de pessoas, ou seja, um bom líder consegue identificar as necessidades de seus colaboradores e através disso provocar motivação na equipe que atua.

Esta pesquisa traz diversas informações sobre o assunto abordado, disponibilizando aos interessados uma oportunidade de aprendizado sobre liderança e motivação.

O trabalho apresentou quatro aspectos importantes: os diferentes papéis dos líderes; motivação na equipe; equipe autogeridas e exemplo de líderes e o desenvolvimento de seus papéis na interferência da motivação da equipe.

Este estudo baseou-se em uma pesquisa exploratória, com a finalidade de verificar a importância do líder no fator motivacional da equipe que atua. Os dados são apresentados de forma qualitativa, observando o objetivo geral, os específicos e consolidando o pressuposto teórico apresentado. As fontes de pesquisas utilizadas foram primária, secundárias e terciárias, ou seja, foi coletada informações de livros, artigos e sites para atingir os resultados desejados.

Os diferentes papéis dos líderes

O papel que o líder exerce dentro da organização é de grande importância para o desenvolvimento de sua equipe. Henry Mintzberg, por meio de uma pesquisa com um grupo de executivos, analisou cada uma de suas relações, comportamentos e atitudes para criar e conceituar os diferentes papéis gerenciais. Em 2010 publicou um livro chamado "*Managing*: desvendando o dia a dia da gestão", onde alocou os resultados de sua pesquisa na qual foram identificados 10 papéis gerenciais organizados em 3 grupos diferentes que são:

a) O papel interpessoal: refere- se ao relacionamento que os líderes exercem com a sua equipe, seu público alvo e sua concorrência, é responsável pelos seus atos e de sua equipe, representando a empresa em eventos e tornando-se um facilitador para pessoas que já possuem um negócio na mesma área ou buscam abrir um. Essas ações são divididas em subgrupos, que são o monitor, disseminador e porta voz.
b) O papel informacional: é o responsável por coletar os dados que, após processados, tornam-se informações e agregaram valor para os envolvidos no assunto em questão; o líder além de coletar esses dados e processá-los, também é o responsável por passá-las a diante no momento certo e caso seja necessário. Esse papel também está dividido em outros três subgrupos, que são os representantes da empresa, líder e contato.
c) O papel decisório: é o papel mais importante que um líder deve exercer, pois está relacionado á tomada de decisão. Após o conhecimento de todos os envolvidos no processo e a devida coleta de dados que prontamente analisadas se tornam informações, cria-se então uma base para a tomada de decisão. Existem diferentes tipos de líderes que exercem esse papel, o empreendedor é um deles, pois este busca inovação, sabe resolver conflitos e consegue trabalhar com os recursos escassos ou como negociadores. Por fim, esse papel também está dividido em quatro subgrupos que são empreendedor, solucionador de conflitos, alocador de recursos e negociador.

Todos esses papéis são de grande importância para um líder, pois são responsáveis por cada área da empresa e servem como base na tomada de decisão

influenciando, de forma direta, na motivação da equipe. Mintzberg (2010, p.63) explica, *[...] a programação do gerente pode ter uma influência enorme sobre todos os membros da unidade: tudo que entre na agenda é interpretado como um sinal do que é importante dentro da unidade*. Ou seja, todas as atitudes e informações passadas de seu líder para os seus colaboradores influenciam de forma direta no processo motivacional.

Motivação na equipe

O tema motivação tem se tornado cada vez mais discutido no meio acadêmico e no mercado de trabalho, pois é comprovado que uma equipe motivada produz mais resultados do que uma desmotivada. Motivação está ligada diretamente com o papel do líder dentro da organização, pois através de suas competências, cria-se um ambiente motivacional dentro da organização.

Chiavenato (2009, p. 121) afirma que,

> *De modo geral, motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou, pelo menos, que dá origem a um comportamento específico. Esse impulso à ação pode ser provocado por um estímulo externo (provindo do ambiente) e pode também ser gerado internamente por processos mentais do indivíduo.*

Neste contexto, pode se verificar que a motivação advém de fatores intrínsecos do indivíduo e o líder é o responsável por fatores extrínsecos que podem provocar a motivação, desde que saiba identificar as necessidades de seus colaboradores e sua equipe. Há casos em que os colaboradores estão desmotivados por serem liderados por pessoas não qualificadas, incapazes de identificar suas necessidades.

Outra vertente importante para obter êxito nesse tema apresentado é saber escolher a equipe, os colaboradores e identificar se estão dispostos a serem motivados e a se comprometerem com a missão da organização. Dametto (2008) é ainda mais contundente quando afirma: *A boa liderança requer também boa equipe. Não existem bons gestores que tirem leite de pedra, esse é um conceito no mínimo infantil*. Se o colaborador não estiver disposto a fazer, a melhorar, se a motivação também não vier de dentro, não terá um bom líder que o fará ficar motivado.

Portanto, quando aplicados os papéis gerenciais dentro das organizações pode-se notar que as necessidades dos seus colaboradores são ouvidas e o líder

consegue desempenhar-se melhor na tomada de decisão e nos estímulos que influenciaram de forma positiva os seus liderados.

Equipes autogeridas

O tema abordado abrange vários aspectos com destaque para as Equipes autogeridas que são motivadas por um bom líder que a conduz.

Chiavenato (1999, p. 09) afirma que,

> *Empregados satisfeitos são necessariamente os mais produtivos, mais empregados insatisfeitos tendem a se desligar da empresa, se ausentar frequentemente e produzir pior qualidade do que empregados satisfeitos. A felicidade na organização e a satisfação no trabalho são determinantes do sucesso organizacional.*

Envolvendo isso, é com clareza que resulta em equipes com propostas inovadoras e postura sobre o que se quer. Para não gerar empregados desmotivados é necessário atribuir tomada de decisão eficaz que gere motivação para realizar o que é pedido. Se essas equipes são bem lideradas não haverá erro em expor tais assuntos e ressaltar o que realmente é necessário para progredir de forma eficiente.

Em busca de um desenvolvimento melhor dentro da empresa, as equipes autogeridas buscam sempre ampliar o seu conhecimento e adquirir opções melhores. Pode-se definir o perfil profissional como o conjunto de habilidades técnicas, humanas e conceituais, com ênfase nas habilidades de comunicação, mútuo entendimento e capacidade de inspirar confiança para possibilitar efetivo trabalho em equipes.

Afirma Robbins (2000, p. 360) que,

> *A lógica subjacente é que ao envolver os trabalhadores nas decisões que os afetam e aumentar sua autonomia e controle sobre suas vidas profissionais, eles se tornarão mais motivados e comprometidos com a organização, mais produtivos e mais satisfeitos com seus trabalhos.*

Observa que a empresa flui quando um colaborador estende a mão para ajudar a desenvolver papéis essenciais que são vistos como o objetivo principal e agregador que gera valores e metas a serem alcançadas, com isso a cada passo que a empresa move tem um pouco de cada um dentro dela adquirindo conhecimento e experiência.

Exemplos de Líderes e o desenvolvimento de seus papéis na interferência da motivação das equipes

É notório que para ser um bom líder dentro das organizações, os mesmos se espelham em grandes artistas, pessoas motivadoras que estão na mídia e buscam neles uma influência em sua carreira profissional. Uma abordagem mais profunda sobre a interferência de líderes para motivar equipes é saber entender suas necessidades, e conhecer até onde ele pode ir para se tornar um bom líder.

Acredita-se que para ser um líder conceituado necessita ser bem aplicado e ter uma visão realista para levar uma boa equipe ao topo. Com isso, os líderes maiores passam uma imagem voltada para o bem maior e exemplos para as empresas. Segundo Chiavenato (1999, p. 88) *para ser bem sucedido, o líder deve saber lidar com os aspectos relativos à comunicação, relações interpessoais, trabalho em equipe e dinâmica de grupo*.

Ser um exemplo para o próximo às vezes nem sempre é muito fácil, requer atitude, compreensão, cuidado e saber identificar as necessidades do outro. Os líderes que estão inseridos nas mídias exercem grande influência sobre as pessoas que os acompanham.

Um bom líder planeja e pensa no que o outro deseja e necessita, e pensando nisso o Líder Steve Jobs em 1976, em parceria com o igualmente genial Steve Wozniak, Jobs fundou a Apple. Para dar vida a empresa teve que levantar fundos. Steve vendeu sua Kombi e uma Woz , calculadora muito avançada para a época. Com a grande quantidade de dinheiro que entrava na empresa, Steve logo contratou muitos funcionários e podia dar andamento as suas ideias. Então ele criou duas vertentes dentro da companhia. Uma voltada somente para os computadores Apple e outra para o Macintosh. (Alencar, 2011)

Com isso os líderes têm um papel fundamental para motivar equipes, solucionar perguntas e problemas sempre que ocorre. Liderar é conhecer, é abranger novos mundos é liderar a si mesmo.

Conclusão

Conclui-se que liderar uma equipe não é nada fácil, pois tudo vem acompanhado de incertezas, de dúvidas sobre o que realmente fazer, o que realmente analisar. Um bom líder necessita entender as necessidades de seus

colaboradores e ajudá-los no que for preciso, levando em consideração que estes têm habilidades e competências para administrar e realizar projetos futuros para as empresas.

Liderar é provocar estímulos e tensões, liderar é agir de forma concreta, certa e rápida para a tomada de decisões.

Através de diferentes papéis gerenciais de liderança, motivar equipes é inovar e buscar resultados. Um líder consegue identificar as necessidades de seus colaboradores e, através disso, provocar motivação na equipe que atua. Entre os papéis gerencias, motivar equipes é a forma mais ampla de um gestor identificar o que realmente a equipe que lidera necessita e avaliar o que pode desenvolver para se tornar um bom líder.

É importante ressaltar que equipes motivadas realizam um estudo mais forte e estão sempre em busca de melhoria. Ser motivado por um líder que agrega valores, que te faça ter um conhecimento mais profundo e amplo faz de você uma pessoa que evolua e que desenvolva pensamento sobre tudo o que fizer.

Ao entender o que a equipe está disposta a enfrentar, o bom líder age sempre de forma cautelosa, busca enfrentar desafios e alcançar os melhores resultados. O fator motivacional vem de dentro, porém o ambiente em que o colaborador está inserido contribui para a sua motivação.

Saber escolher a equipe, os colaboradores e identificar se estão dispostos a realizar as tarefas que lhe são passadas para resolver conflitos que ocorrem diariamente faz um líder planejar cada passo e buscar melhoria para dentro da empresa. Liderar é um processo necessário, deve ser aplicado e desenvolvido constantemente para que se obtenha a motivação almejada.

Neste trabalho pôde-se concluir que o objetivo foi alcançado, que foi o de apresentar a influência dos líderes em motivar equipes e gerar fatores motivacionais para desenvolver a capacidade de atuação e qualidade no que faz. Concluiu-se também que o Pressuposto Teórico, que afirma que um bom gestor consegue identificar as necessidades de seus colaboradores provocando motivação através de metas, resultados e conquistas, foi confirmado.

Portanto, liderar é motivar a si mesmo. Uma boa liderança vem acompanhada de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e ser comunicativo, presente e

conhecer as necessidades de seus colaboradores é dar o melhor si e alcançar as metas que são propostas.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Felipe. **A história de Steve Jobs, fundador da Apple**. Disponível em: <https://www.guiadopc.com.br/artigos/20399/historia-steve-jobs.html> - Acesso em: 15 out. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos:** fundamentos básicos. 7. ed. Barueri: Manole, 2009.

_____. **Gerenciando pessoas:** o passo decisivo para a administração participativa. São Paulo: Makron Books, 1992.

_____. **Gestão de Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DAMETTO, André. **Como se tornar um gestor de gestores**. Disponível em: <http://www.hsm.com.br/editorias/liderancaemotivacao/artlidermot3_250308.php?> . Acesso em: 15 jul. 2008.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo**: Uma história sobre a essência da liderança. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

MINTZBERG, **Henry. Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ROBBINS, Stephen P.. **Comportamento Organizacional**. 9. ed. São Paulo: Pretence Hall, 2002.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Análises das demonstrações contábeis para os investidores do grupo São Martinho

Analysis of the financial statements for the São Martinho group investors

Analina Batista Balbino[1]
Ester Rodrigues Valentim Figueiredo[2]
Hemily Cunha da Silva[3]
Antônio Moreira[4]
Cleide Henrique Avelino[5]
Fabiane Cristina Spironelli[6]

RESUMO

A Contabilidade Gerencial é uma ferramenta importante que demonstra a situação econômica e financeira da empresa para seus investidores, gestores e demais segmentos envolvidos. As empresas de capital aberto estão sempre em busca de novos investidores que, em contrapartida, estão cada vez mais exigentes e buscam empresas com maior viabilidade e rentabilidade. Assim, a Contabilidade Gerencial aplicada nas Demonstrações Contábeis torna-se uma ferramenta que minimiza os riscos de possíveis perdas. Este artigo objetivou aplicar indicadores financeiros no Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício em uma empresa de setor sucroenergético e elaborar um parecer técnico sobre esses indicadores apurados no intuito de esclarecer e tornar compreensível as informações obtidas para futuros investidores.
Palavras chave: Contabilidade Gerencial, Demonstrações Contábeis, investidores.

ABSTRACT

Management Accounting is an important mean that demonstrates the economic and financial condition of the company to its investors, managers and other segments involved. The publicly traded companies are always seeking for new investors, who in exchange are more and more demanding and seek for companies with better feasibility and profitability. Thus, the Management Accounting applied to Financial Statements becomes a tool that minimizes the risks of possible losses. This article had as its objective to apply financial indicators to Balance Sheet and Income Statements in a sugarcane industry, and to elaborate a technical notion about these indicators approached in order to clarify and make the data obtained understandable to future investors.
Keywords: Management Accounting, Accounting Statements, investors.

Introdução

[1] Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contador; Mestrado em Ciências Sociais na área de Contabilidade; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[5] Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[6] Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

O presente trabalho foi elaborado através do estudo da Contabilidade Gerencial e das análises das Demonstrações Contábeis, buscando revelar a situação financeira de uma empresa através da aplicação de indicadores em seus relatórios gerenciais.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica e Estudo de Caso realizado no Grupo São Martinho, um grupo de usinas do setor sucroenergético que está entre os maiores do Brasil nesse setor. As informações foram obtidas através da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e do Balanço Patrimonial – BP, fazendo a comparação entre os anos de 2016 e 2017.

Os objetivos definidos nesse trabalho foram analisar as informações, verificando, através da aplicação dos indicadores de liquidez, endividamento, geração de caixa e geração de valor, a situação financeira e econômica do Grupo; se sua posição, no mercado no qual está inserida, encontra-se em condições de crescimento; como caminha sua administração, ou seja, como está sendo trabalhada a gestão financeira e demonstrar a capacidade de gerar caixa, lucratividade e rentabilidade.

Através dos resultados obtidos nessa análise, os indicadores irão demonstrar a atratividade da empresa e evidenciar a veracidade da sua situação nos anos de 2016 e 2017, auxiliando o investidor na hora de tomar a decisão de aplicar capital ou não na empresa estudada.

A Contabilidade

A contabilidade trata-se de uma ciência social que visa controlar o patrimônio de uma entidade e gerar informações que são utilizadas em sua gestão.

Dentre diversas definições, Franco *apud* Basso (2005, p. 22) explica que

> *Contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.*

Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial é um ramo que coleta dados através de relatórios

gerenciais, os quais serão utilizados na tomada de decisão, no intuito do uso correto dos recursos.

A contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se "encaixem", de maneira válida e efetiva, no modelo decisório do administrador. (IUDÍCIBUS, 1998, p. 21)

Segundo Iudícibus (1998), a elaboração das análises geralmente é feita por um profissional na área contábil que analisa as planilhas, relatórios e demais informações para gerar dados importantes na tomada de decisão. Essas informações não se limitam apenas aos administradores, gestores ou diretores, mas também envolvem outros segmentos, como: investidores, fornecedores de bens e serviços, bancos, governo, sindicatos e demais interessados na situação da empresa.

As Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e financeiras são informações coletadas pela empresa com base nos registros e documentos que, unidos, formam o sistema contábil, mostrando, com esses resultados, uma grande base sobre sua saúde financeira. Também podem avaliar o desempenho econômico, financeiro e patrimonial dos períodos.

> *As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.* (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2018)

Como mostra o Portal da Contabilidade (2018), os dados expostos são denominados relatórios contábeis e seu objetivo está na utilização desses registros nos setores, podendo ser conhecido como informe contábil e sua classificação está em obrigatórios e não obrigatórios.

Os obrigatórios são aqueles exigidos por lei e também os relacionados às sociedades anônimas que são, por ações financeiras, denominadas companhias, como o Balanço Patrimonial – BP, as Demonstrações do Resultado do Exercício –

DRE, Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados – DLPA, Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, Demonstração do Valor Adicionado – DVA – apenas para Sociedade Anônima de Capital Aberto – SA, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL que substituirá a Demonstração do Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA.

Os relatórios não obrigatórios são aqueles que não são exigidos por lei, mas não deixam de ser importantes porque são essenciais para a gestão.

Objetivos da Análise das Demonstrações

As análises das demonstrações contábeis podem avaliar, por meio de sua aplicação, o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas referentes aos períodos passados.

Marion (2012) relata que os indicadores financeiros podem demonstrar a liquidez da empresa, ou seja, o quanto possui de recursos para saldar suas dívidas, qual o seu endividamento e qual o retorno sobre os investimentos dos acionistas. Também é possível comparar essas informações com outras inseridas no mesmo mercado, trazendo uma perspectiva mais clara na tomada de decisão entre seus diversos usuários.

Para os investidores, a análise das demonstrações contábeis possui relevância, pois verifica a viabilidade de adquirir ou não o controle acionário; ou ações na bolsa de valores, e também para avaliação do risco inerente que se encontra no investimento e em seu possível retorno.

Estudo de Caso da Contabilidade Gerencial no Grupo São Martinho

O objetivo do estudo de caso é compreender a aplicação da Contabilidade Gerencial na empresa escolhida, que é o Grupo São Martinho, fundada no interior de São Paulo, em 1937, no município de Iracemápolis. Hoje está entre os maiores grupos de sucroenergéticos, ou seja, a cana-de-açúcar como fonte de energia elétrica. O grupo é composto por quatro usinas em operações: a usina São Martinho em Pradópolis - São Paulo; a usina Iracema em Iracemápolis- São Paulo; a Santa Cruz, em Américo Brasiliense – São Paulo e a Boa Vista, em Quirinópolis – Goiânia.

A partir do estudo do Balanço Patromonial-BP e Demonstração do Resultado do Exercício-DRE consolidados das quatro usinas que compõem o Grupo, foram

aplicados os índices de liquidez, endividamento, geração de caixa e geração de valor, os quais demonstram se a empresa tem boa colocação no mercado no qual está inserida e se possui condições de crescimento, como caminha sua administração e veracidade dos fatos referente aos anos de 2016 e 2017. Esses dados foram retirados do *site* do Grupo São Martinho através de informações divulgadas pela empresa, sendo a origem dos valores apresentados nesse trabalho.

Indicadores de Liquidez

De acordo com Marion (2012), os índices de liquidez são utilizados para demonstrar as informações sobre a capacidade de pagamento da empresa; apreciando se esta tem capacidade para saldar seus compromissos através do estudo de um determinado período de tempo, no qual são feitas as análises das demonstrações contábeis do BP e da DRE.

Nos estudos dos índices de liquidez, será analisado o índice de liquidez corrente, liquidez imediata, liquidez seca e liquidez geral.

Liquidez Geral

Marion (2012) diz que o índice de liquidez geral demonstra quanto a empresa dispõe no Ativo Circulante – AC e no Ativo Realizável a Longo Prazo – ARLP para quitar suas dívidas de curto prazo, Passivo Circulante – PC, e longo prazo, Passivo Exigível a Longo Prazo – PELP, ou seja, mede a capacidade da empresa em saldar seus compromissos financeiros totais. Esse índice tem por finalidade medir a saúde financeira da empresa em longo prazo, tornando evidente sua capacidade geral de pagamento.

Tabela 1: Liquidez Geral

Fórmula Liquidez Geral	2016	2017
$\frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$	$\frac{2.303.725,00 + 365.500,00}{1.408.398,00 + 3.279.918,00} = 0,57$	$\frac{3.262.689,00 + 428.800,00}{1.722.737,00 + 4.138.644,00} = 0,62$

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Liquidez Corrente

Segundo Marion (2012), o índice de liquidez corrente demonstra a capacidade de pagamento da empresa em saldar seus compromissos de curto prazo,

utilizando somente os recursos disponíveis nesse período. Para que a empresa consiga honrar seus compromissos em curto prazo, é necessário que a liquidez corrente seja maior que R$1,00.

Tabela 2: Liquidez Corrente

Fórmula Liquidez Corrente	2016	2017
$\frac{AC}{PC}$	$\frac{2.303.725,00}{1.408.398,00} = 1,64$	$\frac{3.262.689,00}{1.722.737,00} = 1,84$

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Liquidez Seca

Segundo Marion (2012), o índice de liquidez seca revela a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo, desconsiderando o estoque. Tem por finalidade verificar se a empresa é dependente do seu estoque para honrar seus compromissos, ou seja, se a mesma pode ficar um determinado tempo sem vender seus produtos acabados e conseguir manter-se financeiramente somente com o seu disponível e duplicatas a receber.

Tabela 3: Liquidez Seca

Fórmula Liquidez Seca	2016	2017
$\frac{AC - estoque}{PC}$	$\frac{2.303.725,00 - 1.127.121,00}{1.408.398,00} = 0,84$	$\frac{3.262.689,00 - 1.580.548,00}{1.722.737,00} = 0,95$

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Liquidez Imediata

Conforme Marion (2012), esse índice evidencia a capacidade da empresa em pagar suas dívidas em curto prazo, utilizando somente os recursos disponíveis como caixa, banco e aplicações financeiras.

Tabela 4: Liquidez Imediata

Fórmula Liquidez Imediata	2016	2017
$\frac{Disponível}{PC}$	$\frac{230.412,00 + 482.949,00}{1.408.398,00} = 0,51$	$\frac{1.168.422,00}{1.722.737,00} = 0,95$

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Endividamento

Segundo Marion (2012), o índice de endividamento informa se a empresa utiliza mais recursos dos proprietários, Patrimônio Líquido – PL, ou Capital de Terceiros – CT e se a maior parte das dívidas está concentrada com seu vencimento no curto ou no longo prazo.

Nos estudos dos indicadores de endividamento, serão analisados os indicadores de participação de capitais de terceiros sobre recursos totais, a garantia do capital próprio ao capital de terceiros e a composição do endividamento.

Endividamento Total

A Participação de Capitais sobre Recursos Totais demonstra a porcentagem que o endividamento representa sobre o total.

Tabela 5: Endividamento Total

Endividamento Total	2016	2017
$\frac{PC + PELP}{PC + PELP + PL}$	$\frac{4.688.316,00}{7.709.193,00} = 0,61$	$\frac{5.911.381,00}{9.286.464,00} = 0,64$

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros

Na Garantia de Capital Próprio ao Capital de Terceiro, está demonstrado, em porcentagens, o volume de recursos próprios da empresa em relação à sua dívida total.

Tabela 6: Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiro

Garantia do Capital Próprio sobre o Capital de Terceiro	2016	2017
$\frac{PL}{PC + PELP}$	$\frac{3.020.877,00}{4.688.316,00} = 0,64$	$\frac{3.375.083,00}{5.911.381,00} = 0,57$

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Composição do Endividamento

A Composição do Endividamento demonstra se as dívidas estão alocadas a curto ou em longo prazo.

Tabela 7: Composição do Endividamento

Composição do Endividamento	2016	2017
$\frac{PC}{PC + PELP}$	$\frac{1.408.398,00}{1.408.398,00 + 3.279.918,00} = 0,30$	$\frac{1.722.737,00}{1.722.737,00 + 4.138.644,00} = 0,30$

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Gerador de Caixa

De acordo com o Portal da Contabilidade (2018), o EBITDA é uma abreviação do termo em inglês *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* conhecido como o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. Esse indicador tem a finalidade de medir a capacidade da empresa de gerar receitas; os investidores, acionistas e instituições financeiras analisam esse índice para verificar o crescimento da empresa.

O EBIT é a sigla em *inglês Earnings Before and Taxes* e no Brasil é conhecido como LAJIR, ou seja, Lucro Antes dos Juros e Tributos – imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esse indicador demonstra o lucro contábil através das atividades que fazem parte do seu ramo de atividade.

Tabela 8: EBIT e EBITDA

Elementos	2016 – R$	2017 – R$
Lucro Líquido	220.270,00	506.854,00
(-) Diferido	16.286,00	31.727,00
(+) Do período	10.472,00	48.160,00
(+) Derivativos	43.470,00	13.565,00
(+) Variações líquidas	8.105,00	33.185,00
(+) Despesas Financeiras	315.739,00	307.464,00
(-) Receitas Financeiras	97.883,00	91.517,00
(=) EBIT	483.887,00 (21,29%)	755.938,00 (33,17%)
(+) Deprec./Amort.	423.659,00	392.181,00
(=) EBITDA	907.546,00	1.148.119,00

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Geração de valor

O *Economic Value Added* – EVA, em português, Valor Econômico Agregado, é um indicador que demonstra o valor da empresa no mercado: se os recursos aplicados

estão dando retorno positivo ou se houve perda do valor.

De acordo com Assaf Neto (2005), o EVA é uma medida da criação de valor identificada no desempenho operacional da própria empresa, segundo seu relatório financeiro, sendo utilizado pelos investidores para avaliar se a empresa é viável para realizar investimentos.

O *Market Valor Added* – MVA, traduzido como Valor de Mercado Adicionado, de acordo com Assaf Neto (2005), é uma medida interessante, que usa os valores futuros da empresa, ao contrário do EVA, porque essa medida reflete a expressão monetária da riqueza que foi gerada, determinada por sua capacidade operacional, evidenciando a diferença entre o preço atual no mercado e o valor investido no negócio, que mede o resultado de certo período. Este índice tem por finalidade analisar o crescimento do valor total da empresa.

Tabela 9: EVA e MVA

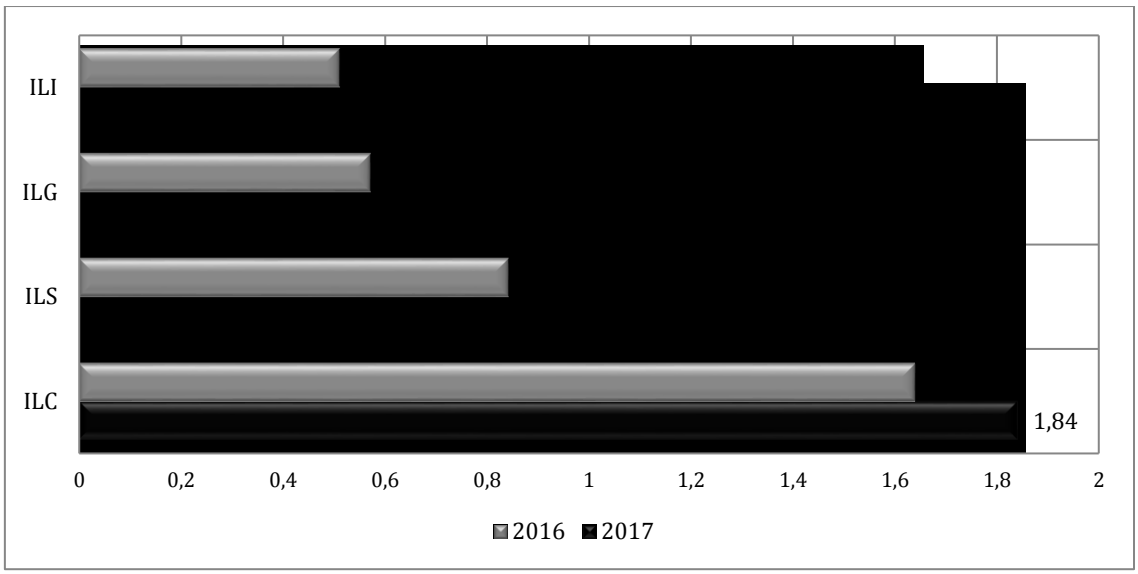
	Elementos	**2016 – R$**	**2017 – R$**
EVA	Lucro Líquido	220.270,00	506.854,00
	(-) Custo de Capital de Terceiros/Curto Prazo	105.997,45	-151.564,72
	(-) Custo de Capital de Terceiros/Longo Prazo	240.424,93	324.248,12
	(-) Custo de Capital Próprio	273.691,46	305.782,52
	= EVA	-399.843,84	-274.741,36
MVA	PL	3.020.877,00	3.375.083,00
	(X) Retorno do Capital Investido – RCI (9,06%)	109,06%	109,06%
	=Valor de Mercado	3.294.568.46	3.680.865,52
	PL	3.020.877,00	3.375.083,00
	(-) RCI	273.691,46	305.782,52
	(-) EVA	-399.843,84	-274.741,36
	= MVA	-126.152,38	31.041,16

Fonte: Estudo de Caso (2018)

Avaliação dos resultados das análises gerenciais

Abaixo seguem os estudos em forma de gráficos:

Gráfico1: Índices de Liquidez



Fonte: Estudo de Caso (2018)

Liquidez Geral

Com base nos dados obtidos através da aplicação dos indicadores de liquidez, nota-se que a Liquidez Geral, apesar de não ser um resultado satisfatório, apresenta um crescimento significativo de 2017, com R$0,62 em relação a 2016 em R$0,57. Isso mostra que a gestão procura aumentar os seus recursos de modo a serem maior que suas dívidas.

Liquidez Corrente

No índice de Liquidez Corrente, percebe-se um resultado excelente, significando que o ativo circulante é suficiente para pagar suas dívidas de curto prazo, permitindo uma sobra financeira; observa-se grande aumento de um ano para o outro.

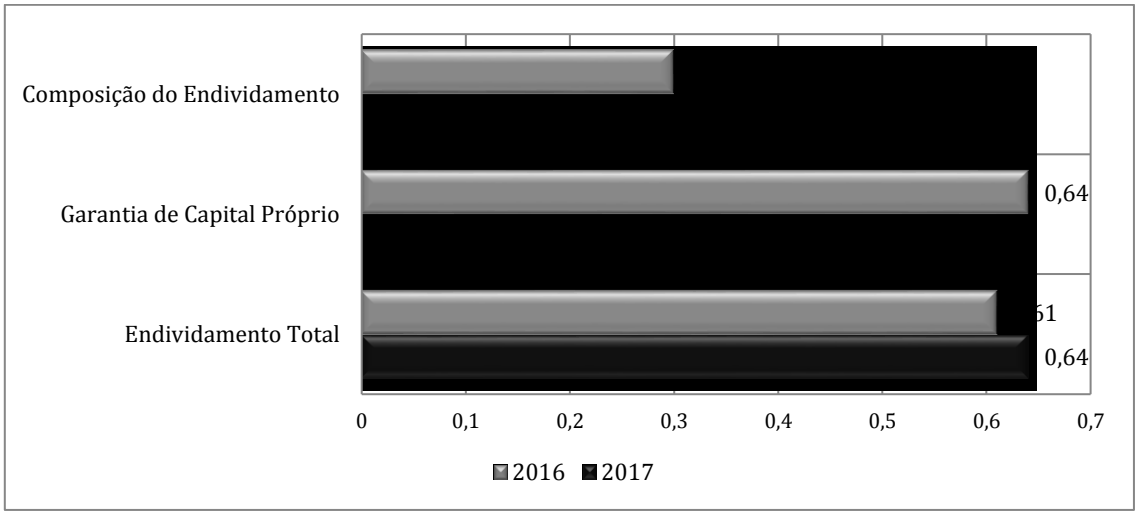
Liquidez Imediata

De acordo com os índices de Liquidez Imediata, percebe-se que a instituição não tem capacidade para honrar imediatamente com seus compromissos, pois para cada R$1,00 de suas obrigações, honra apenas R$0,66, não atingindo sua totalidade. No entanto, fazendo a comparação com 2016, há um crescimento positivo, indicando que o disponível da empresa está aumentando.

Liquidez Seca

A empresa aponta, nos indicadores de Liquidez Seca, que, se houvesse uma pausa em sua produção, teria a capacidade de honrar com quase a totalidade de suas dívidas através do passivo circulante. Ocorre também o crescimento de um ano para o outro.

Gráfico 2: Índices de Endividamento



Fonte: Estudo de Caso (2018)

Endividamento Total

Houve alta do endividamento total da empresa de um ano para o outro, passando de R$0,61, em 2016, para R$0,64, em 2017. O ativo total representa os recursos totais da empresa e o índice de R$0,64 representa a dívida financeira total, que é proveniente de bancos e dívidas com fornecedores, deixando boa parte da empresa nas mãos de terceiros.

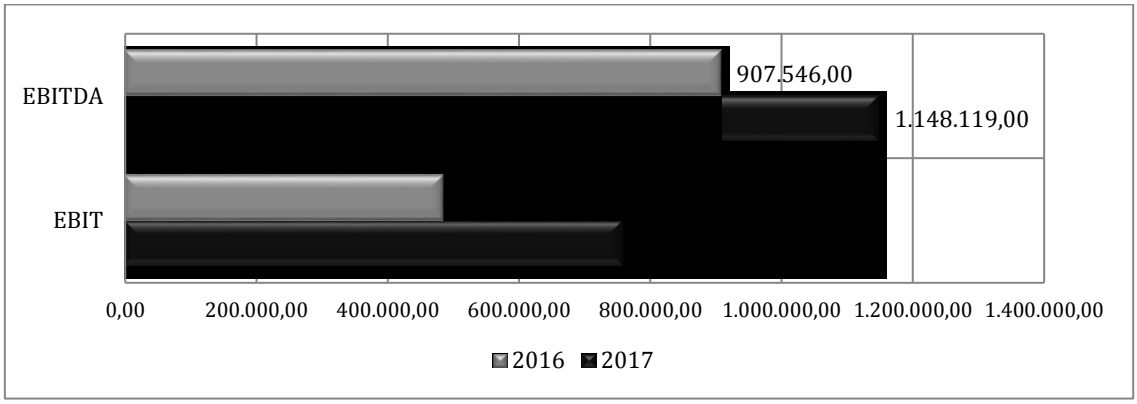
Garantia do capital próprio de terceiros

De acordo com a aplicação na Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros, percebe-se o quanto de recurso próprio que a empresa tem em relação às dívidas, considerando R$1,00 no ano de 2016, a empresa tem R$0,64; e em 2017, tem R$0,57, ocorrendo uma baixa.

Composição do endividamento

Na aplicação da Composição do Endividamento, quanto menor melhor, pois significa o quanto da dívida da empresa está a curto prazo. Comparando com R$1,00, no ano de 2016, seu valor era de R$0,30 e, em 2017, continuou o mesmo, sendo um fator positivo, porque as dívidas de curto prazo permaneceram e o ideal é estarem menores que as de longo prazo. Assim, a empresa terá mais tempo para levantar o dinheiro através do seu giro financeiro; do contrário, pode aumentar sua inadimplência.

Gráfico 3: EBIT e EBITIDA



Fonte: Estudo de Caso (2018)

O EBIT tem a finalidade de apurar o verdadeiro lucro da empresa, levando em consideração apenas o lucro operacional referente às suas atividades fim. No ano de 2016, o resultado apurado foi de 21,29%. Em 2017, o valor foi de 33,17 %, ou seja, o lucro operacional cresceu 11,88% de um ano para o outro.

O EBITDA tem por finalidade apurar a geração de caixa; no ano de 2016, o resultado obtido foi de 39,92%. No ano de 2017, houve um aumento significativo, pois o percentual apurado foi de 50,38%, evidenciando que a empresa tem uma excelente capacidade de gerar receitas.

Análise do EVA e MVA

O EVA indica o quanto a empresa agregou de riquezas para os seus acionistas e sócios. Observa-se que, no ano de 2016, os resultados apurados demonstram saldo negativo de –R$399.843,84. Em contrapartida, no ano de 2017, apesar do saldo negativo de -R$274.741,36, a empresa gerou riquezas, porque houve uma redução

do saldo negativo de –R$125.102,48.

Em relação ao MVA, que tem como função verificar o valor de mercado da instituição, no ano de 2016, o resultado apurado foi de -R$126.152,38, evidenciando que a empresa sofreu perda de valor no mercado. Em 2017, houve uma recuperação do valor, pois sua apuração demonstra que houve um valor positivo de R$31.041,16 de mercado.

Conclusão

Conclui-se que a Contabilidade Gerencial atua como uma ferramenta essencial para evidenciar a situação econômica e financeira da empresa. Torna as informações constantes nas Demonstrações Contábeis compreensíveis para futuros investidores, por meio do parecer técnico sobre alguns indicadores aplicados no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do Grupo São Martinho. Por meio do trabalho proposto, percebe-se que, quando a Contabilidade Gerencial é direcionada aos investidores, através de informações que avaliam viabilidade e a rentabilidade das empresas as quais compõem o Grupo, é possível minimizar os riscos do investimento, bem como a possibilidade de futuras perdas.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao analisar os indicadores de liquidez, endividamento, geração de caixa e geração de valor evidenciando que o Grupo está em uma situação favorável no mercado e para os investidores.

Demonstra-se que, a partir dos indicadores de liquidez geral, corrente, imediata e seca, a empresa, a cada ano, obtém maior capacidade para honrar seus compromissos, tanto a curto como a longo prazo. Mostra que, apesar do aumento que ocorreu no endividamento, houve um crescimento na liquidez, sendo possível visualizar a capacidade de honrar com seus compromissos com terceiros. Na geração de caixa e valor, percebe-se que houve um aumento significativo, mostrando que a empresa tem potencial para gerar receitas; e, por fim, sobre a capacidade de gerar riquezas e medir a eficiência na utilização do capital dos investidores através do seu valor no mercado, nota-se que obteve uma recuperação e agregou valor ao investimento realizado, proporcionando um retorno positivo aos investidores.

Desta forma, confirma-se o pressuposto teórico, através dos resultados obtidos na aplicação de indicadores sobre as demonstrações contábeis à

Contabilidade Gerencial, que demonstram que o Grupo São Martinho é atrativo a partir da veracidade da situação nos anos de 2016 e 2017, gerando retorno para seus investidores.

Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BASSO, Irani Paulo**. Contabilidade Geral Básica.** 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

CREPALDI, Silvio A. **Curso Básico de Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, Jose C. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas. 2005.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2012.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **EBIT: Como Calcular?** Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/calculodoebitda.htm> Acesso em: 17 ago. 2018.

_____. **IBRACON NPC nº 27 – Demonstrações Contábeis**. Disponível em: http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm> Acesso em: 18 jul. 2018.

Auditoria Interna no Sistema de Controladoria

Internal Audit in the Controllership System

Bibiana Aparecida da Silva Torrezan[1]
Denise Damacena Ferreira Magro[2]
Antonio Moreira[3]
Cleide Henrique Avelino[4]
Fabiane Cristina Spironelli[5]

RESUMO

O artigo apresenta, através de pesquisa bibliográfica, a auditoria interna no sistema de controladoria de estoque. O mesmo tem o objetivo de conhecer e verificar o controle interno e sua atuação na organização, levando em consideração se o controle interno determinado pela organização está sendo seguido por seus colaboradores, comprovando que o seu funcionamento exerce influência em todos os seus departamentos. A auditoria interna deverá prevenir a organização contra fraudes e erros que podem implicar em obrigações legais e, em seu relatório, sugerir melhorias a partir do resultado obtido com a avaliação realizada.

Palavras – chave: Auditoria Interna, Controladoria, Controle Interno, Organização, Tomadas de Decisões.

ABSTRACT

The article presents through its bibliographic research, the internal audit in the stock control system. It has the objective of knowing and verifying the internal control and its role in the organization. Taking into account if the internal control determined by the organization is being followed by its collaborators and aiming to demonstrate that its acting will influence the other departments. The internal audit shall prevent the organization against frauds and errors that could result in legal obligations, and in its report suggest improvements from the result obtained with the evaluation performed.

Key-words: Internal Audit, Controllership, Internal Control, Organization, Decision-making.

Introdução

A auditoria tem por objetivo emitir um relatório das adequações dos

[1] Acadêmica do 8ºtermo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmica do 8ºtermo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Contador, Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas ; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[5] Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

procedimentos realizados nos departamentos das organizações. É constituída por um conjunto de procedimentos que examinam a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais.

Este trabalho aborda a auditoria interna no sistema de controladoria de estoque para a tomada de decisão empresarial. Para a compreensão deste artigo, é necessário entender a distinção entre auditoria interna e controle interno.

A auditoria interna consiste na averiguação de procedimentos realizados por um ou mais departamentos especializados, enquanto o controle interno executa os procedimentos determinados como plano de organização.

A pesquisa bibliográfica deste artigo foi desenvolvida com o objetivo de conhecer e verificar o sistema de controladoria e controle interno do estoque. Busca uma resolução à problemática proposta, sob o auxílio da auditoria interna na tomada de decisão eficiente pelo gestor, realizada neste sistema, devido à tamanha importância do estoque para o ativo da empresa, sendo considerado um departamento suscetível a fraudes e erros.

Tal departamento atua como uma engrenagem que equilibra a compra, produção e venda, claro, com a participação de todos os departamentos que se encontram nos bastidores, mas que não são menos importantes, como o administrativo, o contábil, dentre outros.

A tomada de decisão pelo gestor no setor de estoque torna-se de imensa importância, pois essa ação poderá causar alto impacto no ativo e no passivo da empresa.

Contudo, nesse artigo, além de conhecer e verificar o controle interno e o sistema de controladoria do estoque, demonstra-se a confirmação do pressuposto teórico de que o relatório da auditoria interna auxilia as tomadas de decisões dos gestores, transmitindo informações tempestivas e relevantes à análise deste profissional.

A auditoria interna no sistema de controladoria

De acordo com Chaves (2014), a Revolução Industrial, que ocorreu na Inglaterra, em meados do século XVIII, afetou a economia mundial devido à transformação do sistema de produção.

Resultando na proliferação de crescimentos, fusões e conglomerados das organizações que passaram a adotar uma estrutura vertical com departamentos e divisões. Essa característica expôs aos acionistas e gestores a necessidade de um controle que relacionasse esses departamentos e divisões, originando o conceito de controladoria.

Devido à mudança drástica da comunicação após o surgimento da *internet* na década de 60, sua evolução é constante e veloz, e tem afetado, diretamente, o cotidiano não só das pessoas, mas também das organizações.

De acordo com Clemente (2017), a controladoria serve para dar suporte aos gestores e diretores nas tomadas de decisões em diferentes setores da empresa. Trabalhando com vários profissionais, essa área coordena e analisa ações a curto e longo prazo, repara erros e potencializa acertos.

A controladoria tem o objetivo de aprimorar os processos, disponibilizar informações úteis e tempestivas aos gestores no intuito de auxiliar na tomada de decisão e garantir segurança ao futuro da organização.

Tratando-se de uma área da contabilidade, não seria diferente para a controladoria, a necessidade e a utilização de informações e avanço tecnológico para o modo de transmissão e de utilização destas.

Unificando a evolução tecnológica com a compreensão da organização, pôde-se entender a necessidade da criação dos sistemas de informações (DAFT, 2002).

Desde a década de 60, houve diversos modelos destes sistemas utilizados nas organizações, porém seus usos e alcances interdepartamentais eram restritos. Somente nos anos 90 criou-se um *software* que integrasse os dados dos sistemas de informação e dos processos da organização (SOUZA; SACCOL, 2006).

Atualmente, a organização que quer se assegurar, ou almeja uma grande expansão, requer um serviço contínuo de controladoria. Esta se utiliza da leitura dos sistemas de informação para planejar, organizar, controlar e dirigir os riscos e custos no intuito de maximizar o lucro e proporcionar o seu sucesso (GONÇALVES, 2010).

Gonçalves, 2010, afirma que a introdução de um processo de controle requer uma mudança cultural na gestão organizacional, onde todos devem adaptar-se à nova filosofia e estar envolvidos nos processos para que se alcance o resultado almejado pela organização.

Porém, para que a administração da empresa consiga assegurar-se de que as funções de seus sistemas estão sendo praticadas, deve-se desenvolver um sistema de controle interno, que possui a finalidade de controlar o funcionamento do sistema, fiscalizando as rotinas cumpridas por seus funcionários (CREPALDI, 2004).

> *Às vezes imagina-se ser o controle interno sinônimo de Auditoria Interna. É uma ideia totalmente equivocada, pois a Auditoria Interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação de trabalho, normalmente executado por um departamento especializado, ao passo que o controle interno refere-se aos procedimentos e à organização adotados como planos permanentes da empresa* (CREPALDI, 2004, p.242).

Os controles da organização servirão de guia para o trabalho realizado pela auditoria interna; sua dimensão definirá a profundidade deste trabalho e os exames deverão ser aplicados de acordo com o resultado da avaliação realizada neste controle.

O trabalho realizado pelo profissional de auditoria é identificar valores relevantes em relação a erros e irregularidades no sistema de controle interno que venham atingir as demonstrações financeiras.

Constata-se que departamentos como o de compras, vendas, contas a pagar e receber, folha de pagamento, estoque de mercadoria e financeiro são mais suscetíveis a irregularidades.

A preocupação dos gestores em não identificá-las, movem-nos a adoção de um controle interno rígido. E, juntamente com essa ferramenta, a auditoria interna direciona-se à importância e à contribuição dos resultados da organização (CREPALDI, 2004).

Compreende-se que um sistema de controle interno permitirá identificar as possíveis irregularidades de atos intencionais, como fraudes, assim como os erros, que são atos não intencionais. Contudo, mesmo o mais excelente sistema de controle interno detém limitações.

Crepaldi (2004) cita principalmente o conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa; a instrução inadequada dos funcionários com relação às normas internas e à negligência dos funcionários na execução de suas tarefas diárias.

Conforme Attie (2011) exemplifica os erros de interpretação, como sendo a aplicação errônea dos princípios contábeis, geralmente aceitos na contabilização

das transações; de omissão por não aplicar um procedimento prescrito nas normas em vigor e os decorrentes de má aplicação de uma norma ou procedimento.

A fraude pode apresentar-se de diversas modalidades. Suas classificações, formatadas através das tentativas realizadas até a atualidade, divide-se das seguintes formas, segundo Attie (2011):

a) não encobertas, são aquelas em que o autor não considera necessário esconder, porque o controle interno é muito fraco;

b) as encobertas temporariamente são feitas sem afetar os registros contábeis; e

c) as encobertas permanentemente, nesses casos, os autores da irregularidade preocupam-se em alterar a informação contida nos registros e outros arquivos, para assim ocultar a irregularidade.

> *Em geral, o sistema de controle interno deve permitir detectar todas as irregularidades. Um bom sistema de controle interno oferece maiores possibilidades de pronta identificação de fraudes em qualquer que seja a sua modalidade á identificação. Entretanto, o acordo entre dois ou mais integrantes da organização pode fazer deteriorar e cair por terra o melhor sistema de controle interno* (ATTIE, 2011, p. 205).

As organizações passaram por um processo de enxugamento, tornando a atitude preventiva do auditor inexistente limitando-o à fiscalização contábil. Esse erro de desvio de função tem sido recorrente nas organizações e, com essa atitude, departamentos, suscetíveis ou não, tornam-se descobertos para possíveis erros e fraudes (CREPALDI, 2004).

No intuito de identificar erros e irregularidades nas demonstrações financeiras, a avaliação do controle interno pelo auditor deverá consistir em medidas expressivas, analisando transações consideráveis e ativos correlatos pertinentes à auditoria.

Essa análise do sistema de controle interno compreende em determinar os erros ou as irregularidades que poderiam acontecer; verificar se o sistema atual de controles detecta-os de imediato; analisar as fraquezas ou falta de controle que os possibilitem (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

O auditor analisará o controle interno com o objetivo de definir o nível de profundidade do seu programa, para então determinar a natureza, data e extensão dos procedimentos de auditoria e emitir o relatório expondo sugestões para o

aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.

A avaliação irá determinar a efetividade do controle interno e os pontos suscetíveis de melhoria. Este processo determinará se haverá teste de cumprimento ou não, sendo este a última etapa; seu objetivo será certificar que o controle interno opera conforme as informações obtidas.

O auditor buscará, na aplicação dos testes, a fidedignidade das informações obtidas. Crepaldi; Crepaldi (2016) define como os tipos de testes de auditoria normalmente aplicados, os testes de observância e os testes substantivos.

Será necessária a escolha de uma amostra, dentro do processo auditado, para fins de otimização da duração da auditoria, redução de custos e produção do relatório final no prazo determinado.

Na definição da amostragem, o auditor definirá a população teste de acordo com sua experiência ou utilizará algum procedimento predefinido, como *softwares*, por exemplo, (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

Os testes de observância são os procedimentos empregados pelo auditor, a fim de determinar se cumprem corretamente certos procedimentos de controle interno estabelecidos pelo sistema da empresa (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

De acordo com Crepaldi; Crepaldi (2016), na aplicação dos testes de observância, devem ser considerados os seguintes procedimentos: de inspeção, como exame de registros, de documentos e de ativos tangíveis; de observação, como acompanhamento de processo ou de procedimento; e de investigação e confirmação, como obtenção de informações com envolvidos na transação, dentro ou fora da organização.

Na primeira etapa da avaliação, o auditor preocupa-se mais com os procedimentos. Examinará se o controle interno está sendo respeitado pelos colaboradores, identificando erros de adesão ao controle interno; assim o auditor deverá avaliar a natureza, extensão e profundidade dos procedimentos subsecutivos.

Na segunda etapa, em que os testes buscam erros matemáticos, erros de transcrição, codificação e lançamento, deverão ser analisados. O auditor estará mais preocupado com o funcionamento do sistema do controle interno do que com sua estrutura.

Os testes substantivos constituem a verificação contábil de maior profundidade, revestida de tecnologia competente para o exame da essência e da validade das situações informadas e encontradas.

Exigem que se verifique se realmente existem os elementos patrimoniais indicados, se os elementos de custos e despesas são justificáveis e se estão cobertos por documentação competente e tempestiva, assim como se as normas contábeis e a doutrina são seguidas nos procedimentos tecnológicos empregados para registros e para as apurações e demonstrações (CREPALDI; CREPALDI, 2016).

Compreenderão as operações realizadas, contas e seus saldos, as análises pertinentes e a adoção de procedimentos proporcionando ao profissional de auditoria um parecer assegurado de certeza do exame realizado.

Crepaldi; Crepaldi (2016) define como objetivos dos testes substantivos: a certificação da correção da existência, se o componente patrimonial existe em certa data; dos direitos e obrigações, se efetivamente existentes na data identificada; da ocorrência, se a transação de fato ocorreu; e da abrangência, se todas as transações estão registradas.

E por fim, da mensuração, apresentação e divulgação, se os itens estão avaliados, divulgados, classificados e descritos de acordo com os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

> *Um bom sistema de controle interno funciona como uma "peneira" na detecção desses erros ou irregularidades. Portanto, o auditor pode reduzir o volume de testes de auditoria na hipótese de a empresa ter um sistema de controle interno forte, caso contrário, o auditor deve aumenta-lo* (CREPALDI, 2004, p.244).

Independentemente da consideração do nível de qualidade do controle interno pela administração da organização, o auditor sempre executará testes para verificação desta informação.

A auditoria interna no sistema de controladoria do estoque

O estoque buscará, da melhor maneira possível, uma sintonia entre todos os departamentos em busca dos objetivos traçados pela empresa. E a responsabilidade perante o estoque ficará pelo domínio de um departamento e os demais seguirão as suas responsabilidades originais.

[...] *Sem estoque, é impossível uma empresa trabalhar, pois ele funciona como amortecedor entre os vários estágios da produção até a venda final do produto* (DIAS, 2011).

Existe uma relação de contrapartida com o investimento em estoques, determinando que, quanto maior o investimento em quaisquer que sejam os tipos de materiais, maiores serão as responsabilidades de cada departamento da organização (DIAS, 2011).

O quadro abaixo demonstra os conflitos interdepartamentais do estoque:

Quadro 1 – Conflitos interdepartamentais

	Depto. de Compras	**Depto. Financeiro**
Matéria-prima (Alto-estoque)	Desconto sobre as quantidades a serem compradas	Capital investido Juros perdidos
	Depto. de Produção	**Depto. Financeiro**
Matéria-prima (Alto-estoque)	Nenhum risco de falta de material Grandes lotes de fabricação	Maior risco de perdas e obsolescência Aumento do custo de armazenagem
	Depto. de Vendas	**Depto. Financeiro**
Produto acabado (Alto-estoque)	Entregas rápidas Boa imagem, melhores vendas	Capital investido Maior custo de armazenagem

Fonte: Attie, 2011

Portanto, para a eficácia do controle interno do estoque, é essencial que se implante um programa adequado, chegando ao resultado final, para que seja alcançado o que foi planejado. Os processos que circulam entre a organização devem ser realizáveis e documentados.

Attie (2011) confirma que o controle interno promove a base para a elaboração do escopo do trabalho da auditoria, quais procedimentos serão utilizados, a data e a extensão dos trabalhos.

A organização definirá o seu controle interno instruída na materialidade envolvida, colaboradores existentes e quantidade de itens no estoque.

A eficiência do controle interno e a materialidade envolvida são fundamentais para a determinação dos procedimentos de auditoria que serão empregados.

> *O exame de auditoria efetuado na área de estoques tem por finalidade atingir os objetivos previamente determinados. Definido isto, o programa de auditoria deve ser considerado para evitar trabalhos desnecessários ou enfoque incorreto* (ATTIE, 2011, p.404).

Porém, o auditor possuirá seu *feeling* profissional, desenvolvido através de sua experiência; deverá equilibrar-se entre o programa estabelecido e este sentido para incorrer de assuntos ou problemas imprevistos serem ignorados (ATTIE, 2011).

Os estoques compõem o ativo mais significante do circulante e imprecisões afetam diretamente no resultado da organização (ATTIE, 2011).

Attie (2011) cita que os principais meios para salvaguardar ativos são os seguintes: a segregação de funções, que estabelece a independência para as funções de execução operacional, custódia física e contabilização; sistema de autorização e aprovação, que compreende o controle das operações de acordo com as responsabilidades e os riscos envolvidos; e a determinação de funções e responsabilidades, criando-se organogramas claros que determinam as responsabilidades e autoridades.

E também, estar atento à legislação vigente a fim evitar despesas com contingências fiscais e legais; contagens físicas independentes, visando maximizar o controle físico e resguardar os interesses da empresa e rotação de funcionários que possibilita reduzir a oportunidade de fraudes e contribuir para o surgimento de novas ideias.

A tomada de decisão

A auditoria interna é uma ferramenta imprescindível para as tomadas de decisões de uma organização, focando na eficiência e resultados, sendo desenvolvida em prol dos seus projetos, assim, tornando-se a visão de análise para as melhores decisões dos gestores (RAQUEL, 2016).

As decisões são de grande relevância para o planejamento, a organização, a atuação e o controle. Esse fato é contido na gestão das organizações e determina uma escolha de ação no intuito de alcançar os objetivos almejados (HAMES, 2004).

[...] *compreendendo os passos na tomada de decisão, podemos desenvolver maior consciência das técnicas específicas que podem contribuir para a prática mais eficaz de administração* (HAMES, 2004).

O relatório da auditoria interna poderá ser uma ferramenta semelhante a uma bússola, identificando ao gestor as fraquezas e invulnerabilidades da organização.

Segundo Cordeiro (2013), o relatório da auditoria trata-se do documento desenvolvido pelo profissional, a fim de apresentar os resultados dos trabalhos realizados e sugerir melhorias nos processos que apresentaram falhas, com o principal objetivo de repassar as informações e observações das operações e controle de forma clara para o leitor.

As conclusões e recomendações do relatório da auditoria interna, mesmo que produzido com ampla habilidade profissional, podem submergir a relapso. Sendo assim, a administração e a auditoria interna devem agir paralelamente com ênfase no relato da auditoria (HAMES, 2004).

Conclusão

O presente artigo visou demonstrar a auditoria interna no sistema de controladoria do estoque para a tomada de decisão empresarial.

Através da pesquisa bibliográfica, alcançaram-se os objetivos de conhecer e verificar o controle interno e o sistema de controladoria do estoque.

Também foram identificados os processos internos da organização e de como o trabalho da auditoria interna pode colaborar com a identificação de fraudes, erros e má conduta dos colaboradores.

Foi reconhecida a importância do sistema de controle interno para as organizações, seu auxílio nas realizações dos processos, nas comunicações interdepartamentais, compreendendo que sua inconformidade reflete em todos os departamentos.

O trabalho de auditoria interna, realizado no sistema de controle interno, apresentou-se de extrema importância para a eficiência deste, pois constata a sua correta utilização e detecta as possíveis falhas e melhorias.

O departamento de estoque foi identificado como um dos mais suscetíveis a falhas e erros; a sua formação conta com colaboradores e matérias-primas, sendo,

em muitos casos, necessária maior profundidade na avaliação do auditor.

O relatório da auditoria interna aponta falhas e apresenta sugestões de melhorias à organização. Através deste relatório, torna-se possível ao gestor da organização averiguar melhores decisões para o alcance dos objetivos determinados.

Portanto, na busca de resolução da problemática, conclui-se que o pressuposto teórico foi confirmado, já que a organização, utilizando do trabalho realizado pela auditoria interna no sistema de controladoria do estoque, pode obter informações tempestivas e relevantes, e proporcionar uma visão ampla de como se encontra a funcionalidade dos departamentos, auxiliando para uma tomada de decisão eficiente pelo gestor.

Referências Bibliográficas

ATTIE, William. **Auditoria conceitos e aplicações.** 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CAVALCANTI, Marcelo A. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CHAVES, Lázaro C. **A revolução industrial**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/revolucaoindustrial.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

CLEMENTE, Lucas. **O que é controladoria e como ela ajuda na tomada de decisões**. Disponível em: <https://blog.inepadconsulting.com.br/o-que-e-controladoria-e-como-ela-ajuda-na-tomada-de-decisoes/>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

CORDEIRO, Claudio M. R. **A importância do relatório e do parecer de auditoria para o auditor e para a organização auditada**. Disponível em: <https://vitorsts.files.wordpress.com/2013/04/artigo-relatorio_-parcer-de-auditoria-profclaudiomarcelo.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

CREPALDI, Silvio A. **Auditoria contábil**. 3ª.ed.São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Auditoria contábil: teoria e prática.** 10ª.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DAFT, Richard L. **Organizações, Teorias e Projetos**. 9ª.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002.

DIAS, Marco A. P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano A. **Administração de materiais e do patrimônio**. 3ª.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GONÇALVES, Ariane P. **Afinal, o que é controladoria?**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/afinal-o-que-e-controladoria/45660/>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

HAMES, Gisele. **A importância da auditoria interna no processo decisório das organizações: uma revisão de literatura**. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis295604>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

RAQUEL, Josemária Í. M. **Auditoria interna: um instrumento fundamental para a entidade e uma ferramenta importante para a tomada de decisão**. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3426/1/Auditoria%20interna_Monografia_Raquel.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

SOUZA, Cesar A.; SACCOL, Amarolinda Z. **Sistemas ERP no Brasil (Enterprise Resource Planning), Teorias e Casos**. 1ª.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

A reforma da contabilidade pública e os desafios para aplicação da NBC TSP 01 dentro do processo de convergência aos padrões internacionais

Reform of the public accounting and the challenges to apply the NBC TSP 01 in the process of convergence of international standards

Carolaine Pereira Fiorotti[1]
Suelen Reis Ratti[2]
João Marcos Medeiros Scaramelli[3]
Cleide Henrique Avelino[4]
Fabiane Cristina Spironelli[5]

RESUMO

O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público se iniciou no Brasil em 2008, quando o Conselho Federal de Contabilidade editou as normas brasileiras técnicas de contabilidade aplicadas ao setor público com base nas *International Public Sector Accounting Standard* - IPSAS. A pesquisa identifica as dificuldades para implantação das normas convergidas no Brasil, analisando como o governo se preparou para seu cumprimento. Foi analisada durante o trabalho, a norma descrita na NBC TSP 01 que trata das transações sem contraprestação, onde a receita obtida não possui nenhuma compensação diretamente, avaliando como a prefeitura do Município de Birigui-SP lida com essa norma, vendo a capacidade intelectual de atualização e o espaço físico para adesão às mudanças.

Palavras – Chave: Contabilidade aplicada ao setor público, Processo de convergência Transação sem contraprestação.

ABSTRACT

The process of convergence of international accounting norms applied to the public sector began on Brazil in 2008, when the federal council of accounting modified the Brazilian technical accounting norms applied to the public sector based on the International Public Sector Accounting Standard – IPSAS. The research identifies the difficulties to implement the converged norms in Brazil, analyzing how the government prepared itself to fulfill them. During the research, the norm described in the NBC TSP 01 has been analyzed, which covers non-consideration transactions, where the revenue obtained does not have a direct compensation, evaluating how the city hall of Birigui-SP deals with this norm, analyzing the capacity of intellectual updates and the physical space to adhere to the changes.

[1] Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.
[3] Contador, Especialização em Gestão de Cidades, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.
[5] Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

Keywords: Accounting applied to the public sector, Convergence process nonconsideration transaction.

Introdução

A contabilidade pública no Brasil, nos últimos tempos, vem passando por diversas mudanças, uma vez que o enfoque desse setor era o orçamento e, agora, com as modificações, resgatou-se o objetivo geral da contabilidade que é o patrimônio em si. Houve então a necessidade de criar um padrão universal, em que todos os procedimentos devessem estar em conformidade com os demais países.

Com o intuito de tornar as informações mais compreensivas e confiáveis, iniciou- se, no país, o processo de convergência para as normas IPSAS que são as diretrizes aplicadas ao setor público, visando à homogeneização com a consolidação das contas e trazendo transparência das informações prestadas por esse setor.

O presente artigo irá relatar o processo que envolve a reforma da contabilidade pública e os desafios para aplicação das Normas Brasileiras da Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP 01, tendo como objetivo geral evidenciar as principais transformações, os desafios e as vantagens da implementação das normas convergidas, em específico as de transações sem contraprestações, analisando como a administração pública vem desenvolvendo esse projeto e quais são as dificuldades encontradas a fim de realizar tal processo.

Dentro do estudo realizado, foi definida como problemática a questão das dificuldades encontradas na adequação aos padrões internacionais exigidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público em especial a NBC TSP 01? Seguindo o pressuposto como resposta, onde o recente processo de reforma da contabilidade pública e as grandes mudanças causadas com a convergência das normas aos padrões internacionais foram identificados, que as dificuldades se dão pelo fato de ocorrerem revogações e novos prazos para exigibilidade das normas e também por alguns sistemas públicos ainda não estarem preparados para realizar seus registros utilizando uma remessa tempestiva e correta das informações que são necessárias para aplicação da NBC TSP 01 e pela falta de iniciativa para que a mesma se cumpra.

O estudo de caso exposto no presente artigo foi realizado na Prefeitura Municipal de Birigui-SP que surgiu e cresceu a partir da estrada de ferro Noroeste, construída no ano de 1911. Em 19 de fevereiro de 1922, foi fundada a primeira

Câmara Municipal e, após um mês de sua criação, foi eleito o primeiro prefeito, que se chamava Archibald Thomas Clark. O estudo buscou fundamentar a teoria, observando então os aspectos voltados para a análise da implementação das IPSAS.

Conceito da contabilidade pública

A contabilidade aplicada ao setor público, como a aplicada em qualquer outra área, visa ao patrimônio; não somente o próprio patrimônio dito, mas sua elaboração e controle orçamentário. Em regra geral, a contabilidade pública é o ramo das ciências contábeis aplicadas ao setor público, que é composta por administrações diretas e indiretas, possuindo três níveis de autarquias, sendo eles os entes Federais, Estaduais, Municipais e suas autonomias e fundações, tendo como objetivo, a contabilidade pública:

> *Fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentaria, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas, e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social*. (CARNEIRO *et al.* 2012, p. 8).

Sua finalidade é registrar os atos e fatos da fazenda pública, o patrimônio e suas mutações, aplicando os princípios contábeis cabíveis e as normas impostas por lei, fornecendo informações aos usuários da gestão pública e gerando informações sobre o patrimônio, para assim, o gestor subsidiá-los nas tomadas de decisões.

Iniciativa da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público- NBCASP

Com a ocorrência da globalização, a contabilidade vem passando por diversas mudanças, em que se busca chegar a uma contabilidade a qual possua um padrão de comunicação explícita que adote um sistema de compreensão universal, a qualquer país, língua e cultura.

Diante desses fatos, a contabilidade brasileira vem passando por uma revolução tanto na área privada como na pública. No ano de 2008, após 60 (sessenta) anos da publicação do CFC/CRCs, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC editou as NBC TSP (FRAGOSO, *et al*. 2012), estabelecendo prazos para esse processo de convergência, buscando uma harmonização das normas IPSAS, com as normas

brasileiras, devendo todos os setores públicos União, Estados e Municípios, seguir para a geração de um padrão na contabilidade.

O estudo para dar início ao processo de convergência da contabilidade brasileira em virtude de problemas como uma mesma conta ser identificada com duas denominações distintas, sem haver uma definição prévia de cada termo, em que sua compreensão era deslocada do contexto ao qual pertencia e se abria-se um leque de interpretações. Assim, essas informações disponíveis não forneciam, de forma clara e precisa, quais eram as destinações do dinheiro público, não sendo possível fornecer uma prestações de contas com base na realizada, além de impossibilitar uma avaliação efetiva da gestão ou realizar a comparação de informações.

Início do processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público

O Conselho Federal de Contabilidade- CFC, para realizar o processo de convergência no Brasil, conta com a parceria da *International Federation of Accountants* – IFAC que é a responsável pela edição das IPSAS.

No ano de 2007, o Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução 1.103/07, criou o comitê Gestor de Convergência no Brasil, composto pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC; Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON; Comissão de Valores Mobiliários – CMV e Banco Central do Brasil – BACEN, que tem por objetivo:

> *Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio da reforma contábil e de auditoria que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, bem como no aprimoramento das práticas profissionais, levando-se sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.* (BUGARIM, 2007, P.2)

Esse comitê objetiva dentre suas atribuições, *identificar e monitorar as ações a serem implantadas para viabilizar a convergência das normas contábeis e de auditoria, a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade.* (BUGARIM, 2007, P.2)

Em 2013, o governo Federal iniciou um projeto de adequação das demonstrações contábeis aos padrões internacionais, através da criação de um Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, nos Estados e Municípios, tendo

como objetivo servir como um instrumento de orientação comum aos gestores nos três níveis de governo, juntamente com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

De acordo com Mantega (2013, *et al*.), o processo de convergência tem por objetivo resgatar a essência da contabilidade aplicada ao setor público, dando assim o enfoque adequado ao seu objeto, o patrimônio público, visando modernizar a forma com que as informações são geradas, fazendo com que elas sejam úteis e deem apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social.

O processo de convergência no Brasil tem servido como modelo para outros países que estão caminhando ao mesmo processo de convergência. Além de buscar os benefícios com relação à consolidação de contas e transparência da informação, o processo de convergência traz vantagens como o registro e acompanhamento de transações que afetam o patrimônio antes de serem contemplados no orçamento; melhorias no processo de prestação de contas, tanto por parte dos tribunais e órgãos de controle, quanto pela sociedade; a implantação de sistema de custos no setor público, conforme previsto na Lei da Responsabilidade Fiscal - LRF; elaboração do balanço do setor público nacional, conforme previsto na LRF e racionalização e melhor gestão dos recursos públicos.

Atualmente, no Brasil, das 33 normas internacionais existentes, apenas 16 (dezesseis) foram traduzidas e revisadas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade. O prazo para término das revisões da NBCASP é no ano de 2021, porém não se sabe ao certo quando esse processo se dará por encerrado, devido às revogações de portarias e prorrogações de prazos que essas normas vem sofrendo, e por não existir uma Lei em específica que obrigue a administração pública a aplicar as NBCASP.

Implementação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público- NBCASP

No ano de 2010, entraram em vigor as NBCASP, a quais trouxeram consigo várias mudanças sobre responsabilidades e regras, que vão do registro de receitas por competência até o controle de custos. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, decidiu ampliar o prazo de divulgação do cronograma de ações para viabilizar a implementação da portaria N° 828/11 e publicou a portaria N° 231 que traz uma redação nova ao parágrafo anterior dispondo assim que:

> *Cada Ente da Federação divulgará, por meio do Poder Executivo, em meio eletrônico de acesso público e ao Tribunal de contas ao qual esteja jurisdicionado, até 30 de julho de 2012, os Procedimentos Contábeis Patrimoniais e demais procedimentos adotados e o cronograma de ações a adotar até 2014, evidenciando os seguintes aspectos que seguem, em ordem cronológica a critério do poder ou Órgão.* (TESOURO NACIONAL, 2012)

Essa nova publicação considera a necessidade da padronização dos procedimentos contábeis nos três níveis de governo, visando orientar e dar apoio à gestão patrimonial, de acordo com o estabelecido na Lei Complementar N° 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo os entes da federação adotar em o disposto do parágrafo único de forma gradativa até o seu prazo de exigência estabelecido.

Conceito e Objetivo da norma NBC TSP 01- Transações sem Contraprestações

A normatização contábil direcionada às transações sem contraprestação deu-se com base nas normas Internacionais de Contabilidade, as IPSAS 23, que surgiram a partir do processo de convergência das normas de contabilidade aos padrões internacionais, trazendo transparência às transações que modificam o patrimônio. Os registros contábeis de natureza sem contraprestação devem ser efetuados seguindo documentos reais e legais dentro dos critérios exigidos, uma vez que tais registros ocasionam variações no patrimônio da entidade. Essa norma está descrita na alínea "f" do Art. 6º do decreto lei nº 9.295/1946, alterado pela lei nº 12.249/2010. Segundo Oliveira, a TSP- 01 trata-se:

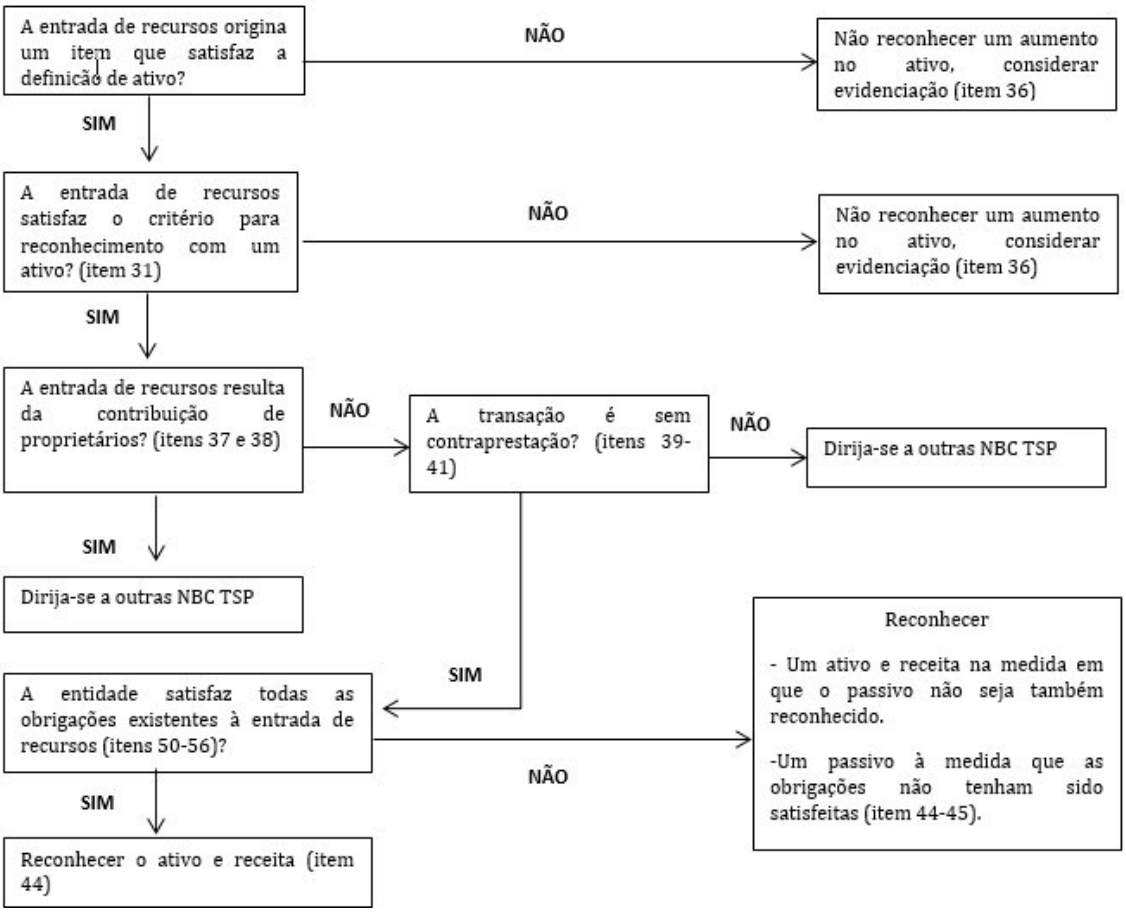
> *Do registro das receitas de transações sem contraprestação, tais como os tributos e contribuições devidos pelo cidadão. A norma reitera que esse registro deve ser feito pelo regime de competência, que pressupõe o registro das transações quando da ocorrência do fato gerador, independentemente do efetivo recebimento.* (OLIVEIRA, 2016)

O CFC diz que o objetivo das receitas de transações sem contraprestações é:

> *Estabelecer as exigências, para fins de demonstrações contábeis, para a receita proveniente das transações sem contraprestação, exceto para transações sem contraprestação que originem uma combinação de entidades. A norma trata de questões que precisam ser consideradas no reconhecimento e na mensuração da receita das transações sem contraprestação, que incluem a identificação de contribuições*. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011, p. 1)

Essa norma aplica-se às entidades do setor público que apresentam as demonstrações contábeis sob o regime de competência, contabilizando as receitas advindas de transações sem contraprestação, conforme descrito na NBC TSP 01. Embora as receitas recebidas pelas entidades do setor público, originem-se tanto das transações sem contraprestação como de transações com contraprestações, que são discutida na NBC TSP 09, a maior parte das variações e mutações patrimoniais aumentativas do setor público decorre de transações sem contraprestação, principalmente as que se originam de tributos e transferências.

Figura 1: Análise da entrada de recursos



Fonte: Ministério da Fazenda.

As Transações sem contraprestação são situações em que a entidade fornece diretamente alguma compensação em troca de recursos obtidos; porém, tal compensação não se iguala ao valor justo dos recursos recebidos. Segundo Conselho Regional de Contabilidade (2011), as principais fontes de entrada de recursos de transações sem contraprestação são provenientes de:

(a) Tributos;

(b) transferências (monetárias ou não monetárias), incluindo subsídios, perdão e dívidas, multas, heranças, presentes, doações, produtos e serviços em espécie, e a parcela subsidiada de empréstimos obtidos.

Os Tributos devidos pelos cidadãos em geral definem exatamente as transações sem contraprestação, uma vez que o mesmo cumpre com seus deveres impostos pela lei tributária perante a sociedade, pagando os impostos devidos, mesmo não recebendo quaisquer contraprestações diretas.

Reconhecimento e mensuração do ativo e passivo de natureza sem contraprestação

O reconhecimento do ativo e passivo proveniente de transações sem contraprestação não era feito continuamente, ma sim, ocasionalmente. Com a norma, criaram critérios e procedimentos para sua mensuração e avaliação. Sua contabilização ocorre quando se é capaz de obter recursos econômicos no futuro, fazendo com que o mesmo traga benefícios para entidade ou quando o ativo possa ser mensurado de acordo com aspectos qualitativos, salvo limitações descritas nas informações e normas contábeis aplicadas a esse setor. Quando não arrecadados efetivamente, são previstos da melhor forma para entrada de tal recurso, respeitando sempre as normas e as exigências da contabilidade.

Segundo Moura (2017), a entrada de recursos de transações sem contraprestação, reconhecida como ativo, deve ser:

> *Reconhecida como receita, exceto na medida em que o passivo também seja reconhecido em decorrência da mesma entrada de recursos. Na medida em que a entidade satisfaça à obrigação presente reconhecida como passivo em relação à entrada de recursos de transação sem contraprestação reconhecida como ativo, ela deve reduzir o valor contábil do passivo reconhecido e reconhecer o montante de receita equivalente àquela redução*. (MOURA, 2017)

As transações em que não fique claro se são com ou sem contraprestação de imediato, deverão ser examinadas pela natureza da transação, ou seja, sua essência e, após determinarem que tipo de transação refere-se à entrada dos recursos, realiza-se um julgamento profissional.

Notas explicativas

A entidade deve divulgar, por meio de notas explicativas ou relatórios contábeis, evidenciando a natureza e o tipo de classes de serviços em dinheiro arrecadado; o montante de todo recebimento com relação às receitas de transações sem contraprestações, o montante do passivo reconhecido referente a ativos transferidos sujeitos a condições, o montante de ativo reconhecido sujeitos a restrições, o montante de todas as antecipações de natureza sem contraprestação, a política usada para o reconhecimento das transações sem contraprestação e, com isso, auxiliar nas demonstrações contábeis, transmitindo informações sobre a entidade aos usuários.

Estudo de Caso

De acordo com informações coletadas na prefeitura de Birigui-SP, todos os colaboradores envolvidos no departamento financeiro possuem conhecimentos sobre o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, as quais vem ocorrendo em todos esses segmentos. As mudanças decorrentes desse processo de convergência, já estão sendo implementadas na prefeitura do município, onde as informações que são emitidas pela prefeitura e enviadas para a secretaria do tribunal de contas são feitas de forma sistêmica; os órgãos padronizam a norma e mandam para prefeitura, a mesma devolve todas as informações que foram solicitadas.

O processo de aplicabilidade das normas dentro da Prefeitura não é feito diretamente pelos envolvidos em sua administração, uma vez que essas normas são convergidas e repassadas, sendo de obrigatoriedade seu cumprimento, trazendo com ela uma forma mais clara e precisa de comparação para elaboração da destinação dos recursos para o próximo governo.

A prefeitura já está aplicando, em suas atividades, a convergência das normas, em especial a NBC TSP 01, que fala sobre a transação sem contraprestação. A mesma não possui muitas concessões de bens e quando é feita alguma doação ou algum evento que gere recursos financeiros para prefeitura, todos os valores são devidamente registrados e conferidos. Além desse cuidado, na hora de realizar o cadastro dessa receita, a qual entra como recurso da prefeitura, é feita uma

fiscalização, de três em três meses, pelo tribunal de contas, processo esse que antes era feito anualmente.

As receitas provenientes de transações sem contraprestação que ocorrem dentro da prefeitura são devidamente registradas no balanço patrimonial da entidade pública, ficando disponíveis no portal da transparência e, todo cidadão que possua o interesse de saber qual foi o montante arrecadado e para onde foi direcionada a receita, tem total acesso a essas informações. Os recursos advindos das transações sem contraprestação não têm nenhuma obrigatoriedade para um fim específico. Como esse recurso entra como sendo da prefeitura e não de uma transação sem contraprestação, a mesma decidirá o que é mais importante no momento e redirecionará a receita, para que seja cumprida uma obrigação imediata. Todas as receitas que entram ou saem da prefeitura são registradas de forma *on-line* e transmitidas para o órgão competente.

Conclusão

O presente artigo apresentou as mudanças que estão ocorrendo dentro da contabilidade pública, desde 2008, com a convergência, normatização e adequação de todos os órgãos públicos para estarem em consonância com os padrões internacionais. O intuito para essa padronização é de instituir uma orientação única onde todos os níveis do governo sigam as normas de forma correta e transparente.
Uma das grandes mudanças dentro desse cenário em constante evolução é o fato da inclusão do enfoque patrimonial, uma vez que somente questões orçamentárias eram contabilizadas e registradas, deixando de ser contabilizado, de forma correta, quando se tratava dos registros patrimoniais. As modificações trouxeram veracidade ás informações divulgadas e a realidade financeira de cada administração pública.

Dentre as 33 (trinta e três) normas existentes, apenas 16 (dezesseis) são vigentes no Brasil; dentre elas, a NBC TSP 01, que relata a importância da contabilização das transações sem contraprestação, em que seu objetivo é demonstrar toda entrada de receita que resulta dessas transações as quais necessitam ser reconhecidas no momento em que ocorra o fato gerador, e na sua mensuração.

Através do estudo de caso, o pressuposto teórico não foi confirmado, pois as informações coletadas atestaram que, na prefeitura do Município de Birigui-SP, todos possuem conhecimento sobre o processo de convergência das normas e que a mesma vem ocorrendo dentro do seu âmbito público e toda a informação prestada pela prefeitura corresponde, de forma correta e verídica, com o que se é exigido por lei. Porém, a convergência das normas é realizada pelo ente federativo e já vem de forma correta e processada para que, assim, a prefeitura siga somente o que é exigido pelo governo, sendo registrada toda capitação de recursos recebidos por transações sem contraprestação e sua contabilização de forma correta como está descrito na norma.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Nilton de A**. Contabilidade pública na gestão municipal**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BUGARIM, Maria Clara C. **Resolução Conselho Federal de Contabilidade-CFC Nº 1.103 28.09.2007**. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1103_2007.htm. Acesso em 19 de Março de 2018.

CARNEIRO, Juarez D; MAIOR, Verônica S; SOUZA, Luiz C de; GOMES, José L C; CORAZZA, Hélio J. **Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf>. Acesso em 17 de Março de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP 23**: Receita de Transações sem Contraprestação (Tributos e Transferências)**. São Paulo. 2011

FRAGOSO, Adriana R. et al. **Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Desafio da Convergência: uma Análise Comparativa-IPSAS e NBCTSP**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília v.6, n. 4, p. 235-447, Dezembro 2008.

GIROTTO, Maristela; SANTOS, Fabricio. **Plano de convergência na contabilidade pública prevê implantação de procedimentos ate 2021**. Disponível em:<http://cfc.org.br/noticias/plano-de-convergencia-na-contabilidade-publicapreve-implantacao-de-procedimento-ate-2021>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

MANTEGA, Guido. *et al*. **Nova Contabilidade e Gestão Fiscal**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/PGE_CARTILHA_NovaContabilidade_GestaoFiscal.pdf/92871964-4c76-4d6a-bc11-80eaac9c46cd>. Acesso em 18 de Maio de 2018.

MOURA, thiago. **Resumo -TSP-01-Receita de Transação sem Contraprestação**. Disponível em: < https://suficienciacontabil.com.br/2017/11/14/resumo-tsp-01receita-de-transacao-sem-contraprestacao>; Acesso em 10 de agosto de 2018
OLIVEIRA, Juliana. **Publicadas Normas de Contabilidade Pública que Facilitarão o Controle Social**. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/entram-em-vigor-normas-de-contabilidade-publicaque-facilitarao-o-controle-social>. Acesso em 05 de julho de 2018.

TESOURO NACIONAL. **Orientação Técnica**. 2012.

Transparência Pública e Controle Social no Município de Bilac

Public Transparency and Social Control in the Municipality of Bilac

Franciele dos Santos[1]
Stephanie Naiele Aparecida dos Santos[2]
João Marcos Scaramelli[3]
Cleide Henrique Avelino[4]
Fabiane Cristina Spironelli[5]
Renata Jodas Tafner [6]

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de verificar a Contabilidade Pública no controle dos gastos públicos. A contabilidade serve como ferramenta para os gestores nas tomadas de decisões. Esse trabalho expõe, de forma clara e objetiva, a influência da contabilidade no controle dos gastos municipais, tendo como objeto de estudo a Prefeitura do Município de Bilac/SP, que foi referência para a realização do estudo de caso. A coleta das informações deu-se através de um levantamento bibliográfico. Constatou-se que a Transparência Publica juntamente com o Portal da Transparência do Município de Bilac/SP, serve para que a sociedade possa comunicar-se e atuar, além de controlar e monitorar as contas públicas.
Palavras – chave: Contabilidade, Monitorar, Pública, Contas, Gastos.

ABSTRACT

The present study has the purpose of verifying Public Accounting in the control of public spending; the accounting serves as a tool for managers in decision making. This paper clearly and objectively exposes the influence of accounting in the control of municipal expenditures, having as object of study the City Hall of the Municipality of Bilac / SP, which was a reference for the accomplishment of the case study. The collection of information was done through a bibliographical. It was verified that Transparência Pública, together with the Transparency Portal of the Municipality of Bilac / SP, serves for society to communicate and act, as well as to control and monitor public accounts.
Key - Words: Accounting, Monitoring, Public, Accounts, Expenses.

Introdução

A contabilidade pública tem seus interesses voltados para o patrimônio público, fornecendo informações à sociedade sobre a situação econômica dos recursos públicos. Considerada como uma peça fundamental para a administração pública, a contabilidade pública, tem como competência, auxiliar na realização da

[1] Administradora, acadêmica do 8° termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus de Araçatuba.
[2] Acadêmica do 8° termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus de Araçatuba.
[3]Contador,MBA em Gestão de Cidades,Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus de Araçatuba.
[4] Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus de Araçatuba.
[5] Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus de Araçatuba.
6 Professora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, Pedagoga, Doutora em Ciências da Educação (UNIGRAN).

execução orçamentária e gerar relatórios para que os gestores possam tomar decisões concretas e objetivas. Tem a finalidade de realizar suas operações de forma eficaz.

A Administração Pública tem o dever de administrar e gerir os direitos e o interesse público, trabalhando em prol à sociedade, atuando nas áreas de educação, saúde, cultura, entre outros.

A contabilidade pública não faz apenas a contabilização da entidade pública, mas atua de forma moderna, gerando informações mais claras e objetivas sobre as situações contábeis e financeiras do setor público. A função da administração, juntamente com a contabilidade, é promover à sociedade serviços públicos de qualidade equivalente, à contribuição feita.

A Administração Pública necessita analisar todos os relatórios para que assim possa certificar que não haverá erros e irregularidades, apresentando cuidado com os recursos públicos, passando para a sociedade transparência em relação aos seus atos, efetivando sua missão de controlar o patrimônio.

O objetivo do trabalho foi alcançado e consiste em analisar a contribuição das informações divulgadas no Portal da Transparência do Município de Bilac para efetivo Controle Social, descrevendo e identificando as informações que são obrigatórias e as que são necessárias para o portal do Município.

O acesso às contas públicas fundamenta e garante uma boa gestão do dinheiro público e faz com que a sociedade possa acompanhar a arrecadação dos impostos e a sua designação. Em uma gestão pública, a transparência é vista como um requisito essencial para a relação aprazível entre estado e sociedade.

Conceito de Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública realiza a mensuração do patrimônio e visa prestar contas sobre a utilização dos recursos públicos à sociedade. O trabalho desenvolvido demonstra abordar, de forma clara, a contribuição das informações divulgadas no Portal da Transparência no município de Bilac/SP com efetivo controle social.

As informações públicas que são fornecidas pela contabilidade registram a movimentação, bens, direitos e deveres de uma entidade e essas devem estar sempre à disposição para que a sociedade possa atuar de forma efetiva, realizando o controle popular.

Existem contas específicas para a contabilização pública, para expor as mudanças patrimoniais de bens, direitos e obrigações ocorridas durante o exercício financeiro. As contas de variações patrimoniais irão notificar os fatos que ocorrem com cada um dos elementos.

A contabilidade pública tem o dever de colaborar no processo decisório e é, através da contabilização, que se encontra registrado o orçamento aprovado de cada ano. Os registros contábeis são guarnecidos pelos órgãos de controle da própria administração e são sujeitos à fiscalização.

Transparência Pública

A Transparência Pública e a participação do cidadão no processo de controle e monitoramento das contas públicas são de competência do município e órgãos competentes para proporcionar a transparência das informações. Cabe ao cidadão examinar e averiguar, de maneira criteriosa, os dados que lhe são apresentados.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), TSP, Estrutura Conceitual e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), destaca-se que as entidades públicas têm o propósito de fiscalizar relatórios contábeis com o objetivo de apurar os serviços prestados à sociedade.

O incentivo à transparência pública é um dos propósitos essenciais da Administração Pública; pois demonstra e divulga atuações governamentais ao povo. O conteúdo divulgado nos Portais dá segmento à função de transparecer o controle social através de informações detalhadas e atualizadas.

> *A noção de "transparência" no âmbito governamental é cada vez mais empregada em países que defendem o processo democrático de acesso às informações sobre a ação dos gestores públicos, em especial no que se refere à política fiscal e a capacidade contributiva.* (SILVA, 2011, p. 350)

De acordo com Silva (2011), a transparência contribui para o processo democrático de um país e política fiscal, pois é através dela que o povo terá acesso às informações ligadas às ações que estão sendo empregadas nos órgãos públicos.

A transparência pública atua publicando informações necessárias para o desenvolvimento do município, portanto ela depende de alguns quesitos, tais como: construção de canais de publicação entre a sociedade e o governo, funcionamento dos conselhos e órgãos coletivos do poder público, modernização dos processos administrativos, apresentação do orçamento público, aumentando a transparência

do processo orçamentário.

Portal da Transparência

O Portal da Transparência foi uma ação da Controladoria Geral da União, criado em 2004, tendo como intuito mostrar a transparência da gestão pública. As informações disponibilizadas no Portal da Transparência são atualizadas constantemente e a população encontrar:

a) Todos os recursos transferidos da União para Estados, Municípios e Distrito Federal, além de poder consultar quanto foi repassado pelo fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização de profissionais da educação do ministério da educação para qualquer município do País.

b) Dados sobre contratação de obras, serviços e compras governamentais que podem ser visualizadas tanto por órgão, por ação governamental ou até mesmo por favorecidos, ou seja, empresas privadas ou pessoa física.

c) Informações sobre o quanto e como está sendo utilizado o recurso do orçamento e inclusive como a despesa encontra-se se está na fase de empenho, liquidação e pagamento, além também de encontrar informações sobre as receitas previstas.

d) Relatórios referentes a convênios registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, sobre listas de empresas sancionadas pelos órgãos e entidades da administração pública das diversas esferas federativas.

O decreto da lei n° 7.724/2012 fundamenta que as entidades e órgãos têm de possibilitar o atendimento ao cidadão, todos os órgãos e entidades são obrigados a disponibilizar o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, para atender e orientar os usuários com relação ao acesso à informação.

O Portal da Transparência é uma página oficial em que a Prefeitura Municipal de Bilac/SP e outros municípios disponibilizam as informações das execuções orçamentárias e financeiras; bem como o acompanhamento da aplicabilidade dos recursos no município.

> *O Portal da Transparência tem o objetivo de divulgar dados e informações dos órgãos da Administração Pública na Internet. A Lei Complementar n° 131, de 27 de maio de 2009, alterou e criou novos artigos para a Lei de*

> *Responsabilidade Fiscal (LRF), com vistas a permitir maior transparência da gestão pública*. (ANDRADE, 2012, p. 221)

Conforme Andrade (2012), o Portal da Transparência é a fonte primordial para que o cidadão possa ter acesso aos principais dados da administração pública, com base na Lei de Acesso à Informação.

O *site* do Portal da Transparência sustenta o exercício do controle social, pois se utiliza de uma linguagem simples e objetiva para dar publicidade às informações que estão em sua página. Ao acessá-lo, existe a possibilidade de consultar gastos diretos do governo, referentes à compra ou à contratação de obras e serviços, à transferência de recursos e à distribuição nos programas como bolsa família, merenda escolar, e aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, além de informar convênios firmados pelo Governo Federal.

Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação é uma Lei Federal de n°12.527 do ano de 2011, que só entrou em vigor a partir do dia 16 de maio de 2012, com a finalidade de reforçar a transparência pública, possibilitando que o cidadão tenha o direito das informações relacionadas às ações e tomadas de decisões dos administradores das entidades públicas.

> *O direito de acesso à informação impõe duas obrigações sobre os governos. Primeiro, existe a obrigação de publicar e disseminar informações essenciais sobre o que os diferentes órgãos públicos estão fazendo. Segundo os governos têm a obrigação de receber do público pedidos de informação e respondê-los, disponibilizando os dados solicitados e permitindo que o público tenha acesso aos documentos originais indicados ou receba cópias dos mesmos.* (MARTINS, 2011, p.02)

Segundo Martins (2011), o governo tem como obrigação fornecer as informações e dados referentes aos documentos e registros contábeis para que o cidadão possa conhecer e entender melhor de que modo estão sendo utilizados os recursos de origem pública.

A Autoridade de Monitoramento e a Controladoria Geral da União - CGU são responsáveis por monitorar e verificar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação - LAI em todo território nacional. Tem como função recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos, promovendo a transparência.

A Controladoria Geral da União criou o Sistema Eletrônico do Serviço de

Informação ao Cidadão, dando o direito à informação ao cidadão, podendo fazer registro de solicitação de informações por parte dos usuários e de suas respectivas respostas, cuja solicitação da sociedade é registrada pelos órgãos no SIC ou por correspondências físicas ou eletrônicas, telefone entre outros.

A Lei Complementar 131 de 27 de maio de 2009, é uma incrementação da Lei Complementar 101 de 2000; criada para aumentar a transparência dos gastos públicos; propõe disponibilizar, em tempo real, as informações dos recursos para fins de transparência da gestão fiscal.

A Lei de Acesso à Informação de n°12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, auxiliando a sociedade no procedimento de monitorar as contas públicas, buscando inibir a prática de corrupção na gestão.

> *A Lei de Acesso à informação e seu decreto regulamentador no âmbito do Poder Executivo Federal (Decreto n° 7.724/2012) estabelecem que órgãos e entidades devem disponibilizar infraestruturas próprias para receber e responder pedidos de informação da sociedade e para garantir a análise de negativas de informação em diferentes instâncias recursais.* (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, 2013, p. 08)

Perante o contexto, a Lei de Acesso à Informação, além de impor o direito previsto na Constituição, também incumbe à gestão pública de cumprir o seu papel de administração. Quando divulga suas ações e serviços, garante ainda mais a exequibilidade e legitimidade de políticas públicas de acesso à informação.

A Lei de Acesso à Informação de n°12.527/2011 permite que a sociedade fiscalize e monitore as contas públicas, desenvolvendo a democracia e estimulando a cidadania, criando uma espécie de elo entre governo e cidadão, tornando-se uma ferramenta essencial no processo de gestão pública.

A participação do cidadão no controle social

A participação do cidadão na gestão pública pode ser vista como controle Social, que é um complemento indispensável para a tomada de decisão do poder público, para atender melhor o interesse populacional.

O controle externo é uma ferramenta essencial para a Administração Pública, pois é através deste controle que serão definidos os objetivos propostos, além de exercer o poder de fiscalização, certificando–se de que esse controle seja eficaz e transparente.

> *A finalidade do controle é assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstancias, abrange também o chamado controle de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa.* (DI PIETRO, 2007, p. 575)

De acordo com a citação de Di Pietro (2007), o controle externo é definido com o propósito de assegurar que a Administração Pública seja fiscalizada, de modo que esta venha se adequar aos princípios da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação e transparência.

> *Controle da Administração Pública é a possibilidade de verificação, inspeção, exame, pela própria Administração, por outros poderes ou por qualquer cidadão, da efetiva correção na conduta gerencial de um poder, órgão ou autoridade, no escopo de garantir atuação conforme os modelos desejados anteriormente planejados, gerando uma aferição sistemática.* (GUERRA, 2003, p. 23)

O estado exerce sua função de fiscalizar as contas e investimentos públicos através dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Tribunal de Contas também participa do controle externo, o qual ocorre também por meio do controle popular, do controle social e da democracia participativa e direta.

Como uma de suas funções, o controle externo busca a verificação de resultados. Esse sistema foi criado através da legislação brasileira para o acompanhamento das atividades administrativas e fiscalização.

Estudo de Caso no Município de Bilac/SP

O Portal da Transparência é fruto da Lei Complementar 131/2009, a qual inseriu, na Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), dispositivos que exigem a transparência ativa dos entes públicos, ou seja, a disponibilização de ofício das informações inerentes às suas despesas e receitas em tempo real.

Posteriormente, no ano de 2010, foi expedido o Decreto Federal n° 7185, regulamentando o que foi chamado de padrões mínimos de qualidade no funcionamento da transparência ativa pelos entes da Federação.

O Portal da Transparência do Município de Bilac/SP utiliza - se de uma empresa terceirizada que oferece *softwares* voltados à gestão de dados públicos; contudo sua construção e funcionamento se encontram atrelados com as definições fundamentadas na Lei de Acesso à Informação.

Sobre a temática do Portal da Transparência, não é produzida nenhuma inovação, mas são traçadas novas funcionalidades técnicas de visualização de informação, para que as mesmas fiquem mais claras, proporcionando o entendimento dos seus usuários.

Os dados e informações são recebidos e atualizados com periodicidade diária, semanal e mensal, variando do acordo com o tema; são de responsabilidade dos ministérios e outros órgãos do Poder Executivo Federal, por serem eles os responsáveis dos programas de governo e pela gestão das ações governamentais.

Com acesso disponível a todo cidadão, o Portal da Transparência de Bilac/SP é de suma importância, permitindo o acompanhamento dos investimentos, possibilitando maior fiscalização e participação popular.

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal; porém, falta a implantação do mesmo no Portal da Transparência de Bilac/SP, o que prejudica a comunicação entre município e população.

Informações divulgadas no Portal da Transparência do Município de Bilac/SP

Conforme a Lei Complementar Federal 131/2009, conhecida como Lei da Transparência, visando assegurar que o munícipe tenha uma maior visibilidade das ações do Governo Municipal, através do acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, a Prefeitura do Município de Bilac disponibiliza seu Portal da Transparência para conceder à sociedade um acompanhamento do uso dos recursos públicos, orientando o cidadão.

O Portal da Transparência é uma ferramenta importante, com acesso disponível a toda a população, destacando as informações das execuções orçamentárias e financeiras do Município de Bilac/SP, permitindo o acompanhamento das aplicações dos recursos públicos, otimizando maior fiscalização e participação popular.

As informações divulgadas no Portal do Município estão diretamente ligadas às áreas da administração, educação, obras, assistência social, orçamento e saúde; porém, torna-se necessário que sejam divulgadas informações mais detalhadas de

cada setor, proporcionando melhor acessibilidade, para que não tenha nenhum indício de dúvidas.

Portal da Transparência no Município de Bilac/SP

Conforme análise do Portal da Transparência do Município de Bilac/SP, o que deve ser melhorado para o acesso é à disposição de algumas informações no *site*, o caminho e o *layout* de alguns *links* que se tornam muito sistemáticos e fundamentados.

Sem exigir senha e usuários específicos, o Portal da Transparência traz informes que consolidam conteúdos oriundos dos sistemas de controle e acompanhamento da execução orçamentária deste órgão. O Portal da Transparência do Município de Bilac/SP oferece um manual no próprio site, permitindo que a população possa instruir-se e assim obter as informações que deseja.

Cada servidor irá lançar dados e demais relatórios do seu setor e o próprio sistema, on-line, compromete-se com a atualização que ocorre diretamente com as demais redes do Portal da Transparência do Município de Bilac/SP. As informações disponibilizadas no Portal são referentes à movimentação financeira e orçamentária da Entidade Pública.

O Município de Bilac/SP apresenta melhores práticas de gestão pública, intensificando a expectativa de uma Administração Pública mais eficiente e próxima da sociedade por meio da divulgação de informações públicas, progresso da transparência e ampliação do controle e da fiscalização.

Após examinado o Portal da Transparência do município de Bilac/SP, pode-se observar que a prefeitura atende à exigência legal disponibilizando, em seu site, a condensação de tudo o que é realizado mediante as contas públicas, como: a divulgação de contratos aditivos, processos licitatórios, acompanhamento de programas e obras, editais para concursos e seus resultados, consulta de servidores públicos e seus respectivos cargos, informações sobre o horário de atendimento, o endereço tendo como referência a duração do expediente das unidades municipais.

Controle e Monitoramento das contas públicas no Município de Bilac/SP

O processo de controle e monitoramento das contas públicas do Município de Bilac/SP faz-se através do Portal da Transparência do próprio Município, que visa

assegurar uma maior visibilidade das ações da gestão municipal.

A Prefeitura Municipal de Bilac/SP permite que a sociedade possa acompanhar, através das informações disponibilizadas no Portal da Transparência, o uso dos recursos e a aplicação correta deles. A finalidade dessa fiscalização é avaliar o desempenho dos gestores públicos e averiguar se o dinheiro público está sendo gasto com responsabilidade.

As informações sobre os recursos aplicados nas áreas de merenda, saúde, educação, assistência social, estradas, poços, barragens e obras em geral, são esclarecidas no conselho municipal de cada setor, na central de atendimento que o governo disponibiliza, na prefeitura, vereadores, sindicatos e partidos políticos.

Os entes públicos carecem de estimular a participação popular, colocando em prática as políticas públicas, discutindo a elaboração do seu planejamento, orçamentos e estratégias para alcançar seus objetivos e metas.

Conclusão

O trabalho almejou evidenciar o estudo de caso no município de Bilac/SP. Reuniu os dados coletados e a análise dos mesmos, relatando como são divulgadas as informações no Portal da Transparência e de que forma deveria ser feito para que o controle social fosse mais efetivo.

O problema proposto foi respondido satisfatoriamente, tendo em vista que a pesquisa permitiu concluir que a contabilidade pública é eficiente instrumento para a mensuração e análise do controle dos gastos públicos.

Inicialmente foi analisada a legislação da transparência pública e as informações obrigatórias referentes ao Portal da Transparência do município de Bilac/SP. Foram evidenciados alguns dados que faltavam ou estavam incompletos no *site.*

Para que o controle social ocorra, é necessário que haja uma conscientização por parte de cada cidadão, percebendo que o orçamento da União e os gastos públicos pertencem a toda a população e ambos devem ser direcionados e fiscalizados.

Esse trabalho foi divulgado para o município de Bilac/SP, para que o mesmo atualize os dados divulgados em seu Portal, contribuindo para um controle social efetivo.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Nilton A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 2° Edição. Editora Atlas, 2006.

ANDRADE, Nilton A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 4° Edição. Editora Atlas, 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Lei de Acesso a Informação.** Disponível em:<http://www.acessoainformacao.gov.br/centraldeconteudo/publicacoes/arquivos/relatorio-2-anos-lai-web.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Olho Vivo no Dinheiro Público.** Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controle-social/arquivos/controlesocial2012.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CGU, Controladoria Geral da União. **Relatório sobre a Implementação da Lei n° 12.527, Lei de Acesso a Informação**. 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. ***Direito Administrativo.*** 20° Edição. Editora Atlas, 2007.

GUERRA, Evandro M. **Os Controles Externos e Internos da Administração Pública**. 2° Edição. Editora Fórum, 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública Teoria e Prática**. 9° Edição. Editora Atlas, 2003.

MARTINS, Paula Ligia. **Acesso à informação: um Direito Fundamental e Instrumental**. Editora Acervo, 2012.

PISCITELLI, Roberto B.; TIMBÓ, Maria Z.F.; ROSA, Maria B. **Contabilidade Pública**. 9° Edição. Editora Atlas, 2006.

RAMOS, Albanir. **Contabilidade Pública.** Disponível em: <http://esmec.tjce.jus.br /wp-content/uploads/2008/10/contabilidade_publica.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOS, Angelussi.; REIS, Jorge. **A importância da Contabilidade Pública.** Disponível em: <http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-61.PDF> . Acesso em: 11 abr. 2018.

SILVA, Aline. **Gestão Pública em Saúde, controle, fiscalização e transparência na gestão pública**. Disponível em: <http://www.unasus.ufma.br/site/files /livros_isbn/isbn_gp10.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental**. 9° Edição. Editora Atlas, 2011.

DIREITO

A Alienação Parental e a Responsabilidade Civil do Alienador

Parental Alienation And Alienator's Liability

Jaqueline Ananias Espósito[1]
João Francisco de Azevedo Barreto[2]
João Geraldo Nunes Rubelo[3]
Helton Laurindo Simoncelli[4]

RESUMO
Nem todos os casos de alienação e responsabilização são levados ao Poder Judiciário ou identificados em razão da dificuldade em distinguir o ato de alienação das demais condutas dos genitores. O trabalho irá abordar a alienação e a responsabilidade advinda dos atos do alienador, tendo como foco a violação dos direitos fundamentais dos filhos e do genitor alienado. Assim, a respectiva obra trará a evolução da família, a conjuntura dos elementos caracterizadores, tendo como finalidade a demonstração da responsabilização, a falta de efetividade da lei regulamentadora e os entraves de se chegar a uma solução do judiciário.
Palavras - chave: Alienação Parental, Direitos Fundamentais das Crianças e dos Adolescentes, Família, Responsabilidade Civil, Responsabilidade Civil do Alienador.

ABSTRACT
Not all cases of alienation and liability are brought to the judiciary or identified because of the difficulty in distinguishing the act of alienation from other conduct of parents. The paper will address the alienation and liability arising from the alienator's acts, focusing on the violation of the fundamental rights of the alienated children and parent. Thus, the respective work will bring the evolution of the family, the conjuncture of the characterizing elements, aiming at demonstrating accountability, the lack of effectiveness of the regulatory law and the obstacles to reaching a solution of the judiciary.
Keywords: Parental Alienation, Fundamental Rights of Children and Teenagers, Family, Liability, Alienator's Liability.

Introdução

Com as alterações a título de evolução no Direito de Família, desde a época mais antiga, quando o *pater familias* exercia todo o poder sobre a mulher e os filhos, até os dias atuais, observam-se grandes modificações, como a união entre pessoas e a separação.

No Direito de Família, com a separação do casal e outorga da guarda dos filhos ao genitor, nasce ao outro genitor o direito e dever de visitação, assistência, comunicação, convivência na vida da criança e do adolescente, dever este inabalável à dissolução da união. Logo, *[...] a separação dos cônjuges não pode significar a*

[1] Acadêmica do 10° termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliun – UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.
[2] Prof. do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliun – UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.
[3] Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.
[4] Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.

separação de pais e filhos [...] (LÔBO, 2009, p. 168).

Contudo, são empregadas diversas barreiras à concretização desses direitos e deveres, tendo em vista o contexto onde se encontram os genitores.

Assim, no intuito de assegurar os direitos e deveres das crianças e adolescentes, a Constituição Federal, no artigo 227 (BRASIL, 1988), estabelece ser *[...] dever da família [...] assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito [...] à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Nesse aspecto, analisar-se a relação familiar após a separação, as práticas abusivas de alienação parental, comumente realizada pelo detentor da custódia através da influência e criação de sentimentos de raiva e ódio, obstando a relação entre o genitor e a criança, dando ensejo ao surgimento da Síndrome da Alienação Parental, daí surgindo, consequentemente, o apego exclusivo ao genitor guardião e o afastamento total do outro.

In casu, a Síndrome da Alienação Parental é o sentimento de rejeição a um dos genitores, causado por afirmações negativas e sem plausibilidade, ou seja, a síndrome são as consequências da prática da alienação parental.

Nessa direção, o trabalho tem como objetivo estudar a Alienação Parental, buscando a discussão das atitudes do genitor alienador e a análise da viabilidade de indenização na esfera cível, por danos morais causados ao genitor e aos seus filhos.

Deste modo, a relevância desta pesquisa consiste em chegar ao conhecimento e demonstração das atitudes da alienação parental através de fatos particulares, colhendo, ao final, a solução aos casos *in concreto*, verificando a viabilidade da responsabilização.

Ante o exposto, partir-se á da necessidade de compreender e examinar a Alienação Parental, atentando para a explicação das causas que motivam a alienação e suas consequências para ambos os lados da relação.

Família

A família é considerada como a base da sociedade, tendo significados diversos conforme cada região e situação familiar. No sentido restrito, a palavra família abrange tanto o casal e os filhos, como também pessoas ligadas pelo vínculo da consanguinidade (MONTEIRO, 2010).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, §§ 3º e 4º, considera e reconhece como família a união advinda do casamento, mas não tão somente dele, a da união estável e também a derivada da união entre ascendestes e descentes, demonstrando que o casamento não é mais elemento caracterizador da entidade familiar.

Nesse aspecto, Gonçalves (2017, p. 17) conceitua:

> *[...] Lato sensu, o vocábulo família abrange todas as pessoas ligadas por vínculos de sangue e que procedem, portanto, de um tronco ancestral comum, bem como as unidas pela afinidade e pela adoção. Compreendem os cônjuges e companheiros, os parentes e os afins.*

Nesse aspecto, com o surgimento do Direito de Família, nasceu a necessidade de normatização e tutela das relações sociais e jurídicas, haja vista a evolução das relações humanas e os efeitos causados pelos negócios advindos dessas relações.

A *priori*, o Direito de Família baseado no Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916) somente abarcava as relações oriundas do casamento, ou seja, a união entre o homem e a mulher e as relações entre pais e filhos, os vínculos existentes e os mecanismos de proteção dessas relações.

No entanto, na atualidade, o direito acima é conduzido pelo Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), o qual traz aspectos revolucionários à entidade familiar como a tutela de toda relação ou vínculo consubstanciado na afetividade e também na consanguinidade.

Assim, é de extrema relevância falar sobre o instituto, pois é nele que se estabelecem as controvérsias familiares e implicações (alienação parental e responsabilidade civil) advindas exclusivamente do núcleo familiar.

Responsabilidade civil

A responsabilidade, fenômeno encontrado nos contratos derivados da autonomia da vontade, tem como objetivo a harmonia e o equilíbrio das relações, tendo em vista os danos causados nas relações privadas pelo ,descumprimento de cláusulas contratuais. Nesse sentido, nas palavras de Gonçalves (2011, p. 01) *[...], responsabilidade exprime ideia de restauração de equilíbrio, de contraprestação, de reparação de dano.*

A responsabilização em si é abrangente e engloba diversas espécies

(subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual), sendo necessária a observância do caso concreto.

A responsabilidade subjetiva é a resultante do dano ocasionado pela conduta dolosa, ou seja, a vontade do agente de causar, efetivamente, o dano e a culposa, caracterizada em razão da ocorrência de imperícia, negligência ou imprudência, condutas estas que ensejam o dever lógico e consequente de indenizar o indivíduo prejudicado.

Conforme, segundo Gonçalves (2016, p. 48) é:

> *[...] subjetiva" a responsabilidade quando se esteia na ideia de culpa. A prova da culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável. Nessa concepção, a responsabilidade do causador do dano somente se configura se agiu com dolo ou culpa.*

Assim, para que haja a responsabilização subjetiva, é necessário que a vítima prejudicada prove o dolo ou a culpa do agente; caso contrário, a reparação do dano não será efetivada.

Em contraste com a responsabilidade subjetiva, tem-se a responsabilidade objetiva, a qual se caracteriza apenas com o preenchimento de dois requisitos, quais sejam o dano e o nexo de causalidade.

Deste modo, observa-se que, para a conduta do agente ensejar a reparação do dano, é imprescindível que o evento danoso tenha ocorrido e haja entre a conduta do agente e o resultado provocado, o nexo de causalidade, ou seja, a conduta deve estar ligada ao resultado, independentemente do elemento culpa.

Nesse sentido, Gonçalves (2016, p. 49) alega ser:

> *[...] objetiva a responsabilidade que independe de culpa. Esta pode ou não existir, mas será sempre irrelevante para a configuração do dever de indenizar. Indispensável será a relação de causalidade entre a ação e o dano, uma vez que, mesmo no caso de responsabilidade objetiva, não se pode acusar quem não tenha dado causa ao evento. Nessa classificação, os casos de culpa presumida são considerados hipóteses de responsabilidade subjetiva, pois se fundam ainda na culpa, mesmo que presumida.*

O Código Civil (BRASIL, 1916), bem como o atual, adotaram como regra geral e necessária, a teoria subjetiva, na qual deve estar presente, na conduta do agente, o dolo ou a culpa.

Como exemplo, o artigo 186 do Código Civil (BRASIL, 2002), dispõe: aquele

que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

No que tange à aplicação da responsabilidade subjetiva, adverte Pereira (1990, p. 507, *apud*, GONÇALVES, 2016, p. 51):

> *[...] a regra geral, que deve presidir à responsabilidade civil, é a sua fundamentação na ideia de culpa; mas, sendo insuficiente esta para atender às imposições do progresso, cumpre ao legislador fixar especialmente os casos em que deverá ocorrer a obrigação de reparar, independentemente daquela noção. Não será sempre que a reparação do dano se abstrairá do conceito de culpa, porém quando o autorizar a ordem jurídica positiva [...].*

Em síntese, a responsabilidade subjetiva e a objetiva subsistem no ordenamento jurídico, sendo a responsabilidade subjetiva a regra geral, caracterizada se preenchidos os requisitos legais. Já a responsabilidade objetiva, esta será aplicada nos negócios ou atividades que ensejam risco a direitos de terceiros.

Quanto à responsabilidade contratual e extracontratual, a primeira é aquela derivada da relação contratual, como exemplo, pode-se citar quando alguém contrata serviço específico através de um contrato propriamente dito, e este não é executado da forma convencionada pelas partes.

Já a responsabilidade extracontratual, esta não deriva de nenhum contrato e sim de um ato ilícito, ou seja, do desrespeito a um dever legal, sem que haja, entre as partes, um vínculo jurídico.

No caso da responsabilidade contratual, estabelecido o vínculo entre as partes, e logo após, descumprida a obrigação, caberá ao credor ou prejudicado provar o inadimplemento ou descumprimento. Já em relação ao devedor, caberá a este provar causas que excluam as alegações do credor, ou seja, que a obrigação não foi cumprida por caso fortuito ou força maior.

Contudo, se a responsabilidade for extracontratual, caberá à parte prejudicada ou à vítima provar a culpa do agente, sendo mais fácil, nesse âmbito, o autor da ação provar a responsabilidade contratual, uma vez que está voltada ao contrato celebrado entre as partes. Bastaria então que a vítima apresentasse o contrato descumprido em juízo.

Em síntese, tais espécies de responsabilidade incidirão nas respectivas situações aqui citadas, quando presentes todos os elementos, como a conduta

humana constituída de uma ação ou omissão; o dano (a lesão suportada); o nexo de causalidade (a ligação entra a conduta e o resultado); o dolo (a vontade do agente) ou a culpa (inobservância do dever legal de cuidado).

O dolo e a culpa são elementos essenciais à caracterização da responsabilidade civil, pois a presença de um dos requisitos irá apontar ao prejudicado o que se deve provar.

Nesse sentido, dispõe Gonçalves (2016, p. 314):

> *Para que haja obrigação de indenizar, não basta que o autor do fato danoso tenha procedido ilicitamente, violando um direito (subjetivo) de outrem ou infringindo uma norma jurídica tuteladora de interesses particulares. A obrigação de indenizar não existe, em regra, só porque o agente causador do dano procedeu objetivamente mal. É essencial que ele tenha agido com culpa: por ação ou omissão voluntária, por negligência ou imprudência, como expressamente se exige no art. 186 do Código Civil.*

Assim, a alienação guarda relevância jurídica com a responsabilização, pois dos atos verifica-se grave violação de direitos fundamentais inerentes às partes do núcleo familiar, sendo viável a responsabilização, pois, com isto, se conseguirá ligar a conduta do agente causador da alienação com o dano sofrido e assim viabilizar a reparação do dano.

Dos direitos das crianças e dos adolescentes

Os direitos das crianças e dos adolescentes guardam extrema relevância jurídica, pois são, na maioria das vezes, violados e alvo dos atos de alienação. Com a consagração dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, o Estado e a família incumbiram-se de tutelar, ao máximo, tais direitos, tendo em vista a condição de desenvolvimento dos infantes.

Assim, como instrumentos normativos responsáveis pela aplicabilidade e efetivação dos direitos, princípios e normas de proteção às crianças e aos adolescentes, surgiu a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Tais instrumentos asseguram e garantem os direitos fundamentais, com o auxílio do Princípio da Afetividade, do Princípio da Prioridade Absoluta, do Princípio da Proteção Integral e Princípio da Paternidade Responsável.

A consagração do Princípio da Afetividade na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente deriva da relação entre os pais e os filhos,

tendo, como foco, o afeto entre os membros familiares.

Com o surgimento de determinado princípio, o afeto existente entre os membros tornou-se algo juridicamente relevante para o Direito de Família e, consequentemente, alvo de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que protege o sentimento de afeição cultivado no seio familiar.

É relevante ao Direito a incidência da afetividade, pois viabiliza a reparação por danos em razão do abandono afetivo e da ocorrência de alienação parental, tendo em vista o vínculo familiar formado pela afetividade dos pais e filhos.

No tocante ao Princípio da Prioridade Absoluta e da Proteção Integral, estes visam assegurar, por meio de medidas específicas e através da família, da sociedade e do Estado, o interesse exclusivo das crianças e dos adolescentes, significando assim que tais entidades devem sobrepor os interesses dos menores sobre os demais.

Assim, com o fim de dar maior proteção aos menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente consagrou, de forma expressa, a prioridade no tratamento das crianças e dos adolescentes; eis que estas se encontram em fase de desenvolvimento.

A consagração do referido princípio aclara a viabilidade de resoluções de conflitos envolvendo crianças e adolescentes, pois leva o Poder Judiciário a determinar medidas direcionadas à proteção dos menores e à solução do caso concreto, atingindo a filiação, o pátrio poder, a guarda, o estabelecimento da paternidade, a adoção e a tutela.

O Poder Judiciário deve, ao decidir sobre determinados assuntos ater-se à escolha do melhor interesse das crianças e dos adolescentes, visando ao bem-estar destes. Sendo assim, a integral proteção e a prioridade absoluta aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sendo vedada a discriminação por qualquer que seja o motivo, uma vez que os princípios consagrados e dirigidos à viabilização da proteção são direitos inerentes aos menores em desenvolvimento.

Conforme Costa (1996, p. 21, *apud*, CUSTODIO, 2006, 46):

> *A doutrina da proteção integral da criança e do adolescente afirma o valor intrínseco como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadora da continuidade de seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade o que torna as crianças e os adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da*

> *sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos.*

Por fim, o Princípio da Paternidade Responsável demonstra a necessidade e o dever dos pais de responsabilizarem-se pela garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, além de assegurar e priorizar o bem-estar dos menores, guardando forte ligação com a dignidade da pessoa humana.

Conforme discorre Pires (2001, p. 36):

> *O Princípio da Paternidade Responsável significa responsabilidade e esta começa na concepção e se estende até que seja necessário e justificável o acompanhamento dos filhos pelos pais, respeitando-se assim, o mandamento constitucional do art. 227, que nada mais é do que uma garantia fundamental.*

Como resultado deste princípio, caberá aos pais biológicos e aos afetivos a responsabilidade de dar efetividade aos direitos das crianças e dos adolescentes e fazer com que sejam respeitados e postos em prática, tomando a frente de forma responsável nas decisões envolvendo os filhos.

Quanto aos direitos violados em razão da ocorrência dos atos de alienação, tem-se o Direito de Convivência Familiar e Comunitária (o direito de conviver com a família natural e com a comunidade onde a criança está inserida), o Direito ao Respeito e à Dignidade (respeito ao desenvolvimento da criança ou do adolescente, sem discriminação, violência, tratamento desumano e indigno) e o Direito à Liberdade (direito de liberdade do indivíduo, liberdade de fazer ou deixar de fazer algo), sendo objeto de violação os direitos dos filhos e do genitor alienado, pois ambas as categorias necessitam da integração familiar na maioria das vezes atingidas pela alienação parental.

Alienação parental

A alienação parental é a interferência psicológica, nos termos do artigo 2º, *"caput"*, da Lei nº. 12.318/10 (BRASIL, 2010), também tratada como doença, mesmo não constando no Código Internacional de Doenças (CID), pois o alienador utiliza-se dos meios psíquicos, sendo realizada nas crianças ou nos adolescentes, mas comumente verificadas nas crianças menores por ainda se encontrarem em grau de vulnerabilidade mais alto, tendo como único fim atingir o outro membro da relação familiar e detentor da guarda dos filhos ou em alguns casos, até mesmo o não

detentor, mas responsável pela vigilância dos filhos.

Conforme Corrêa da Fonseca (2006, p. 164), *[...] a alienação parental é o afastamento do filho de um dos genitores, provocado pelo outro, via de regra, o titular da custódia [...].*

Assim, caso o genitor realize condutas a interferir na relação do filho com o genitor e disso decorra o afastamento dos filhos, o outro genitor estará realizando atos de alienação parental, os quais acarretam sérias consequências, tanto para os filhos como também para o genitor alienado, podendo até ensejar de tais atos a Síndrome da Alienação Parental - SAP e a responsabilização do praticante de tal conduta.

Desta forma, com o surgimento da lei, tentou-se coibir atos contrários à efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, eis que a prática da alienação, de certa forma, tirava do menor o direito de convivência familiar e destruía a imagem do genitor alienado, obstando também os direitos deste em face do filho alienado.

No entanto, pode-se observar a carência na efetividade e aplicabilidade da Lei nº. 12.318 (BRASIL, 2010), pois a lei abrange somente os casos levados ao judiciário, geralmente casos envolvendo cônjuges com situação econômica favorável, onde o poder judiciário e as equipes multidisciplinares irão analisar caso a caso separadamente, com o fim de identificar a prática da alienação parental.

Logo, se somente os casos analisados serão os levados ao judiciário, ou seja, os casos em que os cônjuges realmente intentam a solução jurisdicional do conflito, a Lei nº. 12.318 (BRASIL, 2010) irá ser aplicada somente a estes casos, ficando de fora da análise os demais que não quiseram ou não tiveram a oportunidade de obter a solução jurisdicional, casos estes que também podem apresentar significativos indícios de alienação parental se investigados.

Esta situação também ocorrerá com os casos de responsabilização por atos de alienação, onde o alcance e o reconhecimento desta ficam obstados em razão de nem todos os núcleos familiares identificarem o problema e visarem à solução jurisdicional.

É de se verificar, na hipótese de ocorrência de atos de alienação, que a responsabilização civil por danos morais ou materiais só restará configurada caso estejam presentes todos os requisitos ensejadores, pois, do contrário, faltando um

dos elementos, não poderá o juiz, na esfera cível, atribuir a responsabilização e indenização ao genitor alienador, pois os atos de alienação podem até ocorrer, mas a lesividade da conduta não chegará ao extremo de ocasionar o dano.

Entretanto, ao observar e analisar os casos correntes no Poder Judiciário são demasiado escassas as ações ajuizadas em face do genitor alienante, uma vez que, em nem todos os casos são identificados os atos de alienação parental, sem falar no revés do judiciário em decidir sobre o assunto, afastando o progenitor da convivência com o filho sob a vista de alegações de abuso sexual e dificultando assim a defesa e a alegação de dano moral ou material na esfera cível.

Em relação à normatização da responsabilização civil, tal disposição é encontrada nos artigos 186 e 187 do Código Civil de 2002; tais dispositivos tratam da viabilidade de responsabilização por danos decorrentes de atos ilícitos. Nesse aspecto, assevera tais dispositivos aquele que *[...] pratica uma ação ou omissão voluntária, negligente ou imprudente, ou seja, uma ação munida de dolo ou culpa, e dela assim violar direitos e causar danos a outrem, cometerá ato ilícito.*

Por fim, o artigo 6º da Lei nº. 12.318 (BRASIL, 2010), onde se tem a clara compreensão de caracterizados os atos de alienação, o juiz tem diversos mecanismos de atuação com o fim de coibir a prática, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal. Assim, em tal disposição, o legislador deixou a critério do prejudicado responsabilizar civil e até criminalmente o agente causador do dano.

Nota-se:

> *Art. 6º. Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso. (grifo nosso)*
> *[...]*

Deste modo, os dispositivos acima trazem a viabilidade da responsabilização, mas como dito, só será viável caso presente todos os elementos e se estiver comprovado o dano ou prejuízo sofrido pelo progenitor alienado e até mesmo pela criança ou adolescente a título de culpa em forma de negligência e imprudência, já que aos pais incumbe o dever de educação, criação e cuidado, bem como o direito de

exercer de fato seus direitos em face de seus filhos, todos estes direitos e deveres calcados na dignidade da pessoa humana e consagrados no ordenamento jurídico.

Não obstante, o ordenamento jurídico e a jurisprudência pátria tenham entendimento favorável acerca da responsabilização civil do alienador, é importante salientar a dificuldade de ajuizar uma ação de responsabilização sobre tal tema e de comprovar o dano, o prejuízo, pois, inicialmente, a alienação pode ocorrer em vários graus e muita das vezes não é detectada pelo Poder Judiciário, justamente pela falta de técnica e de profissionais e servidores com experiência com o tema.

Ademais, os casos mais viáveis e capazes de conceder indenização ao prejudicado são os de falsas alegações, como a ocorrência de abuso sexual e maus tratos. Nesses casos o genitor alienante introduz, na mente de seus filhos, a ideia de que foram abusados ou agredidos pelo progenitor alienado, fazendo-os acreditar e fixar a ideia na mente, iniciando, dessa forma, uma investigação a fim de averiguar o crime.

Todavia, as alegações de abuso sexual e agressão são, na maioria das vezes, falsas, e assim é de se verificar, lá na frente, ao decorrer do processo criminal, que a inocência do progenitor fique provada, contudo, deixando certo rastro de dano à honra do indivíduo, prejudicando o convívio dos filhos com o progenitor, bem como um dano material, pois com a denúncia o progenitor despende significativos esforços para se ver livre da punição estatal, com o intuito de provar a sua inocência e, ao mesmo tempo, limpar a sua honra.

E, depois de provada a inocência e estando presentes os danos passíveis de indenização, é que o progenitor irá procurar o judiciário para ver responsabilizado o causador do dano, ou seja, o genitor alienante e propagador das falsas denúncias, já que com o processo criminal este lhe causou danos morais e materiais.

Em síntese, estando caracterizado o dano e comprovado o dolo ou a culpa do agente; dolo caso o agente tenha a vontade de prejudicar o progenitor, e culpa caso a ação tenha sido ajuizada em defesa da criança ou do adolescente por ato de negligência e imprudência, o judiciário irá julgar a ação de responsabilidade civil e indenização por ato de alienação parental e arbitrar um valor de acordo com a razoabilidade e proporcionalidade, bem como poderá, inclusive, impor sanções ao alienador pelos atos de alienação parental.

Considerações finais

A respectiva pesquisa serviu-se de meios de conceituação do fenômeno da Alienação Parental e da Responsabilidade Civil, tendo como base legislativa o Código Civil de 2002 e a Lei nº. 12.318/10, a qual tem significativa importância e, na maioria das vezes mostra-se relevante em razão da inaplicabilidade dos dispositivos.

Foi alvo deste trabalho a concepção de família adotada pelo ordenamento jurídico, eis que o tema é de grande importância, já que a família é um instituto antigo, o qual foi sujeitado a várias mudanças e tem ampla proteção pelo Estado.

Em relação à responsabilidade civil, foram abordadas as espécies e os elementos de constituição, uma vez que o assunto faz parte do tema principal discutido, já que o objetivo central foi debater a responsabilidade civil do alienador quando da prática da alienação parental. Com o assunto, averiguou-se a possibilidade de encaixar a conduta do alienador na responsabilização civil com o intuito de coibir a prática no âmbito familiar.

A conduta de alienar, *in casu*, encaixará na responsabilidade subjetiva, devendo a vítima comprovar a presença dos elementos essenciais ao ajuizamento da demanda de reparação do dano ou de indenização.

Desta forma, o autor da ação, o filho ou o progenitor, valerá de elementos, quais sejam a conduta humana, o nexo de causalidade e o dano com a fim de provar a alienação e requerer a responsabilização do alienador. No tocante à conduta humana, deverá ser observada se esta advém da conduta dolosa ou culposa. O dolo ficará demonstrado na hipótese dos atos do alienador virem de sua própria vontade, ou seja, da vontade de prejudicar, de qualquer forma, o pai da criança.

A culpa ficará caracterizada na hipótese do agente ter dado causa ao resultado, ou seja, ao dano ocorrido por ter agido com imprudência, negligência ou imperícia.

Já o nexo de causalidade traduz-se na ligação existente entre a conduta praticada pelo genitor guardião e o resultado suportado pelo progenitor, tendo como objetivo demonstrar se o resultado realmente derivou da conduta do sujeito alvo da ação de reparação ou de outra conduta, no fim, apontando o responsável.

Por fim, o último ponto a ser analisado quanto aos elementos é o dano suportado pela vítima. O dano deverá ser comprovado e, de certa forma, desviar do mero aborrecimento, ultrapassar a ideia de um incômodo experimentado e atingir a esfera de direitos fundamentais do prejudicado.

Nesse ínterim, os direitos fundamentais atingidos serão os do progenitor e, consequentemente, os das crianças e adolescentes. Como direito atacado pela prática dos atos de alienação, está o direito de convivência familiar e comunitária, onde fica estabelecido que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir a convivência dos filhos com os pais, mesmo em caso de divórcio, separação e dissolução de união estável.

O ordenamento jurídico também garante o direito ao respeito e à dignidade, estando a ideia atrelada ao respeito ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, bem como ao oferecimento de uma vida digna e ausente de tratamento desumano, discriminatório e desonroso. Já o direito à liberdade, este se traduz na ideia de garantir e assegurar às crianças e aos adolescentes a liberdade de locomoção, de fazer ou deixar de fazer algo, a liberdade de expressão e outros mais, devendo ser objetivos alcançáveis por parte dos genitores.

Outrora, como base estrutural, foi abordada a afetividade, o sentimento de afeto cultivado e existente no núcleo familiar, sendo logo mais a palavra diferenciadora do conceito de alienação parental e abandono afetivo, já que o abandono ocorrerá quando da falta de afeto.

Também foram abordados o Princípio da Prioridade Absoluta e o Princípio da Proteção Integral, pois ambos integram a ideia de sobreposição dos interesses dos menores sobre os demais, em razão de haver interesse jurídico da família, da sociedade e do Estado de proteger o desenvolvimento de cada criança e adolescente, bem como livrá-los de toda e qualquer forma de violência, sendo de extrema importância na tomada de decisão contra os atos de alienação.

Por fim, o tema central tratado no respectivo trabalho foi a prática da alienação na relação familiar em decorrência do divórcio, separação, dissolução de união estável, guarda e outros mais.

A alienação é a forma do genitor detentor da guarda afastar a criança ou o adolescente do convívio com o progenitor através da influência mental, de acusações, de proibições, resultando no distanciamento dos filhos em relação ao pai e, consequentemente, causando dano ao progenitor e aos filhos, ambos alienados.

E, com o intuito de identificar e coibir a alienação, o Poder Legislativo colocou em prática a Lei nº. 12.318/10. No entanto, com a análise da respectiva lei, verifica-se a falta de efetividade e aplicabilidade, pois só atingiria os casos levados ao Poder

Judiciário e, mesmo assim, nem todos seriam contemplados em razão de haver a necessidade de gastos com psicólogos e psicanalistas, tornando-se oneroso demais para os bolsos de muitas famílias.

A discussão central está na hipótese de, caso tenha havido dano advindo de algum ato de alienação, como denúncia de abuso sexual, a vítima responsabilizará civilmente o causador, ajuizando ação de reparação de danos, já que a prática viola tanto os interesses e direitos das crianças e adolescentes, como também do próprio genitor alienado.

Apesar de faltar previsão sobre a responsabilidade civil do alienador, a conduta irá se enquadrar na responsabilidade subjetiva e extracontratual, pois inexiste relação contratual entre as partes envolvidas e ainda há a necessidade da comprovação da conduta do agente. Assim, a vítima valerá dos mesmos elementos de caracterização da responsabilidade civil, além da previsão constante do artigo 6º da Lei nº. 12.318/10 e os artigos 186 e 187 do Código Civil de 2002.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República 1988. **Disponível** em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL, Código Civil Brasileiro de 2002. Brasília, DF. Presidência da República 2002. **Disponível** em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Brasília. DF. Presidência da República 1990. **Disponível** em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 26 jul. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Atividade Legislativa**. Legislação. Código Civil de 1916, Brasília, 1916. **Disponível** em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 abr. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Atividade Legislativa**. Legislação. Lei nº. 12.318 de 26 de agosto de 2010. Brasília. 2010. **Disponível** em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente**. In: PEREIRA, Tänia da Silva (Coord.). Estatuto da Criança

e do Adolescente, Lei nº. 8.069/90: estudos sócio-jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. p. 19.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Síndrome da Alienação Parental**. **Disponível** em: <http://priscilafonseca.com.br/sindrome-da-alienacao-parental-artigo-publicado-na-revista-do-cao-civel-no-15-ministerio-publico-do-estado-do-para-jandez-2009-revista-ibdfam-ano-8-no-40-f/>. Acesso em: 31 jun. 2019.

GONÇALVES. Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 14ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 4: Responsabilidade Civil. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Responsabilidade Civil**. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil. Famílias**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 271.

MONTEIRO. Washington de Barros, **Curso de Direito Civil**. Vol. 2: Direito de Família, 43ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIRES, Thiago José Teixeira. **Princípio da Paternidade Responsável**. Disponível em: < http://jus.com.br/artigos/24305/principio-da-paternidade-responsavel>. Acesso em: 28 jun. 2019.

A importância da mediação como intervenção necessária nos conflitos advindos da extinção do vínculo conjugal

The importance of mediation as a necessary intervention in conflicts arising from marital extinction

Victor Siqueira Fiumari[1]
Cibele Rodrigues[2]
João Geraldo Nunes Rubelo[3]
Helton Laurindo Simoncelli[4]
Renata Jodas Tafner[5]

RESUMO

No trabalho observa-se a evolução do Direito de Família, principalmente a evolução histórica do conceito de família, os principais princípios, apresentando os tipos de famílias existentes e deixando claro que sempre é possível surgir um novo modelo familiar. São apresentadas as formas de constituir uma relação conjugal, sendo ela pelo casamento ou união estável, assim como as formas de extingui-la. É apresentada a mediação como forma de amenizar e facilitar a solução dos conflitos advindos de tais acontecimentos, bem como busca-se demonstrar a real necessidade da aplicação da mediação para que os envolvidos possam realmente chegar a um acordo satisfatório para ambas as partes. Foram utilizados os métodos dedutivos e pesquisas qualitativas e descritivas, levantamentos bibliográficos e pesquisas jurisprudenciais.
Palavras-chave: Direito de Família, Divórcio, Mediação.

ABSTRACT

The research observes the evolution of Family Law, especially the historical evolution of the family's concept, the main principles, presenting the existing family types and making it clear that it is always possible to emerge a new family model. Ways of constituting a marital relationship are presented, whether by marriage or stable union, as well as ways of extinguishing it. Mediation is presented as a way to soften and facilitate the solution of the conflicts arising from such events, as well as to demonstrate the real need about applicating the mediation so that those involved can really reach a satisfactory agreement for both parties. Deductive methods, qualitative and descriptive research were used, as well bibliographic surveys and jurisprudencial researches.
Keywords: Divorce, Family Law, Mediation.

Introdução

O presente trabalho busca apresentar a evolução histórica do Direito de Família, demonstrando o passado, presente e um possível futuro de tal ramo do

[1]Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.
[2] Profa. Doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.
[3] Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.
[4] Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.
[5] Professora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, Pedagoga, Doutora em Ciências da Educação (UNIGRAN).

Direito, através de um apanhado de princípios constitucionais e doutrinários, colocando em pauta a necessidade constante de evolução presente na sociedade.

Também será abordado o histórico das relações conjugais e suas maneiras de constituição, sendo ela pelo casamento ou pela união estável, passando pela evolução do instituto do casamento e suas especificidades, bem como a maneira de realizar sua dissolução, através do divórcio. Quanto à união estável, será demonstrada sua equiparação ao casamento, bem como a possibilidade de sua dissolução quando for da vontade dos conviventes.

Além disso, apresenta-se a mediação como um dos métodos alternativos de solução de conflitos, uma maneira humanizada para resolver os conflitos da sociedade, através do diálogo e na busca de um acordo em que ambas as partes sairão contentes e, principalmente, não terão que aguardar por uma decisão de um magistrado que apenas leu algumas páginas sobre o assunto e não vivenciou nada do que as próprias partes vivenciaram. Sendo assim, não existe melhor saída a não ser um acordo entre elas, pois poderão estabelecer regras e requisitos que entenderem necessários para que o acordo possa ser cumprido de forma correta e pensando em um futuro mais distante.

Foram utilizados métodos dedutivos e qualitativos, bem como pesquisas doutrinárias com diversos autores e livros acerca dos temas abordados, além de visitas no CEJUSC de Birigui-SP, para entender algumas especificidades das sessões de mediação na prática, bem como pesquisas jurisprudenciais e consulta ao ordenamento jurídico para um bom embasamento teórico e científico do presente trabalho.

O direito das famílias e sua evolução

Desde o início da existência humana, a família está presente, seja de qual forma for. É da natureza do ser humano ser social, criar laços afetivos e, consequentemente, dar origem a uma ou mais famílias. O ser humano busca a felicidade de diversas formas, sendo os laços familiares uma dessas formas, assim como entende Dias (2015, p. 29):

> *[...] a família é um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social, cuja estruturação se dá através do direito. No dizer de Giselda Hironaka, não importa a posição que o indivíduo ocupa na família, ou qual*

> *a espécie de grupamento familiar a que ele pertence - o que importa é pertencer ao seu âmago, é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças, valores e se sentir, por isso, a caminho da realização de seu projeto de felicidade.*

Conforme o tempo passou, o Direito de Família modificou-se, evoluindo cada vez mais, pois o direito acompanha a evolução da sociedade como um todo. Pode-se destacar o Estatuto da Mulher Casada, instituído pela Lei nº 4.121/1962, (BRASIL, 1962), que foi responsável por um dos níveis de evolução do Direito de Família, de forma com que possibilitou a plena capacidade da mulher, e ainda, deu-se o direito à mulher de ter seus próprios bens, adquiridos pelo seu próprio esforço.

Também é importante destacar a Lei nº 6.515/77, conhecida como Lei do Divórcio, que finalmente possibilitou a dissolução do casamento, com certos requisitos, de forma com que o casal pudesse seguir sua vida e contrair novos matrimônios, se desejar.

A Constituição Federal de 1988 teve grande impacto no Direito de Família, pois promoveu a igualdade entre homem e mulher, bem como elencou alguns modelos de família, deixando, em seu texto, a possibilidade de serem criados novos modelos.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 66/2010 alterou o art. 226, § 6º da Constituição Federal. O texto legal passou para: *O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio* (BRASIL, 2010), de forma com que a sociedade conjugal pudesse ser dissolvida através do divórcio, sem prévia necessidade de separação por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos, como era exigido no texto anterior à Emenda Constitucional.

Como citado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 elencou alguns modelos familiares, compreendidos no art. 226, §§ 3º e 4º (BRASIL, 1988). Entretanto, com a evolução da sociedade, o conceito de família passou a ser fundado na afetividade e igualdade entre os envolvidos, afastando a moralidade religiosa existente antigamente; por exemplo: o casamento, atualmente, não é exclusivamente entre homem e mulher, podendo também ser celebrado por pessoas do mesmo gênero em observância ao princípio da igualdade, bem como o da dignidade da pessoa humana.

Portanto, com toda a mudança vivenciada pelas pessoas, passaram a surgir novos modelos familiares, como a família homoafetiva, poliafetiva, anaparental,

unipessoal, mosaico, substituta, eudemonista, entre outras. Alguns dos modelos familiares sempre existiram na sociedade, porém de maneira informal. Tais modelos não eram reconhecidos como fa,mília pelo ordenamento jurídico e os envolvidos não teriam seus direitos assegurados pelo Poder Público.

Constituição e extinção das relações amorosas e conjugais

O ser humano possui diversas características, dentre elas está a vontade de ter laços afetivos, sejam eles amorosos ou não. O ordenamento jurídico brasileiro traz maneiras de constituir tais relações amorosas, fazendo com que os direitos dos envolvidos sejam resguardados pelo Poder Público.

Uma das formas é o casamento civil, que surgiu no ano de 1891, com a Constituição Federal do referido ano. Antes disso, apenas o casamento religioso era celebrado. Ainda após a Constituição Federal de 1891, o casamento continuou a possuir caráter religioso, pois o direito seguia as tradições da época, como bem ensina Dias (2015, p. 145): *Ainda assim, o caráter sagrado do matrimônio foi absorvido pelo direito, tanto que o conceito de família, identificado com o casamento indissolúvel, mereceu consagração em todas as Constituições Federais do Brasil.*

O conceito de casamento modificou-se conforme o passar do tempo, pois, de início, era possível apenas o casamento heterossexual, entre homem e mulher, com o intuito de gerar sua prole e dar continuidade à família. Entretanto, atualmente, é reconhecido o casamento homoafetivo, ou seja, entre pessoas do mesmo sexo, que se amam e desejam formar uma família.

Portanto, o conceito atual de casamento é basicamente o vínculo jurídico criado entre duas pessoas, independente de gênero ou orientação sexual, que desejam ver seus direitos reconhecidos e regulamentados pelo Estado, com intuito de constituir família, principalmente, baseado na afetividade.

No mesmo sentido, ensina Dias (2015, p. 148):

> *Casamento tanto significa o ato de celebração como a relação jurídica que dele se origina: a relação matrimonial. O sentido da relação matrimonial melhor se expressa pela noção de comunhão de vidas, ou comunhão de afetos. O ato do casamento cria um vínculo entre os noivos, que passam a desfrutar do estado de casados. A plena comunhão de vida é o efeito por excelência do casamento. São de tal ordem as sequelas de natureza patrimonial que não corre prescrição entre os cônjuges.*

O Estado abre possibilidade a duas espécies de casamento: o casamento civil, conforme art. 1.512 do Código Civil (BRASIL, 2002) e o casamento religioso com efeitos civis, previsto no art. 1.515 e 1.516 do mesmo diploma legal (BRASIL, 2002). Os dos tipos de casamento são abrangidos pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 226, nos § 1º e 2º, respectivamente (BRASIL, 1988).

O casamento é um ato solene e possui diversas características e requisitos, entretanto, existem alguns modos excepcionais de contrair o matrimônio, como por exemplo o casamento por procuração, observando-se o disposto no art. 1.542 do Código Civil (BRASIL, 2002):

> *Art. 1.542. O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.*
> *§ 1o A revogação do mandato não necessita chegar ao conhecimento do mandatário; mas, celebrado o casamento sem que o mandatário ou o outro contraente tivessem ciência da revogação, responderá o mandante por perdas e danos.*
> *§2º O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar no casamento nuncupativo.*
> *§3º A eficácia do mandato não ultrapassará noventa dias.*
> *§4º Só por instrumento público se poderá revogar o mandato*

Outro exemplo é o casamento nuncupativo, regido pelo art. 1.540 e 1.541 do Código Civil (BRASIL, 2002), em que há a possibilidade da realização do casamento quando uma pessoa está correndo risco de vida e deseja casar-se. Nessa forma, não é necessário observar os requisitos legais do casamento civil comum, bastando apenas a presença de 06 testemunhas que não possuam parentesco com os noivos.

Além do casamento, é possível que as pessoas se relacionem e constituam uma união estável e, com o advento da Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988) houve o reconhecimento específico da união estável, onde, em seu art. 226, § 3º, demonstra a existência desta união, bem como a necessidade da proteção estatal em relação à esse modelo familiar. Contudo, o Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) também regulamenta a união estável, conceituando-a de forma específica em seu art. 1.723: *É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.* A união estável atualmente é regulamentada pelos artigos. 1.723 a 1.727 do Código Civil, (BRASIL, 2002), além de serem aplicados outros diversos artigos de legislações esparsas, em complemento aos

presentes no Código Civil.

De início, como conceituado – e ainda não modificado – no art. 1.723, (BRASIL, 2002) a união estável era possível apenas se os companheiros fossem homem e mulher, tratando apenas de relações heterossexuais. Entretanto, tal requisito já não é mais aplicado pelo mesmo fundamento que não se aplica ao casamento, preservando a dignidade da pessoa humana, bem como a livre formação familiar. Portanto, é possível a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Os laços emocionais e afetivos, por mais genuínos que sejam, podem acabar chegando ao fim por diversos motivos. Pode ser que, após um tempo de convivência, o casal não se dê bem; que o amor não seja suficiente para continuarem juntos; que algum fato ocorra durante o convívio do casal que eles prefiram extinguir a sociedade conjugal; ou até mesmo casos de violência doméstica, caso este que é bem mais grave e, da mesma forma, deve gerar o fim do vínculo entre o casal.

Para que tal vínculo cesse, não basta a separação de fato dos envolvidos. A simples separação do casal pode sim ensejar um futuro divórcio ou dissolução da união estável, entretanto, para que a relação conjugal esteja realmente finda, é necessário o requerimento judicial ou extrajudicialmente.

De acordo com o art. 1.571 do Código Civil, são quatro as hipóteses do fim da sociedade conjugal, sendo eles: Art. 1.571. *A sociedade conjugal termina: I - pela morte de um dos cônjuges; II - pela nulidade ou anulação do casamento; III - pela separação judicial; IV - pelo divórcio.* (BRASIL, 2002)

Será abordado o inciso IV, o divórcio, tendo em vista que, das possibilidades acima, apenas o divórcio e a separação judicial terão oportunidade de realizar uma audiência de conciliação ou mediação. Também será abordado o reconhecimento e dissolução da união estável que, embora não esteja presente em um dos incisos do art. 1.571 do Código Civil (BRASIL, 2002), também é uma forma de dissolução do vínculo jurídico entre os envolvidos, tendo em vista que a união estável possui efeitos equiparados ao matrimônio.

O divórcio na sociedade atual passou por diversas mudanças e evoluções, tendo em vista que, em um passado não tão distante, o casamento só poderia ser dissolvido pela morte ou mediante o desquite, que não possibilitava às partes a possibilidade de contrair novas núpcias. Atualmente, o divórcio pode ser requerido tanto judicialmente como extrajudicialmente, observando os requisitos legais,

porém de uma forma muito mais fácil e saudável aos envolvidos, que estão passando por um momento conturbado em suas vidas.

A união estável, quando for da vontade dos companheiros, deverá ser extinta através da ação de dissolução de união estável. Na maioria dos casos práticos, no momento em que os companheiros decidem realizar a dissolução, a união estável sequer está reconhecida. Portanto, nestes casos, primeiramente é necessário realizar o reconhecimento da união estável, seja judicial ou extrajudicialmente e, após, realizar a dissolução desta união.

Tanto o divórcio quanto a dissolução da união estável podem gerar diversos efeitos, dependendo do caso, como por exemplo: se houver filhos menores, gerará o direito a alimentos, guarda e visitas. Se o casal possuía bens, será necessário realizar a partilha de bens, observando-se o regime de bens escolhido no ato do casamento. Importante lembrar que, no caso da união estável, o regime de bens é presumido, sendo o da comunhão parcial de bens.

A mediação como intervenção necessária nos conflitos conjugais

Em um determinado momento da história, o Estado, ao assumir a função jurisdicional, tomou para si a responsabilidade de resolver os conflitos da vivência dos cidadãos. Entretanto, não era desta forma antigamente, como explica Pantoja (2016, p. 55):

> *Nem sempre coube ao Estado, na história da humanidade, o papel de pacificar os conflitos inerentes à vida em comunidade. Nas sociedades primitivas, os litígios eram solucionados por métodos informais e rudimentares, mediante uso da força física (autotutela); por meio da realização de acordo entre os litigantes, com sacrifício total ou parcial de seus interesses (autocomposição; ou através da eleição de terceiros de mútua confiança, em geral sacerdotes ou anciãos, para julgar os conflitos (hererocomposição ou arbitragem). Com a evolução da sociedade, criou-se a figura do Estado, incumbindo das funções essenciais de administrar, legislar e julgar. Sem dúvida, uma das grandes conquistas da civilização foi justamente a assunção, por um dos Poderes do Estado – Judiciário – do poder-dever de prestar com exclusividade a jurisdição. Consiste em atividade jurisdicional, promovida por meio de processo judicial, na intervenção de um juiz em um conflito entre duas ou mais partes, impondo-lhes uma solução conforme a lei.*

O Estado chegou a um ponto em que precisou buscar novos métodos de solução de conflitos, e foi através da Resolução nº 125 que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ (BRASIL, 2010) dispôs sobre a Política Judiciária Nacional de

tratamento adequado de conflitos, de interesse no âmbito do Poder Judiciário.

A Resolução n. 125 do CNJ (BRASIL, 2010) foi um divisor de águas para aplicação de métodos alternativos e consensuais de solução de conflitos. A partir daí, seguindo suas orientações, os Tribunais criaram os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC, tendo dentre suas atribuições, a de promover a instalação e fiscalização dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs, unidades que devem, necessariamente, abranger os setores de solução de conflitos pré-processuais e processuais, e setor de cidadania. Watanabe (2011, p. 80) expõe os pontos que entende mais importantes da Resolução nº 125 do CNJ:

> *a) atualização do conceito de acesso à justiça, não como mero acesso aos órgãos judiciários e aos processos contenciosos, e, sim, como acesso à ordem justa; b) direito de todos os jurisdicionados à solução de conflitos de interesses pelos meios mais adequados a sua natureza e peculiaridade, inclusive com a utilização dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação; c) obrigatoriedade de oferecimento de serviços de orientação e informação e de mecanismos alternativos de resolução de controvérsias, além da solução adjudicada por meio de sentença; d) preocupação pela qualidade desses serviços de resolução de conflitos, com a adequada capacitação, treinamento e aperfeiçoamento permanente dos mediadores e conciliadores; e) disseminação da cultura de pacificação, com apoio do CNJ aos tribunais na organização dos serviços de tratamento adequado de conflitos, e com a busca da cooperação de órgãos públicos e das instituições públicas e privadas da área de ensino, com vistas à criação de disciplinas que propiciem o surgimento da cultura da solução pacífica dos conflitos de interesses; f) é imposta aos Tribunais a obrigação de criar: 1. Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; 2. Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania; 3. cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de mediadores e conciliadores, "com a observância do conteúdo programático e carga horária mínimos estabelecidos pelo CNJ"; 4. banco de dados para a avaliação permanente do desempenho de cada Centro; 5. cadastro dos mediadores e conciliadores que atuem em seus serviços.*

Além disso, a Resolução nº 125/2010, do CNJ, (BRASIL, 2010) regulamenta aos conciliadores e mediadores, a capacitação, o credenciamento nos cadastros dos Tribunais, o Código de Ética a ser seguido, pautado nos princípios norteadores de conduta, estabelecido em seu Anexo III.

A mediação foi disciplinada pela Lei nº 13.140/2015, conhecida como Lei da Mediação, que regulamentou o instituto da mediação e toda a sua aplicação (BRASIL, 2015). O novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, demonstra o incentivo aos métodos consensuais de solução de conflitos no §3º do

art. 3º: *A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial* (BRASIL, 2015).

Nos dias atuais, a mediação é aplicada principalmente nos processos de direito de família, com o objetivo de conscientizar as partes da seriedade de seus atos, bem como chegarem a um acordo em que ambos fiquem satisfeitos.

A mediação é regida por princípios que norteiam seus procedimentos e as condutas dos mediadores; princípios estes que são encontrados na Resolução 125/2010 e na Lei da Mediação (Lei n. 13.140/2015).

Entretanto, no Código de Processo Civil (BRASIL, 2015),.o legislador optou por citar apenas alguns deles no art. 166, que versa: *A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão informada*

É importante frisar o princípio da autonomia da vontade das partes, pois este princípio protege os envolvidos de qualquer arbitramento ou tentativa coercitiva de realizar um acordo em que uma das partes não esteja confortável.

Gonçalves (2016, p. 255/256) leciona sobre o assunto:

> *Para que haja a solução consensual, é preciso que as partes tenham a vontade livre e desembaraçada, e que possam emiti-la de forma não viciosa. Sendo a autocomposição uma forma de transação, exige-se para a sua efetivação o mesmo que se exige para a celebração dos acordos de vontade em geral. E, entre tais exigências, está de que a vontade possa ser emitida livremente, sem vícios. Daí a preocupação do legislador em que não haja constrangimento ou intimidação por parte dos conciliadores ou mediadores. O princípio da autonomia da vontade aplica-se, inclusive, à definição das regras procedimentais. A serem observada pela conciliação e mediação (art. 166, § 4º) e permite às partes escolher, de comum acordo, o conciliador, mediador ou câmara privada de conciliação e de mediação (art. 168)*

Portanto, não haverá composição se uma das partes não concordar com os termos, sendo sempre possível modificar os termos e requisitos existentes no acordo para que ambas as partes saiam satisfeitas.

Nas ações de divórcio e dissolução de união estável, o juiz designa audiência de mediação antes mesmo da apresentação de contestação pela parte requerida, exceto quando ambas as partes demonstrem não ter interesse na audiência, conforme expõe o art. 334 do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015):

> *Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência*

Ainda, nos §§ 4º e 5º do mesmo artigo (BRASIL, 2015), é demonstrada a exceção, em que não será realizada a audiência:

> *§ 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; II - quando não se admitir a autocomposição. § 5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.*

As sessões de mediação são muito diferentes de uma audiência judicial comum, tendo em vista que o foco da audiência de mediação não é atribuir quem é culpado e quem é inocente, nem analisar provas ou realizar julgamentos. Na audiência de mediação, busca-se unicamente restabelecer a comunicação entre as partes para que elas possam tomar uma melhor decisão para si mesmas. Na maioria das vezes, após restabelecer o diálogo entre elas, percebe-se que os interesses das partes diferem em muito do próprio pedido pleiteado na petição inicial.

A partir do diálogo, é possibilitado às partes exporem seus reais interesses e, ao mesmo tempo, libertarem-se de possíveis mágoas, chegando assim a uma possibilidade maior de gerar um acordo entre eles e que tal decisão traga resultado favorável a todos os envolvidos no núcleo familiar, ainda mais se houver filhos menores.

Ainda que essa solução não venha de imediato, é possível que sejam realizadas várias sessões, quantas forem necessárias, de forma que contribua com a solução consensual do conflito, mas com a devida cautela para que evite o perecimento do direito tutelado.

Como já citado, especialmente nos casos que envolvem filhos menores, esta é a oportunidade de resgatar o vínculo familiar, não necessariamente com a intenção de uma reconciliação do casal, mas para gerar um entendimento, assim possibilitando o diálogo e respeito mútuo entre os ex parceiros, tendo em vista que o poder familiar é algo que será mantido, embora o relacionamento tenha terminado. Tal afirmação é lecionada também por Dias (2015, p. 464):

> *Durante o casamento (CC 1 . 566 IV) e na vigência da união estável (CC 1. 724) ambos são detentores do poder familiar. E, rompido o vínculo de convívio, o poder familiar segue exercido pelos dois, independente de quem detém sua guarda. A unidade da família não se confunde com a convivência do casal, é um elo que se perpetua independentemente da relação dos genitores.*

A mediação nas ações de família pode ser chamada de justiça humanizada, uma forma mais pura de pacificação social, buscando sempre a harmonização entre os envolvidos, bem como o bem estar das partes, pois são elas que terão participado, de forma ativa, da decisão. Desta forma, entende Calmon (2007, p. 125):

> *Considerando que a participação social é um dos escopos do processo, ainda distintamente de ser plenamente atingido, torna-se claro que, ao serem oferecidas diversas alternativas, à solução dos conflitos, amplia-se a possibilidade de participação popular no sistema de decisões.*

São oferecendo as diferentes alternativas de solução do conflito aos envolvidos que-se podea chegar perto de uma solução justa e harmônica, a qual consequentemente, surtirá efeitos mais duradouros.

Em muitos dos casos de extinção do vínculo conjugal, ocorre o afastamento entre genitor e filho, seja por desentendimentos entre os genitores ou mesmo por situações de violência. A mediação ajuda a conscientizar os envolvidos a traçarem um futuro mais saudável, trabalhando com o psicológico dos genitores a necessidade de manter o filho em contato com o pai, mantendo o vínculo paterno e, inclusive, na maioria das vezes, prevenindo a alienação parental. Como leciona Calmon (2007, p. 127):

> *Os objetivos da mediação familiar são: a continuação das relações paternais, para manutenção da estabilidade e significativos relacionamentos do filho com ambos os pais; a responsabilidade conjunta nas decisões a serem tomadas em relação aos filhos; o equilíbrio entre deveres e direitos dos pais junto aos filhos; a comunicação entre os genitores para levarem a diante um projeto educativo compartilhado; a colaboração dos pais na gestão dos filhos; o clima de confiança recíproca que permite manter um nível de respeito recíproco entre os pais.*

Portanto, como já exposto anteriormente, a mediação pode também servir como uma prevenção à alienação parental, tema hoje tão discutido na área do direito e da psicologia. Uma das maiores causas da alienação parental é a falta de diálogo

entre os genitores, que buscam atingir o outro, utilizando a criança, não permitindo o contato, etc. A partir do momento que a mediador atua no caso e percebe a possibilidade da existência futura de alienação parental, ele fará com que as partes busquem manter um diálogo saudável entre eles, explicando sempre a necessidade dos pais manterem um bom relacionamento (não necessariamente amoroso), para que o filho tenha um bom desenvolvimento.

Assim, os pais podem sair da sessão de mediação conscientizados, e assim diminuindo os riscos de que um deles utilize a criança como um meio para atingir o outro futuramente.

Considerações finais

Pôde-se observar que o Direito de Família, como ciência humana, evolui e adapta-se conforme as necessidades da sociedade como um todo, bem como os costumes existentes em um certo período temporal. Com o passar dos anos, o Direito de Família tornou-se muito mais abrangente e passou a levar em consideração primeiramente as relações de afeto, dando um maior valor ao princípio da afetividade, bem como ao da dignidade da pessoa humana.

Além disso, os modelos de família atuais não são apenas modelos pré-estabelecidos, mas sim modelos que surgiram pela própria evolução do cenário da sociedade e que foi adicionado ao Direito de Família, como por exemplo as famílias homoafetivas que, em tempos atrás, acreditava-se que jamais poderia ser considerada como uma família. É importante entender que os diversos conceitos de família, bem como os modelos existentes, estão em constante mudança e construção, pois a sociedade tende a sempre evoluir e abrir espaço às novas famílias e novos costumes.

A Mediação é desenvolvida através de um mediador capacitado que busca estabelecer um diálogo entre as partes, em que, na maioria das vezes, estão em um momento conturbado e não pretendem conversar sobre os reais problemas que os trouxeram ali. Na maioria dos casos, apenas o diálogo resolve o problema e as partes podem sair da sessão de mediação com um acordo consideravelmente bom para ambos os lados.

Observou-se que, nos casos de divórcio ou dissolução de união estável, é necessária uma atenção especial, tendo em vista os efeitos que tais institutos trazem

consigo: partilha de bens, e quando houver filho menor, alimentos, guarda e visitas.

Tais particularidades são abordadas pelo mediador que buscará também restabelecer o diálogo entre as partes e, principalmente, conscientizar os pais da necessidade de um bom relacionamento entre eles, embora a relação amorosa tenha chegado ao fim, para que seu filho possa crescer de uma forma saudável e tenha um desenvolvimento familiar adequado, sem traumas e problemas futuros.

Por fim, concluiu-se que, com a conscientização aplicada pelo mediador às partes, a efetivação dos direitos e deveres futuros ao divórcio ou dissolução da união estável é maior, podendo, inclusive, prevenir a alienação parental, tendo em vista que os genitores saberão as reais necessidades dos filhos e buscarão colocar o filho em primeiro lugar.

Referências Bibliográficas

BRASIL, **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.

_____. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm> Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.

_____. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 25 ago. 2019

_____. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. **Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm>. Acesso em: 27 ago. 2019.

_____. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm>. Acesso em: 25 ago. 2019

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 125**, de 29 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>. Acesso em 25 ago. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado. Coleção esquematizado**. Pedro Lenza (Coord). 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://direitom1universo.files.wordpress.com/2016/06/ncpc-marcus-vinicius-rios-gonc3a7alves-esquematizado-2016.pdf >. Acesso em 25 ago. 2019

PANTOJA, Fernanda Medina. **Técnicas e procedimentos de mediação no novo código de processo civil**. In: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de; PANTOJA, Fernanda Medina; PELAJO, Samantha (Coord.). A Mediação no Novo Código de Processo Civil. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

WATANABE, Kazuo. **Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses**. PELUZO, Min. Antônio Cezar e RICHA, Morgana de Almeida (Coords.). Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

A Impossibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva

The Impossibility of Socio-Affective Parenthood Decomposition

Daniela Henrique do Valle[1]
João Francisco de Azevedo Barretto[2]
João Geraldo Nunes Rubelo[3]
Helton Laurindo Simoncelle[4]

RESUMO

A nova concepção de família está representada na união de indivíduos ligados por vínculos afetivos e sociais. A posse de estado de filho é a relação afetiva criada entre pai e filho, dando origem à paternidade socioafetiva, existente em decorrência da socioafetividade entre pai e filho. A alegação do pai de que não existe vínculo biológico com o filho não é suficiente para pleitear a desconstituição da paternidade socioafetiva se restar comprovado que ambos construíram uma relação de afeto consolidada. Uma vez reconhecida e caracterizada a paternidade socioafetiva de forma voluntária, não poderá ser desfeita por vontade de quem o registrou, impedindo obter êxito na demanda de ação negatória de paternidade, caracterizando a Impossibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva.
Palavras-chave: Família, Vínculos Afetivos, Paternidade Socioafetiva.

ABSTRACT

The new conception of family is represented in the union of individuals linked by affective and social bonds. Possession of child status is the affective relationship created between father and son, giving rise to socio-affective fatherhood, existing as a result of the socio-affectivity between father and son. The father's claim that there is no biological bond with the child is not sufficient to claim the deconstitution of socio-affective paternity if it remains proven that both have built a consolidated relationship of affection. Once the socio-affective paternity is recognized and characterized voluntarily, it cannot be undone by the will of the person who registered it, preventing success in the demand for negative paternity action, characterizing the Impossibility of Deconstitution of Socio-affective Paternity.
Keywords: Family, Affective Bonds, Socio-Affective Paternity.

Introdução

No Direito de Família, são tratados os aspectos relevantes do principal instituto social que é a família. Antigamente, o instituto de família era formado apenas pelo laço consanguíneo entre pais biológicos e seus filhos; mas, na atualidade, uma nova forma de reconhecimento de paternidade vem ganhando

[1] Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2]Advogado, Mestrado em Direiro, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Filósofo, Mestre em Geografia, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[4]Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano – Araçatuba/SP, Mestre em Direito – Direitos e Garantias Individuais – ITE, Advogado.

destaque: a socioafetiva.

A paternidade socioafetiva ocorre quando o pai afetivo considera o filho de sua companheira como sendo seu próprio filho, necessitando que ela seja comprovada e declarada judicialmente para gerar plena eficácia, de forma regulatória, como qualquer outra forma de parentesco, sendo vedado qualquer tipo de discriminação entre filhos.

Com fundamento em diversos princípios constitucionais, os interesses das crianças e adolescentes deverão sempre prevalecer dentro de qualquer decisão judicial, na medida em que não poderão sofrer prejuízos como a desconstituição da paternidade socioafetiva.

Diante disso, evidencia-se a relevância da realização desta pesquisa sobre a garantia jurídica da Impossibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva, que impede a negatória de paternidade, uma vez comprovado o vínculo afetivo entre pai e filho.

Para o desenvolvimento da pesquisa, apresentou-se como objetivo geral: pesquisar os conceitos relevantes em Direito de Família e, como objetivos específicos: descrever as relações familiares; buscar definição de paternidade na legislação vigente; identificar o que define a paternidade socioafetiva e, por fim, analisar a Impossibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva.

Apresentando-se como hipótese que: a Impossibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva constitui uma garantia jurídica aos filhos, caso haja interesse do pai em ingressar com processo de exclusão de paternidade para eximir-se dessa responsabilidade legal, uma vez que o Código Civil define três critérios determinantes da paternidade: presunção legal no art.1.597; biológico - DNA; e socioafetivo - convivência, não havendo hierarquia entre esses critérios.

Para a elaboração deste trabalho foi realizada Revisão Bibliográfica através de pesquisa de referencial bibliográfico sobre o tema A Impossibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva, e também foram realizadas consultas à legislação vigente, doutrinas e jurisprudência, com análise qualitativa dos dados levantados durante a pesquisa.

Evolução do Direito de Família

O conceito de família sofreu diversas transformações, permitindo que seja

constituída tanto por laços biológicos, como por laços afetivos. O casamento deixou de ser a única forma de constituir família, prezando pela vontade e autonomia dos indivíduos na forma de criar sua própria família.

A família é a origem do primeiro vínculo social que o ser humano possui, a partir do momento do nascimento, sendo considerado como uma estrutura básica social,

> *Nota-se, assim, que é nessa ambientação primária que o homem se distingue dos demais animais, pela susceptibilidade de escolha de seus caminhos e orientações, formando grupos onde desenvolverá sua personalidade, na busca da felicidade.* (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 3)

Com essa proteção aos novos modelos familiares, novos grupos familiares foram surgindo, sendo válido destacar as famílias monoparentais, formadas por qualquer um dos pais e seus descendentes, bem como a família eudemonista, também chamada de família afetiva, possuindo maior valorização para a dignidade da pessoa humana,

Torna-se evidente que a família não é formada apenas quando há um vínculo conjugal. As relações familiares podem ter origem de diversas formas como o casamento, união estável, família monoparental e, mais recentemente, os núcleos familiares formados na prevalência da afetividade.

Os princípios no Direito das Famílias têm grande relevância, sendo constantemente invocados pela doutrina e jurisprudência para dar melhor interpretação às normas que regem as relações familiares, cabendo destacar o princípio da afetividade,

> *O afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto e de solidariedade derivam da convivência familiar, não do sangue. Assim, a posse de estado de filho nada mais é do que o reconhecimento jurídico do afeto, com o claro objetivo de garantir a felicidade, como um direito a ser alcançado. A família transforma-se na medida em que se acentuam as relações de sentimentos entre seus membros: valorizam-se as funções afetivas da família. A família e o casamento adquiriram novo perfil, voltados muito mais a realizar os interesses afetivos e existenciais de seus integrantes. Essa é a concepção eudernonista da família, que progride à medida que regride o seu aspecto instrumental.* (DIAS, 2015, p. 53)

O princípio da afetividade está diretamente ligado à dignidade da pessoa humana existente no âmbito familiar. Com o desaparecimento da família patriarcal,

os vínculos exclusivamente biológicos passaram a dividir espaço com os vínculos afetivos presentes dentro de uma mesma família, movidos por sentimentos e emoções.

A família continua sendo essencial para a formação e desenvolvimento do Estado e sociedade; porém, com mudanças significativas em seu próprio conceito, todas elas voltadas para a proteção da pessoa humana, com a prevalência dos interesses afetivos e existenciais de seus membros.

Com isso, a família deixou de ser constituída apenas com objetivos econômicos e reprodutivos, abrangendo agora a união formada na socioafetividade, buscando cada vez mais estreitar os laços advindos de emoções e sentimentos nutridos pelos integrantes da entidade familiar.

A família eudemonista é considerada a família afetiva, composta pela parentalidade socioafetiva, observando a predominância do afeto na busca da felicidade individual.

A família identifica-se pela comunhão de vida, de amor e de afeto no plano da igualdade, da liberdade, da solidariedade e da responsabilidade recíproca. (DIAS, 2015, p. 144). Nesse tipo de família constituída, os laços afetivos sobrepõem-se sobre os laços biológicos.

Relações de Parentesco

As relações de parentesco constituem na consanguinidade e afinidade existentes entre pessoas de uma mesma família. Não é correto afirmar que família e parentesco são sinônimos, podendo citar, a título de exemplo, cônjuges e companheiros que, embora não sejam parentes, integram uma mesma família.

Considerado um vínculo jurídico estabelecido por lei, o parentesco independe da vontade individual, assegurando direitos e impondo deveres recíprocos, conforme a proximidade dos parentes.

Quando são originadas as relações de parentesco, essas não poderão ser desfeitas por vontade própria do indivíduo, haja vista que essas relações dão origem a diversos vínculos jurídicos previstos no ordenamento jurídico brasileiro,

> *Além de um vínculo natural, os elos de parentais não se constituem e nem se desfazem por ato de vontade. O parentesco também é um vínculo jurídico estabelecido por lei, que assegura direitos e impõe deveres recíprocos. A espécie de parentesco, a maior ou menor proximidade dos parentes, dispõe*

> *de reflexos jurídicos diversos, a depender do grau de intensidade da solidariedade familiar. De modo geral, atenta-se ao critério da proximidade: os parentes mais próximos são os primeiros a serem convocados. Basta lembrar a obrigação alimentar e a ordem de vocação hereditária.* (DIAS, 2015, p. 377)

Importante destacar que as mudanças ocorridas ao longo do tempo, no que se refere ao conceito e espécies de família, tiveram impactos relevantes nos vínculos de parentesco, como a impossibilidade de distinção entre os filhos, independentemente de sua origem.

Origem da Filiação Socioafetiva

O parentesco oriundo da filiação socioafetiva tem origem na relação de afeto entre pessoas que se tratam e respeitam como pai e filho, sem que haja vínculo biológico. Todos os direitos e deveres presentes no parentesco consanguíneo também estarão presentes no parentesco decorrente da socioafetividade.

Com o Código Civil de 2002 e a Constituição Federal de 1988, a distinção entre filhos, havidos dentro ou não do casamento, tornou-se inadmissível. A lei cuidou para acabar com a discriminação anteriormente existente entre filhos legítimos ou ilegítimos, prezando pela dignidade e desenvolvimento dos filhos,

> *Malgrado a inexistência, por vedação expressão da lei, de diversidade de direitos, qualificações discriminatórias e efeitos diferenciados pela origem da filiação, estabelece ela, para os filhos que procedam de justas núpcias, a presunção de paternidade e a forma de sua impugnação; para os havidos fora do casamento, critérios para o reconhecimento, judicial ou voluntário; e, para os adotados, requisitos para a sua efetivação.* (GONÇALVES, 2017, p. 314)

A filiação não depende mais única e exclusivamente de vínculo biológico com o pai, haja vista que toda paternidade necessita do afeto como requisito fundamental seja por origem genética ou não.

Presunção de Paternidade

A verdade biológica deu origem à presunção de paternidade, baseada no casamento e fidelidade entre os cônjuges. Assim, entende-se como sendo pai, o marido de sua mãe, presumindo-se filho aquele concebido na constância do casamento.

Com intuito de preservar a família, o filho deverá ser presumido da relação

entre a mulher casada e seu marido, buscando evitar a infidelidade.

A maternidade é sempre certa, e por si só já estabelece vínculo jurídico entre a genitora e seu próprio filho e, quando a mulher é casada, a paternidade torna-se automaticamente presumida. [...] *Portanto, a filiação matrimonial decorre de uma ficção jurídica: o pai sempre é o marido da mãe. Desse modo, os filhos de pais casados têm, e de pleno direito, estabelecidas a paternidade e a maternidade.* (DIAS, 2015, p. 393). Foi assim que surgiu a expressão latina *pater is est quem nuptiae demonstrant:* pai é aquele que o matrimônio designa como tal.

Reconhecimento dos filhos

O reconhecimento de filhos possui um capítulo próprio no Código Civil de 2002, compreendido entre os artigos 1.607 a 1.617 (BRASIL, 2002), abrangendo os filhos havidos fora do casamento.

> [...] *O filho havido fora do casamento, porém, não é beneficiado pela presunção legal de paternidade que favorece aqueles. Embora entre ele e seu pai exista o vínculo biológico, falta o vínculo jurídico de parentesco, que só surge com o reconhecimento. Se tal ato não se realiza voluntariamente, assegura-se ao filho o reconhecimento judicial por meio da ação de investigação de paternidade.* (GONÇALVES, 2017, p. 337)

Com o reconhecimento firmado, não pode ocorrer sua irrevogabilidade, já que uma vez reconhecido o filho, o ato não poderá ser desfeito por vontade de quem o praticou, conforme previsto no artigo 1.610 do Código Civil de 2002.

Reconhecimento Voluntário

O reconhecimento voluntário, por envolver estado de pessoas, constitui ato irrevogável, também não está sujeito a termo, sendo considerado incondicional.

> *O reconhecimento voluntário da paternidade independe da prova da origem genética. É um ato espontâneo, solene, público e incondicional. Como gera o estado de filiação, é irretratável e indisponível. Não pode estar sujeito a termo, sendo descabido o estabelecimento de qualquer condição (CC 1.613). É ato livre, pessoal, irrevogável e de eficácia erga omnes. Não é um negócio jurídico, é um ato jurídico stricto sensu. Assim, inadmissível arrependimento. Não pode, ainda, ser impugnado, a não ser na hipótese de erro ou falsidade do registro. O pai é livre para manifestar sua vontade, mas seus efeitos são os estabelecidos na lei.* (DIAS, 2015, p. 415)

Trata-se de ato personalíssimo, ou seja, somente compete à mãe e ao pai, produzindo efeitos *ex tunc* e *erga omnes:* contra todos.

Conforme disposto no artigo 1.614 do Código Civil de 2002, existe a necessidade do consentimento do filho maior de idade para o reconhecimento deste; e cabe ao filho menor de idade impugnar o reconhecimento, no prazo decadencial de quatro anos contados a partir de sua maioridade ou emancipação.

Reconhecimento Judicial

O reconhecimento judicial é proposto pelo filho contra o suposto genitor. Ao contrário do reconhecimento voluntário, o judicial é forçado e coativo, que acontece por meio da ação de investigação de paternidade ou maternidade, através do exame de DNA, sendo o primeiro mais comum na prática,

> *Trata-se de direito personalíssimo e indisponível. Dispõe efetivamente o art. 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90): "O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça".* (GONÇALVES, 2017, p. 348)

Os efeitos gerados a partir da sentença que declarou a paternidade são de natureza *ex tunc*, ou seja, retroagem à data do nascimento do filho, e *erga omnes*. O filho é o autor da demanda, podendo ser representado ou assistido por sua genitora se menor de idade, podendo também o Ministério Público ser autor como legitimado extraordinário.

Posse de estado de filho

A posse de estado de filho coexiste com a posse de estado de pai, representando pessoas que utilizam de uma relação jurídica não correspondente aos fatos,

> *Cabe ao direito identificar que o vínculo de parentesco entre pai e filho confere a este a posse de estado de filho e ao pai as responsabilidades decorrentes do poder familiar. Neste sentido enunciado do IBDFAM. O parentesco deixou de manter, necessariamente, correspondência com o vínculo consanguíneo. Basta lembrar a adoção, a fecundação heteróloga e a filiação socioafetiva. A disciplina da nova filiação há que se edificar sobre os pilares constitucionalmente fixados: a plena igualdade entre filhos, a desvinculação do estado de filho do estado civil dos pais e a doutrina da proteção integral.* (DIAS, 2015, p. 390)

Para que seja estabelecida a posse de estado de filho, não é necessário apenas o nascimento, mas sim um vínculo pautado na afetividade; com isso ocorre o

surgimento da chamada filiação socioafetiva.

Desta forma, verifica-se que a posse de estado de filho é a relação afetiva criada entre pai e filho, decorrente de uma convivência harmoniosa e duradoura, dando origem à paternidade socioafetiva, prevalecendo sobre vínculos biológicos e ganhando destaque na doutrina e jurisprudência.

Paternidade Socioafetiva

A filiação decorrente da posse de estado de filho, definida como *de outra origem* pelo Código Civil no artigo 1.593 (BRASIL, 2002, p. 258), é a filiação socioafetiva, sendo uma espécie de adoção de fato,

> *A filiação socioafetiva não está lastreada no nascimento (fato biológico), mas em ato de vontade, cimentada, cotidianamente, no tratamento e na publicidade, colocando em xeque, a um só tempo, a verdade biológica e as presunções jurídicas. Socioafetiva é aquela filiação que se constrói a partir de um respeito recíproco, de um tratamento em mão-dupla como pai e filho, inabalável na certeza de que aquelas pessoas, de fato, são pai e filho.* (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 591)

Esse tipo de filiação não existe em decorrência de fator biológico, mas exclusivamente pelos laços afetivos desenvolvidos entre pais e filhos, sendo vedado qualquer tipo de discriminação referente à origem da filiação.

A paternidade socioafetiva ocorre quando o pai afetivo considera o filho de sua companheira como sendo seu próprio filho, necessitando que ela seja comprovada e declarada judicialmente para gerar plena eficácia, de forma regulatória como qualquer outra forma de parentesco, sendo vedado qualquer tipo de discriminação entre filhos.

O registro deve ocorrer de forma voluntária pelo pai e o ato não poderá ser desfeito pela vontade do mesmo, sendo, ao filho, garantido o direito à filiação. A paternidade socioafetiva, uma vez caracterizada, não poderá ser ignorada em caso de eventual separação entre o casal, estando o pai registral responsável por todos os direitos e deveres decorrentes da paternidade.

Em se tratando de filiação por origem genética, essa já não é mais suficiente, sendo essencial que a família possua uma integração entre pais e filhos através de sentimentos e emoções recíprocas. A paternidade envolve a constituição de valores morais e éticos conferidos aos filhos, moldando a personalidade do indivíduo

durante a infância e adolescência. Com a paternidade, são gerados diversos deveres fundamentais que deverão ser garantidos à pessoa em desenvolvimento. Esse é o verdadeiro papel do pai, independentemente se for ou não o genitor biológico.

A Possibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva

O afeto constitui elemento fundamental da filiação socioafeitva, juntamente com a convivência familiar e tratamento recíproco entre pai e filho. Ante a ausência de qualquer desses requisitos e a ausência de vínculo biológico, não poderá ser concretizada a paternidade socioafetiva, não gerando nenhum tipo de vínculo parental, sendo possível revogar a paternidade anteriormente reconhecida através de demanda judicial de ação negatória de paternidade,

> *É claro que demonstrada a inexistência de vínculo biológico e socioafetivo não há como se manter um vínculo paterno-filial. Em suma: não havendo relação vinculatória entre pai e filho, de nenhuma ordem, justifica-se a negatória de paternidade, porque "quem não é pai, nem afetivo, nem biológico, não é pai", como bem desfecha Maria Berenice Dias. (*FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 620)

Quando não caracterizada a paternidade socioafetiva, seja por inexistência de vínculo biológico ou afetivo, caberá ao pai pleitear, por medida judicial, a anulação de seu nome perante o registro civil.

No momento do registro, o pai, que pensa estar registrando o próprio filho, possui uma presunção legal de paternidade. Porém, nos casos em que o registro decorre de erro ou falsidade posteriormente descobertos pelo pai, poderá ser desfeito judicialmente.

O direito do pai de desconstituir a filiação deverá ser ponderado, caso haja qualquer tipo de prejuízo para o filho pelo afastamento do estado jurídico da paternidade; sempre deverão prevalecer os interesses conferidos à prole, prezando pelo melhor desenvolvimento do filho, evitando assim, qualquer tipo de desgaste emocional.

Dessa forma, para que seja possível a desconstituição da paternidade socioafetiva, é necessário comprovar que, no momento do registro, o pai foi induzido a algum vício em seu consentimento. O vício no consentimento caracteriza-se pelo erro ou falsidade no momento da manifestação de vontade. Caso o pai registral tivesse ciência de que não era o pai biológico, o ato não poderá ser desfeito.

Necessário observar também a existência ou não do estado de posse de filho que, se caracterizado, não poderá ser ignorado em detrimento do vício de consentimento, prevalecendo os interesses dos filhos.

A Impossibilidade da Desconstituição da Paternidade Socioafetiva

Ocorrendo a relação baseada nos laços afetivos entre pais e filhos, vinculando uns aos outros, desses vínculos surgirão direitos e deveres a serem exercidos por ambos os pais para proporcionar o desenvolvimento do filho,

> *Quando as pessoas desfrutam de situação jurídica que não corresponde à verdade, detêm o que se chama de posse de estado. Em se tratando de vínculo de filiação, quem assim se considera desfruta da posse de estado de filho, ou de estado de filho afetivo.* (DIAS, 2015, p. 405).

A relação paterno-filial deve ser constituída por vontade própria, e não decorrente de uma imposição. A verdadeira paternidade é fruto da convivência, pautada nos sentimentos recíprocos vivenciados entre pai e filho, independentemente de fatores biológicos. Nesse sentido, nasce a paternidade socioafetiva fundada na posse de estado de filho.

O reconhecimento da paternidade socioafetiva constitui ato irrevogável. A irrevogabilidade dá-se justamente visando proteger os interesses dos filhos, pois afeto e confiança são inerentes ao exercício da filiação, não cabendo ao pai desfazer esse vínculo por vontade própria. Para reivindicar a desconstituição da paternidade socioafetiva no registro civil, o pai deverá provar a ocorrência de erro ou falsidade no registro.

Assim, é nítido que a paternidade socioafetiva criada pelos laços afetivos não se desfaz com a intervenção jurídica, prevalecendo os princípios do melhor interesse da criança e adolescente, preservando a integridade física e psicológica do menor.

O interesse do pai na desconstituição da paternidade está normalmente ligado ao término da relação amorosa com a genitora da criança. Com o objetivo de ficar isento de qualquer obrigação decorrente do estado de pai, busca a anulação do registro como forma de afastar todas as responsabilidades.

Diante dessa realidade, a doutrina e jurisprudência estão reconhecendo a impossibilidade da desconstituição da paternidade socioafetiva, preservando os

interesses dos filhos como sendo primordiais,

> *Não é raro encontrar no cotidiano forense pessoas que, após o reconhecimento espontâneo de um filho alheio como próprio, tentam negar a paternidade, invocando o exame pericial de DNA. Normalmente, esses pedidos são formulados após o fracasso da relação afetiva mantida com a mãe do filho reconhecido indevidamente. Em casos tais, com supedâneo no critério socioafetivo de filiação, a jurisprudência vem mantendo o vínculo afetivo estabelecido entre pai e filho.* (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 925)

O motivo existente que deu origem ao término da relação amorosa entre a genitora da criança e o pai registral jamais poderá atingir o filho. Não é com a separação que os deveres do pai desaparecem, independentemente se comprovada ou não a origem genética. Não existe mais a importância dada ao vínculo consanguíneo para proceder ao registro do filho, haja vista que surgiram novas formas de retratar as relações entre pais e filhos, como adoção, inseminação artificial e a filiação socioafetiva.

Nesse sentido, vale destacar a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, de que é impossível desconstituir a paternidade a qual já está consolidada em laços afetivos, gerando os mesmos efeitos da adoção,

> *Apelação cível. Ação anulatória de registro civil. Conforme precedentes desta corte, o reconhecimento espontâneo no ato registral estabelece uma filiação socioafetiva, com os mesmos efeitos da adoção, e como tal irrevogável. Impossibilidade jurídica do pedido reconhecida. Recurso desprovido (TJRS, Processo 70009804642, Comarca de Tupanciretã, 17.02.2005, 8ª Câmara Cível, Rel. Juiz Alfredo Guilherme Englert).* (TARTUCE, 2017, p. 444)

A paternidade socioafetiva assegura o direito à filiação, evitando que o filho fique desamparado, impossibilitando que o pai registral ajuíze ação negatória de paternidade objetivando a desconstituição do vínculo de paternidade originado nos laços de afetos. A ação negatória de paternidade somente terá êxito quando demonstrada a inexistência biológica e também que não tenha sido constituído o estado de filiação, marcado pelas relações socioafetivas construídas pela convivência familiar.

O afeto criado entre pai e filho é, por si só, considerado condição necessária para fazer surgir a paternidade. Portanto, descabido seria negar o direito ao filho de constar em seu registro civil e agregar, ao seu patronímico, o nome da pessoa com

quem se consolidou o vínculo da paternidade socioafetiva, entendimento consolidado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, julgado em 05/10/2016,

> *Direito civil. Negatória de paternidade. Anulação de registro. Vício de consentimento ausência. Paternidade socioafetiva caracterizada. I – O reconhecimento voluntário de filhos tem natureza de ato jurídico stricto sensu, consoante dicção do artigo 185 da Lei Civil, sendo, por isso, irrevogável e irretratável, conforme art. 1º da Lei 8.560/92. II – Não logrando comprovar o alegado vício de consentimento quando do reconhecimento espontâneo da paternidade, tampouco a ausência de vínculo afetivo entre as partes, julga-se improcedente a negatória de paternidade. III – Negou-se provimento ao recurso.* (BRASÍLIA, 2016)

Comprovada a ausência de vício de consentimento no momento do registro e a caracterização da paternidade socioafetiva consolidada, não deverá ter êxito a demanda de ação negatória de paternidade, conforme consta do julgado acima.

É nítido que, nas decisões proferidas pelos Tribunais Superiores, o argumento de caracterização da paternidade socioafetiva é válido como meio apto a gerar a improcedência do pedido de desconstituição, igualando a paternidade socioafetiva à paternidade biológica, conforme julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em Apelação Cível número 70082078742, julgado em 14/08/2019,

> *Apelação. Direito civil. Relação de parentesco. Ação negatória de paternidade. Prevalência da paternidade socioafetiva. O reconhecimento da paternidade é ato irrevogável, segundo o art. 1º da Lei nº 8.560/92 e art. 1.609 do Código Civil, e somente em situações excepcionais, mediante comprovação cabal de erro de consentimento, se pode decidir diferentemente. Além disso, estando demonstrada nos autos a filiação socioafetiva, esta relação impera sobre a verdade biológica. Recurso desprovido.* (RIO GRANDE DO SUL, 2019)

Conforme o entendimento acima, mesmo sem qualquer resquício de origem genética, a filiação socioafetiva constitui-se por manifestação de vontade espontânea por parte do pai em registrar a criança como sendo seu próprio filho. Não poderá haver a dissolução dessa paternidade reconhecida anteriormente, uma vez que o pai afetivo terá todas as responsabilidades como se fosse pai biológico.

Portanto, a filiação socioafetiva prevalece sobre eventuais conflitos acerca da paternidade, buscando sempre o bem-estar e desenvolvimento dos filhos. Impossível pensar em desconstituir a paternidade socioafetiva pelo motivo de ausência biológica na filiação, preservando o direito dos filhos sobre o estado de filiação, já que a família é considerada como base na formação de todos os

indivíduos.

Considerações finais

O Direito de Família sofreu diversas mudanças, devido ao desenvolvimento da sociedade atual. A família passou a ser constituída pelo casamento, união estável, ganhando destaque a família monoparental e aquelas formadas por vínculos afetivos.

O aspecto patriarcal da família foi superado, gerando outros modelos familiares, tendo como base o bem-estar de todos os membros. A partir de todo esse desenvolvimento, a família passou a valorizar o sentimento, traduzinho a noção de afeto, elemento essencial em todos as instituições familiares.

O afeto é tido como alicerce dos vínculos familiares, de forma que contribui para o pleno desenvolvimento físico e mental dos filhos, gerando suporte emocional e condições dignas para evolução.

O tema em estudo é de suma relevância diante das diversas mudanças da sociedade, ocorrendo a valorização da dignidade da pessoa humana, proteção às crianças e adolescentes e a igualdade entre todos os filhos.

Quando presente o afeto nas relações entre pai e filho, mesmo que não possuam qualquer vínculo consanguíneo, resta configurada a paternidade socioafetiva. A paternidade está muito além da genética, demandando cuidado, amor, carinho, bem como direitos e obrigações previstas no ordenamento jurídico.

O afeto torna-se tão importante na relação paterno-filial que, na falta dele, poderá ocorrer o fim de qualquer relação, tornando-se um princípio fundamental.

Desta forma, os vínculos biológicos estão em segundo plano, sendo mais relevantes os vínculos afetivos, consolidando a paternidade socioafetiva que não poderá ser desfeita por qualquer intervenção judicial.

Existem casos em que é possível a desconstituição da paternidade socioafetiva como aquelas em que o registro foi oriundo de erro, ou seja, ao registrar a criança, o pai acreditava possuir laços consanguíneos.

Porém, além de demonstrar o erro, é necessário haver a comprovação de que, entre pai e filho, não existe qualquer vínculo afetivo decorrente da convivência. Assim, deverá ser comprovada a inexistência de vínculo biológico e ausência de relação socioafetiva, não havendo a posse de estado de filho, para que se obtenha

êxito em eventual demanda no intuito de desconstituir a paternidade socioafetiva.

Conforme o estudo realizado, existem casos em que, devido ao rompimento do relacionamento com a companheira, o pai registral busca anular o registro do filho, com a finalidade de desfazer os vínculos afetivos criados anteriormente, principalmente o vínculo obrigacional, que consiste no dever de pagar alimentos e outras obrigações decorrentes da paternidade.

Independentemente do motivo alegado pelo pai, uma vez caracterizados os vínculos afetivos, tornam-se indissolúveis, sendo impossível modificar o registro do filho ou tentar eximir-se de qualquer responsabilidade, levando em consideração que a família é base de formação para os filhos em desenvolvimento, e que os interesses dos filhos devem prevalecer, conforme o princípio constitucional do melhor interesse da criança.

Portanto, todos os objetivos da pesquisa foram alcançados, analisando a impossibilidade de Desconstituição de Paternidade Socioafetiva. No tocante à ação negatória de paternidade, presume-se um vício de consentimento no momento do ato registral de filiação. Existem casos em que o homem é levado a erro pela mulher, achando que está registrando filho biológico, porém o filho não poderá sofrer as consequências do ato, principalmente se a afetividade estiver concretizada. Deste modo, os vínculos afetivos não poderão ser desfeitos por intervenção judicial, mesmo havendo vícios no registro, gerando todos os efeitos resultantes da paternidade.

Conclui-se que, diante do estudo sobre o reconhecimento da paternidade socioafetiva, é nítido que, uma vez consolidado esse tipo de filiação, a posse do estado de filho nunca deixará de existir, independentemente da separação do pai registral com a genitora. O entendimento de não ser possível a desconstituição da paternidade socioafetiva está consolidado nos Tribunais, conforme jurisprudências pesquisadas e apresentadas neste trabalho, confirmando a hipótese apresentada no início da pesquisa.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). In: Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2019.
_____ . **Código Civil** (2002). In: Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASÍLIA. **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.** 2016. Segredo de

Justiça 0028505-12.2012.8.07.0001, Relator: JOSÉ DIVINO, Data de Julgamento: 05/10/2016, 6ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2016). Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Ho9L5FnnwugJ:https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13759/1/HACFA19112018.pdf+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br../../../danie/Downloads/HACFA19112018.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direitos das Famílias**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

FARIAS, Cristiano C.; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil** – 6 Famílias. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro** – 6 Direito de Família. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL.** 2019. Apelação Cível, Nº 70082078742, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em: 14-08-2019. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/606853368/apelacao-civel-ac-70078218054-rs?ref=topic_feed>. Acesso em: 31 ago. 2019.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil** – 5 Direito de Família. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

A Ineficácia da Prisão Civil

The ineffectiveness of civil prison

Beatriz Pedroso Rodrigues[1]
Cibele Rodrigues[2]
João Geraldo Nunes Rubelo[3]
Helton Laurindo Simoncelli[4]

RESUMO
Atualmente, é comum famílias desemparadas pela omissão do pai/mãe ou membro familiar que se propõem em fornecer amparo, mas não cumprem com a devida obrigação alimentar e acabam saindo "impunes" em virtude de "brechas" que o ordenamento jurídico apresenta. Assim, o presente trabalho tem como objetivo tratar da prisão civil e frisar sobre a sua ineficácia e buscar soluções alternativas a esse meio que, de certa forma, é cruel. Fere o princípio da dignidade da pessoa humana, assim como a sua liberdade e não se considera um meio proporcional e razoável. Além do mais, afasta o genitor de seus descendentes. O presente estudo conta com pesquisas bibliográficas e artigos eletrônicos, analisados pelo método hipotético-dedutivo.
Palavras-chaves: Alimentos, Família, Medidas Alternativas, Obrigação Alimentar, Prisão Civil.

ABSTRACT
Currently, it is common to see families unpaired by the omission of the parent or family member who propose to provide support, but do not comply with the proper foofe obligation and end up "unpunished" due to "loopholes" that the legal system presents. Thus, the present paper aims to address the civil prison and emphasize its ineffectiveness and seek alternative solutions to this kind of cruelty. It violates the principle of the dignity of the human person, as well as his freedom, and is not considered a proportionate and reasonable means. Moreover, it alienates the parent from his descendants. The present study has bibliographical research and eletronic articles, analyzed by the hypothetical-deductive method.
Keywords: Alimony, Alternative Measures, Civil Prison Family, Food.

Introdução

É certo que uma das questões de maior relevância na seara civil é a prisão civil pelo não cumprimento da obrigação alimentar. Tal projeto não tem como condão observar a constitucionalidade do referido instituto, visto que foi declaro pelo STF como constitucional e recepcionado pelo Pacto de San José da Costa Rica. O objetivo principal é a análise da sua eficácia ao caso concreto e a busca por medidas alternativas a este instituto, para que os alimentos sejam prestados de maneira mais célere e responsável.

---

[1] Acadêmica do 10° termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliun – UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.
[2] Profa. Dra. em Direito do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliun – UniSALESIANO - Campus de Araçatuba.
[3] Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.
[4] Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.

Há um conflito de garantias fundamentais existentes, de um lado a dignidade da pessoa humana e a liberdade do alimentante e, de outro, a vida, bem como a afronta ao princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. No caso prático, considera-se que o devedor possui emprego e está em mora com o alimentado, com a decretação de sua prisão, colocaria em risco a subsistência do alimentante e passaria a ter duas vidas em risco por falta de subsistência. Deve-se ainda observar que a decretação da prisão depende de requerimento da parte a qual é representada por sua genitora e que, muitas das vezes, está tomada pelo sentimento de vingança. Ademais, a inserção do devedor em uma penitenciária, o qual será equiparado com presos de alta periculosidade, o fará "alimentar" um sentimento de revolta que acabará colocando em risco os laços fraternos com a prole.

Contudo, não se defende a total extinção da prisão civil, haja vista que ela é medida necessária em algumas hipóteses, como por exemplo, em relação aos hipersuficientes.

Por fim, busca por medidas alternativas à prisão que mais céleres e eficientes as quais mantêm a integridade do inadimplente para que a prisão civil seja decretada apenas após esgotadas todas as formas possíveis e não aplicada como primeira alternativa, sem ao menos analisar o caso concreto, como ocorre nos dias atuais.

Da família

O instituto da família foi evoluindo com o passar dos tempos, o que antes era apenas um agrupamento informal, passou a ser regido por laços fraternos, passando a existir, nos dias atuais, inúmeras formas de união, as quais podem ser denominadas famílias, a exemplo: família matrimonial, eudemonista, unipessoal, socioafetiva, pluriparental, anaparental, monoparental, paralela, concubinato, etc.

Na seara da evolução do ordenamento jurídico, há de se destacar que o instituto do casamento trouxe consigo uma hierarquização, na qual cada um exerce uma função dentro daquele âmbito, prevalecendo, em um primeiro momento, o poder patriarcal. Após, há a promulgação do Estatuto da Mulher Casada, Lei n° 4.121/62 (BRASIL, 1962), o qual dá à mulher casada o direito de adquirir patrimônios em seu nome através da mão-de-obra. Cabe mencionar também a

Emenda Constitucional n° 9/77 e a Lei 6.515/77 (BRASIL, 1977) a qual passou a prever a hipótese da separação.

Em 1988, há a promulgação da Constituição Federal (BRASIL,1988), a qual prevê a igualdade entre homem e mulher, abrangendo, também, a proteção ao casamento, união estável, não distinção entre filhos.

Ademais, a EC 66/10 trouxe a possiblidade de dissolução do casamento pelo divórcio, não sendo mais necessário decorrer o lapso de 2 anos da separação de fato para a decretação do divórcio judicial.

Dos Alimentos

Os Alimentos consistem no recurso para obter a subsistência daquele que, por si só, não consegue prover a sua manutenção pessoal.

No aspecto histórico, era do Estado a obrigação de resguardar pela vida e dignidade da pessoa humana; sendo assim, o responsável por fornecer alimentos aos necessitados. Porém, diante das inúmeras dificuldades de cumprir com essa determinação, modificou-se esse encargo aos membros da família em virtude da inserção, no ordenamento jurídico, do princípio da solidariedade familiar.

O Estado é o principal interessado para o cumprimento de tal dever, visto que, na hipótese de violação, levará à prisão do devedor, ocasionando o aumento do número de pessoas necessitadas.

Para a propositura da ação de alimentos, para que possa ser ajuizada, é necessário que traga aos autos prova do vínculo de parentalidade ou da obrigação alimentar, caso contrário, deverá ser proposta pelo rito ordinário.

Na petição inicial, o juiz poderá fixar alimentos provisórios, os quais só serão devidos caso à parte requeira.

A regra para a fixação de alimentos está interligada ao binômio necessidade versus possibilidade, podendo, assim, o juiz fixar alimentos de acordo com seu entendimento, não ficando restrito às provas. Após o despacho da petição inicial, será proposta audiência de mediação e conciliação.

Os artigos 1696 e 1697 dos Código Civil (BRASIL, 2002) trazem um rol hierárquico a quem deverão ser reclamados os alimentos: primeiro momento, pais e filhos reciprocamente, os ascendentes, descendentes e, após, os irmãos unilaterais ou bilaterais.

O cumprimento da obrigação, como regra, será dado na forma de pecúnia, ou in natura. Caso o pagamento não seja efetuado no prazo, não for comprovado ou não se justificar, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial. Tal ação poderá correr sobre o rito da penhora ou pelo rito da prisão.

Se não houver o pagamento voluntário no prazo estabelecido, o débito será acrescido de uma multa de 10%, bem como, honorários advocatícios de 10% e começará a correr o prazo de 15 dias para o devedor apresentar defesa.

A obrigação alimentar não será devida por toda a vida, a exoneração ocorrerá quando não persistir mais o binômio necessidade x possibilidade, ficando a cargo do alimentando ou do alimentante adentrar com a ação de exoneração dos alimentos.

Prisão civil: ineficácia e violação de preceito fundamental

A prisão civil está presente no direito privado e tem por finalidade assegurar o cumprimento de uma dívida não paga. Difere da prisão penal, pois essa tem caráter coercitivo, ou seja, é um instituto em que o Estado, a partir do momento em que é provocado, vale-se para fazer com que o credor cumpra a sua obrigação ou para obter liberdade novamente.

Marmitt (1989, *apud* MADALENO, 2017, p. 385) define a prisão civil como simples fator coercitivo, com o objetivo de causar pressão psicológica capaz de incitar o devedor a cumprir o que lhe foi obrigado. Preceitua que tal instituto caracteriza apenas uma técnica para "forçar" o devedor a pagar. Porém, tal hipótese deverá ser baseada em uma relação de parentesco e estar inter-relacionada com o binômio necessidade X possibilidade.

Quanto ao lapso temporal, havia uma certa divergência legislativa, mas foi pacificada pelo STJ na Súmula 309 (BRASIL, 2005) que: *[...] o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.*

O regime de pena instituído será o regime fechado, porém deverá permanecer afastado dos presos comuns, visto que o objetivo de tal prisão difere do âmbito penal.

O cancelamento da prisão ocorrerá com o pagamento da dívida, seja pelo devedor ou por terceiro. Caso o devedor seja mantido no cárcere após a quitação, o

Estado deverá indenizá-lo. No mais, quanto à revogação da prisão, poderá ser requerida pelo próprio credor.

A prisão civil do devedor contraria os direitos e garantias do indivíduo, visto o conflito existente entre os princípios da solidariedade e liberdade. Fazendo um sopesamento, entre ambos e por ser a liberdade direito de primeira geração, deverá prevalecer por tratar-se de um bem jurídico maior.

Assim, tem-se a liberdade como princípio basilar, a seguir está o princípio da proporcionalidade, o qual aparece mais como proteção jurídica, visto que busca nexo de causalidade entre a conduta e a aplicação da pena. Marcos José Pinto (2017, p.62) preceitua em sua obra:

> *O bem jurídico tutelado nada tem a ver com a inadimplência da obrigação, pois risco nenhum acarreta à subsistência do alimentando. Entretanto, brigas, desavenças, ciúmes e outros fatos diversos da relação jurídica instituída podem ensejar a prisão do devedor. Nesse caso, injusto seria privar a liberdade de um indivíduo que teve sua obrigação determinada apenas com caráter normativo. A coação judicial é descabida face à insignificância da obrigação.*

A desproporcionalidade está na esfera civil e penal; a primeira prevê a reclusão do devedor, enquanto que na seara penal, há a possibilidade de aplicar detenção e, até mesmo, o sursi processual, restando clara a afronta ao princípio da proporcionalidade.

Em um julgado do STF no HC n. 77.527- MG, no voto no Ministro Marco Aurélio, fica clara a hipótese de descompasso e o tratamento mais elevado na prisão civil do que sanção na esfera penal, *in verbis*:

> *Fosse o paciente infrator da legislação penal, havendo cometido um crime, haveria contra si pena igual ou inferior a quatro anos, podendo diante das circunstâncias judiciais favoráveis, cumpri-la integralmente em regime aberto. No entanto, por ser um simples devedor, há de observar os trinta dias de custódia no regime fechado, como se envolvido, na espécie, em um crime hediondo. O passo é demasiadamente largo e conflita com os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, fazendo surgir gritante incoerência. O meio coercitivo de pagamento do débito não deve desaguar em situação mais gravosa do que aquela que decorria de uma prática verdadeiramente criminosa.*

Guerra (2002, *apud* Pinto 2017, p. 62) aborda que a coerção pessoal e a prisão civil só deveriam ser instituídas caso houvesse um preceito fundamental superior à liberdade.

A prisão ofende, também, a dignidade da pessoa humana e a cidadania, além de ferir os direitos humanos e a liberdade do cidadão.

Além do mais, as prisões brasileiras encontram-se em estado de degradação, sem estruturas suficientes para fornecer habitação digna e celas para que haja a separação entre presos comuns e os de alto risco. A junção com outros presos colocaria em risco aquele "inocente" que apenas deve alimentos. Além disso, as penitenciárias brasileiras não conseguem reeducar o condenado, tornando o ambiente uma verdadeira escola do crime. Fazendo uma abordagem a Lei de Execução Penal, o preso que tem seu benefício de progressão ao regime semiaberto deferido, mas não há vagas, deverá ser posto em regime aberto até o surgimento de vagas, pois o ordenamento veda o retrocesso.

O Estado, como ente secundário, deverá buscar o equilíbrio entre o devedor de alimentos e o alimentando, mas sem afrontar os direitos fundamentais e de personalidade. A Constituição Federal, em seu artigo 227 (BRASIL, 1988), consubstancia o princípio da prioridade absoluta, o qual tem por finalidade assegurar os direitos fundamentais da pessoa em desenvolvimento e busca a colaboração da família, sociedade e poder público.

O Brasil é um país que apresenta grande desigualdade social e, consequentemente, dificulta o fornecimento de uma ampla assistência ao menor, seja ela social, psicológica, psicopedagógica; e os profissionais atuantes na área de proteção infanto-juvenil enfrentam a ausência de políticas públicas, cabendo, portanto, ao Estado o dever subsidiário em dar amparo ao menor.

A prisão civil é medida inútil e ineficaz, haja vista que impossibilita o devedor de laborar e, consequentemente, obter renda para fornecer ao credor. Sendo assim, qual a finalidade deste instituto? Conseguir saldar a dívida ou prender o devedor? O foco principal não poderá ser o interesse público sobressair sobre o interesse particular em encontrar uma solução para conseguir o fornecimento dos alimentos. Tal medida deverá ser a *última ratio*, após o esgotamento de todas as medidas existentes.

Segundo Pena Júnior (2008, *apud* PINTO, 2017, p. 123) aduz pelo fim de tal instituto, ao afirmar que:

> *Fazer da prisão civil meio de coerção pessoal para o devedor de alimentos, equiparando-o a um criminoso qualquer, é de uma violência medonha.*

> *Acreditamos que os próprios alimentados, em sua maioria, filhos do devedor de alimentos, se não contaminados pela síndrome da alienação parental, em sendo consultados, não concordariam com esse tipo de punição aos seus pais. A dignidade e integridade deles devem ser asseguradas com o pagamento das prestações alimentícias e não com a prisão de seus genitores. Esta, com certeza, não estará em sintonia com o melhor interesse dos filhos. Somos contra a prisão civil do devedor de alimentos, princi¬palmente por uma questão de respeito à dignidade dessas pessoas, porém ferrenhos defensores de providências imediatas e eficazes de combate à sonegação da prestação alimentícia. Se o devedor de alimentos é solvente, deve-se atacar seu patrimônio. Abalar sua condição econômico-financeira, seja pela expropriação de seus bens, da aplicação de multa diária, de anotações restritivas ao seu nome nos serviços de proteção ao crédito e nas instituições bancárias e por outras medidas cabíveis. Agora, tudo isso de maneira uniforme e urgente. Questões de alimentos devem ser resolvidas no máximo em setenta e duas horas, e esse é o grande desafio do sistema processual, já que a fome não pode esperar.*

Desta forma, é fator primordial do Estado instituir uma sociedade mais justa, solidária, para que se possa conseguir o desenvolvimento social, aniquilar a pobreza e a injustiça, ou seja, buscar o bem de todos. Não resta incerteza de que o artigo 1°, III, (Princípio da Dignidade da Pessoa Humana) e o artigo 5°, LXVII, CF (permite a prisão civil), são conflitantes entre si. Porém, de acordo com Marcos José Pinto (2017, p. 102), a defesa da liberdade, sob o manto protetor da dignidade, deve prevalecer nessa ótica, isso porque o homem é sujeito, e não objeto de direitos, assim:

> *O princípio da dignidade da pessoa humana pode ser visto sob dois ângulos distintos, isto é, como norma concessiva e como norma de garantia de liberdades. Como princípio concessivo, prioriza os aspectos sociais em si englobados. Entretanto, para o tema sob enfoque, importará mais o aspecto garantidor do princípio.*

No mais, Álvaro Vilhaça de Azevedo (2012, *apud*, PINTO, 2017, p. 110) prevê a prisão civil como um retrocesso e que este instituto deverá ser extinto:

> *A meu ver, a tendência é que humanizem e que se racionalizem os sistemas jurídicos modernos para que apaguem, definitivamente, em breve futuro, esta lamentável prisão por dívidas [...] por substituição do regime selvagem de hoje pelo civilizado e profícuo de amanhã. Ela não pode ser meio de aniquilamento do ser humano, principalmente a decretada contra avós, que em regra, têm problemas de saúde.*

Em países mais avançados, como por exemplo, França, Itália, Bélgica, Alemanha e Portugal, tal prisão do devedor de alimentos foi abolida do seu

ordenamento jurídico em razão de ter sido considerada um verdadeiro atraso para o desenvolvimento da população.

Por outro lado, pessoas que acreditam na sua eficácia aduzem que "Ah, mas se a prisão ocorrer, o dinheiro aparece, não se sabe de onde". Analisando a referida frase, quando alguém humilde é preso e sua dívida é "quitada", seu débito não foi sanado pelo próprio devedor, e sim por terceira pessoa estranha ao problema. Tal sistemática não poderá ser resolvida pela simples máxima de que "quando vai preso, o dinheiro surge".

O cidadão não pode pagar uma dívida através do seu corpo, tal meio coercitivo era previsto na era Medieval e até hoje persiste sob a proteção da Carta Magna.

Segundo José Pinto (2017, p. 126):

> [...] *isso constitui, consoante à linha de pensamento kantiana, um retrocesso ao tempo em que o corpo era um mero objeto, sendo mesmo um retorno ao estado medieval, em que não existia sequer o devido processo legal.*

Portanto, na busca de medidas alternativas que possuem melhor eficácia, temos:

a) O desconto em folha;
b) Desconto de rendimentos de aluguéis;
c) A penhora de bens, o arresto ou sequestro de bens;
d) Penhora do FGTS e das quantias depositadas em sua conta bancária;
e) A inscrição do alimentante no SPC, SERASA;
f) Hipótese de o devedor estar desempregado, o Estado pode conceder-lhe uma prestação de serviços à comunidade, mas de forma remunerada, e o dinheiro fornecido ao alimentante fosse repassado ao alimentando;
g) A criação de um fundo social de pensão, similar ao de Portugal, fornecido às pessoas que realmente precisam de alimentos, mas que não pode ser fornecido por outrem a não ser o Estado e como forma de ressarcimento da quantia paga, o devedor prestaria auxilio à comunidade como forma de quitar o crédito utilizado do Fundo;
h) Pagamento através de cesta básica;
i) Proibição de abrir contas bancárias, de prestar concursos públicos;

j) Aplicação de multa para cada dia de atraso após decorridos os 90 dias.

Considerações finais

O principal empecilho enfocado é que o cerceamento do devedor fere as garantias de direito constitucional do cidadão, haja vista que há o conflito entre o princípio da liberdade versus o princípio da solidariedade.

Inclusive, apenas a reclusão do devedor pelo prazo estabelecido não põe fim à solução da lide, pois ainda tem que pagar alimentos.

Segue-se a linha de raciocínio daqueles os quais adotam a prisão como algo muito drástico que não deverá ser adequado no âmbito civil. Tal meio deverá ser apenas aplicado ao Direito Penal, pois foi criado para a privação de liberdade apenas daqueles que fizeram algum mal para a sociedade. Sua aplicação no âmbito civil é descabida, já que não ofende nenhuma norma ou princípio de direito penal ou processual penal.

Ademais, a privação de liberdade só deveria ser utilizada como medida nos casos de extrema gravidade, e ainda assim, ser reformulada a sua aplicação, visto que as penitenciárias deveriam separar os condenados civis e penais.

Deste modo, a prisão, seja na esfera civil ou penal, deverá observar os princípios basilares da constituição federal, caso contrário, estará ferindo o Estado Democrático de Direito. Quanto aos magistrados, apenas de maneira monótona, julgam o caso sem ao menos sopesar ou refletir acerca das consequências de tal decisão, devendo ser aplicada apenas em última circunstância para os casos em que houver crime e a referida pessoa necessite ser afastada do convívio social para "refletir" por um tempo acerca do mal causado à sociedade. No mais, este não é o caso do devedor de alimentos, que deveria solucionar os seus problemas na esfera processual civil, não devendo ser submetido a uma medida tão vexatória, muitas vezes pugnada apenas pelo sentimento de vingança da parte contrária.

Tal índole fragiliza o convívio entre pais e filhos. A Prisão civil apenas intimida, mas não é uma medida satisfativa, haja vista que a prisão, no ordenamento jurídico, não tem funcionalidade nem para ressocializar um condenado perigoso, que dirá abrigar, dentro do cárcere, um membro de família.

Portanto, busca-se por um amparo que seja 100% eficaz, a fim de que se evite a "dupla rejeição da criança e do adolescente"; a primeira dada pela família, sem

estruturas suficientes para dar um sustento digno, e o segundo caso pelo Estado, sem meios suficientes para alcançar toda a sociedade a fim de assegurar a dignidade da pessoa humana na ausência da família, devendo ser substituída por medidas mais eficazes e mais céleres para que tal problemática social seja sanada.

Referencias Bibliográficas

BRASIL. **Código Civil** (2002). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm.> Acesso em 10 de Abril de 2019.

BRASIL. **Código de Processo Civil**, (2015). Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 10 de Outubro de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília**,** DF, data. 1988. Disponível em: https://bit.ly/2kjjELKhtm. Acesso em: 16 de abril de.2019

BRASIL. Constituição (1988) **Emenda Constitucional n° 9**, de 28 de junho de 1977- Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc09.htm>. Acesso em: 19 de junho de 2019

BRASIL. Constituição (1988) **Emenda Constitucional n° 66**, de 13 de julho de 2010- Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc66.htm>. Acesso em: 01 de julho de 2019

BRASIL. **Decreto-Lei n° 4.121**, de 27 de agosto de 1962- Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 6.515**, de 26 de dezembro de 1977 - Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm>. Acesso em: 25 de junho de 2019

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**, Forense, 8ª ed. 2018

PINTO, Marcos José. **A Prisão Civil do Devedor: Constitucionalidade e Eficácia**.

Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2017.

STF. **HC: 77.527- MG**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo124.htm>. Acesso em: 30 de julho de 2019

STJ. Superior Tribunal de Justiça- **Súmula 309**, de 27 de abril de 2005. Dispõem que a prisão civil será decretada com base nas três últimas prestações. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/sumulas_dos_tribunais.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

Análise da equiparação do tráfico privilegiado a crime hediondo

Analysis of the Equalization of Privileged Trafficking to Heinous Crime

João Pedro Rozalem de Jesus[1]
Alessander Lopes Dias[2]
João Geraldo Nunes Rubelo[3]
Helton Laurindo Simoncelli[4]

RESUMO
O presente trabalho tem como finalidade uma análise do delito de tráfico privilegiado de drogas (artigo 33, §4º da Lei nº 11.343/06) e a sua equiparação a crime hediondo. Referido estudo é importante para a reflexão das benesses concedidas aos favorecidos pela minorante que institui o privilégio. Este tema ainda é divergente, mesmo com o recente posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de que o tráfico privilegiado não é crime equiparado a hediondo. Apesar de tratar-se de uma grande benesse ofertada ao traficante eventual, essa causa especial de diminuição de pena não retira o caráter equiparado a hediondo do tráfico de drogas. Para este trabalho serão utilizados procedimentos bibliográficos, pesquisas documentais e estudos de direito comparado.
Palavras-chave: Hediondo. Lei Antidrogas. Tráfico privilegiado.

ABSTRACT
The purpose of this paper is to analyze the crime of privileged drug trafficking (article 33, paragraph 4 of Law No. 11.343 / 06) and its equation to a heinous crime. This study is important for the reflection of the benefits granted to those favored by the minorant who institutes the privilege. This issue is still divergent, even with the recent position taken by the Federal Supreme Court (STF) in the sense that privileged trafficking is not a heinous crime. Although it is a great boon offered to the eventual trafficker, this special cause of penalty reduction does not detract from the hideous character of drug trafficking. For this work will be used bibliographic procedures, documentary research and studies of comparative law.
Keywords: Heinous. Anti-drug law. Privileged traffic.

Introdução

O presente artigo tem por escopo a análise da equiparação do tráfico privilegiado de drogas a crime hediondo, em meio ao contexto histórico-jurídico brasileiro, à luz da Constituição Federativa da República Brasileira de 1988 (CRFB/88) e da jurisprudência. O tráfico privilegiado, *a priori,* foi tido como crime equiparado a hediondo, uma vez que a conduta praticada pelo agente criminoso era

[1]Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2]Delegado de Polícia Civil do Estado de São Paulo, Mestrado em Direito; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.
[4] Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.

a grave conduta de tráfico de drogas (esculpida no *caput* e no §1º do artigo 33 da Lei nº 11.343). Entretanto, outra corrente doutrinária disciplinava que o legislador ordinário objetivou – em razão de política criminal - dar tratamento penal mais benéfico ao traficante eventual daquele ofertado ao traficante contumaz e, portanto, estabelecer natureza hedionda ao tráfico privilegiado ofenderia os princípios da proporcionalidade e da individualização da pena.

Com isso, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC nº 118.533/MS (BRASIL, 2016), cristalizou a tese de que o tráfico de entorpecentes "privilegiado" não é crime equiparado a hediondo, recebendo o tratamento penal de crime comum e a execução da pena reger-se-á nos termos do regime geral de execução penal.

Diante de todo o exposto, mister o estudo da natureza jurídica do tráfico de drogas em sua modalidade "privilegiada", compulsando minuciosamente os preceitos determinados pelo legislador nessa minorante e os fins a que estes se destinam, de modo a esclarecer a interpretação da natureza equiparada - ou não - do tráfico privilegiado a crime hediondo.

Dos crimes hediondos

Os tipificados crimes hediondos surgem com fundamento no princípio da proporcionalidade, de modo que o legislador, determinando-se por referido princípio, buscou distinguir o tratamento penal a ser dado aos crimes repugnantes, com grande repercussão social e jurídica, àqueles delitos de menor potencial ofensivo, os quais traziam, em seu bojo, consequências menores que se estendiam, muitas vezes, somente entre as partes envolvidas.

Desse modo, respaldando-se nesse entendimento, o legislador constituinte redigiu o artigo 5º, inciso XLIII da CRFB/88 (BRASIL, 1988):

> *A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;*(BRASIL, 1988, s/p).

Apesar de determinar que os crimes hediondos teriam diferente tratamento dos crimes "comuns", o constituinte originário não determinou o conceito daqueles crimes, nem mesmo sua definição e classificação; logo, cumpriria ao legislador

ordinário este encargo. Para tanto, firmou-se o critério legal para definir os crimes hediondos e, desse modo, crimes hediondos são todos aqueles taxados em lei como sendo dessa natureza.

Nesse sentido, assegura Capez (2017, p. 211) *[...] prevaleceu o sistema legal. Só à lei cabe definir quais são os crimes hediondos, restando ao julgador apenas promover a adequação típica e aplicar as consequências legais.*

Desta feita, em 25 de julho de 1990, com o objetivo de definir quais seriam os tipificados crimes hediondos, ainda que não os conceituando, mas tão somente descrevendo-os em rol taxativo, *numerus clausus,* de acordo com o sistema legal, além de estabelecer o tratamento a ser adotado aos condenados por referidos delitos, o Congresso Nacional, embasado no artigo 5º, inciso XLIII, da CRFB/88 (BRASIL, 1988), institui a Lei nº 8.072 (BRASIL, 1990), a qual não trouxe, em seu bojo, novos tipos penais, mas sim tratamento mais rigoroso aos já existentes.

Em seu artigo 1º, a Lei nº 8.072 (BRASIL, 1990) tipificou quais seriam os crimes considerados como hediondos, competindo ao julgador motivar-se nesse entendimento para aplicar a lei ao caso concreto, ou seja, o magistrado restringir-se-ia aos crimes ali definidos para tratá-los como hediondos, não possuindo discricionariedade para assim defini-los de acordo com a reprovabilidade da conduta delituosa.

Os crimes da tortura, do tráfico ilícito de entorpecentes e do terrorismo não foram incluídos nesse rol taxativo; logo, não são considerados hediondos. Conquanto, a CRFB/88 atribui-lhes caráter equiparado aos crimes hediondos, determinando que os cometedores desses crimes, em razão de sua gravidade ímpar, submeter-se-ão a igual tratamento ao proporcionado aos hediondos, inclusive com a vedação da concessão de anistia, graça, indulto e fiança (artigo 5, inciso XLIII, da CRFB/88).

Do tráfico privilegiado

Por razões de política criminal, a Lei nº 11.343 (BRASIL, 2006), dentre outros aspectos, de maneira inovadora em relação às outras duas Leis Antidrogas percussoras a si (Lei nº 6.368/76 e Lei nº 10.409/02), introduziu, no bojo de sua redação, a causa de diminuição de pena prevista em seu artigo 33, §4º, comumente denominada como tráfico privilegiado.

Esta minorante favorece o “pequeno traficante” ou “traficante eventual” que, supostamente, não se dedique corriqueiramente a atividades criminosas e não se atém ao crime como seu “meio de vida”, possibilitando, assim, maior eficácia em sua ressocialização.

Apesar de usualmente denominado “tráfico privilegiado”, o dispositivo legal previsto no artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343 (BRASIL,2006) atribui ao *caput* e às condutas assemelhadas a este delito previstas no §1º deste artigo, uma causa especial de diminuição de pena (minorante) e não uma circunstância privilegiadora.

Em verdade, o dispositivo legal previsto no artigo 33, §4º, da Lei de Drogas não altera a pena mínima e máxima do tipo penal ou estabelece novas elementares a este, mas institui uma possível diminuição de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) da pena daqueles que cumprirem os requisitos ali delineados, razão pela qual detém a natureza jurídica de causa especial de diminuição de pena e deve ser ponderada na 3ª (terceira) fase do cálculo da pena (consoante sistema trifásico de dosimetria da pena de Nelson Hungria – artigo 68 do Código Penal) (LIMA, 2016, p. 756).

Por se tratar de uma minorante, o quantum de diminuição de pena empregado poderá ter o condão de reduzir a pena em concreto aquém do mínimo *in abstracto* previsto para a pena-base. Isto posto, o indivíduo que usufruir da causa especial de diminuição de pena poderá também beneficiar-se com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito (se presentes os demais requisitos do artigo 44 do Código Penal).

Quanto a isso, a redação original que institui o “tráfico privilegiado” previa a vedação da conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos. No entanto, o Pretório Excelso, em decisão definitiva nos autos do HC nº 97.256/RS (BRASIL, 2010), declarou a inconstitucionalidade dessa parte do referido dispositivo legal, permitindo, a partir de então, a conversão da pena privativa em restritiva e consolidando a jurisprudência em repercussão geral (BRASIL, 2012), fundamentando-se no princípio da individualização da pena e fixando a tese de que é inconstitucional a vedação da conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, prevista nos artigos 33, § 4º, e 44, *caput*, da Lei 11.343/2006 (BRASIL, 2006).

Posteriormente, o Senado Federal, legislando a Resolução nº 5 de 2012, corroborou a decisão da Suprema Corte e suspendeu a execução da expressão do

artigo 33, §4º, da Lei de Drogas, declarada inconstitucional pelo Supremo: *vedada a conversão em penas restritivas de direitos* (BRASIL-a, 2012).

Para que o indiciado no exercício do tráfico de drogas faça jus a minorante, faz-se necessário que preencha alguns requisitos taxados no diploma legal, *in verbis:*

> *Artigo 33, §4º, Lei 11.343/06: Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos*(expressão declarada inconstitucional pela Suprema Corte e suspensa pela Resolução nº 05/2012 do Senado Federal)(comentário nosso)*desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa (grifo* nosso*)* (BRASIL, 2006, s/p).

Assim, para que o acusado faça jus ao benefício, deve sustentar consigo, cumulativamente, os 4 requisitos taxados: a primariedade, os bons antecedentes, a não dedicação a atividades criminosas e a não participação em organização criminosa.

Da equiparação do tráfico privilegiado a crime hediondo

Os que defendem que o tráfico de drogas, ainda com a incidência da minorante do "tráfico privilegiado", continua a ser crime equiparado a hediondo, corrente adotada por Gonçalves (2017), preceituam que este dispositivo legal se trata de mera causa especial de diminuição de pena, não afastando a natureza assemelhada a hedionda da traficância de drogas, considerando que a conduta perpetrada pelo delinquente é a mesma daquele que comete esse delito sem estar acobertado por essa minorante, isto é, o "tráfico privilegiado" não se trata de tipo penal autônomo.

Nesse sentido:

> *[...] a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006 não implica no afastamento da equiparação existente entre o delito de tráfico ilícito de drogas e os crimes hediondos, dado que não há a constituição de novo tipo penal, distinto da figura descrita no caput do mesmo artigo, não sendo, portanto, o "tráfico privilegiado" tipo autônomo. [...]* (BRASIL, 2013, p. 01).

À vista disso, o "traficante eventual" incorre no mesmo tipo penal que o "traficante habitual", praticando um ou vários verbos do núcleo do artigo 33, *caput* ou parágrafo 1º, com a diferença de que aquele preenche os requisitos pessoais

previstos no parágrafo 4º, que o garante, como seu direito subjetivo, o gozo dessa causa especial de diminuição de pena.

Nucci também sustenta essa corrente e doutrina que:

> *[...] a causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006, apenas abranda a punição do traficante, mas o delito pelo agente cometido continua a ser equiparado a hediondo, pois a conduta é tipificada no art. 33, caput, e no § 1º, que assim são considerados. Os que escapam à denominação de equiparados a hediondos são as figuras do art. 33, §§ 2º e 3º* (NUCCI, 2010, p. 320).

Os adeptos a essa corrente sustentam ainda que a Lei dos Crimes Hediondos e a Lei de Drogas não estabeleceram qualquer diferença quanto á incidência do "tráfico privilegiado" e tráfico de drogas (NUCCI, 2010).

Igualmente, os motivos que levaram o legislador constituinte a estabelecer diferente tratamento penal para o tráfico ilícito de entorpecentes, equiparando-o a crime hediondo, ainda persistem inteiramente, mesmo com a incidência do "privilégio". Logo, a vontade legislativa quando da elaboração do privilégio foi ensejar com sua aplicação, ao pequeno (eventual) traficante, ainda não envolvido habitualmente no mundo criminoso, uma ressocialização mais rápida e eficaz, com a diminuição de sua pena, e não desqualificar o caráter hediondo da conduta delituosa, pois, ainda que incida o privilégio, tratar-se-á da grave e reprovável conduta de tráfico ilícito de entorpecentes.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça era pacífica no sentido de que:

> *[...] Embora o legislador tenha previsto a possibilidade de reduzir as sanções do agente primário, de bons antecedentes, que não se dedica a atividades criminosas e nem integra organização criminosa (art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006), as razões que o levaram a qualificar o tráfico ilícito de entorpecentes como equiparado a hediondo subsistem em sua integralidade, vez que os critérios que permitem a diminuição da pena não têm o condão de mitigar o juízo de reprovação incidente sobre a conduta delituosa em si mesma, que continua sendo a de tráfico ilícito de drogas* (BRASIL-a, 2010, p. 01).

Os requisitos necessários para o reconhecimento do "privilégio" são de cunho pessoal, referentes ao agente criminoso, não se tratando de sua conduta delituosa. Assim sendo, não há como diferenciar o "traficante eventual" do "traficante contumaz" quanto à conduta delituosa perpetrada; por conseguinte, não há como dar a conduta delituosa praticada por aquele tratamento penal de crime comum, e a

praticada por este, tratamento de crime hediondo, haja vista que de igual modo infringiram a lei.

Comunga esse entendimento, o voto do Ministro Relator Sebastião Reis Júnior no Recurso Especial nº 1.329.088:

> *[...]a causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 elenca como requisitos necessários para a sua aplicação circunstâncias inerentes à pessoa do agente, e não à conduta por ele praticada. Destarte, a primariedade, os bons antecedentes, bem como a não dedicação a atividades criminosas, nem a integração em organização criminosa são fatos que dizem respeito à pessoa do apenado. Em razão dessas circunstâncias – e não de uma eventual menor gravidade da conduta de traficar –, entendeu o legislador que poderia ser reduzida a pena do condenado.* (BRASIL-a, 2013, p. 04).

De mais a mais, com a incidência dessa minorante, a pena fixada *in concreto* será ínfima perto daquela fixada sem a sua incidência, sendo, por vezes, inferior a 02 (dois) anos – patamar *in abstrato* que caracteriza um crime como delito de menor potencial ofensivo. Certamente isso foi objetivado pelo legislador, visando beneficiar o "traficante de primeira viagem". No entanto, a quantidade da pena fixada não tem a aptidão de aferir a gravidade do delito. Nessa acepção:

> *[...] delito de tráfico de drogas, ainda que tenha a pena mitigada em razão de qualquer dos institutos previstos no Código Penal ou na própria Lei Especial, não deixa de ser hediondo, visto que o quantum de pena não tem o condão de aferir a gravidade do crime ou mesmo mensurar o grau de reprovabilidade que o legislador pretendeu atribuir ao comando normativo* (SÃO PAULO, 2019, p. 05).

O comando normativo estabelecido pelo legislador quando da elaboração do tipo penal continua a ser o mesmo, possuindo a mesma gravidade, bem como a mesma reprovabilidade social. Logo, em que pese a pena fixada *in concreto* tornar-se inferior a 2 anos, não se pode comparar o delito de tráfico de drogas com os crimes de menor potencial ofensivo regidos pela Lei nº 9.099/95 e, com fulcro no princípio da proporcionalidade, afastar a sua natureza hedionda, pois estes detêm o comando normativo tipificado de acordo com a sua baixa gravidade.

Com base em todos os precedentes aqui esboçados, tendo por escopo a pacificação do tema, em junho de 2014, o Superior Tribunal de Justiça aprovou a súmula nº 512, com a redação: *A aplicação da causa de diminuição de pena prevista*

no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas (BRASIL, 2014, p. 676-677).

Da não equiparação a crime hediondo

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o HC nº 118.533/MS (BRASIL, 2016), na data de 23 de junho de 2016, interpretou a norma em debate de maneira diversa ao então entendimento cristalizado pelo Superior Tribunal de Justiça, e consagrou a tese de que o tráfico de entorpecentes "privilegiado" não é crime equiparado a hediondo.

Por esta razão, em 23 de novembro de 2016, o STJ cancelou a súmula nº 512 (BRASIL, 2014) e passou a adotar o mesmo entendimento da Suprema Corte. Apesar disso, alguns Tribunais Superiores, como o TJ-SP, continuam sustentando o caráter equiparado a hediondo do tráfico privilegiado em suas decisões, fundamentando que a decisão da Suprema Corte no HC nº 118.533/MS não detém efeito vinculante, mas ostenta caráter incidental, não se revestindo de efeito *erga omnes,* conquanto:

> *[...] não se ignore que o Colendo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Habeas Corpus nº118.533/MS, tenha reconhecido que o crime de tráfico de drogas privilegiado não se insere no regime dos crimes hediondos e equiparados, impede asseverar que tal decisum ostenta meramente caráter incidental e não tem efeito vinculante.*
> *Em outras palavras, em razão da ausência do efeito vinculante, o Juízo das Execuções não está obrigado a seguir a mesma orientação dada pelo Supremo Tribunal Federal, e poderá julgar amparado no Postulado Constitucional do Livre Convencimento Motivado, segundo o qual o magistrado decide a lide conforme seu convencimento particular com transparência e imparcialidade fundamentando sua decisão em legislação vigente, assim como ocorreu no caso em exame* (SÃO PAULO, 2019, p. 03-04).

Conforme a hermenêutica adotada pelo STF, a corrente que esteia que o privilégio retira o caráter hediondo do tráfico de drogas (cominado no *caput* do artigo 33 e em seu §1º), sustenta que, em razão de política criminal, o legislador estabeleceu tratamento distinto para os cometedores do tráfico privilegiado, apresentando, com isso, um menor juízo de reprovação na conduta do "traficante eventual" daquela praticada pelo "traficante contumaz"; e, a vista disso, considerando os requisitos necessários para a concessão da benesse do tráfico privilegiado, a conduta daquele que age acobertado pelo privilégio é inconciliável com a natureza hedionda do tráfico de drogas.

Outrossim, pormenorizam que atribuir caráter hediondo ao tráfico privilegiado é infringir o que preceitua o princípio da individualização da pena, bem como o da proporcionalidade.

O princípio da proporcionalidade, da mesma maneira que o da individualização da pena, almeja proporcionar a adequada aplicação da sanção penal de acordo com a culpabilidade do agente e o grau lesivo de sua conduta delituosa.

Com isso, apesar de apresentarem a mesma natureza, segundo a Suprema Corte, o delito do tráfico de drogas, em sua modalidade "privilegiada", apresenta circunstâncias próprias que diferem o praticante do enunciado prescritivo do "traficante contumaz" (aquele que não possui os requisitos delineados no artigo 33, § 4º da Lei nº 11.343/06) ao atribuir certa "desigualdade" no *modus operandi*. Por essa razão, a sanção imposta a cada um destes deve ser diferente, malgrado ambas as modalidades apresentarem a mesma conduta (verbo do núcleo) delituosa, inclusive com o mesmo preceito secundário no que concerne à pena-base.

Em votação no HC nº 118.533/MS (Brasil, 2016), o ministro Fachin assegura que, apesar de não consubstanciar tipo penal autônomo expresso das condutas previstas no artigo 33, *caput* e § 1º, a repercussão da pena é tão intensa a ponto de alterar o conteúdo material do tipo material e, por conseguinte, tornar-se compatível com o regime geral da execução penal. Destarte, mesmo diante da ausência de autonomia tipológica, quando o legislador ansiou que as causas que oportunizassem acentuada diminuição da pena não interferissem no juízo de hediondez do delito, o fez de maneira expressa e estrita, o que corrobora a afirmação de que a ausência de expressa tipificação legal autônoma não enseja que o tráfico minorado seja submetido ao regime excepcional dos crimes hediondos.

Em outro ponto, ainda na votação do HC 118.533 (BRASIL, 2016), Fachin e Barroso ressaltaram que quando a minorante é aplicada em seu patamar máximo, qual seja, 2/3 (dois terços), a pena mínima possível equivale a 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão. Nesse caso a pena não ultrapassará o patamar mínimo que define as infrações caracterizadas como sendo de menor potencial ofensivo, cuja pena não é superior a 02 (dois) anos (artigo 61, Lei nº 9.099/95) e, por conseguinte, referida pena não impediria a substituição por penas restritivas de direitos (artigo 44 do Código Penal), inclusive, recomendaria a fixação de regime inicial aberto, salvo

motivação idônea (Súmulas 718 e 719 do STF), e não autorizaria a prisão preventiva do indiciado (artigo 313 do CPP).

Não obstante, em fase de execução, essa pena permitiria a benesse da suspensão condicional, nos termos do artigo 156 da LEP (BRASIL, 1984), bem como ao livramento condicional, se preenchidos os demais requisitos do artigo 83 do CP.

Por sua vez, Lewandowski, no julgamento do Habeas Corpus em comento (BRASIL, 2016), comungou do voto de Fachin, votando pela concessão da ordem. Destacou que é necessário reconhecer a inserção de jovens e mulheres nessa prática delituosa devido ao grande desemprego estrutural e a precarização das relações de trabalho, que, apesar de não possuírem perfil delinquencial típico ou desempenhar papel em organizações criminosas, assumem a prática delitiva como uma alternativa laboral para até mesmo prover sua própria subsistência.

Os demais ministros do Pretório Excelso acompanharam os votos da relatora Carmem Lúcia e dos ministros Lewandowski e Fachin, com a exceção dos ministros Luiz Fux, Dias Toffoli e Marco Aurélio, que se restaram vencidos. Assim sendo, por maioria, e nos termos do voto da relatora, a Suprema Corte concedeu a ordem no julgamento do HC 118.533/MS (BRASIL, 2016), afastando a natureza hedionda do tráfico privilegiado de drogas, e pacificando que:

> *[...] O tráfico de entorpecentes privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.313/2006) não se harmoniza com a hediondez do tráfico de entorpecentes definido no caput e § 1º do art. 33 da Lei de Tóxicos. 2. O tratamento penal dirigido ao delito cometido sob o manto do privilégio apresenta contornos mais benignos, menos gravosos, notadamente porque são relevados o envolvimento ocasional do agente com o delito, a não reincidência, a ausência de maus antecedentes e a inexistência de vínculo com organização criminosa. 3. Há evidente constrangimento ilegal ao se estipular ao tráfico de entorpecentes privilegiado os rigores da Lei n. 8.072/90. 4. Ordem concedida* (BRASIL, 2016, p. 01).

Por todo o exposto, a corrente que se funda nesse entendimento assegura que estabelecer caráter equiparado a hediondo ao tráfico privilegiado não se harmoniza com a vontade legislativa em decretar tratamento mais benéfico ao traficante eventual, daquele imposto ao traficante contumaz, por razões de políticas criminais criadas em razão das peculiaridades jurídicas e sociais contemporâneas da nação brasileira, ofendendo ao princípio da proporcionalidade consubstanciado no princípio da individualização da pena.

Considerações finais

Diante de todo o exposto neste trabalho, foi possível constatar que a CRFB/88, em seu artigo 5º, XLIII, e a Lei dos crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90) impõem um tratamento penal mais "severo" para os crimes hediondos e os equiparados, decretando que referidos crimes são inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, graça e indulto.

Com efeito, decretou o legislador constituinte que o crime de tráfico de drogas é delito equiparado a hediondo, isto é, submeter-se-á ao mesmo tratamento penal dado aos crimes hediondos.

De início, apesar de o STJ ter cristalizado o entendimento de que a minorante não retiraria o caráter equiparado a hediondo do tráfico de drogas com a criação da Súmula nº 512 (BRASIL, 2014) e vários julgados do STF posicionarem-se nesse mesmo sentido, no julgamento do HC nº 118.533, o Pretório Excelso consolidou a tese de que o tráfico de drogas com a incidência da minorante do tráfico privilegiado retira o caráter equiparado a hediondo do delito, fundamentando-se nos princípios da proporcionalidade e da individualização da pena.

Entretanto, considerando que a causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, §4º da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) não se trata de tipo penal autônomo ou detém a natureza jurídica de circunstância qualificadora, isto é, não estabelece qualquer diferença na conduta prevista no *caput* do artigo 33 ou em seu §1º, nota-se que a conduta praticada pelo criminoso continua a ser equiparada à hedionda, independentemente de o indivíduo ser primário ou reincidente, integrante ou não de organização criminosa, uma vez que a conduta do traficante "eventual" continua a ser a de traficante, estimulando o mercado ilícito de drogas da mesma maneira que o traficante contumaz.

No mesmo sentido, ainda que sua pena fixada *in concreto* seja ínfima, em razão de sua mitigação ocasionada por institutos do Código Penal ou de leis especiais, os crimes tipificados como hediondos ou assemelhados, como é o caso do delito de tráfico de drogas, não perderão a natureza hedionda, uma vez que o *quantum* de pena não possui o condão de dimensionar a gravidade do crime ou seu grau de reprovabilidade conferido no tipo penal.

Com a criação dessa minorante, possibilitou o legislador a análise da culpabilidade e da condição pessoal do agente, preponderantemente, à valoração

negativa das consequências trazidas pela sua conduta, outorgando ao magistrado um parâmetro de análise individual de reprovação de cada infrator, razão pela qual, *data vênia*, não há o que se falar em violação ao princípio da individualização da pena, uma vez que, a pena será individualizada e fixada com base nos elementos pessoais do agente, o que não significa dizer que com a redução de sua pena quis o legislador retirar o caráter hediondo de sua conduta.

O legislador constituinte, ao taxar o delito de tráfico de drogas como sendo crime equiparado a hediondo, objetivou dar-lhe igual tratamento penal ao decretado para os crimes hediondos. Por conseguinte, se tivesse aspirado a diferenciar o tráfico ilícito de entorpecentes de sua capitulação usualmente denominada "tráfico privilegiado", teria o legislador ordinário assim o feito de maneira expressa, redigindo a atual minorante em tipo penal autônomo, de modo a distingui-la das condutas previstas no *caput* e no §1º do artigo 33 da Lei nº 11.343/06.

Vale destacar que determinar tratamento penal ao tráfico privilegiado igualitário ao de crime comum ocasionará vastos reflexos na seara da execução penal, o que pode, por vezes, gerar a sensação de impunidade àquele que, até então, detém perfil de "traficante eventual" e, com isso, não atingir o objetivo preceituado pelo legislador na criação dessa minorante, mas poderá atuar de modo contrário a este, "incentivando" a sua não ressocialização.

Noutro ponto, vale destacar que o crime de tráfico de drogas foi decretado como crime equiparado a hediondo por norma constitucional originária, isto é, norma de eficácia plena que, ao ingressar no ordenamento jurídico, detém presunção absoluta de constitucionalidade. Em razão disso, considerando ainda o que disciplina o princípio hierárquico das normas jurídicas, consubstanciado no princípio da Supremacia da Constituição – adotado no ordenamento jurídico brasileiro – no sentido de que as normas constitucionais detêm superioridade sob as demais leis, bem como fundamentam sua validade formal e material, por se tratar da mesma conduta prevista no artigo 33, *caput* ou §1º, ainda que incida a minorante, o crime perpetrado pelo agente continuará a ser equiparado a hediondo, uma vez que o legislador não estabeleceu o "tráfico privilegiado" como tipo penal autônomo e não há qualquer norma de natureza constitucional que decrete, expressamente, a sua natureza jurídica de crime comum.

O tráfico privilegiado foi instituído para beneficiar aqueles que não vivem continuamente do crime, ou seja, é um privilégio voltado àquele que trafica ocasionalmente, por isso, deve ser visto somente como uma minorante, beneficiando aquele que não vive reiteradamente da prática criminosa, em vez de diferenciar a sua conduta daquela praticada pelo criminoso habitual.

Em conclusão, apesar do recente entendimento do STF, o qual relata que a minorante do tráfico privilegiado retira o caráter hediondo desse delito, este estudo filia-se à posição majoritária da doutrina e do STJ anterior a esse entendimento, constatando que o "tráfico privilegiado" continua a ser crime equiparado a hediondo.

Referências Bibliográficas

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília-DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL (1990). Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990. Lei dos Crimes Hediondos. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 25 jul. 1990. Disponível em: <**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL (2006). Lei n.º 11.343 de 23 de agosto de 2006. Lei de Drogas. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília-DF, 23 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL (2010). Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 97.256-RS. Paciente: Alexandro Mariano da Silva. Impetrante: Defensoria Pública da União. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Ayres Britto, Brasília-DF, 01 set. 2010. **Lex**: jurisprudência do STF, p. 01-101. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=617879>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BRASIL (2012). Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo* nº 663.621 – SP. Reclamante: Ministério Público

Federal. Reclamado: Glauco do Nascimento Cornachioni. Brasília-DF, 30 nov. 2012. **Lex**: jurisprudência do STF, p. 01-19. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3383707>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BRASIL (2013). Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental nos embargos de declaração no recurso especial* nº 1.297.936-MS (2011/0300624-3). Agravante: Robinson Roberto Ortega. Agravado: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministro Marco Aurélio Bellizze. Brasília-DF, 18 abr. 2013. **Lex:** jurisprudência do STF, p. 01. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=28105609&num_registro=201103006243&data=20130425&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL (2014). Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 512**. A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas. Brasília: Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, 11 jun. 2014, p. 01-844. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/docs_internet/SumulasSTJ.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

BRASIL (2016). Supremo Tribunal Federal. *Habeas-corpus* nº 118.533-MS. Paciente: Ricardo Evangelista Vieira de Souza. Impetrante: Defensoria Pública da União. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Brasília-DF, 23 jun. 2016. **Lex**: jurisprudência do STF, p. 01-97. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11677998>. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRASIL-a (2010). Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 143.361-SP (2009/0146161-5). Paciente: Michael Raymond Tyrrel. Impetrante: Antonio Carlos de Toledo Santos Filho. Impetrado: Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Ministro Jorge Mussi. Brasília-DF, 23 fev. 2010. **Lex:** jurisprudência do STJ, p. 01-02. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=8374256&num_registro=200901461615&data=20100308&tipo=5&formato=PDF>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL-a (2012). Resolução nº 05 de 15 de fevereiro de 2012 do Senado Federal. Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução de parte do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 15 fev. 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Congresso/RSF-05-2012.htm>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BRASIL-a (2013). Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial* nº 1.329.088-RS (2012/0124208-0). Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Recorrido: Eduardo Almansa Jacob. Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior. Brasília-DF, 13 mar. 2013. **Lex:** jurisprudência do STJ, p. 01-10. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=AT

C&sequencial=26642239&num_registro=201201242080&data=20130426&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal:** legislação penal especial. 12ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2017, v. 4.PDF.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios.; JUNIOR, José Paulo Baltazar. **Legislação penal especial esquematizado.** 3ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. PDF.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação criminal especial comentada**. 4ª.ed. Salvador: Juspodivm, 2016, v. único. PDF.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas.** 5ª.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SÃO PAULO (2019). Tribunal de Justiça de São Paulo. *Habeas Corpus Criminal* nº 2163600-08.2019.8.26.0000, 7ª Câmara de Direito Criminal. Paciente: Hortencia Armando Nhacume. Impetrante: José Eduardo Lavinas Barbosa. Impetrado: Juízo de Direito da Vara de Execução Criminal de São Paulo/SP. Relator: Desembargador Aguinaldo de Freitas Filho. São Paulo-SP, 21 ago. 2019. **Lex**: jurisprudência do TJ-SP, p. 08. Disponível em: <http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=12802884&cdForo=0>. Acesso em: 07 set. 2019.

Judicialização de políticas públicas: uma forma de efetivação ao acesso à saúde e sua função social na família

Public policies judicialization: a form of effective access to health and its social function in the family

Gabriel Francisco Cabrera de Sá[1]
Magaly Bruno Lopes[2]
João Geraldo Nunes Rubelo[3]
Helton Laurindo Simoncelli[4]

RESUMO
A saúde é assegurada constitucionalmente de forma universal, igualitária e integral, como um dever do Estado, respondendo solidariamente. Sua ineficácia gera o direito de buscar a sua efetivação por meio uma tutela judicial. Essas demandas sofreram aumento de mais de 1.300% em sete anos. A alta procura destes meios garantidores hão de observar uma "contenção saudável" desta judicialização, ou seja, contê-la com diminuição da quantidade de demandas judiciais, mas sem prejudicar o exercício do direito à saúde por parte dos cidadãos. Esses acontecimentos omissivos do Estado afetam a família em sua integralidade, pois a judicialização é uma forma de respaldo e proteção, na busca de uma melhor qualidade de vida, cujo Estado elencou como base da sociedade e merecedora de proteção especial.
Palavras -Chave- Direito de família, Judicialização, Saúde**.**

ABSTRACT
Health, constitutionally guaranteed in a universal, egalitarian and integral way, as a State duty, responding in solidarity. Its ineffectiveness generates the right to seek its effectiveness through judicial protection. These demands increased by over 1,300% in seven years. However, high demand for these guaranteeing means will observe a "healthy containment" of this judicialization, that is, contain it with a reduction in the amount of judicial demands, but without prejudice to the citizens' exercise of their right to health. These omissive events of the State, affect the family in its entirety, as judicialization is a form of support and protection, seeking a better quality of life, whose state listed it as the basis of society and deserves special protection.
Keywords-Family law, Judicialization, Health**.**

Introdução

O direito ao acesso a saúde é assegurado em todo território nacional brasileiro: também está esculpido como uma garantia internacional pactuada pelo Brasil, sendo signatário da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, explicitado pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais –

[1] Acadêmico do 10º termo do curso de direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba/SP- gabrielsa.direito@gmail.com
[2] Mestre em Direito e docente do curso de Direito Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.
[3] Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.
[4] Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.

PIDESC, de 1966 e no art. 6º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos – PIDCP, onde é assegurado o direito à vida e à saúde, como um de seus componentes essenciais. Na Constituição Federal de 1988, a saúde é abarcada nos art. 196 a 199, do *caput* do artigo 5º da Constituição extrai-se que a vida é a primeira das garantias fundamentais do cidadão; tal direito clama a integralidade de providências para a sua preservação, o que inclui o serviço público de saúde. O artigo 6º da Constituição indicou a saúde como direito social básico de todas as pessoas, ao lado da educação, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, infância e assistência aos desamparados.

No artigo 196, estatuiu-se que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, como de acesso universal e igualitário às ações e serviços, para sua promoção, proteção e recuperação. Gerando uma responsabilidade objetiva ao Estado para o fornecimento dos meios de saúde em geral, quando este fica inerte, pode ocorrer a judicialização da saúde. Uma forma de recorrer ao judiciário para efetivar essa garantia, de modo a agir e dispor destes bens de saúde em prol do individual, devido à demora ou não padronização da referida terapia medicinal desejada, ou seja, um confronto do direito individual com coletivo. Toda essa sistemática da judicialização de políticas públicas vem de uma questão social, a qual antes era debatida e resolvida pelos órgãos do Executivo e legislativo; mas, frente à inércia destes Poderes, passaram a ser levadas ao Judiciário, tendo em vista o seu papel de garantidor do efetivo exercício dos direitos fundamentais que lhes é atribuído pela própria Carta Magna ao preconizar a inafastabilidade da jurisdição. Neste contesto, este trabalho visa analisar que quando o Estado negligencia esse acesso á saúde, viola também todo escopo familiar e seus membros, e a judicialização passa a ser uma forma de proteção e seguridade à saúde, de seus membros dentro da família, pois a garantir a integralidade física também é um pressuposto válido e notório para criação dos filhos, relacionamento conjugal e afins.

Saúde como direito fundamental

A definição de saúde é dada Organização Mundial de Saúde, sendo saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social; não consiste apenas

na ausência de doença ou enfermidade, também a garante como um bem coletivo, inerente à pessoa humana. Nessa mesma Carta, o texto aduz que os governos são responsáveis pela saúde de seu povo, combatendo com medidas sanitárias e sociais.

O filósofo Platão (2004) conceituava saúde com virtude ou vício; se tem beleza, saúde, ânimo, terá virtudes;a já doença, feiura, fraqueza será repleta de vícios. A saúde é um direito fundamental que visa assegurar ao ser humano um mínimo de dignidade na sua sobrevivência e na de sua família.

> *Os direitos fundamentais dão origem a uma série de posições jurídicas diversas, outorgando ao titular do direito pretensões de defesa, proteção e prestação, quer perante o Estado, na concepção clássica; quer diante de particulares, tanto como destinatários diretos das normas jusfundamentais – caso da grande maioria dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores previstos pela Constituição de 1988, por exemplo – seja de modo indireto, mediante interpretação do texto constitucional.* (FIGUEIREDO, 2007, p. 43)

O surgimento da saúde como um direito fundamental decorreu do surgimento dos direitos de segunda dimensão, os direitos sociais, oriundo do século XX, após a primeira guerra mundial, ocasionando uma enorme necessidade de discussão e efetividade maior, oriundos de um período em que ocorreram inúmeros massacres e afrontes à dignidade humana.

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil: contextualização histórica, princípios e financiamento

Previsto na Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, que deu a criação do Sistema Único de Saúde, conforme a Lei 8080/1990 (BRASIL, 1990), aduzindo todas as diretrizes desse sistema.

Sua origem foi após o Movimento da Reforma Sanitária, ocorrido no período ditatorial, cujo o objetivo era reformular a questão da saúde, bem como a sua democratização. Esse movimento foi consolidado institucionalmente na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986.

A lei 8.080/1990, (BRASIL, 1990) elege os princípios em seu art. 7º, que devem ser seguidos por todos os entes federativos, os quais atuam solidariamente ao outro. Sendo a universalização, equidade e integralidade princípios basilares do Sistema Único de Saúde, os organizacionais são a regionalização, hierarquização, descentralização, comando único e a participação popular.

O próprio artigo 198 da Constituição Federal de 1988, em seus incisos I, II e III, esclarece as ações e serviços públicos de saúde.

> *Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*
> *I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*
> *II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;*
> *III - participação da comunidade.*

O inciso I (Constituição Federal de 1988) fala em descentralizar, ou seja, redistribue poderes e responsabilidades entre os três níveis de governo. A serem estudados mais profundamente, no próximo subtítulo.

A in,tegralidade, citada no inciso II (Constituição Federal de 1988), alude à interação de todos e tudo, com fulcro na repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos. É um caminho percorrido desde a informação, palestras, áreas e eventos de conhecimento, aduzindo um atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, sendo ações de assistência curativa, até o seu bem-estar, atingindo todos os níveis de complexidade.

> *A 'integralidade' como eixo prioritário de uma política de saúde, ou seja, como meio de concretizar a saúde como uma questão de cidadania, significa compreender sua operacionalização a partir de dois movimentos recíprocos a serem desenvolvidos pelos sujeitos implicados nos processos organizativos em saúde: a superação de obstáculos e a implantação de inovações no cotidiano dos serviços de saúde, nas relações entre os níveis de gestão do SUS e nas relações destes com a sociedade.* (PINHEIRO, 2009, p. 234).

Também é importante a participação da sociedade, citada no inciso III, mas não somente dirigida aos usuários, mas sim todos participando de estratégias, controlando e avaliando as execuções das políticas de saúde.

Essa participação está ligada ao processo de redemocratização, ao qual o legislador constituinte, influenciado pelo Estado democrático de direito, atribuiu um preceito ao povo fiscalizar, aquilo que sua própria natureza lhe é voltada ao seu próprio benefício e usufruto, ou seja, a saúde atribuída em seu caráter universal ao povo. Assim, *[...] sendo o controle social uma importante ferramenta de democratização das organizações, busca-se adotar uma série de práticas que efetivem a participação da sociedade na gestão* (GUIZARDI- 2004, p. 2434).

O Sistema Único de Saúde possui uma extrema importância nos dias atuais, com base em outros sistemas de saúde abarcados em outros países, notam-se grandes diferenças, como a sua democratização e "gratuidade" no fornecimento. O Brasil foi um dos primeiros a garantir legalmente esses serviços, bem como eleger como direito do usuário e dever do Estado fornecê-los.

Descentralização e comando único do Sistema Único de Saúde e seu financiamento

Descentralizar é tirar do centro, ou seja, repartir a obrigação por caminhos diferentes, mas em um único sentido, onde cada esfera de governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

Para tanto, o S.U.S. não se concentra em um conjunto de serviços, mas sim em um sistema, organizado e sistematizado para todos os entes; também pode ser entendido como uma formulação política e organizacional, reordenando serviços e ações de serviços de saúde dos quais todos os entes devem participar. Na organização do Estado, o próprio art. 18 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) cita a formação da organização política administrativa do Brasil, sendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos os entes autônomos.

O julgado do recurso extraordinário nº 855178, onde o STF, (BRASIL, 2019) por meio do Ministro Luiz Fux, disse que o pleito ali apreciado, em síntese a responsabilidade é solidária aos entes federados, quando se trata de matéria de saúde e a alegação de ilegitimidade passiva da União é infundada. Além do estipulado na Carta Magna, a solidariedade tratada no Código Civil (BRASIL, 2002) é colocada nessas obrigações como norte, onde juízes aplicam obrigações solidárias aos entes, mesmo não sendo acionados todos.

A União exerce uma direção nacional, através do Ministério da Saúde, onde devido ao poder cumulado, atribui-o, bem como cabe a ela, promover a equidade social, analisando as particularidades regionais e demográficas. O governo federal, em sua própria página, fala que a responsabilidade da União é coordenar os sistemas de saúde de alta complexidade e de laboratórios públicos onde, através do Ministério da Saúde, planeja e fiscaliza o S.U.S., respondendo pela metade dos recursos da área (BRASIL, 2014). Vale ressaltar que a fiscalização também é

descentralizada; vários outros órgãos, como o Ministério Público Federal e Estadual atuam, bem como próprios usuários destes serviços.

Os Estados-membros devem organizar a saúde e o sistema no seu próprio estado, decentralizando os serviços aos municípios. O artigo 17 da lei 8.080/1990, (BRASIL, 1990) atribuiu que os Estados devem dar apoio técnico e financeiro aos municípios, qual deve supri-lo, quando necessitar, visto sua competência supletiva. Também deve regionalizar a saúde, atribuindo programas com base em um planejamento integrado; novamente, o próprio Governo Federal também atribui aos Estados o repasse de verbas aos municípios, coordena rede de laboratórios e hemocentros, define os hospitais de referência e gerencia os locais de atendimentos complexos da região (BRASIL, 2014).

Os municípios, devido ao contato maior com os usuários, bem como pela quantidade em território nacional, têm competência atribuída em lei e deverá observar cada particularidade inserida em uma rede de atenção à saúde regional.

Judicialização da saúde e o ativismo judicial

Judicializar é passar ao judiciário uma responsabilidade que tipicamente não é sua. O presente estudo visa garantir a obtenção de tratamentos, medicamentos, leitos hospitalares e até mesmo próteses, negados ou negligenciados por aquele que tem por obrigação concedê-los. Sua origem marca-se na década de 90, após grande massa contrair o vírus HIV/AIDS. Barroso (2008, p. 01) define.

> *Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo (...). Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade. O fenômeno tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modelo institucional brasileiro.*

A grosso modo, a intervenção do judiciário não toma ou busca tomar a função de administrador ou gestor de financiamento, mas sim exercer uma função legitimamente conferida em tutelar aos que as buscam, com base na legislação vigente. É certo que, consequentemente, outras áreas são afetadas.

Judicilização de políticas públicas: Tripartição de poderes

Desde a obra "A política", de Aristóteles, foi discutida a tripartição de poderes. Logo após, Lock, no "Segundo Tratado Sobre o Governo Civil", também reforça essa teoria. A teoria de Montesquieu, que divide em Poder Executivo (administra o Estado), Poder Legislativo (Legisla e fiscaliza o executivo) e o Poder Judiciário (interpretar e julgar leis), é a aplicada no direito brasileiro. Cada poder exerce funções típicas de cada instituto, bem como por exceções atípicas, sendo autônomos entre si, agindo em igual poder, exercendo, entre eles, um equilíbrio da força.

O que leva à intervenção advém, consequentemente, da não ou má prestação desses serviços, que garantidos em lei. Muito se discute sobre a legitimidade do judiciário no papel como gestor de políticas públicas, acrescidas da violação de um plano orçamentário do legislativo, bem como a execução e administração destes recursos pelo poder executivo. Esses questionamentos vão aquém dos argumentos lançados, pois a Constituição Federal de 1988 consignou-se em pôr a indisponibilidade de direitos sociais, tipificado no art. 6º, bem como termos do artigo 5º, inciso XXXV da Carta Magna, que a lei não excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Julgamento do Recurso Especial nº 1657156 / RJ (2017/0025629-7) autuado em 08/02/2017 (Tema 106)

O presente recurso foi responsável pela modulação dos três requisitos necessários para o fornecimento de medicamento fora da lista do Sistema Único de Saúde, ou seja, os nãos padronizados, tendo como relator o ministro Benedito Gonçalves, gerando o famoso tema 106 do Superior Tribunal de Justiça (BRASIL, 2018). Os requisitos definidos pelo Recurso Especial nº 1657156 / RJ (RIO DE JANEIRO, 2017/ nº 2017/0025629-7.

O *item 01* afirma que o laudo médico não poder ser uma mera prescrição; tem que se fundamentado, explicado, trazendo fundamentos para a concessão do medicamento, comprovando a situação real do paciente e a necessidade/imprescindibilidade da medicação. Caso haja algum medicamento semelhante fornecido pelo S.U.S., deverá também constar em laudo o motivo da ineficácia deste, como o enunciado N.º 14 da I Jornada de Saúde do CNJ (BRASIL,2014) porque não comprovada a ineficácia ou impropriedade dos

medicamentos e tratamentos fornecidos pela rede pública de saúde, deve ser indeferido o pedido.

No *item 02*, a hipossuficiência financeira deve ser para adquirir o medicamento, com base em sua situação real; caso seja assistido pela Defensoria Pública, presume-se hipossuficiente.

Quanto ao *item 03*, este será analisado profundamente no tópico a seguir com o tema 500, porém o registro na ANVISA é outro questionamento muito importante, pois o STF, com base no Tema 500, discutiu sobre a obrigação ou não do Estado em fornecer medicamentos não padronizados pelo S.U.S., decorrentes do recurso extraordinário nº 1165959 (BRASIL, 2019). Essa exigência vem da lei 8080/90, em seu art. 19-T (BRASIL, 1990);

> *A ausência de registro na ANVISA e padronização nos protocolos clínicos não constitui obstáculo intransponível à implementação do tratamento medicamentoso prescrito às expensas do Estado quando atestado sobejamente por médicos especialistas do SUS a inexistência de tratamento similar e eficaz, pois, na ponderação dos direitos e interesses em colisão, prepondera a garantia do acesso à saúde através da aquisição e dispensação do fármaco, ainda que não registrado, como medida de tutela dos direitos fundamentais que sobrepujam qualquer argumento contrário à preservação da vida e de todos os bens jurídicos que a circundam.*

Assim, dentro do S.U.S., somente pode se proceder à compra e uso, quando a ANVISA regula e autoriza. O Conselho Federal de Medicina já se pronunciou a respeito do uso de procedimentos não autorizados pela ANVISA, conforme parecer 2/2016, elegendo que o médico que proceder destes meios deverá estar ciente das responsabilidades que assume, bem como das consequências e possíveis penalidades.

No corpo do acordão, mais precisamente no relatório, o ilustre desembargador discorre sobre como proceder em situações como essa. Sobre o laudo médico, ele aduz que este não vinculara o magistrado, cabendo a ele analisar todos os fatos e provas para o convencimento de seu julgamento.

Outro efeito também será a remessa do acordão que definir o fornecimento de medicamento não padronizado ao Ministério da Saúde e ao CONITEC, para um possível estudo e inclusão no S.U.S.

Do julgamento do recurso do Recurso Extraordinário (RE) 657718 (Tema 500)

Conforme tópico acima, a decisão do STF criou outras séries de requisitos para análise do pedido de concessão de medicamentos ao Estado sem o registro na ANVISA, visto ser fixado como requisito necessário no Recurso Especial nº 1657156. (BRASIL, 2017).

O Plenário, por maioria de votos, fixou a seguinte tese para efeito de aplicação da repercussão geral:

> 1)O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
> 2) A ausência de registro na Anvisa impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial.
> 3) É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos:
> I – a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras;
> II – a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior;
> III – a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil.
> 4) As ações que demandem o fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão ser necessariamente propostas em face da União.

O STF, (BRASIL, 2017) com provimento parcial ao recurso, reconhecendo que necessita do registro, desobrigado o Poder Público de fornecer; porém ele determinou que cada caso seja analisado em específico. Os ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, os quais possuem um posicionamento contrário ao decidido, aduziram que devem ser analisados as excepcionais no fornecimento. Os requisitos são cumulativos, devendo ser comprovados para a concessão. Outra novidade foi a fixação de competência da União, as ações que versarem sobre estas demandas, uma exceção a descentralização, onde elege o foro federal para ajuizar.

A integralidade física como pressuposto de proteção integral do Estado à família

A família é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laço de sangue (ou seja, o biológico, mesmo genes) ou afetivos (seja por adoção, os familiares do cônjuge), o termo família advém do latim *famulus*, que significa

“escravo doméstico”, o mesmo foi criado na época da Roma antiga e servia para designar um grupo que era submetido à escravidão agrícola. A base da sociedade e a sua própria organização vêm das famílias, como a própria Constituição Federal de 1988 salientou pois, dentre os princípios abordados e trazidos no próprio texto, dentre os que consagram valores sociais fundamentais, a maioria está sobre margem do direito de família. Existe uma infinidade de princípios, sejam explícitos ou implícitos, strazidos pela Carta Maior, leis infraconstitucionais ou doutrinas.

Recentemente há julgamento do Mandado de Injunção Coletivo (MI n° 4733) (BRASIL, 2019) que pede a “criminalização específica de todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente das ofensas, dos homicídios, das agressões e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima” em face da omissão do Congresso Nacional em editar a legislação pertinente, tendo o IBDFAM participante como *amicus curie*, aduzindo que sua participação atua como uma proteção da família em sua integralidade. Neste ponto, no próprio dispor do texto constitucional, a família também merece apreço de cuidado e amparo. Sob este mesmo argumento, a justificativa da judicialização como forma de proteção à família encontra-se na pretensão da manutenção da integralidade física de seus membros, também devendo ser um pressuposto válido e notório para a manutenção do seio familiar. Esta proteção familiar não se esgota na promoção de igualdade entre os genitores ou meramente em sua pluralidade, mas também na sua própria integralidade física, financeira, social e humanitária.

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente previsto constitucionalmente determina que deve ser observadas aquelas condições que realmente farão com que a criança tenha o melhor desenvolvimento pessoal possível e tenha assegurado seus direitos, independentemente de outros fatores, sendo uma obrigação familiar interna e estatal externamente, sempre com intuito da promoção do desenvolvimento nuclear familiar saudável. Em casos de moléstias mais agressivas, na prática, pode-se perceber o quanto angustiante é para os membros de uma família estar passando por aquela determinada situação, a qual piora com total ineficácia do Estado. Muitas vezes essa mora pode levar a óbito, e dependendo do caso concreto, pode gerar uma possibilidade de responsabilidade civil em face do Estado e/ou do médico/equipe responsável.

Por outro lado, o princípio da solidariedade familiar prevê que os membros de uma mesma família devem se assegurar, solidariamente, entre eles, deixando o Estado em segundo plano, atribuindo responsabilidades como: alimentação, segurança, proteção, lazer, entre outros direitos assegurados constitucionalmente primeiro à família. Porém, esta ideia, muitas vezes, comparando todos os aspectos da família brasileira, não deve ser aplicada de forma absoluta, pois, quando alguém judicializa qualquer demanda, já está fragilizado e insatisfeito com a prestação pública de atendimento à sua necessidade, devido à condição de vulnerabilidade e hipossuficiência frente ao problema vivido.

A busca de uma contenção saudável

Conforme já visto, houve um grande aumento destas ações que, consequentemente, afetaram os planos orçamentários; por isso, faz-se necessária a busca da contenção, ou seja, um conjunto de ações que vise diminuir, refinar essas ações no judiciário, bem como evitar as decisões que visam ao sequestro de bens em face do Estado, para a aquisição de medicamentos, buscando, ao máximo, diminuir o acesso individual, como garantia ao coletivo. Apesar da saúde ser garantida aos usuários de forma universal e integral e o judiciário ter legitimidade para cobrança e efetivação do direito, essas decisões privilegiam o individual, bem como são soluções mediatas, pois visam, muitas vezes, ao fornecimento de um medicamento, sendo ao certo um atendimento integral à moléstia do usuário. Essas ações de contenção são frutos da crescente judicialização, onde um de seus pontos favoráveis é a pressão aos administradores e prestadores de serviço em seu fornecimento, tomando medidas que facilitam e prestam serviços de maior eficiência. Uma dessas soluções é uma maior inclusão de medicamentos padronizados pelo Sistema Único de Saúde, o qual, por um cadastro administrativo, realiza a retirada destes medicamentos de alto custo, fornecidos pelo Estado, sendo que, somente em caso de recusa pode ajuizar demanda judicial, ou também em casos que, por mais que hája similares ao princípio ativo ou procedimento, tendo a necessidade de fornecimento de outro equivalente por algum motivo necessariamente comprovado por algum médico.

Portanto, deve ter uma cooperação da indústria farmacêutica, que visa ao lucro, a qual precisa sempre inovar para faturar, e também, dos profissionais da

saúde, agindo com zelo e competência funcional na precisão dos medicamentos prescritos, observando toda rede de medicamentos padronizados pelo Sistema Único de Saúde.

Por outro lado, a população deve ser cautelosa em seus pleitos, usando da probidade e zelo com seus pedidos, visto que a natureza destes recursos é pública, e sempre visam ao coletivo.

A reserva do possível e o mínimo existencial

A reserva do possível é uma arma para posicionamentos que contrariam a efetividade da saúde por meio judicial, vista que com a crescente demanda, o Estado passa a negar o seu fornecimento com base em seus recursos finitos.

Por outro lado, o mínimo existencial é a fixação mínima do Estado em sua prestação de direitos fundamentais. É por essa mesma ótica, Rocha (2005) argumenta que foi criado para dar efetividade ao princípio da possibilidade digna ou da dignidade da pessoa humana possível a ser garantido pela sociedade e pelo Estado.

Atrelado com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, as garantias efetivadas no texto constitucional, sendo direitos fundamentais, Sarlet (2001) dispõe que o ser humano é merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, assegurando a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a garantir-lhe as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, trazendo ao tema, uma prestação de serviços de saúde uma forma humanitária e digna, abrangendo todos os aspectos, seja físico, mental e psicológico, como é o conceito amplo de saúde.

Considerações finais

Ao longo dos tempos, a questão da seguridade social ganhou grande escopo e um desempenho mais avançado e muito discutido, tentado calcular e delimitar até onde irá o amparo do Estado e até quanto ele suportaria este *déficit,* visto a real situação socioeconômica brasileira. Apesar de ser notório o tamanho do esforço envolvido para garantir o mínimo existencial, com o fornecimento amplo da saúde pública, esta não é suficiente para atender o país inteiro com qualidade e perfeição, visto que a responsabilidade deste serviço não deve ser computada somente aos

líderes políticos, mas sim à sociedade como um todo, desde os usuários, profissionais da saúde, associações e afins. O Poder Judiciário tem um controle dos entes públicos diante da violação destes direitos, uma previsão constitucional, tida como princípio da inafastabilidade da jurisdição, também chamada de cláusula do acesso à justiça, ou do direito de ação, pois a lei não excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito, sendo totalmente legítimos os meios arbitrados pelos usuários para a efetivação do acesso à saúde pública em seu conceito amplo, fornecendo um completo bem-estar físico, mental e social. De fato, é certo que não há como negar a impossibilidade financeira do Estado em arcar genuinamente com todos os serviços sociais no Brasil, sejam por questões orçamentárias, políticas, sociais, geográficas, porém o magistrado tem o dever de atuar para a garantia do mínimo existencial, sendo subsistema da Teoria dos Direitos Fundamentais onde esta garantia está atrelada ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Apesar de legítimo e perfeitamente cabível a Judicialização, esta é plenamente eficaz em curto prazo, aliviada por decisões mediatas, em prol do individual. Esta não resolve o problema diante da tamanha necessidade dos serviços de saúde, mas pressiona o poder público, por isso tamanha discussão, nas quais onde se julga até que ponto o Estado é capaz de fornecer tudo o que garante, bem como, a precariedade das decisões judiciais, mediante os laudos médicos apresentados, visto que o sistema de padronização de medicamentos é calculado conforme a necessidade financeira do Estado em tratar as moléstias de maior incidência, bem como um amplo estudo farmacológico e coletivo. Apesar de plausíveis e discutíveis as críticas elencadas, refere-se à saúde pública, que não só se direciona às discussões políticas, financeiras, administrativas ou doutrinarias, mas sim de caráter humanitário.

Referências Bibliográficas

BARROSO, Luís Roberto. Retrospectiva 2008 - Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, Salvador, n 18, p.1-22, Abr./maio/jun. 2009. Disponível em:< https://bit.ly/2ND2RxO >. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRASIL. Decreto lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o

funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Lex:** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília,-DF, 19 de setembro de 1990.

BRASIL. **Decreto** n° 678, de 6 de novembro de 1992, Promulgação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em:> https://bit.ly/33hgMQE >. Acesso em 10 de Janeiro de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil,** Brasília**,** DF, data. 1988. Disponível em: https://bit.ly/2kjjELKhtm. Acesso em: 16 fev.2019.

BRASIL. **Código Civil** (2002). Disponível em:< https://bit.ly/2CbmnfA.> Acesso em 10 de Outubro de 2017.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Lei Orgânica da Saúde**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão** 1036171, Relator: TEÓFILO CAETANO, 1ª Turma Cível, data de julgamento: 2/8/2017, publicado no DJE: 16/8/2017. BRASILIA, 2/8/2017.

ENGELS, **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**- 1884. Disponível em:< https://bit.ly/36s9tYm> Acesso em: 12/09/2019.

GUIZARDI, F. L. et al. Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das conferências nacionais de saúde. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 15-39, jan./ jun. 2004.

PESSANHA, José Américo. **Platão e as idéias**. In: Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e graduação. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PINHEIRO, Roseni. Integralidade. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em: <https://bit.ly/2ptQo7E>. Acesso em 06 maio 2019.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. O mínimo existencial e o princípio da reserva do possível. Belo Horizonte: Del Rey, Minas Gerais, 2005.
SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang;
FIGUEIREDO, **Direitos fundamentais,orçamento e "Reserva do Possível".** 2. ed.. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

Revisão Criminal: (In) possibilidade do Juízo Rescisório das Decisões do Tribunal do Júri

Criminal Review: (In) Possibility of Rescissory Judgment of Jury Court Decisions

Kleiton Henrique Santana Rodrigues[1]
Valéria Cristina de Oliveira[2]
João Geraldo Nunes Rubelo[3]
Helton Laurindo Simoncelli[4]

RESUMO
O presente trabalho tem como finalidade trazer ao leitor, de forma breve, toda a sistemática do Tribunal do Júri, iniciando pelas suas noções conceitual, histórica e constitucional. Discorre-se, neste trabalho, também, a relação do Júri com a democracia, o seu surgimento, como ele se deu no Brasil, seus princípios constitucionais, uma breve explanação sobre seu procedimento e, por fim, tratam a respeito da revisão criminal, bem como da discussão sobre o seu cabimento ou não para discutir decisão condenatória proferida pelo Tribunal do Júri.
Palavras-chave: Tribunal do Júri, Revisão Criminal, Soberania dos Vereditos, Juízo Rescisório.

ABSTRACT
The purpose of this paper is bring to the reader the whole systematics of the Jury Tribunal, starting with its conceptual, historical and constitutional notions. In this paper we also discuss the Jury's relationship with democracy, its emergence, as it happened in Brazil, its constitutional principles, a brief explanation of its procedure and, finally, we dealt with the criminal review, as well as the whether or not it is appropriate to discuss the condemnatory decision of the Jury Court.
Keywords: Court of Jury, Criminal Review, Sovereignty of the Verdicts, Rescissory Judgment.

Introdução

O Tribunal do Júri é uma instituição jurídica amparada pela Constituição Federal de 1988. O artigo 5º, inciso XXXVIII desta Constituição traz os princípios basilares do Júri, quais sejam, o sigilo das votações, a plenitude de defesa, a soberania dos vereditos e a competência para julgamento mínimo dos crimes dolosos contra a vida. O princípio da soberania dos vereditos traz o entendimento de que a decisão dos jurados não poderá ser substituída por decisão de um juiz togado, senão comprometida estaria a eficiência do Tribunal do Júri.

[1] Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2] Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxiliam - UniSALESIANO de Araçatuba.
4 Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano – Araçatuba/SP, Mestre em Direito – Direitos e Garantias Individuais – ITE, Advogado.

Portanto, o presente artigo buscou discorrer a respeito do cabimento da ação de revisão criminal das decisões do Tribunal do Júri e analisar se, cabível tal ação, qual poder teria o Tribunal em caso de julgá-la procedente. Poderia o Tribunal realizar apenas o juízo rescidente – desconstituindo a autoridade da coisa julgada - ou, também, o juízo rescisório, vindo a absolver uma pessoa condenada pelo Tribunal popular?

Levando em consideração o conflito aparente entre princípios constitucionais, necessário torna-se uma tentativa de harmonização da Revisão Criminal com a Soberania do Tribunal do Júri.

Conceito de Júri e seu caráter democrático

Atualmente, no Brasil, pode-se conceituar o Júri como sendo um tribunal em que a sociedade, através dos cidadãos previamente alistados e sorteados para compor o Conselho de Sentença, tem o dever de decidir, em sua íntima convicção e sob juramento, sobre a culpabilidade ou não dos acusados, acerca dos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, levando em conta apenas os aspectos fáticos do crime.

Nas palavras de Whitaker (1910, p.1),

> *Júry é o tribunal em que cidadãos, previamente alistados, sorteados e afinal escolhidos, em sua consciência e sob juramento, decidem, de facto, sobre a culpabilidade ou não culpabilidade dos acusados, na generalidade das infracções penaes.*

Diferentemente do que ocorre nos julgamentos realizados pela magistratura togada, no Júri, os cidadãos que compõem o Conselho de Sentença, representando a sociedade, decidem, em sua íntima convicção, atentando apenas ao fato e não às questões jurídicas.

O fato de os julgamentos serem realizados pelo povo, não tendo o magistrado poder de decidir a respeito da culpabilidade do acusado, demonstra um caráter amplamente democrático desta instituição, haja vista que, através do voto, no momento da quesitação, o Conselho de Sentença (representando o povo), decidirá se condenam ou absolvem o acusado.

Para Alencar (1883, p.13-14), *[...] o jury foi a primeira instituição que teve a humanidade da verdadeira democracia representativa [...].*

Bonfim (2015) afirma categoricamente que o Júri inseri no processo legal valores democráticos, haja vista que traz uma espécie de legitimação para o sistema jurídico, em razão da participação popular.

A instituição do Júri está tão intimamente ligada à ideia de democracia que se pode afirmar que não haveria a possibilidade da existência do primeiro sem a vigência da segunda. Desta forma, o Tribunal do Júri mostra-se como um mecanismo democrático de controle do poder do Estado, *[...] consistindo num modelo de julgamento por equidade, divorciando-se, portanto, dos ditames estritos da dogmática jurídica* (AZEVEDO, 2011, p. 14).

Breve histórico do Tribunal do Júri

O surgimento do Tribunal do Júri é incerto. Uns afirmam que ele remonta às primeiras épocas da humanidade (WHITAKER, 1910), enquanto outros buscam seu surgimento na lei mosaica, nos *dikastas*, na *Helieia* ou no areópago gregos (TUCCI, *apud,* RANGEL, 2015). Alguns buscam as origens do Júri nos *heliastas gregos*, nas *quaesitiones perpetuae* romanas, no tribunal de assises de Luís, o Gordo (RANGEL, 2015), não havendo, portanto, na história, alguma relação do Júri com essas organizações.

Apesar de incerto o seu surgimento, o Tribunal do Júri, da forma que hoje é conhecido, originou-se na Inglaterra.

Segundo Bonfim (2015, p. 704),

> *[...] é na Inglaterra que se pode buscar as origens do Júri moderno, uma vez que a instituição inglesa nasceu de um procedimento antigamente usado na Normandia (parte da França), levado a solo britânico após a tomada da Inglaterra por William, o Conquistador (1066). Assim, depois que o julgamento das ordálias foi proibido pelo Papa Inocência III, em 1215, por ocasião do 4º Concílio de Latrão, a Inglaterra se orientou no sentido de um então novo modelo de justiça, estabelecendo para tanto, àquela época, o número de 12 jurados, em alusão aos 12 apóstolos do Evangelho.*

Posteriormente à Inglaterra, o Júri foi transportado aos Estados Unidos, local onde foi extremamente bem recebido, sendo ele incorporado às práticas judiciárias desde a época colonial. Com a revolução francesa, o Júri foi introduzido na França, *[...] visando a retirar da magistratura o poder de julgar e repassá-lo ao povo, detentor da soberania e da legitimidade [...]* (STRECK, 2001, P.79).

Nucci (2018, p.21) afirma que o objetivo do Júri na França era *[...] substituir um judiciário formado, predominantemente,, por magistrados vinculados à monarquia, por outro, constituído pelo povo, envolto pelos novos ideais republicanos.*

A partir de então, o Júri espalhou-se por todo o resto da Europa, *[...] como um ideal de liberdade a ser perseguido, como se somente o povo soubesse proferir julgamentos justos* (NUCCI, 2018, p. 21).

Inspirando-se nos ideais da Revolução Francesa, houve uma difusão do Júri ao resto do mundo, estando, o Brasil, incluído entre os países que deitam raízes no direito Francês. *[...] Pode-se dizer que, vivenciando os ares da época, o que "era bom para a França o era também para o resto do mundo"* (NUCCI, 2018, p. 21-22).

O Júri no Brasil

No Brasil, o Júri foi instituído ainda na época do império, remontando o ano de 1822, meses antes da declaração da independência, sendo-lhe, inicialmente, atribuída a competência para julgar apenas os crimes de liberdade de imprensa, restrição esta que se manteve no decreto de 22 de novembro de 1823. Segundo Streck (2001, p. 87), *[...] esse Júri era composto por vinte e quatro membros, recrutados dentre homens bons, honrados, inteligentes e patriotas.*

Em 1824, o Júri foi consagrado no texto da Constituição imperial que, apesar de prever o Júri nas causas cíveis e criminais, aquelas nunca foram regulamentadas pelo legislador ordinário.

Em 1830, através da Lei de 20 de setembro deste ano, foram instituídos o júri de acusação e o júri de julgamento, sendo o primeiro composto por vinte e três jurados; e o segundo, por doze. (AZEVEDO, 2011).

Com o Código de Processo Penal de 1832,a o júri sofreu algumas alterações, sendo ampliadas suas atribuições. Referido Código estabeleceu duas formas de processo: o sumário, que cuidava dos crimes de competência do juiz de paz; e o ordinário, que regulamentava os processos de competência do Conselho de Jurados (STRECK, 2001).

Proclamada a República, manteve-se o júri no Brasil, sendo criado através do Decreto 848, de 11 de outubro de 1890, o júri federal, composto de 12 jurados (NUCCI, 2018).

A primeira Constituição Republicana do País (1891) consagrou o júri entre os direitos e garantias individuais, dispondo, em seu art. 72, § 31 que *[...] é mantida a instituição do júri* (BRASIL, 1891 *apud* NASSIF, 2008, p. 17).

Em 1934, com a nova ordem constitucional, o Júri deixou de ser tratado como um direito e garantia individual, voltando a ser inserido no capítulo referente ao poder judiciário (AZEVEDO, 2011).

No ano de 1937, com a Constituição do Estado Novo, o júri foi totalmente retirado do texto constitucional, sendo regulamentado apenas no ano seguinte, através do Decreto-Lei 167 de 1938, que teve como uma de suas alterações a retirada da soberania dos vereditos (STRECK, 2001).

A soberania dos vereditos, perdida sob a égide do regime político de 1937, teve seu retorno com a Constituição de 1946, quando o júri foi recolocado no rol de direitos e garantias individuais, sendo estabelecida sua competência específica para julgar os crimes dolosos contra a vida (STRECK, 2001).

Além de consagrar novamente o princípio da soberania dos vereditos e estabelecer a competência do tribunal do júri, a Constituição de 1946 também garantiu o sigilo das votações, a plenitude de defesa e exigiu um número ímpar de jurados (AZEVEDO, 2011).

Sucedendo a Carta de 1946, foi promulgada, em 24 de janeiro, a Constituição de 1967, que entrou em vigor a partir de 15 de março deste mesmo ano, tendo como um de seus pilares a Segurança Nacional, centralizando o poder da União e dando maior força aos poderes do Presidente da República. Nesta Constituição, o Júri ainda se manteve como na anterior, no rol de direitos e garantias individuais, determinando no art. 150, § 18 *[...]* que *são mantidas a instituição e a soberania do júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida* (BRASIL, 1967 *apud* NASSIF, 2008, p.22).

Apesar da manutenção do princípio da soberania dos vereditos, a Constituição de 1967 suprimiu dois princípios informadores do Júri, que foram: o sigilo das votações e a plenitude de defesa (AZEVEDO, 2011).

Dois anos mais tarde, em 1969, ocorria uma dramática transformação política no Estado Brasileiro, ano em que foi instaurado, através da Emenda de 1969, um regime político autoritário, que limitava os direitos e garantias individuais e, consequentemente, mudava sensivelmente a instituição do Júri, ocasionando a

perda de suas prerrogativas e a diminuição de sua relevância na sociedade brasileira. (AZEVEDO, 2011).

O Estado totalitário brasileiro, que se iniciou em 1969, teve vigência até o final da década de 80, quando da promulgação da Constituição de 1988, que marcou o retorno da democracia no País, ficando conhecida como "Constituição Cidadã".

Em relação ao Júri, a atual Constituição voltou a elencá-lo como um direito e garantia fundamental, trazendo de volta os princípios da soberania dos vereditos, sigilo das votações e plenitude de defesa e estabeleceu a competência mínima para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Em seu art. 5º, inciso XXXVIII, a atual Carta (BRASIL, 1988) dispõe que:

> *Art. 5º[...]*
> *[...]*
> *XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:*
> *a) a plenitude de defesa;*
> *b) o sigilo das votações;*
> *c) a soberania dos veredictos;*
> *d) a competência mínima para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.*

O Júri reaproximou-se da sociedade brasileira com a promulgação da Constituição Federal de 1988, haja vista que, com ela, houve um restabelecimento dos princípios desta instituição, ocasionando o seu fortalecimento, fazendo com que o Júri, apesar de todas as críticas, se tornasse uma das mais importantes instituições democráticas do Brasil, tendo a participação direta e efetiva do povo na promoção da justiça (AZEVEDO, 2011).

Princípios do Tribunal do Júri

A Constituição Federal de 1988 traz, em seu texto, três princípios norteadores do Tribunal do Júri, que são: princípio da plenitude de defesa, princípio do sigilo das votações e princípio da soberania dos vereditos.

A plenitude de defesa, garantia insculpida no art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "a" da Constituição Federal, institui, no âmbito do Tribunal do Júri um conceito maior que a ampla defesa. A ampla defesa abre ao acusado a possibilidade de uma defesa eminentemente técnica, que não pode ser cerceada, devendo ser pautada nos instrumentos e recursos previstos em lei. A defesa plena, por outro lado, abre ao

acusado a possibilidade de uma defesa perfeita, divorciada de uma atuação extremamente técnica, podendo, o defensor do acusado, utilizar não só as razões de ordem jurídica, mas também de ordem moral, social, religiosa, política, emocional e etc., haja vista que os jurados julgarão não de acordo com a lei, mas sim com sua íntima convicção, sem ter que fundamentar suas decisões, podendo considerar, inclusive, informações que não constem nos autos, mas que adquiriu por outros meios (AZEVEDO, 2011).

O princípio do sigilo das votações vem com a missão de assegurar que os votos realizados pelos jurados no momento dos quesitos estejam livres de qualquer tipo de embaraços causados por um fator externo ao processo. Por esse princípio, os jurados têm a garantia de inviolabilidade do teor de seu voto e são recolhidos a recinto não aberto ao público, chamada de sala secreta, para que a votação seja realizada. Caso esta sala secreta não exista, devem todos os presentes, retirar-se do recinto, permanecendo apenas os jurados, o juiz presidente, o Ministério Público, o assistente, o querelante, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça.

A soberania dos vereditos, princípio consagrado na alínea "c" do inciso XXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, proíbe que os órgãos de instância superior substituam as decisões proferidas pelo tribunal popular por suas decisões, no que diz respeito ao reconhecimento da procedência ou não da pretensão punitiva (REIS; GONÇALVES, 2017).

Todavia, o princípio da soberania dos vereditos não dá às decisões do Júri um poder supremo, não podendo permitir que, em seu nome, injustiças possam ocorrer. Devido a isso as decisões do Tribunal do Júri, apesar de soberanas, não são imutáveis, havendo a possibilidade de o tribunal de segundo grau ou o superior, em sede de recurso de apelação ou de revisão criminal, anular a decisão proferida pelo conselho de sentença, seja porque houve vício processual (nulidade) ou porque houve algum equívoco por parte dos jurados e eles decidiram contrariando as provas trazidas aos autos. Nesses casos, em sede de apelação, o tribunal não poderá proferir uma decisão que substitua a dos jurados, mas apenas anular o ato e determinar que o caso seja novamente apreciado e julgado pelo tribunal popular. Já em caso de Revisão Criminal, há toda uma discussão a respeito, que será tratada em momento oportuno.

Competência do Tribunal do Júri

O art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "d" da Constituição Federal assegura a competência do Tribunal do Júri para julgar, minimamente, os crimes dolosos contra a vida.

Os crimes dolosos contra a vida são aqueles previstos no art. 121 ao art. 127 do Código Penal, que são: homicídio doloso simples, qualificado (incluindo-se o feminicídio) ou privilegiado, o infanticídio, o auxílio, induzimento ou instigação ao suicídio e o aborto, sejam consumados ou tentados.

O texto constitucional não limitou a competência do Tribunal Popular aos crimes dolosos contra a vida. Se assim o fosse, o Constituinte Originário teria inserido, no texto, que o Júri teria competência para julgar somente os crimes dolosos contra a vida, o que não ocorreu. A intenção do Constituinte, neste caso, foi estabelecer uma competência mínima, que não pode ser esvaziada pelo legislador ordinário, mas que pode ser ampliada (NUCCI, 2018).

É possível, também, que o Júri julgue crimes que não sejam dolosos contra a vida. Essa situação será possível apenas quando o delito não doloso contra a vida encontre-se em conexão com delitos que sejam dolosos contra a vida.

Breve enredo procedimental do Tribunal do Júri

O procedimento do Júri é desenvolvido em duas fases, motivo pelo qual a doutrina entende tratar-se de um rito escalonado ou bifásico. A primeira fase do procedimento do júri é a denominada sumário da culpa (ou *judicium accusationis*), enquanto a segunda recebe o nome de juízo da causa (ou *judicium causae*).

O sumário da culpa é voltado para a formação do juízo de admissibilidade da acusação, tendo início com o recebimento da denúncia, encerrando-se apenas com a preclusão da decisão de pronúncia. Nesta fase, pode-se ter, do magistrado, quatro tipos de decisões. Ele pode, se estiver convencido da existência do fato criminoso e dos indícios suficientes de autoria, pronunciar o acusado, submetendo o réu para que seja julgado perante o Tribunal do Júri. Pode, através da decisão de impronúncia, julgar improcedente a denúncia ou queixa se entender inexistir prova da materialidade ou dos indícios de autoria. Pode absolver sumariamente o acusado, caso presente alguma hipótese do art. 415 do Código de Processo Penal, ou, por

último, poderá desclassificar a infração penal por outra que não seja dolosa contra a vida, quando existirem elementos que assim demonstrem.

O juízo da causa inicia-se com a preclusão da decisão de pronúncia, momento em que os autos são encaminhados ao juiz-presidente do Tribunal do Júri. É nesta fase que, após a organização da pauta e o sorteio dos jurados, o réu será levado para o julgamento em plenário e de lá sairá condenado ou absolvido.

Posteriormente ao julgamento em plenário, é cabível recurso de apelação para discutir a decisão dos jurados. Segundo o artigo 593, inciso III, do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941), caberá recurso de apelação, no prazo de cinco dias, das decisões dos jurados quando estes se manifestarem contrariamente às provas dos autos. Entendendo, o tribunal, que realmente os jurados decidiram em desacordo com as provas trazidas, este não poderá reformar a decisão, devendo limitar-se a sujeitar o réu a um novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

Da Revisão Criminal

Nucci (2018, p. 1179) entende que a Revisão Criminal *[...] é uma ação penal de natureza constitutiva e sui generis, de competência originária dos tribunais, destinada a rever, como regra, decisão condenatória, com trânsito em julgado, quando ocorreu erro judiciário [...].*

Embora tal instrumento processual esteja previsto no título do Código de Processo Penal atinente aos recursos, a revisão criminal, em verdade, não é um recurso, mas sim uma ação autônoma de impugnação, que tem por objetivo desconstituir uma sentença condenatória transitada em julgado naquilo que for desfavorável ao acusado. Ao contrário do que ocorre nos recursos em geral, a revisão criminal não dá continuidade a um processo já existente, mas dela nasce uma nova relação jurídica processual (REIS; GONÇALVES, 2017).

A revisão criminal é admitida apenas em favor do acusado, nunca para desfavorecê-lo, haja vista que tal medida entraria em confronto com o princípio constitucional da vedação do duplo processo pelo mesmo fato (NUCCI, 2018).

As hipóteses de cabimento da revisão criminal encontram-se no artigo 621 do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941), o qual dispõe que será admitida revisão dos processos já transitados em julgados quando a sentença que condenar o acusado for contrária a texto expresso de lei ou à evidência dos autos; quando a

sentença condenatória for fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos, ou quando for descoberta nova prova, após o trânsito em julgado, capaz de inocentar o acusado ou diminuir-lhe a pena.

A revisão criminal é uma ação de competência originária dos tribunais, nunca sendo do juízo de primeira instância.

Caso a decisão transitada em julgado que condenou o acusado for proferida pelo juízo de primeiro grau, o tribunal do respectivo estado será o órgão competente para julgar a revisão.

Se a decisão for proveniente de câmara ou turma de tribunal de segundo grau, a competência para julgar a revisão será do próprio tribunal prolator da decisão, através não mais de câmara ou turma, mas sim pelo grupo reunido das câmaras criminais. Se a decisão for proferida pelo órgão Especial ou Pleno do Tribunal, o mesmo órgão colegiado será o competente para julgar a revisão criminal.

Em relação às decisões proferidas pelos tribunais superiores, é aplicada a mesma regra deferida aos tribunais de segundo grau. O Superior Tribunal de Justiça julga as revisões criminais de seus julgados e o Supremo Tribunal Federal julgar as dos seus.

A Revisão Criminal das decisões do Tribunal do Júri

Discute-se a respeito da possibilidade de propor ação de revisão criminal para discutir decisão do Tribunal do Júri transitada em julgada, tendo em vista que esta instituição é norteada pelo princípio da soberania dos vereditos. A maior parte da doutrina entende ser cabível tal ação, haja vista que, sendo o Tribunal do Júri uma garantia fundamental, não poderia ele servir de pretexto para que se restrinja o direito de defesa (REIS; GONÇALVES, 2017).

Ocorre que, desta discussão, surge uma maior. Questiona-se que, julgando o tribunal que a ação de revisão criminal é procedente, até onde iria seu poder? Poderia ele realizar apenas o juízo rescisdente, desconstituindo a autoridade da coisa julgada, cassando o veredito condenatório ou, além dele, realizar também o juízo rescisório, que viabiliza o reexame do mérito e autoriza até mesmo a prolação de um provimento absolutório?

Uma primeira posição entende que o tribunal togado poderia sim reexaminar o mérito da causa e realizar o juízo rescisório, vindo a absolver o acusado, mesmo

que se trate de decisão proferida pelo Tribunal do Júri. Os defensores desta posição fundamentam-se na prevalência do direito de liberdade quando este estiver em confronto com a soberania dos vereditos.

Tecendo comentários a esta primeira posição, Campos (2018, p. 439) ensina que:

> *[...] como o Júri é uma garantia insculpida na Constituição Federal que visa preservar a liberdade individual, não haveria qualquer incompatibilidade em se anular um veredicto condenatório e proferir um outro em seu lugar, absolutório ou redutor de pena, através de uma revisão criminal, pelo próprio tribunal superior, pois, embora se esteja aparentemente violando o princípio da soberania dos veredictos, na verdade, se estaria indo ao encontro do espírito do Tribunal Popular, que é o de privilegiar o direito à liberdade.*

Tourinho Filho (1998, *apud* Ansanelli Júnior, 2005, p. 135) entende que:

> *É certo que a instituição do Júri, com as suas decisões soberanas, está prevista no art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal, vale dizer, no capítulo dos direitos e garantias individuais. Não é menos certo que a Lei Maior tutela e ampara, de maneira toda especial, o direito de liberdade, tanto que lhe dedica todo um capítulo. Assim, entre manter a soberania dos vereditos intangível e procurar corrigir um erro em benefício da liberdade, obviamente o direito de liberdade se sobrepõe a todo e qualquer outro, mesmo porque as liberdades públicas, notadamente as que protegem o homem do arbítrio do Estado, constituem uma das razões do processo de organização democrática do Estado. Se a revisão criminal visa, portanto, à desconstituição de uma sentença condenatório com trânsito em julgado, vale dizer, se é um remédio jurídico processual que objetiva resguardar o direito de liberdade, há de sobrepor-se ao princípio da soberania, é obvio. Entre o direito de liberdade e a garantia constitucional da soberania dos vereditos, a prevalência é daquele.*

No mesmo sentido, Marques (1998, *apud* Ansanelli Júnior, 2005) entende que, apesar de aparentar que o deferimento da revisão criminal atenta contra a soberania dos vereditos, em verdade não estaria, haja vista que, em tal caso, se estaria indo ao encontro do direito de liberdade do condenado, tutelado pelo Tribunal do Júri.

Em posicionamento diametralmente contrário, Nucci (2018) entende que os fundamentos trazidos pelos defensores da primeira corrente não são compatíveis com as finalidades da instituição do júri e que não assegurar a soberania dos vereditos esvaziaria, por completo, a eficiência do Tribunal do Júri.

Nucci (2018, p. 535) pondera que *[...] O fato de ser a revisão criminal ,uma garantia individual para corrigir eventuais erros judiciários, não afasta, em alguma hipótese, o direito que o povo tem de proceder à necessária revisão do julgado, quando for necessário.*

Nucci (2018) ensina, ainda, que há a possibilidade de perfeita harmonização entre a revisão criminal e a soberania dos vereditos. É possível permitir que o próprio Tribunal do Júri, por meio de outros jurados, reveja a decisão condenatória transitada em julgado. Se assim o for, a decisão continuaria com o povo.

Nucci (2018, p.536) entende que o réu indevidamente condenado poderá valer-se da revisão criminal, *[...] mas apenas para que o tribunal togado proceda ao juízo rescidente, devolvendo ao júri o juízo rescisório [...].* No caso de erro judiciário, cabe ao Tribunal do Júri rever a decisão transitada em julgado, e não a um juiz togado.

Ansanelli Júnior (2005) entende que tal discussão, em caso de decisão dos jurados contrária a prova dos autos, deve ser resolvida através do conflito entre princípios constitucionais. Para o referido autor, há, de um lado, o princípio da soberania dos vereditos, indissociável do princípio do devido processo legal, e do outro, o princípio da dignidade da pessoa humana, representado pela violação injusta da liberdade. Neste caso, o princípio da dignidade da pessoa humana deve sobrepor-se ao princípio do devido processo legal, representado pelo julgamento pelo Tribunal Popular, que se reveste da soberania dos vereditos. Neste caso, portanto, o tribunal togado poderá realizar o juízo rescisório e até absolver o acusado, quando constatado que, no caso concreto, inexistam provas, sejam elas precárias ou que os juízes leigos condenaram embasados em outros critérios.

Ansanelli Júnior (2005) admite, ainda, que o Tribunal togado possa realizar o juízo rescisório nos casos em que a decisão do Tribunal Popular for contrária a texto expresso de lei, haja vista que remeter o réu a novo julgamento pelo Júri apenas por questões concernentes à aplicação da pena seria extremamente dispendioso ao Estado. Pondera, o autor, que esta hipótese é rara, mas é possível, como nos casos em que o Conselho de Sentença deixar de acolher atenuantes ou aplicar agravantes de forma contrária ao disposto legalmente. Portanto, poderá, o tribunal, adequar a lei ao caso, seja aplicando as atenuantes negadas ou afastando as agravantes indevidamente acolhidas pelo Tribunal do Júri.

Já em caso de surgimento de prova nova, entende o referido autor que proposta a revisão criminal não poderá, o tribunal, proceder ao juízo rescisório e absolver o réu condenado pelo Tribunal do Júri sob pena de afrontar o princípio da soberania dos vereditos. O tribunal togado deverá exercer o juízo revidendo e remeter o caso a novo julgamento pelo Júri, juízo competente para analisar as provas novas e proferir um novo veredito (ANSANELLI JÚNIOR, 2005).

Por fim, a jurisprudência dos tribunais superiores já firmou entendimento no sentido de ser possível, em sede de revisão criminal, a realização tanto do juízo rescidente bem como a realização do juízo rescisório das decisões proferidas pelo Tribunal do Júri.

Considerações finais

Em sede de conclusão, entende-se que o Tribunal do Júri possui julgamentos totalmente desvinculados dos ditames da dogmática jurídica, devendo, os jurados, fundamentar suas decisões de acordo com sua plena consciência.

Compreende-se que, sendo o Tribunal do Júri uma garantia fundamental, não poderia servir de pretexto para que se restrinja, indevidamente, a liberdade de uma pessoa. A soberania dos vereditos é uma garantia tanto garantia ao acusado, quanto a sua liberdade, não podendo, portanto, ser usado contra si, mas apenas ao seu favor. Assim sendo, defende-se a possibilidade da realização do juízo rescisório pelo tribunal togado, podendo ele absolver o acusado que, erroneamente, foi condenado em definitivo pelo tribunal popular; pois, neste caso, encontra-se em conflito o princípio da soberania dos vereditos com o princípio da dignidade da pessoa humana, devendo este, de maior valor, prevalecer. Apesar de aparentar que esta situação ofende a soberania dos vereditos, em verdade se estaria indo ao encontro das finalidades do tribunal popular, qual seja, privilegiar a liberdade.

Entende-se, portanto, que esta hipótese será possível apenas em caso de revisão criminal proposta para se discutir decisão dos jurados contrária à prova dos autos, quando estas inexistirem, forem precárias ou ficar comprovado que os jurados decidiram não se embasando nas provas, mas sim em outros critérios. Em caso de surgimento de nova prova, pensa-se que deva ser dada oportunidade ao tribunal popular primeiramente para analisa-las, em respeito à soberania dos

vereditos e à competência deste tribunal, haja vista que ele é o órgão competente para avaliar e valorar as provas concernentes aos crimes dolosos contra a vida.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. Esboços Jurídicos. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1883.

ANSANELLI JÚNIOR, Angelo. O Tribunal do Júri e a Soberania dos Veredictos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

AZEVEDO, André Mauro Lacerda. Tribunal do Júri: Aspectos Constitucionais e Procedimentais. São Paulo: Verbatim, 2011.

BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de Processo Penal. 10ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Código de Processo Penal (1941). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1050816/SP. Relator: Min Rogério Schietti Cruz. Brasília, 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp>. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário com Agravo: ARE 674151 MT. Relator: Min Celso de Mello. Brasília, 15 de outubro de 2013. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24269363/recurso-extraordinario-com-agravo-are-674151-mt-stf>. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

CAMPOS, Walfredo Cunha. Tribunal do Júri: Teoria e Prática. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017724/cfi/6/2!/4/2/2@0.00:0.113>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

NASSIF, Aramis. Júri: Instrumento da Soberania Popular. 2ª.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Tribunal do Júri. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

RANGEL, Paulo. Tribunal do Júri: Visão Linguística, Histórica, Social e Jurídica. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Processual Penal Esquematizado. 6ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

WHITAKER, Firmino. Jury. 2ª.ed. São Paulo: Duprat & C.ª, 1910.

PSICOLOGIA

A escola e as manifestações da sexualidade infantil

The school and manifestations of child sexuality

Aline Raquel de Jesus Lima[1]
Bruna Rodrigues Aguiar[2]
Ana Paula de Castro Freitas[3]

RESUMO
A sexualidade infantil é um dos aspectos importantes do desenvolvimento humano, apesar da concepção difundida popularmente de que as questões sexuais surgem somente no período adulto e não devem ser atribuídas às crianças. Entretanto, é perceptível manifestações da sexualidade infantil, sobretudo na escola, pois este espaço está sendo frequentado desde a mais tenra idade. Destarte, esse estudo utiliza os constructos do autor Sigmund Freud para compreender a sexualidade infantil e suas manifestações atreladas ao desenvolvimento e, posteriormente, concerne como a escola lida com o desenvolvimento sexual infantil, permitindo compreender a relação entre o ambiente escolar diante a sexualidade infantil.
Palavras-chave: Sexualidade infantil, Contexto Escolar, Psicanálise.

ABSTRACT
Child sexuality is one of the important aspects for human development, although popularly spread as sexual issues that arise only in adulthood and should not be attributed to children. However, it is noticeable manifestations of child sexuality, especially at school, since this space is being frequented since an older age. Thus, this study uses the constructors of author Sigmund Freud to understand child sexuality and its development-related manifestations and later, as a school with child sexual development, allowing a relationship between the previous school environment and child sexuality.
Keywords: Child sexuality, School Context, Psychoanalysis.

Introdução

A sexualidade, no senso comum, sempre esteve atrelada ao ato sexual, à finalidade de reprodução ou associada a comportamentos de depravação, restringindo-se ao mundo adulto. É um assunto pouco discutido, sendo considerado, na maioria das vezes, polêmico, sobretudo quando associado à infância. No senso comum, as crianças são vistas como seres puros, desprovidos de sexualidade, desconsiderando-a como parte do desenvolvimento. Desse modo, o trabalho em questão objetiva entender como a escola lida com as manifestações da sexualidade infantil permitindo um entendimento da relação entre o ambiente escolar frente à temática sexualidade infantil. Este trabalho é constituído a partir das obras Sigmund Freud, entretanto, faz-se necessário ressaltar que devido aos limites impostos ao

1Acadêmica do 10° termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.
2 Acadêmica do 10° termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.
3 Psicóloga e Professora Especialista no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

tema e ao tempo, a pesquisa impõe delimitações. Assim, discorre-se sobre a sexualidade infantil e suas manifestações e, posteriormente, a posição da escola sobre a temática.

Na obra freudiana "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" de 1905, Freud comenta sobre a sexualidade infantil e suas manifestações, apresentando uma concepção ampla da temática, ligada a constituição do psiquismo. O autor aponta ereções e masturbações como atividades normais na infância, contudo, ainda hoje esses comportamentos são encarados pela sociedade como pecaminosos ou atos de depravação, gerando conflitos sexuais podendo estender-se até a vida adulta (FREUD, 1905).

Ao invés de associar a pulsão sexual[4] como presente apenas na puberdade, o autor discorre a respeito das pulsões parciais presentes desde os anos iniciais da criança, ou seja, a satisfação é buscada em várias zonas erógenas, caracterizada como *"parte da pele ou da mucosa em que certos tipos de estimulação provocam uma sensação prazerosa de determinada qualidade"* (FREUD, 1905, p.172).

O autor apresenta as demais características das manifestações da sexualidade infantil por meio do chuchar, nesta manifestação a criança suga ritmicamente alguma parte do seu corpo (dedos das mãos e dos pés, o pé) e obtém a satisfação da pulsão no próprio corpo (sem objeto), caracterizando o autoerotismo. Esta manifestação ocorre como uma espécie de recordação de quando a criança obtinha prazer ao mamar no seio da mãe. Ou seja, a atividade sexual infantil, inicialmente apoia-se em funções voltadas à preservação da vida e somente após esta fase, passa a ser independente delas (FREUD, 1905).

As principais manifestações da sexualidade infantil estão ligadas às fases do desenvolvimento descritas pelo autor. O chuchar está ligado com a fase oral, pois o prazer é alcançado através da boca, inicialmente por meio do seio materno e depois pela sucção de objetos, brinquedos ou seus dedos. As manifestações sexuais masturbatórias podem dirigir-se a zona anal, no ato de reter as fezes até sua acumulação gerando estimulação intensa na mucosa. As atividades da zona genital são ligadas também à micção, já que o ato de reter e soltar a urina são prazerosos para a criança (FREUD, 1905).

---

[4] Pulsão é definida por Roudianesco e Plon (1997, p.630) como a fronteira entre o psíquico e o somático, a pulsão tem sua origem em alguma parte do corpo (somática), porém funciona como *"representante psíquico das excitações provenientes do corpo e que chegam ao psiquismo".*

Portanto, entende-se que as manifestações da sexualidade infantil envolvem uma aprendizagem sobre as diferenças e semelhanças entre os sexos, além de serem prazerosas, envolvendo a percepção de diferentes sensações, estas contribuem para o desenvolvimento da criança (MAIA; SPAZIANI, 2010). Nesse período de idade, muitas crianças passam a frequentar as chamadas "escolinhas", desse modo compreende-se que estas instituições presenciam diariamente os comportamentos sexuais infantis.

De acordo com as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica (2013), até 1960 as instituições sociais caracterizavam-se pela moralização e a partir de então a militarização amparou as práticas disciplinares em detrimento ao diálogo nos espaços escolares, além disso, a crescente diversidade populacional dentro da escola - quanto às experiências socioculturais - contribuiu para o advento da exclusão.

Desse modo a escola é caracterizada como um ambiente em que busca determinar como se comportar, como aprender, ditando valores, condutas, rótulos, determinando a ordem, concomitante a criação do que foge desse padrão, seguindo normas ideológicas difundidas pelo capital (REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p. 41).

Em consequência disto, é em um contexto de incongruências e negações – como a sexualidade infantil – que se compreende como a escola lida com as manifestações sexuais infantis.

Metodologia

Este estudo trata-se de revisão de literatura integrativa que aborda trabalhos publicados sobre as manifestações da sexualidade infantil nas escolas.

Dentre as revisões de literatura, a revisão integrativa é a mais extensa, permitindo o uso de diferentes estudos, como experimentais e não experimentais, com o intuito de analisar o fenômeno estudado de modo mais integral. Permite o uso de materiais da literatura teórica e empírica. Possibilita, então, por meio de diferentes métodos de estudos, não somente uma visão ampla do objeto de estudo, mas a elucidação de conceitos, a verificação de estudos e evidências e a investigação de problemas metodológicos (CARVALHO; SILVA; SOUZA, 2010).

A investigação de literatura foi realizada por meio do cruzamento das palavras chaves: Sexualidade infantil, Contexto Escolar e Psicanálise. Foram associadas as seguintes bases de dados utilizadas *Google acadêmico*, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line* (MEDLINE) e *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS).

Foram excluídos do estudo artigos que apenas disponibilizaram os resumos, títulos não condizentes com os descritores e, por fim, textos sem elementos relevantes para o estudo. Como critério de inclusão, foi delimitado o período de 2009 a 2019, estudos com crianças de idades entre 0 e 6 anos e de escolas públicas. Por meio da análise descritiva dos dados obtidos, pôde- se estabelecer os assuntos para nortear a discussão.

Fez-se necessário ressaltar que apesar da utilização de banco de dados para a pesquisa, este trabalho, utiliza primordialmente a obra de Sigmund Freud para sua fundamentação, uma vez que o autor é um dos maiores estudiosos acerca do tema sexualidade infantil.

Discussão

Como já apontado, historicamente o ambiente escolar tem utilizado a punição, o controle para imposição da disciplina e para ditar aos alunos modos de se comportar e interagir. No cenário atual, a rápida transformação da sociedade com o advento de novos meios de comunicação e informação se coalizam com o sistema pregresso da instituição de ensino, ou seja, ocorre um choque entre os valores pessoais que os agentes escolares carregam, sendo distantes da proposta de um ambiente escolar, que deve prezar pelo ensino, educação, desenvolvimento, aprendizagens, entre outros aspectos.

No âmbito da sexualidade infantil, isso se torna mais explícito. Pastana; Maia (2014) apontam que quando as crianças questionam a respeito do corpo e da sexualidade, suas dúvidas são vistas com desagrado, negação, censura, constrangimento sendo repreendidas ou havendo um silenciamento por parte dos educadores.

Ao invés de promover uma aprendizagem a partir do que os alunos trazem, agem de modo negativo, repreendendo o aluno, considerando que a criança questiona a respeito do sexo para constranger o adulto ou por ser mal-educada ao

invés de simplesmente ter curiosidade e, por isso questiona, objetivando esclarecimentos (PASTANA; MAIA 2014).

Por meio da análise de questionamentos das crianças e da forma como os educadores lidam com eles, é possível compreender a incongruência que há no ambiente escolar, pois é difundido um entendimento negativo da sexualidade para as crianças, pois elas compreendem que na escola não podem questionar sobre a sexualidade e nem esclarecer suas dúvidas (PASTANA; MAIA, 2014).

É crucial permitir aos educadores a compreensão de que a sexualidade infantil não remete somente ao ato sexual e a sexualidade adulta, ou seja, para olhar a sexualidade infantil e entende-la é preciso deixar de olhar a partir da visão do adulto. Pastana; Maia (2014) definem a sexualidade como um conceito amplo, envolvendo o afeto, os desejos, o bem-estar, a satisfação, as fantasias e a elaboração de vínculos. Determinam que esta se manifesta desde o nascimento, e sua aprendizagem ocorre já na infância, com influência do meio que a criança vive, ou seja, as instâncias que envolvem esse aprendizado, como a família, a escola e demais aspectos circundantes.

Presentemente, observa-se uma maior oportunidade das pessoas se informarem através dos meios de comunicação, contudo a ausência de diálogo e esclarecimento podem ter efeitos negativos, inviabilizando para que as pessoas lidem melhor com a própria sexualidade. A fácil e rápida acessibilidade, entre crianças cada vez menores, a diversos conteúdos midiáticos como músicas, vídeos, filmes, publicidades, jogos, entre outros, influencia o comportamento infantil nos quais são retratadas, na escola, como distinções estereotipadas entre os gêneros feminino e masculino e a hipersexualização.

Dessa maneira, a escola é vista como uma aliada da família, a qual pode contribuir com a educação sexual, por meio do esclarecimento de dúvidas de alunos e pais, que muitas vezes não sabem como lidar com essas questões ou promovendo palestras, rodas de conversa e seminários (MAIA; SPAZIANI, 2010).

Constata-se, assim, que o espaço escolar é privilegiado para promover essa discussão, uma vez que deve permitir a aprendizagem e o encontro de saberes diante os desafios para que a sexualidade da criança seja compreendida com respeito (MARTINI, 2009).

Além disso, a criança expressa sua sexualidade de forma natural nos mais diferentes contextos de sua vida e a escola não deve ser alheia a esse processo. A criança menor, destituída de vergonha, apresenta satisfação em mostrar e observar, sobretudo, as partes sexuais desnudas, caracterizando comportamentos de despir-se frente outros indivíduos e a curiosidade em observar as partes íntimas de colegas de sala (FREUD, 1905).

Por conseguinte, o professor deve ter conhecimento sobre o desenvolvimento integral da criança a fim de apreender a respeito da sexualidade infantil e orientar alunos e pais.

Como apontado por Donizete (2010), a sexualidade infantil é um enigma para a própria criança. Freud discorre sobre enigmas que circundam a vida sexual infantil, movidas pela pulsão de saber e de investigar. A criança elabora suposições, como por exemplo: acreditar que todos os indivíduos têm pênis; ignorar a existência da vagina e pensar que o nascimento dos bebês ocorre por meio do ânus ou do umbigo. E aos professores é preferível desprezar a sexualidade infantil, agindo de modo a reprimir ou até mesmo punir os comportamentos dos alunos.

São comuns em crianças entre 0 e 5 anos a manipulação dos órgãos genitais, a retenção da urina, o beijo, a observação de outras crianças no banheiro, a exibição dos órgãos genitais para outras pessoas, o namoro infantil, a prática de vestir-se com roupas de adulto (fetichismo), as brincadeiras e as curiosidades, quando as crianças perguntam sua origem (SILVEIRA, 2010).

A pulsão sexual infantil abrange outras pessoas como objetos sexuais[5] ao abarcar as pulsões parciais de olhar e exibir, a criança apresenta satisfação em mostrar e observar, sobretudo, as partes sexuais desnudas (FREUD, 1905).

Diante desses aspectos, é evidente haver diversas dificuldades em se trabalhar a sexualidade infantil no contexto escolar. Apesar de ser a escola um dos primordiais espaços para aprendizagem e desenvolvimento, os educadores também não estão preparados, seja por conta da formação ou da utilização de valores pessoais, sendo assim, adaptam até mesmo o material didático para lidar com as diversas expressões da sexualidade infantil. De acordo com Quadrado e Barros (2014), a escola é um espaço onde há a produção de subjetividades, ocorrendo a determinação de saberes os quais serão considerados mais importantes ou mais

[5] Objeto sexual é definido por Freud (1905, p. 128) como "*a pessoa de que provém a atração sexual*".

válidos. Nesse âmbito, assuntos voltados à sexualidade – apesar do diminuto espaço encontrado nos materiais didáticos – são desconsiderados ou trabalhados de modo superficial e breve, pautada em explicações biológicas. Os autores propõem que a exclusão de certas temáticas do material oficial utilizado em sala de aula, corrobora para instaurar determinado lugar social que deve ser ocupado por cada um, estabelecendo o que deve ou não fazer parte do currículo (QUADRADO; BARROS, 2014).

Assim, a questão da sexualidade infantil na escola não está perpassada somente pelos valores pessoais dos professores, silenciamentos, distorção ou reprovação dos adultos, mas também uma articulação no próprio currículo escolar para delimitar e legitimar o que deve ser dito e como deve ser dito na escola. (QUADRADO; BARROS, 2014).

Tal abordagem da sexualidade na escola dificulta a compreensão dos alunos sobre esta temática de modo mais amplo, ou seja, relacionando-a ao prazer, ao desenvolvimento, a personalidade, a homofobia, ao preconceito, dentre outros tópicos. Se os professores assimilam e lidam com as manifestações da sexualidade infantil como algo negativo e ruim, essa compreensão é passada aos alunos que entendem a relação com o próprio corpo e prazer de forma negativa, também. Portanto, os autores apontam que as crianças reproduzem em suas interações, os modelos aprendidos com os adultos (PASTANA; MAIA, 2014).

Pode-se inferir que é dentro de um molde informal que a escola "educa" sexualmente seus alunos, ou seja, por meio de sua condução a respeito deste assunto. Castro (2008, p.4) reafirma *"tudo é feito com extrema cautela e com muito receio, buscando refúgio no "científico", na maioria das vezes evitando a contextualização social e cultural das questões."*

A formação acadêmica das professoras corrobora para esse lugar marginalizado da sexualidade na escola. Um estudo realizado por Schindhelm (2009), a partir dos discursos das professoras a respeito da formação profissional, evidencia muitas incertezas, medos e preconceitos ligados ao sexual, os quais se enredam aos pensamentos e ideais embutidos por diversos valores associados a religião e a família. A autora aponta para uma formação docente generalizada, havendo uma distância entre o que foi aprendido durante a graduação e o que é presenciado no cotidiano escolar.

Assim, a própria formação contribui para as incertezas ao lidar com as manifestações da sexualidade infantil e a inserção de valores pessoais dentro desse espaço pode ter a intenção de preencher as lacunas. Schindhelm (2009) propõem como necessária uma formação continuada que habilite as professoras a lidarem com a formação de seus alunos de forma ampla e integral, abrangendo os aspectos cognitivos, afetivos e sexuais (SCHINDHELM, 2009).

Dentro deste contexto, o discurso proferido pelas professoras permite compreender o espaço destinado a sexualidade na escola.

Como salientado, a sexualidade na educação infantil é perpassada por diversas questões como estranhamentos e rejeição dos próprios agentes escolares e muitas vezes dos familiares. Nesse âmbito, são os adultos ao redor da criança que ditam como a sexualidade deve ser vivenciada ou não, desconsideram haver um olhar próprio da criança – de aprendizagem, curiosidade – quanto à descoberta de seu corpo, do que lhe é prazeroso.

> *se as dúvidas que as crianças levam aos mais velhos não são satisfeitas, elas continuam a atormentá-las em segredo, levando-as a procurar soluções, nas quais a verdade adivinhada mescla-se da forma mais extravagante a grotescas falsidades, e a trocar entre si informações furtivas em que o sexo é apresentado como uma coisa horrível e nauseante, em consequência do sentimento de culpa dos jovens curiosos."* (FREUD, 1924, p. 128)

Desse modo, estas inscrições são reproduzidas como homofobia, preconceitos, dificuldades ou o próprio desconhecimento sobre os corpos, afetos e prazer. Dentro desse encadeamento, os agravantes são inúmeros, como a violência sexual, a pedofilia, a gravidez indesejada, DST's, ou seja, as implicações vão desde a dimensão mais subjetiva do sujeito até questões sociais, culturais e políticas.

Tais assuntos são difundidos na adolescência, porém é importante oferecer desde a infância uma educação que contenha o campo da sexualidade, não somente a escola, mas juntamente com a família (FERREIRA, 2013).

Segundo Rodrigues; Wechsler (2014), a educação sexual nas instituições deve transmitir um enfoque sociocultural sobre a sexualidade, permitindo a ampliação da concepção de mundo, ajudando o aluno a aprofundar e refletir sobre a inserção da sexualidade apresenta em sua cultura.

Para Quadrado; Barros (2014, p.120), essa concepção se faz importante, pois *"engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de*

crenças, valores e expressões culturais existentes numa Educação para a sexualidade sociedade democrática e pluralista."

No ambiente escolar as crianças têm contato com outras de diversas idades, classes sociais, culturas, etnias, religiões, entre outros, havendo diferenciações de gênero, pois a escola fomenta as diferenças de gênero. (GIACHINI; LEÃO, 2016).

Para incluir estas questões na escola, é necessário implantar de modo concreto e objetivo uma gestão escolar democrática, permitindo a participação de toda a equipe escolar, promovendo um espaço de acolhimento para todos, bem como de respeito, de tolerância, de equidade, de compreensão, tendo em vista as condições humanas e sociais que se dão no ambiente escolar" (GLOOR; FRANÇA, 2013).

Em vista dos argumentos apresentados, foi perceptível observar os inúmeros desafios encontrados no ambiente escolar diante a sexualidade infantil. Assim, é necessário enfatizar a importância do espaço escolar e o seu papel na formação de alunos, sendo preciso problematizar padrões e condutas diante a sexualidade, visto que o contexto escolar é privilegiado por promover o aprendizado e conhecimento.

É preciso que os agentes escolares tenham essa dimensão do alcance da educação e destituam-se do olhar adulto, carregado de valores individuais e religiosos a fim de promoverem uma educação democrática, capaz de contribuir para um desenvolvimento saudável e uma aprendizagem com espaço para o diálogo e uma formação contínua dos agentes escolares.

Como citado, o ambiente escolar é transpassado e influenciado pelas questões que o circundam como economia, política, cultura, entre outros. Desse modo, cabe aqui, mais uma reflexão referente especificamente ao contexto político, visto que a vigência do atual governo lança mais obscurantismo referente à sexualidade, pois, o discurso difundido pelo atual presidente é contrário às mudanças relativas à sexualidade, gênero e reprodução, ocorrendo uma ascensão do conservadorismo não somente no Brasil, mas em diversas partes do mundo, reforçando assim, os discursos pautados em valores, modos de agir, ser, se comportar e lidar com a própria sexualidade.

Conclusão

Em virtude dos fatos mencionados, constatamos que a sexualidade infantil na escola é marginalizada, ainda que na mais tenra idade as crianças a manifestem – por ser algo intrínseco ao desenvolvimento – ainda sim os agentes escolares encontram-se despreparados, quando deparam-se com essa temática, sentem constrangimento diante as dúvidas, a curiosidade, as brincadeiras de bebês, pois insistem no olhar "adultilizado". É imprescindível destituir-se da concepção de que sexualidade é ato sexual, pois, como explicitado, esta apresenta uma dimensão muito mais ampla.

Outro aspecto diz respeito ao paradoxo, onde a escola é o ambiente para promover a aprendizagem e este mesmo local, distorce, ignora e silencia a sexualidade.

Na atualidade, pais e professores percebem cada vez mais evidentes as expressões de sexualidade de crianças e costumam agir de acordo com valores pessoais, concepções religiosas e moralizantes. A escola não trabalha a temática com as crianças. Contudo, a formação dos educadores deve propiciar a reflexão e a instrumentalização para compreender a sexualidade infantil, promovendo uma educação que permita professores, familiares e a própria criança lidar adequadamente com as manifestações sexuais infantis.

É necessário haver mais estudos sobre a educação sexual, principalmente voltada ao desenvolvimento sexual infantil e implementada na formação de professores, pois são contribuições que enriquecem a atuação de profissionais beneficiando-os com uma melhor preparação e, consequentemente, fazendo com que as crianças estejam mais bem orientadas sobre a sexualidade. Dito isto, reforça-se a ideia de que é necessário dialogar sobre o tema, afinal, permite às pessoas mais consciência a respeito da sexualidade infantil, além de ser uma oportunidade para esclarecer preconceitos, tabus e mitos.

Familiares informados e crianças mais conscientes a respeito de seu corpo e sua sexualidade podem deixá-los mais atentos em situações em que o espaço da criança é invadido e promove um melhor desenvolvimento, além do fato de que este tipo de diálogo está atrelado à promoção de saúde. É importante ressaltar que o psicólogo pode proporcionar grandes contribuições dentro do espaço escolar, auxiliando na abordagem do tema, visto que é possível haver grande resistência por

parte de agentes escolares e familiares em participarem do assunto, sendo esse um trabalho longo e árduo, mas gratificante quanto aos inúmeros resultados positivos.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Roney Polato de. **Professores (As), sexualidade e educação sexual: Produzindo sujeitos nos Contextos do programa de educação afetivo-sexual (Peas)**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu, v. 31, p. 1-16, 2008. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23-4624-int.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

DONIZETE, Nayara L. **Sexualidade infantil: Um olhar pedagógico**, 2010. Disponível em <www.unifan.edu.br>. Acesso em 28 de setembro de 2019.

FERREIRA, Julia Laska. SEXUALIDADE INFANTIL NOS ESPAÇOS ESCOLARES. 2013. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/JuliaLaskaFerreira.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, v. VII, p. 118-229, 2006.

FREUD, S. **O esclarecimento sexual das crianças**. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, v. IX, p. 121-129, 2006.

GLOOR, Viviane Cristina Ferreira; FRANÇA, Fabiane Freire. **Sexualidade infantil: Teoria, gestão e docência**. Epct: Encontro de produção cientifica e tecnológica, Campo Mourão, v. 5, n. 8, p.1-10, 25 out. 2013.

GIACHINI, Alessandra Cristina Bolfe; LEÃO, Andreza Marques de Castro. RELAÇÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS DA LITERATURA CIENTÍFICA. Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, Araraquara - Sp, v. 11, n. 3, p.1049-1422, 2016.

MAIA, Ana Claúdia Bortolozzi; SPAZIANI, Raquel Baptista. **Manifestações da sexualidade infantil: Percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos.** Revista Linhas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, v. 11, n. 01, p.68-84, jun. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2017/pdf_43>. Acesso em: 04 mar. 2019.

MARTINI, Carolina Aparecida. **Sexualidade na educação infantil: uma reflexão sobre a prática pedagógica: Em escolas públicas e privadas na cidade de Cambé-PR.** Orientador: Prof. Dra. Paula Mariza Zedu Alliprandini. 2009. 60 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009. Disponível em:

http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/CAROLINA%20APARECIDA%20MARTINI.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

PASTANA, Marcela; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Reflexões sobre a sexualidade na infância a partir de cenas do cotidiano escolar**. In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al. Educação para a Sexualidade. Rio Grande, v. 23, n. 7: p. 203-214, nov. 2014.

QUADRADO, Raquel Pereira; BARROS, Suzana da Conceição de. **Corpos, gêneros e sexualidades: Tensões e desafios para o currículo escolar**. Educação para a sexualidade, Rio Grande, v. 23, n. 7, p.115-127, nov. 2014.

RODRIGUES, Cibele Pavani; WECHSLER, Amanda Muglia. **A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, v. 1, ed. 1, p. 89-104, 2014. Disponível em:
http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074026.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Dicionário de Psicanálise**. Edição Brasileira. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SILVEIRA, Jennifer Martins. **Manifestações da sexualidade da criança na educação infantil: Estranhamentos e desafios.** Orientador: Dra. Denise Silva Araújo. 2010. 148 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia, 2010. Disponível em: http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1259/1/JENNIFER%20MARTINS%20SILVEIRA.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

A importância do brincar: compreendendo a implicação da tecnologia no desenvolvimento cognitivo e social na infância

The importance of playing: understanding the implication of technology on cognitive and social development in childhood

Ana Flávia da Silva[1]
Ana Paula de Castro Freitas [1][2][2]

RESUMO
O presente artigo trata-se de uma revisão de literatura narrativa cujo interesse pelo tema surgiu para auxiliar e alertar psicólogos, educadores, pais, responsáveis e familiares, através de bases teóricas, sobre a importância do brincar livre e o uso da tecnologia na infância, visto que a brincadeira, atualmente, tem sido substituída e até extinta no meio infantil. O objetivo da pesquisa se deu a partir da problemática que visa compreender se a tecnologia em excesso pode afetar o desenvolvimento cognitivo e social na infância. Diante dos resultados, foi possível notar o quanto o brincar é importante na infância, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento infantil. Em relação à tecnologia na infância, os resultados apresentam diversas discussões acerca do uso da tecnologia nessa fase. Apesar dos diferentes conceitos teóricos, observou-se que a influência da tecnologia na infância pode ser entendida tanto como fator negativo, quanto positivo a depender da mediação que o adulto fornecerá a criança.
Palavras- chave: brincar, cognitivo, infância, social e tecnologia

ABSTRACT
This article is a review of narrative literature, whose interest in the subject arose to help and alert psychologists, educators, parents, guardians and family through theoretical bases, about the importance of free play and the use of technology in childhood. , since play has now been replaced and even extinguished in children. Thus, the objective of the research is from the problematic that aims to understand if the excess technology can affect the cognitive and social development in childhood. Given the results, it was possible to notice how important playing is in childhood, especially with regard to child development. Regarding technology in childhood, the results present several questions about the use of technology in this phase, despite the different theoretical concepts, it was observed that the influence of technology in childhood can be understood as negative factor, as positive depending on the mediation that The adult will provide the child.
Keywords: play, cognitive, childhood, social and technology

Introdução

Para introduzir a importância do brincar, é preciso entender que o seu sentido ultrapassa a simples expressão "divertir-se". A brincadeira tem sido, desde

[1] Acadêmica do 10º. Termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba

[2] Psicologa e Docente do curso de Psicologia no Centro Universitário Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba

então fonte de pesquisa, decorrente da influência do brincar sobre o desenvolvimento infantil.

O autor e psicólogo Lev Vygotsky (1896-1934), realizou diversas pesquisas na área da aprendizagem e do papel preponderante nas relações sociais nesse processo, além disso, em uma de suas obras, destacou a análise do brinquedo em junção com o desenvolvimento infantil.

Segundo Vygotsky (1998), para entendermos o desenvolvimento da criança, é necessário impor a relevância de suas necessidades e os incentivos que são eficazes para colocá-las em ação. O avanço de um estágio de desenvolvimento para outro está ligado à mudança nas motivações e incentivos, sendo assim, aquilo que é de grande interesse para um bebê deixa de ser interessante para uma criança maior.

A criança satisfaz determinadas necessidades através do brinquedo, é recomendado conhecer o caráter dessas necessidades a fim de compreender a singularidade do brinquedo como uma forma de atividade (VYGOTSKY, 1998).

Na infância a criança tende a satisfazer seus desejos imediatamente, entretanto, no período pré-escolar surgem diferentes tendências e vontades que não são possíveis de serem realizadas, sendo assim, a criança muda o comportamento. Para resolver esse conflito, ela envolve-se em um mundo imaginário, onde seus desejos possam ser realizados, esse mundo é o que chamamos de brinquedo (VYGOTSKY,1998).

Compreende-se, por sua vez, que a imaginação é o brinquedo em ação. Por intermédio da brincadeira a criança representa na ação do brincar, situações que são vivenciadas por ela na vida real. Vygotsky (1998) comenta que toda situação imaginária contém regras de comportamento, portanto, ao brincar, a criança adquire normas que coincidem com o que está sendo interpretado por ela.

Além disso, no brincar a criança alcança o conhecimento de forma a agir numa esfera cognitiva, ao invés da esfera visual externa, logo ela passa a ver o objeto, mas não age de acordo com o que vê, conseguindo separar o pensamento (significado) de objetos e a ação. Dessa maneira, as atitudes da criança passam a surgir por meio das ideias e não das coisas (VYGOTSKY, 1998).

É inegável que o brincar e o brinquedo são de extrema importância para a criança e o seu desenvolvimento, contudo o conteúdo explicitado remete a reflexão

sobre os objetos eletrônicos, que são a referência do brincar na sociedade contemporânea como forma de lazer e conhecimento.

Frente a essa realidade, uma das finalidades desse trabalho é posicionar o leitor diante dos fatores positivos e negativos acerca do uso da tecnologia na infância, a partir dos aspectos cognitivo e social.

Percebe-se que essa temática divide muitos autores e pesquisadores da área psicológica e pedagógica, os quais se posicionam a favor e contra o uso da tecnologia na infância e suas possíveis consequências para o desenvolvimento infantil.

Desde muito pequena, a criança já possui contato com algum objeto eletrônico, em vista disto, é possível observar, dentro da concepção atual, crianças apresentando pouco contato físico e social, pois estão vivendo mais o mundo virtual (desenhos, jogos eletrônicos, redes sociais) como forma de diversão, se distanciando das diversões do mundo real. A substituição das brincadeiras pelos objetos eletrônicos permite atitudes prejudiciais para o desenvolvimento social da criança (PAIVA; COSTA, 2015)

As crianças da infância moderna encontram-se presas ao mundo virtual, devido à influência da tecnologia como a televisão e o vídeo game, fazendo dessa ação uma forma de preencher as horas que passam sozinhas em casa, haja vista a rotina intensa do adulto na contemporaneidade. (PREVITALE, 2006).

Diante dessa realidade, os responsáveis acabam tendo pouco tempo de contato com a criança que, consequentemente, apresenta dificuldade em expressar seus sentimentos e de socializar, ou seja, fazer amizades por meio do mundo real, potencializando o isolamento social, já que a tecnologia satisfaz as necessidades da criança (PREVITALE, 2006).

Por outro lado, considerando as questões positivas acerca da tecnologia na infância, os autores Paiva & Costa (2015) afirmam que a criança com um contato frequente com a tecnologia tende a ser mais inteligente, pois quando os instrumentos tecnológicos são usados, com eficácia estimula a criança a querer aprender, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e o relacionamento interpessoal entre os indivíduos.

Em uma pesquisa realizada em 2005, Guerra (2012) conclui que as crianças nos dias atuais apresentam melhor capacidade de escrita do que a geração passada,

se apropriando de frases mais complexas, acompanhada de um bom vocabulário, apresentando assim maior utilização de letras maiúsculas, ortografia e pontuação.

Logo, o interesse pelo tema surgiu para auxiliar psicólogos, educadores, pais, responsáveis e familiares, por meio de informações teóricas e científicas, sobre a importância do brincar e, alertá-los com base nos dados científicos atuais sobre a influência da tecnologia na infância. Posteriormente, apresentará agregada a discussão um quadro descritivo, com os pontos relevantes sobre as questões positivas e negativas acerca do uso da tecnologia na infância.

Portanto, o objetivo da pesquisa se deu a partir da problemática, a qual visa compreender se a tecnologia em excesso pode afetar o desenvolvimento cognitivo e social na infância, partindo do pressuposto que o brincar é importante nesta fase.

Material e Método

Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, que aborda trabalhos sobre a importância do brincar livre, assim como a influência da tecnologia implicada ao desenvolvimento cognitivo e social na infância. O material foi coletado nas bases eletrônicas de dados Google Acadêmico, Scielo e um livro. Foram selecionados, artigos científicos, monografias, livros, dissertações com textos completos e definidas as estratégias de busca requeridas para cada base de dados, com os descritores: brincar; infância; tecnologia; social e cognitivo.

Nesta fase, foram encontrados 9 materiais para os descritores selecionados. Como critérios de inclusão foram considerados materiais originais em português, publicados no período de 2008 a 2018, portanto, os períodos de seleção dos trabalhos selecionados compreendem os últimos 10 anos. Todo material foi analisado com base nos critérios de pesquisa e submetido a uma leitura cuidadosa.

Resultados e Discussão

Mesmo com a grande implantação de novas tecnologias, a brincadeira não deixa de ter sua relevância na infância. Para OLIVEIRA (1995), a interdependência dos indivíduos está envolvida no processo de aprendizado, ou seja, através do aprender, o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, entre outros. Esses benefícios trazidos pela aprendizagem derivam-se do contato com o mundo real, o meio ambiente e a relação com outras pessoas. A interação social,

portanto, é vista como um fator de relevância dentro desse processo de aprendizagem.

Compreende-se que desenvolvimento social e cognitivo da criança encontra-se inter-relacionado com sua relação com o ambiente sociocultural e só será alcançado se o sujeito tiver o contato e o suporte com os demais indivíduos de sua espécie. Caso contrário, o desenvolvimento fica barrado, não conseguindo evoluir pela falta de condições propicias ao aprendizado. Com isso, é notório que o brincar também auxilia a criança no processo de aprendizagem, através do brincar a criança se apropriará de situações imaginárias, facilitando o desenvolvimento cognitivo da mesma, além de também permitir a fácil interação com outras pessoas, fatores que irão contribuir para o acréscimo de conhecimento e o desenvolvimento social e cognitivo do infante (ROLIM; GUERRA; TASSIGNY, 2008).

Portanto, pode-se entender até aqui que o brincar se torna imprescindível para o desenvolvimento cognitivo e social na infância. Através do brincar a criança desenvolve a capacidade intelectual e sua criatividade, que vão contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem. Sendo assim, todos os conhecimentos adquiridos na infância serão levados pela criança por toda vida (RODRIGUES, 2009).

Enquanto o processo de desenvolvimento vai acontecendo, a criança aperfeiçoa suas capacidades cognitivas, e vale ressaltar que esse desenvolvimento é particular de cada criança, ou seja, de acordo com suas possibilidades e idades, na medida em que a criança vai se relacionando com o ambiente externo (SANTOS, 2016).

Discorrer sobre o desenvolvimento cognitivo implica introduzir fatores relacionados à cognição, relacionada às habilidades celebrais e mentais, assim como o pensamento, raciocínio, abstração, memória, dentre outros, sendo estas necessidades importantes para aderência de conhecimento sobre o mundo. O desenvolvimento infantil e aprendizagem caminham juntos, visto que os processos cognitivos são adquiridos desde os primórdios da criança (SANTOS, 2016).

Piaget (1982 *apud* SANTOS, 2016) afirma que o indivíduo desde o primeiro dia de vida já constrói o seu conhecimento. Todos os seres humanos têm a capacidade de apreender constantemente, desde os primeiros instantes de vida. O autor enfatiza que os primeiros anos da uma criança são os que vão determinar o

resultado de um bom ou ruim desenvolvimento cognitivo e social, refletindo no indivíduo que futuramente irá se tornar.

Os processos de estimulação cognitiva devem ser realizados através de atividades que busquem desenvolver funções cognitivas superiores, permitindo assim a evolução das habilidades individuais, para que a criança evolua positivamente na área da aprendizagem escolar, pois a memória e a atenção são habilidades cognitivas importantes para o desenvolvimento da aprendizagem, linguagem e aquisição do controle de comportamento. Portanto, as estimulações das habilidades cognitivas necessitam de uma mediação intensa e longa advinda da relação educando- criança, para que os resultados sejam aparentes e significativos (SOUZA; SANTOS; GAMA, 2016).

De acordo com os autores citados anteriormente, observa-se que o brincar na infância e o contexto cultural ocupam grande influência na construção e crescimento da criança, sendo assim, é impossível desassociar a interação social e a cognição, ou seja, os aspectos cognitivo e social andam juntos, contribuindo para o pleno desenvolvimento do infante. É primordial que a criança possa brincar, pois é através dessa atividade que ela adquirirá diversos conhecimentos e desenvolverá a capacidade para melhor se relacionar com o mundo externo futuramente.

Dessa forma, é visto que hoje há um grande impacto do desenvolvimento tecnológico na atual concepção de infância. A sociedade contemporânea é determinada pela predominância das tecnologias, em destaque as digitais, o contato direto mediado pela ferramenta, determina novos meios de aderência às informações, características dessa época (BONA, 2010).

Os autores Ravasio & Fuhr (2013) afirmam que o acesso à tecnologia e o seu avanço transformou o contexto social e cultural, pois durante sua rotina as crianças se relacionam constantemente com as mídias digitais, jogos e desenhos; existindo casos em que a criança se isola em seu domicílio, imersa aos dispositivos eletrônicos, sendo notável que raramente elas praticam alguma recriação, deixando de vivenciar as brincadeiras culturais, principalmente as coletivas. As brincadeiras que devem fazer parte dessa infância são substituídas pelos objetos eletrônicos, tais como: celular, tabletes, games e televisão.

Segundo Bona (2010), atualmente há um extenso debate teórico no que se refere ao impacto da tecnologia na infância, essa temática tem sido estudada por

diversos pesquisadores que apresentaram seus posicionamentos em relação ao assunto abordado, tais teóricos apresentam pontos de vista que podem ter uma conotação positiva ou negativa.

Por meio de um levantamento bibliográfico, foi possível selecionar conteúdos teóricos relevantes sobre a influência da tecnologia na infância, os quais serão usados para nortear a discussão.

Em decorrência disso, apresentou-se uma análise parcial dos aspectos negativos (NG) e positivos (PO) da tecnologia nesta fase. Os resultados podem ser verificados no quadro a seguir.

Quadro 1- Descrição dos aspectos relevantes acerca do uso da tecnologia na infância período entre 2008 a 2018.

Autor (res)	Ano	Periódico	Categoria	Abordagens Relevantes
PAIVA; COSTA	2015	A influência da tecnologia: desenvolvimento ou ameaça?	NG	A substituição do contato real e físico pelo virtual permite que as atividades recreativas que envolvem interação sejam abolidas, tal ato torna-se prejudicial para o desenvolvimento social da criança. A praticidade e flexibilidade na aquisição de informação fazem com que a criança ao desenvolver suas atividades extracurriculares não sinta necessidade de estabelecer qualquer contato físico com outro sujeito.
FILHO	2011	A infância e a computação	NG	Apresentou com base em uma pesquisa que as crianças usuárias de modo discriminado da tecnologia apresentam uma boa interação física e social e rapidez, já as que fazem uso descriminado apresentam bom desempenho no manuseio dos dispositivos, porém dificuldade de aprendizado, concentração, dificuldade de interagir no âmbito social.
PAIVA; COSTA	2015	A influência da tecnologia: desenvolvimento ou ameaça?	NG	Afirmaram que tecnologia usada de forma incorreta destrói o vínculo afetivo, fazendo com que a criança apresente dificuldade de desenvolver cognição.
RAVASIO; FUHR	2013	Infância e tecnologia: aproximações e diálogos	NG	Descreveu que no contexto escolar, encontram-se muitas críticas em relação a utilização dos meios eletrônicos. O uso excessivo desses meios prejudica desenvolvimento de alguns aspectos do desenvolvimento infantil.

PAIVA; COSTA	2015	A influência da tecnologia: desenvolvimento ou ameaça?	NG	Afirmaram que os objetos eletrônicos podem comprometer a saúde física e psicológica da criança, permitindo assim que o infante adquira certas doenças. A praticidade da tecnologia induz as crianças a assumirem uma vida sedentária.
CANANN; RIBEIRO; SURUKI	2017	Tecnologia digitais e influência no desenvolvimento das crianças	NG	Afirmam que o uso excessivo do meio tecnológico pode ser prejudicial à saúde da criança, desenvolvendo problemas físicos.
SANTOS	2015	Uso de tecnologia por crianças: benefício ou perda da infância?	NG	Aponta algumas pesquisas com dados empíricos sobre a tecnologia na infância afirmando ser a exposição da criança diante da tecnologia a causa problemas como: irritabilidade e isolamento.
GOMES apud CANANN; RIBEIRO; SURUKI	2017	Tecnologia digitais e influência no desenvolvimento das crianças	PO	Afirmaram que os aplicativos auxiliam no desenvolvimento das capacidades cognitivas, contribuindo para o aprendizado, coordenação motora e no processo de alfabetização.
PEREIRA; ARRAIS	2017	A influência das tecnologias na infância: vantagens e desvantagens	PO	A tecnologia apresenta-se como uma ferramenta indispensável no campo de ensino de aprendizagem, a televisão e o computador podem ser aliados do processo pedagógico, com objetivo de complementar o processo de ensino-aprendizagem e promover interação
HERMANN; SPONCHIADO; FOSSATO	2017	E. LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.	PO	A tecnologia dentro do meio pedagógico pode trazer benefícios para o desenvolvimento das capacidades cognitivas da criança.
PAIVA; COSTA	2015	A influência da tecnologia: desenvolvimento ou ameaça?	PO	Acreditam que a criança que tem um contato com algum dispositivo tecnológico apresenta maior inteligência, apresentando um elevado relato verbal.
AMES	2016	As crianças e suas relações com a tecnologia da informação e comunicação: um estudo em escolas peruanas	PO	Colocam que a influência do uso da tecnologia traz novas práticas pedagógicas que vão auxiliar a criança na aprendizagem fazendo com que ela venha aprender melhor, apresentando assim melhor agilidade das tarefas escolares e capacidade de resolução de conflitos.
BRITO	2010	As TIC em educação pré-escolar portuguesa: Atitudes, meios e práticas de educadores e crianças.	PO	A tecnologia da informação e comunicação(TIC) é uma ferramenta poderosa para o processo de aprendizagem e pode trazer benefícios para o desenvolvimento cognitivo e motor da criança.

A tecnologia é vista na contemporaneidade como um fator fundamental na vida das pessoas, ocupando um papel facilitador na aquisição de informação e comunicação, seja em casa, no trabalho, no âmbito escolar ou no lazer.

É cada vez mais usual ver crianças na infância possuírem algum aparelho eletrônico, os mais comuns nessa fase são: celular, tablet, notebook, videogame e aparelho de DVD. A utilização, cada vez mais precoce e frequente, desses dispositivos digitais gera um grande debate como já citado, visto que as pesquisas apontam conceitos distintos sobre a tecnologia e infância, primeiramente é necessário posicionar os conceitos negativos acerca desse assunto.

Pode-se perceber que as pesquisas relacionadas à tecnologia na infância vão abordar e/ou relacionar os aspectos: cognitivo, social, físico e afetivo. Neste caso, o que é relevante para esse artigo são as questões ligadas ao desenvolvimento cognitivo e social, porém não é conveniente excluir os demais aspectos que se mostraram em certos momentos estar interligados no que se refere às consequências da influência da tecnologia na infância.

A tecnologia facilita a comunicação e faz com que as crianças apresentem o mínimo de contato social. Paiva & Costa (2015) afirmam que as crianças substituem o contato com o mundo real pelo contato virtual porque é preferível para elas se divertirem aderindo ao mundo virtual, abolindo assim toda e qualquer atividade recreativa que esteja relacionada interação com outras crianças. Essa substituição dos hábitos que envolvem a interação física e o meio ambiente com outros indivíduos, faz com que o desenvolvimento social da criança seja afetado.

A influência da tecnologia não é só um fator negativo no que se refere a diversão, sentimentos, amizades, entre outros, afinal, quando o assunto é aprendizado escolar, a realidade mostra que as crianças possuem informações diretas e certeiras relacionadas aos conteúdos didáticos que são introduzidos na escola. Logo, os autores Paiva & Costa (2015) dizem que o cumprimento das atividades extracurriculares da criança na atualidade encontra-se basicamente dentro de sua casa, por meio das ferramentas tecnológicas e da aquisição de informação elas realizam as atividades sem existir necessidade de estabelecer quaisquer, contato físico com outro sujeito.

Durante seis anos, Filho (2011) observou crianças de 0 a 3 anos que estavam aprendendo computação e concluiu que as crianças que não tinham contato com computador ou apresentava o uso controlado pelos responsáveis, possuíam uma interação física e social maior e/ou desenvolviam-se esse aspecto de forma mais rápida. Já as crianças em que seus responsáveis permitiam o uso do computador sem

restrição alguma tinham excelente desempenho durante a aula, porém não se comunicavam bem, não possuíam amigos, apresentavam dificuldade de aprendizado, falta de concentração e não gostavam de participar de brincadeiras em grupo.

Em concordância, Paiva & Costa (2015) dizem que a tecnologia usada de forma indiscriminada destrói o vínculo afetivo entre os indivíduos, isso faz com que a ausência emocional dificulte a criança a desenvolver sua cognição.

Em uma pesquisa especifica relacionada aos videogames e a televisão, Ravasio & Fhur (2013) afirmam que no contexto escolar existem muitas críticas acerca do uso desses objetos tecnológicos pelas crianças, devido às cenas intensas de violência contidas nesses meios. Os autores se posicionam dizendo que a utilização excessiva desses dispositivos prejudica o desenvolvimento emocional, cognitivo e físico da criança, apontam também a ausência da interação social.

A falta de atividades físicas na rotina da criança está vinculada diretamente aos objetos eletrônicos, esse fator compromete a saúde física e psicológica do infante, pois resulta em isolamento social e na obesidade advinda do sedentarismo. Essa substituição da atividade física pelo instrumento eletrônico aumenta a probabilidade da criança adquirir diabetes, problemas cardíacos, hipertensão, dentre outros (PAIVA; COSTA, 2015).

A praticidade, oferecida pelos meios tecnológicos, induzem, de certa forma, os indivíduos a assumirem uma vida sedentária, pois tais ferramentas possuem comodidade, agilidade e flexibilidade na aderência de informações, diminuindo assim o esforço em buscar fontes alternativas. Diferente dessa prática atual, a brincadeira livre permite a criança praticar atividades saudáveis que podem ser inclusas na sua rotina diária (PAIVA; COSTA, 2015).

O uso excessivo desses meios pode provocar certas adversidades à saúde das crianças, por exemplo: problemas de visão (resultado de muito tempo expostas próximas à luz da tela); falta de atenção na execução de tarefas cotidianas, apresentam dificuldade para ir tomar banho, dormir, se alimentar na hora correta. (CANAAN, RIBEIRO, SURUKI, 2017).

São vastas as pesquisas que abordam o tema sobre a tecnologia na infância. Uma pesquisa da Digital Diaries, realizada em 2015, pela AVG Technologis, com grupos de famílias do mundo todo, mostrou que cerca de 66% das crianças no

período de 2 a 5 anos conseguiam manusear jogos no computador; 46% sabiam mexer em um smartphone e apenas 15% delas se apresentaram capazes de amarrar o cadarço dos próprios sapatos. No que diz respeito às crianças brasileiras, a pesquisa revelou que 96% das crianças até 9 anos já possuíam um contato direto com algum dispositivo eletrônico e acesso à rede e mais da metade deles obtém um perfil em redes sociais. Embora haja uma concordância relacionada ao assunto, a exposição da criança a tecnologia já remete a alguns problemas, dentre eles estão a irritabilidade e isolamento (SANTOS, 2015).

Apesar de existirem diversas consequências negativas da tecnologia na vida dos pequenos, as pesquisas também apontam fatores positivos acerca da mesma. É visto que nos dias atuais a tecnologia é um sinônimo de autonomia, aprendizado e aquisição de informações construtivas, que representa a criação da concepção contemporânea da infância e é sobre isso que esse trabalho abordará a seguir.

A tecnologia deu um novo sentido à infância, uma vez que, tem a capacidade de proporcionar as crianças uma nova forma de brincar e aprender, sendo uma ferramenta acessível que permite ao infante vivenciar experiências novas (CANAAN; RIBEIRO; SURUKI, 2017).

Um exemplo disso são os aplicativos que, de acordo com Gomes (2013 *apud* CANAAN; RIBEIRO; SURUKI, 2017), tais ferramentas podem auxiliar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, contribuindo no aprendizado de cores, formas, coordenação motora e no processo de alfabetização.

Para Pereira & Arrais (2017), a tecnologia é vista como uma ferramenta indispensável na área da aprendizagem, a televisão e o computador se usados de forma correta podem trazer benefícios para a construção da aprendizagem da criança e promover interação.

Diante das novas tecnologias de comunicação e informação, a escola, junto com os educadores, deve repensar sobre o espaço escolar ser somente um ambiente reprodutor de informação. A influência da tecnologia aplicada ao meio pedagógico pode fazer com que os alunos venham a ter pensamentos autônomos, desenvolvendo capacidades cognitivas que vão fazer com que eles aprendam a aprender. Portanto, compreende-se que a tecnologia pode trazer benefícios para o desenvolvimento cognitivo da criança, quando estabelecida uma mediação advinda

da comunicação entre professor e aluno (HERMANN; SPONCHIADO; FOSSATO, 2017).

Embora muitas vezes a tecnologia seja pautada por questões negativas, foi possível notar até aqui que ela apresenta fatores relevantes na infância. Logo, a tecnologia se torna uma aliada tanto em casa, como na escola quando o assunto é o desenvolvimento da aprendizagem, das capacidades cognitivas, da alfabetização e, também, da interação social.

Vale ressaltar que a influência da tecnologia pode promover a interação social e é vista como um fator positivo dentro das questões relacionadas à aprendizagem junto aos objetivos que venham favorecer o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Em contrapartida, a tecnologia é vista como um fator negativo para interação social da criança quando seus meios tecnológicos são usados de forma indiscriminada e sem nenhum objetivo.

Relacionando tecnologia e alfabetização, Paiva & Costa (2015) acreditam que a criança que possui contato com computadores apresenta maior inteligência. Os autores colocam a habilidade da escrita em destaque, afirmando que o infante apresenta elevado relato verbal. Os autores ainda apresentam ser as mensagens instantâneas estimuladoras da escrita, expondo um aumento no seu vocabulário.

Quanto à comunicação, entende-se que a tecnologia é vista como uma ferramenta poderosa, seus recursos ganham a atenção e o interesse das crianças, isso faz com que se promova a retenção de informação (AMES, 2016).

Essa forma ativa que a criança apresenta diante do manuseio dos objetos tecnológicos, obtendo aquisição de informações e comunicação se dá a partir da reprodução da cultura que vem se modificando ao longo do tempo. Esses fatores contribuíram para o surgimento de novas práticas pedagógicas, sendo assim a influência de novas tecnologias podem promover a renovação do ensino tradicional, fazendo com que a criança apresente melhora na aprendizagem e a capacidade de resolução de problemas (AMES, 2016).

Brito (2010) realizou uma pesquisa por meio de um questionário direcionado a educadores infantis de todo o país, com objetivo de verificar atitudes e práticas relacionadas à utilização do computador no ambiente escolar. Diante das 363 respostas obtidas, concluiu-se que a maior parte dos educadores considera que a utilização das tecnologias de informação e comunicação é uma ferramenta

importante para o processo de aprendizagem das crianças, ressaltando, de maneira particular, os conteúdos relacionados às áreas de matemática e língua portuguesa. A grande parte dos educadores, ao se referirem as questões positivas acerca do uso da tecnologia, apresentaram as alterações relacionadas ao nível cognitivo e motor da criança, associadas ao manuseio do computador.

Conclusão

Esse estudo buscou compreender se a tecnologia em excesso poderia afetar o desenvolvimento cognitivo e social de crianças na infância.

De acordo com os resultados, notou-se a existência de diversos fatores contrários à tecnologia na infância, resultando no atraso do desenvolvimento social e cognitivo, contudo, é importante ressaltar que a tecnologia possui aplicabilidade positiva, principalmente na área da aprendizagem.

Portanto, compreende-se que o determinante para essa influência ser positiva ou negativa dependerá da mediação, dessa forma, os objetos tecnológicos devem ser utilizados de maneira correta e com um objetivo, visando o uso ponderado, sem interferências negativas no desenvolvimento cognitivo e social da criança, assim, os pais, responsáveis e educadores devem ser mediadores dessa relação criança-tecnologia.

Os adultos necessitam mostrar às crianças o uso consciente dos meios tecnológicos para que elas compreendam, a princípio, que a tecnologia caracteriza-se como um mecanismo de entretenimento, aprendizagem e socialização, mas não substitui o contato com outro indivíduo.

Outro aspecto relevante a expor é que as brincadeiras clássicas as quais promovem interação social e desenvolvimento das capacidades cognitivas devem estar presentes na infância, logo, deve haver equilíbrio entre brincadeiras recreativas e o contato da criança com objetos digitais.

Estar próxima das ferramentas tecnológicas permite a criança acompanhar as mudanças históricas da cultura em que ela encontra-se inserida, contudo, a mediação de um adulto permite que ela não fique à mercê apenas desse contexto digital.

Enfim, com base nos resultados explícitos na discussão, o uso da tecnologia em excesso pode sim afetar o desenvolvimento cognitivo e social se usada de forma

indiscriminada, sem mediação alguma, comprometendo o desempenho da aprendizagem das crianças e da sua interação com os demais.

Referências Bibliográficas

AMES, P. As crianças e suas relações com a tecnologia da informação e comunicação: um estudo em escolas peruanas. **Desidades**, n. 11, 4 de jun, 2016. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/v11/n11a02.pdf>. Acesso em: 19 de ago de 2019.

BONA, V. **Tecnologia e Infância:** ser criança na contemporaneidade. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Matemática e Tecnologia, Edumatec, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3812/1/arquivo49_1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRITO, R. As TIC em educação pré-escolar portuguesa: Atitudes, meios e práticas de educadores e crianças. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/2509>. Acesso em: 22 de out de 2019.

CANAAN, M.; RIBEIRO, L.; SURUKI, Y. P. **Tecnologias digitais e influências no desenvolvimento das crianças**. 2017. Disponível em: <ueadsl.textolivre.pro.br/blog/?p=8325>. Acesso em 28 de set de 2019.

FILHO, O. H. B. **A infância e a computação**. 2011. Disponível em: <http://www.hardware.com.br/artigos/infancia-computacao/>. Acesso em: 3 de jun de 2019.

GUERRA, R. **Até que ponto a tecnologia faz mal a infância?**. 2012. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/estilo-de-vida/32723-ate-que-ponto-a-tecnologia-faz-mal-na-infancia-.htm>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

HERMANN, A. M. M.; SPONCHIADO, D. A. M.; FOSSATO, T. E. LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011. **PERSPECTIVA, Erechim**. v. 41, n.156, dez, 2017. Disponível em: < www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/156_683.pdf>. Acesso em: 19 de out de 2019.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky aprendizado e desenvolvimento um processo sócio - histórico.** 3. ed. São Paulo: Scipione, p. 57, 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu/38297059/OLIVEIRA_Marta_Kohl_-_Vygotsky_aprendizado_e_desenvolvimento_um_processo_sócio-histórico.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

PAIVA, N. M. N.; COSTA, J. S. **A influência da tecnologia na infância:** Desenvolvimento ou ameaça. 2015. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

PEREIRA, B. S.; ARRAIS, T. S. **A influência das tecnologias na infância:** Vantagens e desvantagens. 2017. Disponível em: <www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/aulas/aula_2/EV047.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

PREVITALE, A. P. **A importância do brincar.** 2006. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, Campinas, 2006. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=20490>. Acesso em: 27 out. 2019.

RAVASIO, M. H.; FUHR, A. P. O. Infância e tecnologia: aproximações e diálogos. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 220-229, maio/ago, 2013. ISSN 1676-2592. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1279/1294> . Acesso em: 28 de set de 2019.

RODRIGUES, L. M. **A criança e o brincar.** 2009. 46 f. Monografia (Especialização), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Ufrrj Decanato de Pesquisa e Pós-graduação - Dppg, Mesquita, 2009. Disponível em: <www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/desafios-cotidianos/arquivos/integra/integra_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

ROLIM, A. A. M.; GUERRA, S. S. F.; TASSIGNY, M. M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez, 2008. Disponível em: < brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar%20_vygotsky.pdf>. Acesso em: 19 de out de 2019.

SANTOS, J. Uso de tecnologia por crianças: benefício ou perda da infância?. 2015. Disponível em: <http://www.semprefamilia.com.br/uso-de-tecnologia-porcriancas-beneficio-ou-perda-da-infancia/>. Acesso em: 28 de set de 2019.

SANTOS, L. G. A importância do brincar para o desenvolvimento cognitivo da criança na educação infantil pré- escolar sob a percepção de professores. **Projeção e Docência**, v. 7, n. 2, p. 23, 2016. Disponível em: <revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/683>. Acesso em 18 de out de 2019.

SOUZA, K. Q.; SANTOS, C. P.; GAMA, L. B. A importância do brincar para o desenvolvimento infantil. 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/2035/795>. Acesso em: 22 de out de 2019.

VIGOTSKY, L. S. 1998. **A formação social da mente**: **o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**.7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Invisibilidade social da mulher lésbica

Social invisibility of the lesbian woman

Karoline Fernanda Eugelmi[1]
Luana Russo Scardovelli[2]
Joicimar Cristina Cozza[3]

RESUMO
A mulher lésbica soma preconceitos por estar inserida em uma sociedade patriarcal e capitalista, na qual, pensar fora das normas heterossexuais é um desafio. No presente artigo, pretendemos apresentar que ser mulher na sociedade e ser mulher lésbica concentram ainda mais dificuldades de visibilidade devido aos preconceitos. Entretanto, com este trabalho, buscamos justamente dar visibilidade às mulheres lésbicas que sofrem diferentes tipos de invisibilidade da sociedade heterossexual.
Palavras-chave: homoafetividade feminina, homossexualidade feminina, invisibilidade social, mulheres lésbicas, psicologia.

ABSTRACT
Lesbian women suffer prejudice in terms of a patriarchal and capitalist society in which thinking outside heterosexual norms is a challenge. In the present article, we present that being a woman in society and being a lesbian woman concentrate even more difficulties on visibility in reason of prejudice. However, we seek to give visibility to lesbian women who suffer different types of invisibility from heterosexual society.
Keywords: female homosexuality, female homoafetividade, lesbian women, psychology, social invisibility.

Introdução

O termo *homossexualidade* origina-se do grego *homos*, que significa "semelhante", "igual", e foi criado, em 1869, pelo jornalista e escritor austro-húngaro, Karl Maria Kertbeny. Embora o termo seja recente, a homossexualidade existe desde os primórdios da humanidade, havendo diversas formas de abordar a questão (GUIMARÃES, 2009). A homossexualidade foi explicada e explanada de diferentes formas ao longo do século. De acordo com Palma e Levandowsk (2008), foi somente a partir da reminiscência judaico-cristã que essa prática passou a ser idealizada como pecaminosa. O DSM (Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais) teve início em 1970, nos Estados Unidos. Em 1973, o DSM II, apresentava a

[1] Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Psicóloga; Mestre em Medicina Preventiva; Especialista em Violência Doméstica contra criança e adolescente, Ensino e aprendizagem; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

vivência homossexual como uma categoria de diagnóstico e as pesquisas clínicas salientavam que a homossexualidade era uma patologia.

Nessa época faziam avaliações, buscando as causas para uma *reorganização* de gays e de lésbicas, no sentido de se tornarem heterossexuais. O DSM III excluiu o termo *homossexualidade* da categoria de doença mental em 1980, levando as revistas de psicologia clínica a interromper suas publicações de artigos sobre o tema (SANTOS; BERNARDES, 2008).

A violência dirigida às mulheres se manteve como um assunto relacionado ao âmbito privado por muito tempo, e foi preciso uma longa trajetória de reivindicações dos grupos feministas para que essas violências se tornassem alvo de políticas sociais. As lutas desses movimentos possibilitaram a criação de instituições estatais para combater essa problemática. Segundo os autores Santos, Freitas e Ceara-Silva (2019), mundialmente, as conferências e convenções internacionais sobre os direitos humanos das mulheres possuem um valor fundamental no reconhecimento da cidadania deste grupo específico.

Lésbica é um termo designado para pessoas que se identificam como mulheres e se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. A palavra *lésbica* vem do latim *lesbius* e originalmente referia-se somente aos habitantes da Ilha de Lesbos, na Grécia. A ilha foi um importante centro cultural onde viveu a poetisa Safo, entre os séculos VI e VII A.C., muito admirada por seus poemas sobre amor e beleza, em sua maioria, dirigidos às mulheres.

De acordo com o Dicionário Crítico do Feminismo (2009), o *patriarcado* é um sistema de formação social em que os homens detêm o poder. O termo também é usado para declarar a dominação masculina ou a opressão sofrida pelas mulheres. Patriarcado é o sistema no qual o machismo se baseia e é sob ele que se aderiram historicamente os privilégios da classe masculina em relação à classe de mulheres.

A homossexualidade feminina, em termos de uma sociedade patriarcal, é um desafio, pois emprega as várias vertentes que o ser mulher na sociedade e o ser mulher lésbica concentram, considerando as dificuldades de visibilidade e os preconceitos vividos por essas mulheres. As mulheres foram esculpidas com base em uma sociedade heterossexual, patriarcal e capitalista, sendo que as relações

masculinas prevalecem até a atualidade sobre as femininas, em que o poder dos homens é mais forte que o das mulheres.

O silêncio sobre a orientação sexual por parte das lésbicas pode contribuir tanto para a sua vulnerabilidade quanto para a sua invisibilidade social, trazendo dificuldades para que as políticas públicas possam melhor focalizá-las (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2006).

Este artigo, portanto, pesquisou e compilou dados para construir uma revisão de literatura narrativa sobre a invisibilidade da mulher lésbica e a violência cotidiana sofrida por elas, em razão disto, criam-se barreiras contra o acesso às políticas públicas de saúde, emprego e segurança. Sendo assim, o objetivo deste artigo é tentar dar voz a tantas vozes silenciadas pela sociedade patriarcal.

Material e Método

O artigo consiste em uma revisão narrativa de literatura abordando o assunto *invisibilidade social da mulher lésbica*. A seleção de fontes para revisão de literatura foi buscada nas seguintes bases eletrônicas de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde (BIREME), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Google Acadêmico. Utilizamos descritores para a pesquisa tais como: *homossexualidade feminina*, *homoafetividade*, *mulheres lésbicas* e *homofobia*. Buscou-se por meio do estudo teórico do assunto compreender o processo de invisibilidade da mulher lésbica na sociedade patriarcal. Para a seleção, foi utilizado o modo avançado de busca na plataforma BIREME, com uma ou mais palavras. Após filtrar pelo principal assunto, *homossexualidade feminina*, foram selecionados artigos publicados no período de 2005 a 2019 a serem utilizados.

Discussão

A lacuna nas informações científicas sobre mulheres lésbicas começa com a deficiência de produção de conhecimento sobre a vida das mulheres, ou seja, não se fala sobre elas. Segundo as autoras Palma e Levandowsk (2008), a primeira publicação nacional lésbica nomeada *ChanacomChana* surgiu no século XX, como um boletim, e se transformou em um jornal hoje inexistente.

As mulheres lésbicas têm consciência de que as opressões que vivenciam são duplicadas, às vezes, triplicadas, isto é, além de sofrerem com o machismo, são vítimas também da lesbofobia e da homofobia. Koehler (2014) determina a homofobia como rejeição, aversão, medo ou ódio aos homossexuais e a todos aqueles que mostram orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos. A homofobia pode gerar violências física e psicológica, além do número crescente de assassinatos.

De acordo com Avena (2010), a violência de gênero contra as mulheres lésbicas, muitas vezes, é dirigida a qualquer mulher que ouse criticar ou assumir uma posição diferente do que a sociedade machista espera.

Borillo (2010) ressalta que a invisibilidade social que envolve mulheres lésbicas pode ser considerada uma atitude manifestadora de um reflexo maior, de uma misoginia que transforma a sexualidade feminina em instrumento de desejo masculino, tornando impensáveis as relações erótico- afetivas entre as mulheres.

Pela escassez de pesquisas sobre mulheres vítimas de discriminação, os dados sobre o número de mulheres mortas por lesbofobia não são consistentes. De acordo com *The Intercept Brasil* (2018), em 2014, foram registradas 16 mortes e, em 2017, o número passou para 54 – um aumento de 150% de casos em quatro anos. Só nos dois primeiros meses de 2018, já foram registradas 26 mortes por lesbocídio. Por não haver dados oficiais, os crimes são coletados na mídia e nas redes sociais, o que acaba gerando subnotificação. Ou seja, os números podem ser ainda maiores que os apresentados.

No Brasil, o grande obstáculo para estudos relacionados à morte de mulheres, e homicídios de forma geral, é a falta de dados oficiais que permita uma visão próxima do número de mortes. A priori, a falta de dados, a ausência de estatísticas desagregadas por sexo da vítima e de outras informações não nos possibilitam propor políticas de enfrentamento para esta e outras formas de violência que atingem mulheres. A estratégia adotada por estudos, em muitos casos, acaba sendo a utilização de dados provenientes de diferentes fontes, tais como: registros policiais, registros médicos legais e, uma das fontes mais utilizadas, a imprensa escrita.

Lei Maria da Penha

A Lei 11.340 sancionada em 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, carrega uma significativa carga histórica no contexto do enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Propondo um mecanismo que visa prevenir e reduzir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei é conduzida para mulheres heterossexuais e pouco se fala sobre violência conjugal entre mulheres lésbicas, assim a lei acaba se tornando invisível para mulheres homoafetivas.

A Lei Maria da Penha envolve casos de violência em âmbito familiar sofrida por mulheres lésbicas, estando disposto em parágrafo único do artigo 5º que as práticas enquadradas como violência doméstica independem de orientação sexual. Isto está dito no seu artigo 2º: "Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual [...] goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana". O parágrafo único do artigo 5º afirma que independem de orientação sexual todas as questões que configuram violência doméstica e familiar.

Deve-se entender a complexidade da violência conjugal em relacionamentos lésbicos e ressaltar que, ao falar da violência conjugal ou doméstica entre mulheres homoafetivas, pode-se gerar a impressão de que a finalidade é assinalar algo de ruim no que se menciona à população lésbica. Porém, o que se almeja aqui é pensar a existência de uma violência invisível na sociedade, como destaca Santos (2012), "apesar da invisibilidade estatística ou midiática, a violência conjugal lésbica exerce-se de forma tão agressiva quanto qualquer outra forma de violência doméstica."

Poucas mulheres homoafetivas têm conhecimento desse direito, motivo pelo qual muitas permanecem a ser violentadas diariamente por ex- companheiras e/ou ex- companheiros que não aceitam a orientação sexual da ex- companheira e por demais familiares.

Lesbofobia

De acordo com Vange (2011), o termo lesbofobia pode assumir formas sutis e/ou não- diretas, sendo identificado nas agressões físicas como também no crescimento do estupro corretivo. Esta prática acontece para que as mulheres lésbicas aprendam a gostar de homens e se tornem, então, "mulheres de verdade".

Toledo; Teixeira (2011) associam que a lesbianidade demonstra caráter de aberração e ilegitimidade, o que evidencia uma perspectiva pela qual são vistas,

encaradas e rotuladas como “espetáculos pornográficos”, “machonas” ou “heterossexuais frustradas”, que por não serem desejadas por homens, acabam se relacionando com mulheres.

Escolher assumir uma identidade lesbiana, vista como estigmatizada, raramente se concretiza, cabendo às mulheres lésbicas ter que conciliar uma vida heterossexual pública e uma vida homossexual privada, visto que, em um mundo heterossexual, necessitam passar por héteros ou ao menos se representarem como fêmeas (GOMIDE, 2007).

Entretanto, Mello (2005) refere-se ao surgimento da identidade lésbica como algo que não apenas visa proporcionar às mulheres homossexuais melhores visibilidades, como também busca afirmar as especificidades quanto aos homens homossexuais.

Contudo, há lésbicas que buscam por um movimento próprio identitário, em decorrência do machismo de alguns gays. Em 1983, as mulheres lésbicas brasileiras deram início a um movimento independente da categoria LBGTQI+ o qual buscaram discutir especificidades e também lutarem pelo fim de desigualdades que estão dentro do próprio movimento, como o machismo e o racismo (PRADO; MACHADO, 2008).

A mulher invisibilizada e o (não) direito ao gozo fora do sistema

Para uma mulher lésbica, perceber a invisibilidade não requer grande esforço, já que o seu dia a dia é permeado por situações que ressaltam sua invisibilidade. Swain (2000) titulou de “política do esquecimento” para denunciar a naturalização da invisibilidade lésbica que serve, por sua vez, a interesses patriarcais.

O patriarcado traz um discurso normativo da divisão de papéis familiares, porém nem sempre as organizações humanas foram patriarcais. Estudos antropológicos de Engels (1884/1964 *apud* Narvaz e Koller 2006) mostram que, no começo da história da humanidade, as primitivas sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares.

Existe uma resistência da sociedade em pensar sobre família que não seja formada por um pai, uma mãe e seus filhos. Isso se relaciona ao fato de se tratar de questões sobre as quais as sociedades humanas foram construídas, através de

repressão sexual e normatização da família nuclear como formas de definir a construção social da família adequada.

É fato que na literatura as famílias construídas pelos casais homossexuais, ainda sofrem discriminação nos mais variados contextos sociais, sistema de saúde, sistema legal e nas escolas Power (2010 *apud* Lira, 2016). Nota-se um crescente número de estudos sobre o tema "famílias e homossexualidade", entretanto, os debates sociais e legais em relação a esta temática e a vários mitos, continuam a persistir no imaginário social acerca da vida dessas famílias, o que acaba por alimentar o preconceito homofóbico.

O direito de reprodução deve ser pensado para todos especificamente em casos de adoção e reprodução assistida. Os termos sexualidade e reprodução devem ser vistas como medidas da cidadania e da vida democrática, ainda que seja fundamental tratá-las como campos distintos com vistas de assegurar a autonomia a cada uma dessas esferas da vida (MELLO, 2006).

Sobre o sexo entre duas mulheres, tem-se uma visão da sexualidade como um fetiche e só é incitado socialmente quando está a serviço do prazer masculino, tornando, dessa forma, o sexo lésbico apenas como objetificação sexual. Assim, como afirma Gimeno Reinoso (2005 *apud* Toledo e Filho, 2010), a mulher lésbica é aceita desde que não rompa seus vínculos com o sistema heteronormativo, desde que os homens heterossexuais possam desfrutar dela e que seja apresentada apenas como sendo uma representação heterossexual das lésbicas.

A prevenção de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) entre lésbicas e bissexuais ainda recebe pouca importância do governo e da indústria farmacêutica. No Brasil, atualmente, não existe nenhum método de proteção pensado para o sexo entre vaginas, já que a sociedade é pautada em normas heterossexuais e capitalistas.

A prevenção de ISTs é tema de constantes campanhas, do qual a principal ação é a distribuição de camisinhas, porém nem todo ato sexual envolve penetração e nem sempre há um falo presente no ato. “A falta de acesso, de métodos e de informação aumenta a vulnerabilidade de mulheres lésbicas para Infecções sexualmente transmissíveis” (*Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade, Diversidade e Direitos da SBMFC 2018).*

Conclusão

Tendo em vista os aspectos estudados, de acordo com a literatura, histórica e socialmente, a heterossexualidade é construída como a única orientação sexual possível. Trabalhar a questão da mulher homoafetiva não é tarefa das mais fáceis, já que é contada quase unicamente pela voz do patriarcado. O patriarcado e o capitalismo são discutidos como sendo um dos possíveis esclarecimentos para o sistema social de opressão das mulheres.

Pensar a invisibilidade social da mulher lésbica na sociedade heterossexual nos mostra o quanto são invisíveis às mulheres que se relacionam afetivamente com outras mulheres, pois o patriarcado emprega que por obrigação a mulher tem que se submeter a seguir as normas e comportamentos aceitáveis de acordo com o seu gênero.

As mulheres lésbicas são marcadas de forma central pela invisibilidade, fato comprovável se observado como o tema é tratado na literatura, no senso comum, nos movimentos feministas, movimentos LBGTQI+ e pela falta de políticas públicas. Frente a esse cenário marcado pelo preconceito é que se justifica a importância da Psicologia avançar na produção de literatura sobre a invisibilidade das mulheres lésbicas, discutindo e visibilizando as questões intrínsecas a essa temática.

Portanto, o objetivo desse trabalho foi demonstrar a invisibilidade das mulheres lésbicas e tentar não apenas reconhecer, como também dar visibilidade à existência de mulheres que amam outras mulheres e fazer um convite à reconsideração do sistema heteronormativo capitalista.

Referências Bibliográficas

AVENA, Daniela Tebar: A Violência doméstica nas relações lésbicas: realidades e mitos. Aurora. **Revista de Arte, Mídia e Política** [Internet]. 2010 [citado em 07 de Maio de 2019];7:99-107. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/ar ticle/view/3907

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Autêntica editora, 2010.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

GOMIDE, Silvia. Formação da identidade lésbica: do silêncio ao queer. In:GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna P.; MELLO, Luiz. (orgs).**Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GONÇALVES, Juliana. Morta por ser lésbica: um dossiê inédito sobre o lesbocídio no Brasil. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 06 de Março 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/03/07/lesbicas-mulheres-mortes/> Acesso em: 14 de out 2019.

GUIMARAES, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de "tornar-se um homem homossexual": um exercício de construção de identidades. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 17, n. 2, p. 553-567, 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200023&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 out. 2019.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. **Interacções**, Lisboa, v. 9, n. 26, 2013 (número especial). Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/3361/2688>. Acesso em: 20 agosto 2019.

LIRA, Aline Nogueira de; MORAIS, Normanda Araujo de. Famílias constituídas por lésbicas, gays e bissexuais: revisão sistemática de literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 24, n. 3, p. 1051-1067, set. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000300014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 nov. 2019. http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.3-14Pt.

MELLO, Luiz. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 14, n. 2, p. 497-508, Set. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 Nov. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200010.

MELLO, Luiz**. Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Editora Garamond, 2005.

MULHERES LÉSBICAS PRECISAM DE ORIENTAÇÃO QUANTO A INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS? Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2018. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/mulheres-lesbicas-precisam-de-orientacao-quanto-a-infeccoes-sexualmente-transmissiveis/> Acesso em: 14 de out de 2019.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.** Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49-55, abril de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

71822006000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 09 out 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007.

PALMA, Yáskara Arrial; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. **Psicol. estud**., Maringá , v. 13, n. 4, p. 771-779, Dez. 2008. Disponível a partir de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Maio de 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400015

PRADO, Marco Aurélio M; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades - a hierarquia da invisibilidade.** Editora Cortez, 2008.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Saúde da Mulher Lésbica. Dossiê: promoção da equidade e da integralidade, 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie_da_saude_da_mulher_lesbica.pdf Acesso em: 06 maio 2019.

SANTOS, Ana Cristina. "Entre duas mulheres isso não acontece" — Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. **Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra**, n. 98, p. 3-24, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/4988> Acesso em 25 out de 2019.

SANTOS, JP., and BERNARDES, NMG. Percepção social da homossexualidade na perspectiva de gays e delésbicas. In ZANELLA, AV., et al., org. **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 296289. ISBN: 978 - 85- -99662-87-8. Available from SciELO Books .

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro dos; FREITAS, Rita; CEARA-SILVA, Glauber Lucas. Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 134, p. 124-141, abr. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100124&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.169.

SWAIN, Tânia Navarro. **O que é lesbianismo.** São Paulo: Brasiliense. 2000.

TOLEDO, Livia Gonsalves; FILHO, Fernando Silva Teixeira. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estud. pesqui. psicol**., Rio de Janeiro , v. 10, n. 3, p. 729-749, dez. 2010 . Disponível em <http://www.revispsi.uerj.br/v10n3/artigos/html/v10n3a06.html> acessado em 18 de outubro de 19.

TOLEDO, Lívia Gonsalves; TEIXEIRA Filho, Fernando Silva. Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 1, p. 39-61, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127011>.

VANGE, Leonel et al. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil.** Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2011.

Lúdico e psicopedagogia: contribuições no processo de ensino aprendizagem

Playful and Psyshopedagogy: contribuitions in the teachinglearning process

Cintia de Toro Sato[1]
Heloisa Gouvêa Lazari[2]

RESUMO
O lúdico tem grande importância no processo de ensino e aprendizagem, pois a criança aprende de forma prazerosa diversas áreas do conhecimento. O professor como mediador poderá utilizar metodologias que envolvam o aluno, evidenciando a dimensão da psicopedagogia perante as crianças com dificuldade de aprender. Dessa forma, o objetivo do estudo foi evidenciar a contribuição do lúdico e da psicopedagogia no processo de ensino aprendizagem. Para isso fez-se uma revisão de literatura a fim de refletir a respeito da relevância que o lúdico possui na construção do conhecimento, pois o aluno aprenderá brincando, e a psicopedagogia auxiliará na busca de metodologias efetivas de aprendizagem.
Palavras-Chave: Lúdico; Psicopedagogia; Cultura Lúdica; Ensinoaprendizagem.

ABSTRACT
The playful has a great importance in the teachinglearning processo, because the children learns in pleasant way many areas of knowledge. The teacher as a mediador can use methodologies that involve the student, highlighting the psychopedagogy's dimension before children with learning difficulties. Thus, the study's aim was to highlight the contribuition of playfulness and psychopedagogy in teachinglearning process. For this, a review of the literature was made. Thus, the playful has great importance in knowledge's construction, because the student will learn playing, and the psychopedagogy helps in the search for effective learning metodologies.
Key words: Playful; Psychopedagogy; playful culture; teachinglearning.

Introdução

Os avanços tecnológicos influenciam a forma como o indivíduo vivencia suas experiências e busca o conhecimento, de modo que o universo infantil passa por diversas transformações, sendo necessária a reflexão sobre a relação que estabelece entre o meio e a reprodução de conceitos. Muitas vezes, o processo de ensino aprendizagem pode ser algo complicado para o aluno, uma vez que cada um vive uma realidade. Sendo assim, as atividades lúdicas proporcionam o desenvolvimento integral ao mesmo tempo em que ocorre o aprendizado. Kishimoto (1999) esclarece

[1]Professora. Pós-graduada em Alfabetização e Letramento na Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE.
[2]Psicóloga. Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional no Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* de Araçatuba-SP.

que o poder imaginário infantil é vasto, a criança consegue transformar um objeto sem utilidade em brinquedo e diversas brincadeiras são transmitidas de geração em geração.

Cabe destacar que lúdico é uma palavra originária do latim *ludus* que significa brincar, e estão inclusos jogos, brinquedos e brincadeiras, além de se referir ao jogador, de modo que no ambiente escolar o aspecto lúdico deve ser levado a sério, a fim de que o aluno aprenda brincando (COSTA, 2005 *apud* RAU, 2007), já a ludicidade é uma experiência vivenciada internamente, vai além da simples realização de uma atividade, é na verdade a vivência dessa atividade de forma mais inteira (BACELAR, 2009).

A psicopedagogia busca possibilidades de intervenções individuais ou em grupos a fim de ajudar pessoas com problemas de aprendizagem, sendo o lúdico e a ludicidade importantes recursos nesse processo (SANTOS, 2009).

Para melhor compreensão do assunto, o objetivo geral do presente artigo foi analisar a cultura lúdica e os aspectos lúdicos e psicopedagógicos. Os objetivos específicos são evidenciar a contribuição do lúdico e da psicopedagogia no processo de ensino aprendizagem, para isso foi realizada uma revisão de literatura. Ressalta-se que a revisão de literatura, de modo geral, se refere à observação de dados obtidos por meio das fontes pesquisadas, onde se explicita sobre a teoria a compreensão crítica de seus significados (CORDEIRO, 2007; GIL, 2002).

Cultura Lúdica

A cultura está vinculada a ideia de progresso, evolução e educação, e muitas vezes aos conceitos relacionados à época vivida e aos interesses de uma nação (CUCHE, 2002). Atualmente, impera-se a tecnologia, o quadro negro e o giz estão sendo substituídos por aulas em *slides* e atividades práticas, deixando para trás os métodos tradicionais de ensino e dando lugar ao aprendizado divertido e prazeroso. Isso demonstra que os avanços tecnológicos também provocam mudanças culturais.

Vygotsky (1989) descreve que a cultura é expressa por meio da linguagem, de modo a estabelecer as relações do homem com a coletividade, portanto, por meio da linguagem compartilha- se interesses, opiniões, valores e crenças difundidos por gerações, de modo que ocorra a ressignificação do mundo, evidenciando a

importância da cultura, pois a criança se relaciona com outras pessoas, constrói sua percepção sobre a realidade e, ao mesmo tempo, produz cultura.

Dessa forma, a cultura lúdica é um conjunto de procedimentos e significações que tornam o jogo viável, no qual o jogador cria esquemas para iniciar uma brincadeira que possibilita a compreensão do contexto, ou seja, a cultura lúdica é o resultado das interações sociais (BROUGÈRE, 2002). Ressalta-se que os jogos e brincadeiras contribuem no processo de apropriação da cultura e influencia o processo de evolução da criança, contudo, deve predominar o caráter educativo.

Então, o ambiente, as condições vivenciadas pelas crianças, bem como o educar e o cuidar podem interferir na ludicidade, visto que a criança deve ser inserida em um ambiente que favoreça a fantasia e o imaginário para que haja o seu desenvolvimento integral.

> *A cultura lúdica produz uma realidade diferente daquela da vida cotidiana. Não é um bloco monolítico, mas um conjunto vivo, e diversifica-se segundo critérios de acordo com a cultura em que a criança está inserida, em função dos hábitos do jogo, dos indivíduos, dos grupos, dos meios sociais, da idade, do sexo e também das condições climáticas espaciais. A cultura lúdica também é produzida por um duplo movimento interno e externo. A criança constrói sua cultura brincando, e o conjunto de suas experiências lúdicas vão se acumulando, constituindo sua cultura lúdica. Através de experiências com parceiros, observando crianças brincando e manipulando objetos do jogo, a criança vai enriquecendo o jogo em função de suas competências e capacidades* (FANTIN, 2009, p. 38).

Assim sendo, a criança constrói a cultura lúdica através da brincadeira, além de estimular a criatividade e a fantasia. De acordo com Bandioli e Mantovani (1998), inicialmente a criança vê o adulto como seu brinquedo e tenta controlá-lo, achando interessante como o adulto é capaz de responder as suas expectativas. Posteriormente, a criança encara o jogo como uma fonte de prazer e começa a envolver o seu corpo até que chega o momento em que ela demonstra atenção a tudo aquilo que a cerca. Logo, a psicopedagogia desempenha papel fundamental na aprendizagem, pois colabora na elaboração de práticas de ensino capazes de melhorar a qualidade por meio da ludicidade.

Psicopedagogia e ludicidade

Compreende-se a psicopedagogia como uma área interdisciplinar que integra diversas áreas das ciências humanas, trazendo ao repertório das pesquisas

educacionais o entendimento dos processos de ensino, de aprendizagem e das dificuldades demonstradas pelos educandos (PEREIRA; GONZALEZ, 2019).

A psicopedagogia, enquanto ciência, busca atribuir sentido ao processo de aprendizagem, utilizando, para isso, diferentes estratégias e métodos para a avaliação e intervenção, dentre eles o lúdico (PEREIRA; GONZALEZ, 2019).

Consideram-se as brincadeiras como uma forma efetiva e eficaz de aprendizagem significativa, proporcionando a criança o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e perceptivas. O desenvolvimento pessoal proporcionado pela ludicidade, junto aos fatores culturais e sociais, é indicado como facilitadores no processo de construção do conhecimento, expressão e comunicação, bem como para o integral e pleno desenvolvimento nos processos educativos (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2016; MODESTO; RUBIO, 2014).

O brincar deve ser conduzido de modo planejado ao ser utilizado em uma intervenção psicopedagógica, pois, através dele, a criança poderá se comunicar de forma mais completa, consigo mesma e com o mundo, além de viabilizar a incorporação de valores culturais e sociais, possibilitando ao profissional trabalhar conteúdos que ultrapassem a aprendizagem, como autoestima, cooperação, autoconhecimento e autoimagem (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2016).

Sem contraindicações, as especificações legais e a literatura indicam o brincar como direito de todas as crianças, principalmente no ambiente educativo (PINAZZA; FESTA, 2017), sendo essencial ao trabalho do educador e também do psicopedagogo.

As atividades lúdicas na psicopedagogia colaboram para os educandos tenham um melhor desempenho e desenvolvam suas habilidades intelectuais. A ludicidade é um excelente recurso para o atendimento psicopedagógico, pois promove a vinculação cognitiva à aprendizagem, sendo fundamental que durante as intervenções a criança vá se reconhecendo e construa sua própria forma de aprender (FIGUEIREDO; ASSIS, 2015).

Ao utilizar os jogos, as brincadeiras e a ludicidade em suas avaliações ou intervenções, o psicopedagogo objetiva resgatar os aspectos emocionais, afetivos e cognitivos dos conteúdos ministrados pelo educador em sala de aula, motivando o educando a buscar uma aprendizagem prazerosa. Destaca-se que ao utilizar recursos lúdicos, o profissional de psicopedagogia deve esclarecer o porquê, para

quem e quais recursos utilizar, considerando as dificuldades identificadas e a superação das mesmas. É importante pontuar também que as atividades lúdicas podem ser utilizadas em intervenções de caráter preventivo e curativo (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2016).

Os jogos pedagógicos devem ser explorados na intervenção psicopedagógica, visto que brincar é universal e rompe as fronteiras entre o diagnóstico e o tratamento, fazendo com que aquele passe a ter caráter terapêutico. O lúdico e a ludicidade, como intervenções psicopedagógicas, auxiliam no desenvolvimento cognitivo, na expressão motora e corporal. Aprender brincando torna a aprendizagem significativa e mais concreta ao educando. Neste sentido, é necessário que os profissionais da educação infantil e psicopedagogos proporcionem ambientes lúdicos, a fim de desenvolver múltiplas inteligências e habilidades nas crianças (PIRES; QUEIROZ, 2017; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2016).

Torna-se essencial que o psicopedagogo crie situações que estimulem a aprendizagem, favorecendo o total desenvolvimento de habilidades psicomotoras, sociais, afetivas e cognitivas, por meio de intervenções próprias para cada criança, pois cada pessoa é singular e única. Por meio do lúdico, pode-se concluir que a aprendizagem se torna mais significativa, pois ela faz parte do cotidiano e universo infantil, promovendo a prevenção de futuros problemas de aprendizagem e oferecendo meios para se trabalhar as habilidades de cada ser humano (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2016).

Com a utilização do lúdico, portanto, o psicopedagogo utilizará metodologias como, por exemplo, o brincar, produzir textos, contar histórias, representar personagens, o que levará a criança a superar e vencer desafios, construir acertos através de seus erros, corroborando para as intervenções do psicopedagogo, cuja finalidade é instigar o educando para novas soluções.

Dimensão lúdica como ferramenta pedagógica

A ludicidade faz parte do cotidiano dos educandos e tem grande valor no processo de ensino aprendizagem, uma vez que é nesse período que as crianças desenvolvem suas habilidades cognitivas e motoras, entretanto, ocorre que muitas vezes os pais não reconhecem que jogos e brincadeiras contribuem para o pleno

desenvolvimento, e por vezes descartam a finalidade educativa que as atividades podem abranger. A dimensão lúdica é:

> *(...) um estado de bem-estar que é a exacerbação de nossa necessidade de viver, de subir e de perdurar ao longo do tempo. Atinge a zona superior do nosso ser e só pode ser comparada à impressão que temos por uns instantes de participar de uma ordem superior cuja potência sobre-humana nos ilumina* (FREINET, 1998, p.304).

Portanto, a dimensão lúdica transcende o real, é o lugar da fantasia, onde a criança incorpora elementos e vivencia o imaginário. Nessa situação, a utilização do lúdico como ferramenta pedagógica é eficaz, pois a criança no momento de aprendizagem pode associar o conteúdo com alguma experiência prévia. Assim, os jogos são considerados mais significativos à medida que a criança cresce, já que vivenciará mais experiências, possibilitando a reinvenção e reconstrução de objetos, ao mesmo tempo que se inter- relaciona com os colegas e toma decisões, solidificando a sua autonomia. De acordo com Rodrigues (2013, p.43):

> *Falar sobre aprendizagem lúdica é mergulhar em possibilidades de construção do conhecimento com mais alegria e perceber que utilizar estratégias diversificadas, bem como, desafios e situações problemas, é adotar uma postura favorável a aprendizagem que enfatiza a sensibilidade de criação e educação.*

Apesar da criança vislumbrar o jogo e as brincadeiras como formas de entretenimento, há também o caráter sério, capaz de despertar comportamentos e sentimentos de prazer diante do descobrimento de novas possibilidades.

> *Graças ao faz de conta a criança pode imaginar, imitar, criar ou jogar simbolicamente e, assim, pouco a pouco, vai reconstruindo em esquemas verbais ou simbólicos tudo aquilo que desenvolveu em seu primeiro ano de vida. Com isso, pode ampliar seu mundo, estendendo ou aprofundando seus conhecimentos para além de seu próprio corpo; pode encurtar tempos, alargar espaços, substituir objetos, criar acontecimentos. Além disso, pode entrar no universo de sua cultura ou sociedade aprendendo costumes, regras e limites* (MACEDO, 2004, p. 10).

Sendo assim, o professor no campo de sua competência pode demonstrar e utilizar a dimensão lúdica em atividades diárias sem desmerecer o caráter pedagógico. Conforme Leif (*apud* RIZZI; HAYDT, 1986) são quatro os motivos pelos quais os professores utilizam jogos em sala de aula: o jogo atende a necessidade lúdica da criança; transforma a atividade em algo prazeroso e espontâneo; estimula

aspectos psicológicos, cognitivos e motores, e compreende a personalidade e a identidade. Através do jogo e da brincadeira, a criança lida com o mundo, vivencia emoções e se insere em um mundo simbólico.

> *O brincar deve ser valorizado por aqueles envolvidos na educação e na criação das crianças pequenas, fazendo a escolha dos materiais lúdicos que são reservados no brincar, cujo objetivo deve ter seu efeito sobre o desenvolvimento da criança. Porque muitas crianças chegam à escola maternal incapazes de envolver-se no brincar, em virtude de uma educação passiva que via o brincar como uma atividade barulhenta, desorganizada e desnecessária* (HOLTZ, 1998, p. 12).

A escola pode servir de local facilitador para que algumas atividades lúdicas possam acontecer, permitindo a interação maior entre escola e família, ao mesmo tempo, favorece uma maior proximidade entre familiares ou cuidadores e crianças (POLETTO, 2005, p. 74). Devido a atual situação vivenciada pelas crianças, em que utilizam de forma exacerbada a tecnologia, se torna indispensável o uso de estratégias que estimulem a busca por conhecimentos e o interesse em diversas áreas do saber. Silveira (1998, p. 2) cita que:

> *(...) os jogos podem ser empregados em uma variedade de propósitos dentro do contexto de aprendizado. Um dos usos básicos e muito importantes é a possibilidade de construir-se a autoconfiança. Outro é o incremento da motivação [...] um método eficaz que possibilita uma prática significativa daquilo que está sendo aprendido. Até mesmo o mais simplório dos jogos pode ser empregado para proporcionar informações factuais e praticar habilidades, conferindo destreza e competências.*

Além de contribuir para a estrutura comportamental, o lúdico introduz os alunos a conhecimentos desconhecidos de forma prática, visto que o aluno percorrerá um vasto caminho de estudos durante a sua vida. Ao empregar o lúdico, como ferramenta pedagógica, é necessário que o professor esteja atento as perguntas dos alunos, as possíveis soluções elaboradas por eles, interagindo e direcionando a aprendizagem.

Conclusão

O objetivo dessa revisão literária foi evidenciar a contribuição do lúdico e da psicopedagogia no processo de ensino aprendizagem, visto que o lúdico pode influenciar na maneira como os alunos aprendem o conteúdo, já que a criança traz uma bagagem prévia de conhecimento e precisa ser estimulada para que mantenha o interesse.

O arranjo de brinquedos, para interação das crianças, é de suma importância para que a criança descubra o universo lúdico e se relacione com a cultura existente. Ao analisar a forma como os alunos aprendem por meio de jogos e brincadeiras, o professor poderá buscar novos métodos de aprendizado que proporcionem o desenvolvimento integral da criança. Através do lúdico, a criança passa por diversas transformações cognitivas, motoras, sociais e afetivas, e isso demonstra como o psicopedagogo é primordial, pois possibilita o aprimoramento dos conhecimentos.

Conclui-se que uma educação baseada na ludicidade é uma vantagem no ensino e aprendizado, já que atualmente a tecnologia toma conta dos hábitos diários dos indivíduos. A presença de jogos e brincadeiras além de entreter, envolve o aluno na ação, trazendo significado. Cabe ressaltar que os jogos e brinquedos devem estar de acordo com a idade do aluno e o grau de desenvolvimento, não adiantando dispor de brinquedos com grau incompatível com a faixa etária, pois a finalidade é o desenvolvimento de conhecimentos e significados.

Por fim, assim como os pais também precisam incentivar momentos lúdicos, dado que o educando estimulado em casa terá mais familiaridade com as atividades expostas em sala de aula, os profissionais da educação também devem buscar metodologias efetivas, inserindo o novo na aprendizagem.

Referências Bibliográficas

BACELAR, V. **Ludicidade e Educação Infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BANDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantile de 0 a 3 anos – uma abordagem reflexive**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BROUGÈRE, Gilles**. A criança e a cultura lúdica**. In: KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

CORDEIRO, Alexander Magno *et al*. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa**. *Rev. Col. Bras. Cir.*, Rio de Janeiro, v.34, n.6, p.428-431, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912007000600012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 out. 2019.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

FANTIN, Mônica. **A pesquisa com crianças e mídia na escola: questões éticas e teórico-metodológicas**. In: GIRARDELLO, G; FANTIN, M. (Orgs.) Práticas culturais e consumo de mídias entre crianças. Florianópolis: UFSC/CED/NUP,2009.

FIGUEIREDO, Pamela Rafaela de Souza; ASSIS, Geiovani Soares de. **Atuação psicopedagógica institucional numa perspectiva lúdica**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia). UFPB, João Pessoa/PB. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1242/1/PRSF21092016 >. Acesso em: 8 out. 2019.

FREINET, Célestin, **Pedagogia do Bom Senso**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. – São Paulo 2002 [periódico da internet]. Disponível em: http://www.mandani.adv.br/aula/Frederico/GIL.pdf. Acesso em: 9 out. 2019.

HOLTZ, Maria. Luiza. Marins. **Lições de Pedagogia empresarial.** Sorocaba/São Paulo: DHL, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo e a educação**. São Paulo: Cortez, 1999

MACEDO, Lino de. **Faz-de-conta na escola: a importância do brincar**. Revista Pátio, Porto Alegre, p. 10, dez. 2003/ mar. 2004.

MODESTO, Monica Cristina; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A importância da ludicidade na construção do conhecimento**. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, São Roque, v.5, n.1, 2014. Disponível em: < http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/monica.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

PEREIRA, Millis Aparecida; GONZALEZ, Maria do Carmo Borges. **O brincar, um aliado na intervenção psicopedagógica**. *Cadernos de Educação*, São Paulo, v.18, n.36, jan.-jun. 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/9738/6931>. Acesso em: 8 out.
2019.

PINAZZA, M. A.; FESTA, M. **Formação do brincante para uma pedagogia lúdica**. Caderno brincar. v.1, p. 89-101, 2017.

PIRES, Mara Rubia Gouveia; QUEIROZ, Esmeralda Figueira. **Intervenção psicopedagógica e ludicidade na aquisição de conceitos escolares**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: < http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/18344/1/2017_MaraRubiaGouveiaPires_tcc.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

POLETTO, Raquel Conte. **A ludicidade da criança e sua relação com o contexto familiar**. *Rev. Psicologia em Estudo*, v.10, n.1, p. 67-75, jan/abr. 2005.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica.** 20 ed. Curitiba. Ibpex, 2007. 164 p

RIZZI, Leonor; HAYDT, Regina Célia. ***Atividades lúdicas na educação da criança***. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

RODRIGUES, Vania; OLIVEIRA, Márcia Paiva de. **O lúdico na Psicopedagogia: os jogos como fator de desenvolvimento infantil**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia). UFPB, João Pessoa/PB. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2643/1/VRS24112016.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

RODRIGUES, Lidia da Silva. **Jogos e brincadeiras como ferramentas no processo de aprendizagem lúdica na alfabetização.** 2013. 97 f.Tese (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasilia, Brasilia, 2013.

SANTOS, Denise Moreira dos. **Como a psicopedagogia pode contribuir no tratamento das crianças autistas**. 2009. Monografia (Especialista em psicopedagogia) – Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro.

SILVEIRA, Sidnei Renato; BARONE, Dante Augusto Couto. **Jogos Educativos computadorizados utilizando a abordagem de algoritmos genéticos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Informática. Curso de Pós-Graduação em Ciências da Computação. 1998

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

O estresse psicológico em relação ao sexo feminino e masculino no Brasil: uma revisão narrativa da literatura

The levels of psychological stress in relation to female and male sex in Brazil: a narrative review of literature.

Jéssica Moreira Fernandes[1]
Joicimar Cristina Cozza Andrade Moraes[2]
Letícia Aparecida de Souza Silva[3]
Luana Pereira da Silva[4]
Mirela Martines do Nascimento[5]
Vivian Aline Preto[6]

RESUMO
O presente artigo buscou investigar e descrever os níveis de estresse entre sexo feminino e masculino no Brasil através de revisão narrativa da literatura. Os dados foram coletados nas bases eletrônicas Medline, Lilacs e SciELO. Analisaram-se 44 artigos na íntegra, incluídos apenas 9 na revisão. Os resultados revelaram que, todos os artigos inclusos apontaram o sexo feminino como mais estressado comparado ao masculino. Conclui-se que, é de suma importância uma visão atenta ao estresse entre as mulheres, compreendendo a forma como são vistas na sociedade, trazendo novas soluções e revertendo resultados negativos para saúde delas. Os achados contribuem para que futuros estudos possam ter acesso a uma revisão atualizada sobre tais aspectos, ampliando discussões e despertando buscas por novos dados.
Palavras-chave: Estresse, Revisão, Sexo, Vulnerabilidade.

ABSTRACT
The present article sought to investigate and describe the levels of stress between female and male sex in Brazil through a narrative review of the literature. The data were collected in electronic databases Medline, Lilacs and SciELO. A total of 44 articles were analyzed, including only 9 in the review. The results show that all included articles pointed to female sex as more stressed compared to male. It is concluded that a stressful view of women is essential, understanding the way they are viewed society, bringing new solutions and reversing negative results for their health. The findings contribute to the fact that future studies may have access to an up-to-date review of these aspects, broadening discussions and awakening the search for new data.
Keywords: Sex, Stress, Review, Vulnerability.

Introdução

A sociedade contemporânea passou a ser alvo do estresse, de tal forma que a Organização Mundial da Saúde afirma ser uma epidemia global do estresse causando sinais de esgotamento ou até mesmo ansiedade e depressão (PRADO et al., 2017). O estresse é estabelecido como sendo uma situação de tensão aguda ou crônica, cujas alterações afluem tanto no desempenho físico quanto no estado

emocional, somadas muitas vezes a estratégias de enfrentamento demonstradas como ineficazes (PRETO et al., 2018).

É notório que um pequeno nível de estresse é necessário para que se enfrentem os desafios cotidianos, contudo, o indivíduo exposto a uma situação estressante prolongada e de níveis elevados, causam inúmeras reações adversas, podendo desenv olver efeitos negativos, tanto físicos como psicológicos, tais como: maior vulnerabilidade ao Acidente Vascular Cerebral (AVC) devido à elevação da pressão arterial; quadros infeciosos derivados da redução da resposta imune do organismo; distúrbios gastrointestinais; problemas alimentares que causam perda ou ganho de peso excessivo; insônia; diminuição da memória, depressão e outros agravos de cunho emocional (PRETO et al., 2018). Devido a tais problemas de saúde causados pelo estresse, estudos e pesquisas vêm sendo realizados com maior frequência e apontam uma preocupação com tal tema, buscando analisar os diferentes fatores estressores que desencadeiam sofrimento psicológico nas mais diversas proporções. Alguns desses fatores estão relacionados a condições sociodemográficas da sociedade atual, dando grande ênfase nos aspectos do sexo, definindo assim, no presente estudo como o binômio biológico feminino e masculino (PETRY, 2015).

Posto que homens e mulheres pareçam ser acometidos de forma igual pelo estresse, ainda assim é evidente em pesquisas realizadas que as mulheres vêm sendo mais sobrecarregadas pelo fator de múltiplos papéis na sociedade e na família, tornando-se mais vulneráveis a doenças. Segundo alguns autores (CALAIS, et al., 2007; SADIR; BIGNOTTO; LIPP, 2010), a mulher manifesta um maior nível de estresse psicológico e maior sensibilidade emotiva do que os homens. Já outros autores (GADZELLA et al.,1991) acreditam que o sexo feminino é mais aberto do que o sexo masculino para lamentar e demonstrar seus sentimentos perante aos outros, o que pode resultar numa falsa impressão dos reais motivos das mulheres estarem mais estressadas.

Portanto, há necessidade de se analisar fatores estressores e a percepção do mesmo em relação ao sexo no Brasil. Perante isso, considerando que o estresse possa estar relacionado com o sexo, se torna possível apontar que para cada sexo há um estressor diferente afetando o modo como se vive, causando problemas já

citados anteriormente. Desse modo este estudo objetivou averiguar como o estresse psicológico se manifesta em relação ao sexo masculino e feminino no Brasil.

Métodos

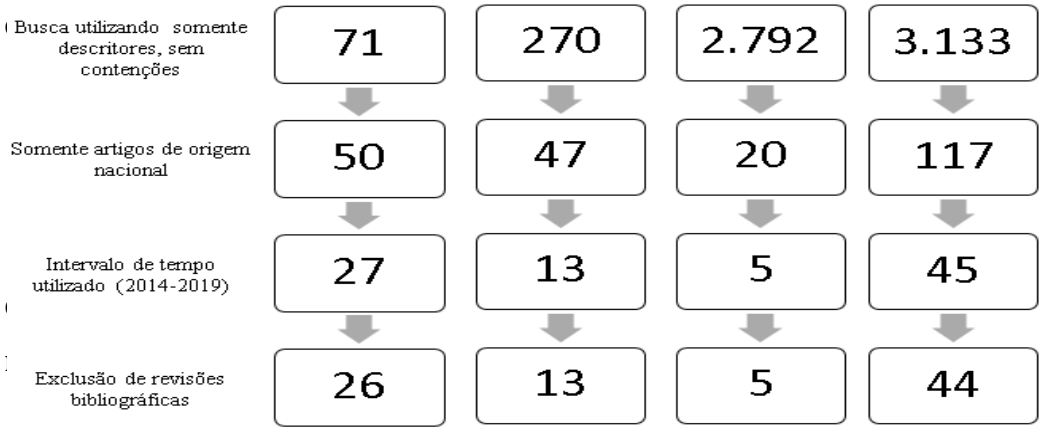
Trata-se de uma revisão narrativa da literatura que aborda trabalhos publicados sobre estresse.

Para execução da revisão, coletaram-se materiais nas bases eletrônicas SciELO, Lilacs, Medline. Foram selecionados textos completos nas áreas de ciências da saúde. Para início das buscas, definiu-se como questão norteadora: Como estão os níveis de estresse considerando o sexo masculino e feminino nas pesquisas brasileiras?

Delinearam-se estratégias de busca diferentes requeridas para cada base de dados, fundamentando-se nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) que resultaram em: "estresse psicológico" [and] "sexo", usando-se para busca o modo avançado, palavras no título, resumo (abstract) e/ou no artigo, por meio do método integrado de busca. As pesquisas ocorreram no mês de abril de 2019.

Para atingir os objetivos propostos, primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, sem contenção de datas, totalizando 3.133 (SciELO 71, Lilacs 270 e Medline 2.792). A estratégia de busca de forma detalhada encontra-se na figura 1. Após busca inicial, foram selecionados somente artigos de origem nacional, reduzindo o número de artigos para 117 (SciELO 50, Lilacs 47 e Medline 20). O intervalo de tempo utilizado foi de janeiro de 2014 a janeiro de 2019, critério este usado devido a disseminação do tema nos últimos anos, resultando em uma redução de 45 artigos (SciELO 27, Lilacs 13 e Medline 5). O último critério foi a exclusão de revisões bibliográficas, reduzindo a 44 artigos no total (SciELO 26, Lilacs 13 e Medline 5).

Figura 1 - Diagrama de fluxo do processo de seleção dos artigos - Janeiro de 2014 a Janeiro



rtigos
ine de
panhol

ou inglês, que abordassem o tema estresse, e que classificassem suas amostras por sexo. Como critério de exclusão: revisões e artigos que após leitura do resumo, não convergiam com o objeto de estudo proposto, além de publicações que se repetiram nas bases de dados.

Após a leitura dos artigos, 9 foram selecionados para o estudo por preencherem todos os critérios de inclusão pré-estabelecidos. Os artigos apresentam-se em um quadro (quadro 1) com informações sobre o(s) autor (es), ano, amostra, objetivo e abordagens relevantes.

Por meio da análise descritiva dos dados, pôde-se estabelecer os assuntos norteadores da discussão, entre eles identificar se há predominância de estresse entre o sexo feminino e masculino, e o motivo de tal influência.

Resultados

Analisaram-se 44 artigos na íntegra e foram incluídos 9 na revisão, aos quais

Tabela 1- Resultado das estratégias de busca realizadas nas bases de dados selecionadas, segundo critérios de inclusão e exclusão, entre 2014-2019.

	Artigos Encontrados	**Artigos Excluídos**			**Artigos Incluídos**
Base de dados		Duplicidade	Resumo	Íntegra	
SciELO	26	1	0	18	7
Lilacs	13	2	0	9	2
Medline	5	0	1	4	0

encontram-se descritos numericamente no Tabela 1.

Os dados revelam a escassez nas publicações de estudos sobre a relação entre estresse e sexo em âmbito nacional. Assim, verificou- se que, apesar da pesquisa abranger produções de 2014 a 2019, as publicações analisadas encontram-se de 2015 a 2017, sendo 22,22% (2) publicadas em 2015, 33,33% (3) em 2016 e 44,44% (4) em 2017.

Quadro 1 - Descrição dos aspectos relevantes sobre estresse e sexo encontrados nos artigos incluídos na revisão - período entre janeiro de 2014 a janeiro de 2019.

Artigo	**Autor (es)**	**Amostra**	**Abordagens relevantes**
Ansiedade, estresse e depressão de familiares de pacientes com insuficiência cardíaca	LACERDA, M. S. et al.(2017)	100 familiares de paciente com insuficiência cardíaca, 81 do sexo feminino e 19 do sexo masculino	Buscaram identificar o nível de ansiedade, estresse e sintomas de depressão de familiares de pacientes com insuficiência cardíaca, e a relação entre esses sentimentos com as variáveis sociodemográficas e clínicas. Entre os resultados encontrados, destaca-se que indivíduos do sexo feminino apresentaram maior média de estresse (18,2 %) em relação ao sexo masculino (14,16 %). A justificativa para tal resultado seria a relação com hormônios femininos, fase do ciclo reprodutivo e atividades domésticas, além do acúmulo de tarefas realizadas pela mulher, podendo elevar o nível de estresse.
Associação entre depressão e estresse laboral em profissionais de enfermagem de nível médio	GHERARDI-DONATO, E. C. S. et al. (2015)	310 técnicos e auxiliares de enfermagem, selecionados aleatoriamente, sendo 236 do sexo feminino e 74 do sexo masculino	Propuseram analisar a relação entre depressão e estresse laboral em profissionais de enfermagem de nível médio. Após estudo, constataram que a chance de depressão foi duas vezes maior entre os profissionais que apresentaram alto nível de estresse laboral. Constataram também que a depressão é 20 % mais expressiva no sexo feminino. Após resultados, concluíram que é essencial ações de prevenção e tratamento, e incentivo para as instituições de saúde na criação de programas específicos de tratamento para profissionais de saúde.
Associação entre estresse	PINTO, A.A. et al. (2017)	2.517 adolescentes,	Analisaram a associação entre estresse percebido na adolescência, peso corporal e

percebido na adolescência, peso corporal e relacionamentos amorosos		sendo 1.411 do sexo feminino e 1.106 do sexo masculino	relacionamentos amorosos. Constataram que, o sexo feminino apresentou maior prevalência de estresse (23,2%) comparado ao sexo masculino (3,6%). Com base nos resultados encontrados, propuseram incluir tal assunto no cotidiano escolar dos alunos com auxílio de profissionais e recursos educativos de variadas formas.
Estresse em Estudantes de Cursos Preparatórios e de Graduação em Medicina	SANTOS, F.S. et al. (2017)	256 estudantes, sendo: 127 do sexo feminino e 51 do sexo masculino estudantes de pré-vestibular, e 43 do sexo feminino e 35 do sexo masculino estudantes de medicina	Avaliaram a presença de sintomas de estresse entre pré-vestibulandos e acadêmicos de Medicina. Neste estudo, quantificaram os atingidos e sua respectiva fase de estresse. Na análise estatística houve divisão dos dados em relação aos grupos (estudantes de pré-vestibular de Medicina e acadêmicos de Medicina). Constataram que estudantes de pré-vestibular do sexo feminino apresentaram-se em fases avançadas do estresse (87,5%) comparado ao sexo masculino (12,5%).
Estresse em estudantes de enfermagem: estudo sobre vulnerabilidades sociodemográficas e acadêmicas	CESTARI, V.R.F. et al. (2017)	455 acadêmicos, sendo 428 do sexo feminino e 27 do sexo masculino	Avaliaram a associação entre a presença de estresse em estudantes de enfermagem e vulnerabilidades sociodemográficas e acadêmicas. Como resultado, perceberam que o estresse possuía relação com sexo, e afirmam que 64 % do total de estudantes estão estressados, sendo o sexo feminino responsável pela maior proporção de casos de estresse (65,4%) comparado ao sexo masculino (40,7%).

Nível de estresse em trabalhadores readequados e readaptados em Universidade Estadual Pública	CACCIARI, P.; HADDAD, M.C.L.; DALMAS, J. C. (2016)	91 trabalhadores, sendo 68 do sexo feminino e 23 do sexo masculino	Propuseram identificar o nível de estresse em trabalhadores readequados e readaptados de uma universidade estadual pública. Entre os resultados encontrados, verificaram em relação ao sexo, que as mulheres apresentaram a média de nível de estresse maior (23 %) do que os homens (20,7 %). O adoecimento neste grupo pode ser agravado pela discriminação nas relações de trabalho, na sobrecarga delegada às mulheres, visto que a elas são atribuídas várias jornadas de trabalho referente aos papéis que exerce, a saber: o trabalho doméstico, trabalho remunerado, o cuidado com os filhos, o papel de esposa, entre outros, causando assim, a redução do convívio familiar e da prática de bons hábitos de saúde, promovendo um processo saúde-doença diferenciado.
Sinais sugestivos de estresse infantil em escolares com transtorno de aprendizagem	SANTOS, J. B. G. et al. (2016)	50 crianças, sendo 23 do sexo feminino e 27 do sexo masculino	Objetivaram comparar o nível dos sinais sugestivos de estresse entre crianças com transtornos de aprendizagem (com e sem intervenção fonoaudiológica) e em crianças sem qualquer dificuldade escolar e verificaram o nível de estresse entre os grupos de acordo com o sexo dos participantes. Constataram diferença, estatisticamente insignificante, entre os sexos, embora encontrado maior frequência de sinais de alerta para o estresse no sexo feminino. Concluem enfatizando a importância de novos estudos que promovam o conhecimento acerca dos fatores de estresse entre meninos e meninas, a fim de oferecer melhores

			condições de aprendizagem nas escolas e respeitando as diferenças entre os sexos. Ainda consideram relevante saber o que provoca níveis mais elevados de estresse entre os sexos, para desenvolver orientações com a finalidade de promover a saúde mental e o bem-estar psicológico das crianças em desenvolvimento, respeitando suas particularidades
Depression Anxiety and Stress Scale (DASS-21) – Short Form: Adaptação e Validação para Adolescentes Brasileiros	PATIAS, N.D. et al. (2016)	426 adolescentes, sendo 264 do sexo feminino e 162 do sexo masculino	Pretendeu-se adaptar e validar a Depression, Anxiety and Stress Scale – Short Form (DASS21) para adolescentes brasileiros, um instrumento de mapeamento de sintomas de depressão, ansiedade e estresse. Sobre os escores em cada fator e no total, foram observadas diferenças significativas nas médias em cada fator (subescala) e no total do escore EDAE-A por sexo, tendo as meninas, maior média em todos eles, quando comparadas com os meninos, a saber: depressão 3,16 para os meninos e 4,95 para as meninas, estresse 2,29 nos meninos e 3,40 nas meninas e EDAE-A 9,77 para os meninos e 14,82 para as meninas. Esse aspecto pode estar relacionado a estereótipos de gênero, que demonstram especificidades quanto à saúde mental das meninas.
Estresse e fatores associados em alunos de psicologia de uma universidade	VIEIRA, L.N.; SCHERMANN, L.B. (2015)	184 universitários, sendo 151 do sexo feminino e 33 do sexo masculino	Avaliaram a presença de estresse em alunos de psicologia de uma universidade particular do sul do Brasil, bem como a associação do estresse com fatores sociodemográficos, fatores relacionados ao curso e com o rendimento acadêmico. No que diz respeito

particular do sul do Brasil			aos fatores sociodemográficos, houve diferença significativa em relação ao sexo, estando as mulheres, neste estudo, mais suscetíveis ao estresse (69,5%) do que os homens (36,4%).

Discussão

Com base na revisão e análise dos resultados, observou-se que as amostras dos estudos são predominantemente do sexo feminino nos diversos ambientes onde as pesquisas foram realizadas. Quanto ao nível de estresse encontrados nos textos, destaca-se que todos os artigos demonstram maior estresse, ou suscetibilidade a ele, no sexo feminino independentemente da idade ou área de atuação.

Constatou-se vulnerabilidade ao estresse feminino no ambiente de trabalho. Foram apontados dois artigos abordando tal tema, onde Gherardi-Fonato. et al. (2015) e Cacciari; Haddad & Dalmas (2016) discutem que os níveis elevados de estresse constatados podem estar relacionados a mulher e sua condição social enquanto profissional. Além de lidarem com seu ofício profissional, são atribuídas às mulheres outras jornadas de trabalho não tão valorizadas socialmente: atividade doméstica, educação dos filhos, o papel de esposa, entre outros. Outros autores que discutem estresse e gênero ratificam que mulheres apresentam maior nível de estresse se comparados aos homens, em razão de estarem culturalmente estereotipadas como pessoas emocionais, solidárias e dependentes (SADIR; BIGNOTTO; LIPP, 2010).

A pesquisa também identificou que o sexo feminino sobressaiu-se em relação ao estresse em contexto acadêmico, num total de três artigos neste ambiente (SANTOS et al., 2017; CESTARI et al., 2017; VIEIRA; SCHERMANN, 2015). Como resultado, Santos et al. (2017) constataram que os níveis de resistência e exaustão predominaram no sexo feminino, e justificam tais resultados relatando a sobrecarga de atividades, aqui já citada, além da inserção tardia da mulher no meio acadêmico como fator influenciador. Já Cestari. et al. (2017) identificaram o estresse em estudantes de enfermagem. Para defender os altos níveis, os autores pontuam o domínio de mulheres no curso, visto que, historicamente a enfermagem é vista como um ambiente feminino, justamente pela imagem de cuidar e proteger banalizada às mulheres. Em outro contexto estudantil, Vieira & Schermann (2015) explica que independente da circunstância, mulheres vem sendo apontadas como as mais estressadas. Estudos revelam que em estudantes universitárias do sexo feminino, o estresse relaciona-se às responsabilidades com as atividades obrigatórias da universidade, trabalho e cuidados com o lar e a família (GERVÁSIO et al., 2012). A

sobrecarga de responsabilidades aumenta a produção de hormônios, como o cortisol e a adrenalina, que atingem duas mulheres para cada homem, implicando altos níveis de exaustão emocional e aparecimento de quadros de ansiedade, pânico e depressão (SILVA et al., 2014; SAWATZKY et al., 2012).

Na adolescência também se identifica maior nível de estresse no sexo feminino, como apontou dois artigos integrantes da pesquisa (PINTO et al., 2017; PATIAS et al., 2016). Pinto et al. (2017) relatam que as moças são expostas, de forma mais expressiva e precoce, a eventos estressores do que os rapazes, como por exemplo, tarefas domésticas e cuidado com os irmãos; além disso, exteriorizam questões físicas e adotam cobranças, insatisfações quanto a aparência e peso corporal desde muito jovem e, com o tempo, podendo levar ao desenvolvimento do estresse em função da insatisfação com a autoimagem (CRUZAT MANDICH et al., 2016). Associadas a esses achados, existem evidentes alterações físicas e hormonais, sentimentos de vergonha, medo, descoberta da sexualidade, tornando tal fase um momento conflituoso para as mulheres (ROCHA et al., 2006). Já os rapazes, quando confrontados por situações estressantes, tendem a buscar a distração e diminuir a gravidade de determinados conflitos com mais frequência do que as moças, e buscam atitudes mais incisivas ao resolver problemas imprevistos (CAIRES; SILVA, 2011).

Nota-se ainda que, há mais restrições à liberdade das meninas, e um aumento de responsabilidades, conflitos e dúvidas, além de maior controle parental, quando comparadas aos meninos, tornando a adolescência como um período antagônico (TRAVERSO-YEPEZ & PINHEIRO, 2005)

Em um contexto infantil, no ambiente escolar, um artigo buscou identificar níveis de estresse em crianças com transtornos de aprendizagem (SANTOS et al., 2016). Os autores identificaram o nível de estresse de acordo com o sexo dos participantes, sendo a maior frequência de sinais de alerta para o sexo feminino. Um estudo relacionando suporte familiar e estresse infantil constatou que o estresse colabora fortemente com os índices de desempenho fraco na escola (MOMBELLI et al., 2011).

Para finalizar, um artigo integrante da pesquisa buscou identificar o nível de estresse, e outras comorbidades, relacionando variáveis sociodemográficas e clínicas, em familiares de pacientes com insuficiência cardíaca (LACERDA et al., 2017). Os autores justificam tal resultado explicando que, eventos estressores se

iniciam precocemente na vida do indivíduo, mas acredita-se que a mulher está mais exposta a tais situações, pois logo cedo, entre infância e adolescência, atribui-se a elas tarefas domésticas e obrigações para as quais os homens ainda não foram apresentados, ciclo este que se repete até a vida adulta. Um estudo realizado com cuidadores familiar de pessoas com doenças crônicas revelou a ausência de ajuda e de compreensão dos familiares, e pessoas que convivem com o doente gerando sobrecarga ao cuidador, principalmente para esposas e familiares do sexo feminino (PINTO; NATIONS, 2012).

Diante no cenário apresentado, é inquestionável a importância de uma visão atenta quanto à saúde de ambos os sexos, ainda mais para o sexo feminino, compreendendo a forma como são vistas diante da sociedade, trazendo novas soluções e revertendo resultados negativos para saúde desses indivíduos.

O presente estudo pôde identificar os níveis de estresse entre os sexos, constatando que o sexo feminino apresenta maior nível comparado ao sexo masculino, no Brasil, independentemente do contexto sociocultural e econômico, corroborando com os diversos relatos literários (ARALDI-FAVASSA; ARMILIATO; KALININE, 2005; MARGIS. et al., 2003; BARBOSA, R.H.S. et al, 2012). Diante dos achados, analisar tais dados contribui para que futuros estudos possam ter acesso a uma revisão atualizada sobre tais aspectos, ampliando as discussões e despertando a busca por novos dados.

Considerações finais

No Brasil, com o passar do tempo, ocorreram mudanças que interferiram no modo de vida da população. Tais mudanças, que somadas a diversas situações, trouxeram um dos problemas mais apontados atualmente, o estresse. Considerando que o estresse vem a evidenciar a susceptibilidade das enfermidades relacionadas e o sofrimento psicológico, torna-se importante avançar nas produções científicas em relação ao tema, assim, facilitando a observação e a busca de meios para diminuição dos resultados negativos apontados.

No presente estudo, foi perceptível que as pesquisas realizadas apontam as mulheres como sendo mais sobrecarregadas pelo estresse do que os homens, desde a infância até a fase adulta, isso devido aos múltiplos papéis que veem desenvolvendo, sendo estes papéis na sociedade, na família e no ambiente de

trabalho. Este apontamento deriva do fato de que, atualmente, a sociedade impõe às mulheres uma maior carga de atividades, sobretudo, porque, além das exigências pessoais, biológicas, sociais, sexuais e hormonais, ainda existe a carreira acadêmica ou profissional que também se caracterizam como pilares importantes na carga de fatores correlacionados e desencadeadores do estresse.

Diante dos fatos, o estudo pode colaborar para o despertar da necessidade e importância de se desenvolver novas pesquisas sobre o assunto, tanto para reverter a escassez de publicações dos estudos que relacionam o estresse e o sexo quanto para estabelecer novas estratégias.

Referências Bibliográficas

ARALDI-FAVASSA, C. T.; ARMILIATO, N.; KALININE, I. Aspectos Fisiológicos e Psicológicos do Estresse. **Revista de Psicologia da UnC**. Paraná, v. 2, n. 2, p. 84–92, 2005.

BARBOSA, R. H. S. et al. Gênero e trabalho em saúde: Um olhar crítico sobre o trabalho de agentes comunitárias/os de saúde. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 16, n. 42, p. 751–765, 2012.

CACCIARI, P.; HADDAD, M.C.L.; DALMAS, J. C. Nível de estresse em trabalhadores readequados e readaptados em universidade estadual pública. **Texto Contexto Enferm**, v. 25, n. 2, p. 1–7, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072016004640014.

CAIRES, S.; SILVA, C. Stress factors and coping strategies amongst 12th grade adolescents. **Estud Psicol**, Campinas, v.28, p.295-306, 2011.

CESTARI, V.R.F. et al. Estresse em estudantes de enfermagem: estudo sobre vulnerabilidades sociodemográficas e acadêmicas. **Acta Paul Enferm**, v. 30, n. 2, p. 190–196, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982- 0194201700029.

CRUZAT-MANDICH, C. et al. Body image, psychological symptoms and eating disorders among Chilean adolescents and young adults. **Rev Med Chile**, v.144, p.743-750, 2016.

GADZELLA, B. M. et al. How business professionals view their stress. **Psychological Reports***, 68*, 396-398. 1991.

GERVÁSIO S.M. et al. Análise do estresse em acadêmicos de Enfermagem frente ao primeiro estágio da grade curricular. **J Health Sci Inst**., v.30, v.4, p.331-335, 2012.
GHERARDI-DONATO, E. C. S. et al. Associação entre depressão e estresse laboral em profissionais de enfermagem de nível médio. **Revista Latino-Americana de**

Enfermagem, v. 23, n. 4, p. 733–740, 3 out. 2015. DOI: 10.1590/0104-1169.0069.2610.

LACERDA, M. S. et al. Ansiedade, estresse e depressão de familiares de pacientes com insuficiência cardíaca. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 51, n. e03211, p. 1–8, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2016018903211.

MARGIS, R. et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **R. Psiquiatr.,** v. 25, n. (suplemento 1), p. 65–74, 2003.

MOMBELLI, M. A. et al. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco de stress infantil. **Estudos de Psicologia.** Campinas, v. 28, n. 3, p. 327–335, 2011.

PATIAS, N.D. et al. Depression Anxiety and Stress Scale (DASS-21) – Short Form: Adaptação e Validação para Adolescentes Brasileiros. **Psico-USF**. Bragança Paulista, v. 21, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2016.

PETRY, A.R. Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. **Rev. Gaúcha Enferm**., Porto Alegre , v. 36, n. 2, p. 70-75, Jun. 2015 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472015000200070&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Maio 2019.

PINTO, A.A. et al. Associação Entre Estresse Percebido Na Adolescência, Peso Corporal E Relacionamentos Amorosos. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 35, n. 4, p. 422–428, 2017. DOI: 10.1590/1984-0462/;2017;35;4;00012.

PINTO, J. M. S.; NATIONS, M. K. A doença do cuidador familiar no Nordeste brasileiro. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 521-530, fevereiro de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000200025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de maio de 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000200025.

PRADO, R.L. et al. Avaliação da síndrome de Burnout em professores universitários. **Revista da ABENO**, v. 17, n. 3, p.21-29, jul., 2017.

PRETO, V.A. et al. Percepção de estresse nos acadêmicos de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE online**, v. 12, n. 3, p. 708-715, mar., 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/231389/28030. Acesso em: 05 Maio 2019.

ROCHA, T.H.R et al. Sintomas depressivos em adolescentes de um colégio particular. **Psico USF**, v.11, n.1, p.95-102, 2006.

SADIR, M.A.; BIGNOTTO, M.M.; LIPP, M.E.N. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.20, n.45, p.73-81, 2010.

SANTOS, F.S. et al. Estresse em Estudantes de Cursos Preparatórios e de Graduação em Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 2, p. 194–200, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v41n2RB20150047.

SANTOS, J. B. G. et al. Sinais sugestivos de estresse infantil em escolares com transtorno de aprendizagem. **Revista CEFAC**, v. 18, n. 4, p. 854–863, 2016. DOI: 10.1590/1982-0216201618420915.

SAWATZKY, R.G. et al. Stress and depression in students: the mediating role of stress management self-efficacy. **Nurs Res**., v.61, n.1, p.13-21, 2012.

SILVA, R.M. et al. Hardy personality and burnout syndrome among nursing students in three Brazilian universities: an analytic study. **BMC Nurs**., v.13. n.1, p.9, 2014.

TRAVERSO-YEPEZ, M. A., & PINHEIRO, V. S. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, v.13, n.1, p.147-162, 2005. DOI: 10.1590/S0104-026X2005000100010

VIEIRA, L.N.; SCHERMANN, L. B. Estresse e fatores associados em alunos de psicologia de uma universidade particular do sul do Brasil. **Aletheia**, v. 46, p.120-130, jan./abr. 2015.

Processo Psicodiagnóstico Infantil na Clínica Escola: um estudo de caso

Child Psychodiagnostic Process in the School Clinic: a case study.

Ariadne Lopes de Souza[1]
Leticia Teixeira Aizia[2]
Ana Paula de Castro Freitas [3]

RESUMO
O processo psicodiagnóstico infantil é uma ferramenta interventiva da psicologia com objetivo pautado em investigar aspectos que geraram e/ou mantém o contexto da demanda recebida. Através de etapas propostas por autores da psicologia, este processo obtém dados que proporcionam uma probabilidade fidedigna de um diagnóstico e prognóstico, com a função de orientar e auxiliar o indivíduo participante realizando os devidos encaminhamentos para ajudá-lo, além de ser um recurso muito utilizado nas Clínicas-Escolas a fim de ensino teórico-prático. O presente trabalho retratou a importância desta ferramenta de avaliação por meio de um levantamento bibliográfico e análise de prontuário de atendimento da Clínica-Escola do Unisalesiano de Araçatuba, concluindo que favorece não apenas o público que o procura, mas também aos alunos em sua formação profissional.
Palavras-chave: Benefícios, Clínica-Escola, Psicodiagnóstico.

ABSTRACT
The child psychodiagnostic process is an intervention tool of psychology with the objective of investigating aspects that generated and / or maintain the context of the demand received. Through steps proposed by psychology authors, this process provides data that provide a reliable probability of diagnosis and prognosis, with the function of guiding and assisting the participant making the appropriate referrals to help him, as well as being a widely used resource. in Clinics-Schools for theoretical and practical teaching. The present work portrays the importance of this evaluation tool through a bibliographic survey and analysis of medical records of the Clinical School of Unisalesiano de Araçatuba. It was concluded that it favors not only the public that seeks it, but also the students in their professional formation.
Keywords:, Benefits, Clinic-School, Psychodiagnosis.

Introdução

Pautado na informação da solicitação de ajuda psicológica, derivada ou não de algum encaminhamento externo ou interno, Ocampo; Arzeno (2011) teoriza que o processo psicodiagnóstico oferece, de forma científica, uma investigação das possibilidades de um diagnóstico sob os aspectos passados e presentes e prognósticos sob os aspectos futuros. Utiliza destes para cumprir a técnica total de atendimento, através de momentos de entrevista inicial, aplicação de testes e

1 Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba

2 Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

3 Psicóloga Especialista em Psicanálise; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

técnicas projetivas, a partir dessas etapas, encerra-se o processo e é realizada uma devolutiva ao paciente acompanhado de um informe escrito ao solicitante. Teve como objetivo investigar e conseguir uma descrição da personalidade do paciente e ajudá-lo com o que lhe aflige.

Segundo Ancona-Lopez (2014), o processo psicodiagnóstico infantil consiste de uma ou duas entrevistas iniciais com os pais, para entrar em contato com a queixa, a dinâmica familiar e o desenvolvimento da criança. Em seguida, são realizadas horas lúdicas e aplicações de testes, sendo estes avaliados e integrados as informações obtidas. Por fim, utiliza-se de uma ou duas entrevistas devolutivas com os pais apresentando conclusões diagnósticas e sugestões de passos seguintes a serem trilhados.

As Clínicas-Escola de Psicologia tem o objetivo pautado em preparar os alunos possibilitando-os a aplicação de seus conhecimentos teóricos adquiridos na universidade, o que favorece a formação de profissionais habilidosos e capazes de ampliar as práticas psicológicas em concordância com as novas realidades e demandas sociais, políticas e culturais da atualidade (PERES; DOS SANTOS; COELHO, 2004).

A partir da realização do processo psicodiagnóstico na clínica-escola, é possível a elaboração de um estudo de caso, como um meio de organizar os dados coletados, mantendo o caráter único do objeto estudado. Por meio deste, pretende-se investigar as características importantes para o objeto de estudo da pesquisa, podendo ser único ou múltiplo, além de composto por abordagem quantitativa ou qualitativa (VENTURA, 2007).

O objetivo do trabalho em pauta foi associar os conceitos teóricos da psicologia no processo psicodiagnóstico ao processo de aprendizagem do graduando, através da investigação e uso de ferramentas para obtenção de dados que auxiliem ao usufruidor do processo, ou seja, o paciente da clínica-escola.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico a respeito do tema e conceitos relacionados, além de um estudo documental do prontuário da Clínica-Escola do Unisalesiano de Araçatuba, cujo paciente foi atendido pelas autoras deste trabalho, de fevereiro a julho de 2018.

Através do Estágio de Formação Profissional I – Psicodiagnóstico, o processo foi realizado em dupla, com duração de 15 sessões no total, sendo 8 sessões com o paciente, realizadas durante 50 minutos, uma vez por semana e no período de 3 meses e 3 semanas, sob a supervisão de uma psicóloga e docente do curso de psicologia.

O paciente atendido, David [4], é do sexo masculino, 7 anos, residente na cidade de Araçatuba-SP, seus responsáveis legais são os avós maternos e ele foi encaminhado pelo Projeto que frequenta no período oposto da escola. A queixa foi referente aos comportamentos agressivos e desatentos do paciente, como por exemplo, atirar objetos nos amigos e professores, além de não se concentrar e/ou participar da aula e das atividades propostas.

O instrumento de pesquisa foi o prontuário de atendimento, este foi utilizado com a autorização do paciente atendido por intermédio do Termo de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido. Inicialmente, os responsáveis da criança foram informados e esclarecidos, acerca da pesquisa, dos problemas e objetivos. Eles também preencherem o termo de consentimento e assentimento livre e esclarecido.

Após o levantamento de dados e análise documental, as informações foram corroboradas e compreendidas à luz dos referenciais teóricos e conceituais presentes na bibliografia. Os dados obtidos serão especificamente utilizados para a publicação na revista virtual da universidade. Espera-se compreender e confirmar a eficácia do processo psicodiagnóstico infantil interventivo para a formação dos acadêmicos de Psicologia e favorecimento do público que chega à clínica escola. Alguns referenciais teóricos e conceituais utilizados são Ancona-Lopez, Ocampo e Arzeno, Ventura, entre outros autores que retratam o tema abordado.

Estudo de Caso

O primeiro contato com o caso é a partir da triagem com objetivo de conhecer a queixa e o paciente (ainda que através dos seus responsáveis). Na segunda sessão, o objetivo foi realizar anamnese para aprofundar o contexto histórico do paciente, a fim de conhecer os vínculos estabelecidos e papéis desempenhados no contexto no qual o paciente está inserido. De acordo com Ancona Lopez (2014), visa entender o

[4] Nome fictício

projeto de vida, desvendando sistemas de valores impregnados na família, permitindo elaborar hipóteses sobre o que pode estar acontecendo.

A partir das entrevistas inicias, o processo seguiu com o método das sessões lúdicas com o objetivo de ter o primeiro contato com a criança, trabalhando para a criação de um vínculo positivo e, com isso, observar seu brincar e a forma de interação com as estagiárias, além de perceber como expressa seus conteúdos individuais e familiares através deste ato, bem como uma investigação sobre os aspectos relacionados à independência, questões de aprendizagem e agressividade, visando que através do brincar, a criança nos permite o acesso à suas fantasias, desejos e experiências vividas, ainda que de forma simbólica. Klein (1923 *apud* Costa 2010), afirma que esta técnica oferece a possibilidade de analisar as crianças, sendo necessário manter o foco na criação do vínculo positivo.

Em meio ao processo, contou-se com o recurso da visita escolar, com o objetivo geral de investigar as demandas em tal contexto relacionadas com a queixa do paciente, investigando aspectos específicos relacionados com os comportamentos apresentados pelo paciente. No caso descrito, realizou-se uma entrevista semiestruturada, na qual a professora da turma ficou livre para falar, havendo intervenções das estagiárias diante de algumas lacunas existentes, também foram observadas as instalações da escola, suas possibilidades e condições de ensino que proporciona, além das relações interpessoais (ANCONA-LOPEZ, 2014).

A visita domiciliar também foi um recurso utilizado durante o processo, com a finalidade de entender melhor a criança em sua relação familiar e as circunstâncias em que vive. Após o consentimento dos responsáveis, observou-se a família em seu contexto diário, o que possibilitou relacionar mais dados ao conteúdo apresentado na clínica durante as sessões (ANCONA-LOPEZ, 2014).

A técnica de aplicar o teste da percepção infantil CAT-A se baseou na investigação da personalidade do paciente, visto que esse método auxilia no entendimento da estrutura de personalidade e a forma com que a criança reage e lida com as questões do seu desenvolvimento. O teste oferece estímulos padronizados possibilitando uma investigação das demandas comuns da infância, associando com os comportamentos apresentados por David (BELLAK; ABRAMS, 2010).

Após a análise de dados, realizou-se a devolutiva com a responsável, através de uma sessão com o intuito de alinhar as percepções obtidas durante o processo, o teste aplicado e as visitas realizadas, concluindo um possível diagnóstico, resultado de todo processo. Logo, apontaram-se aspectos importantes para que a responsável compreendesse o trabalho que foi realizado e o objetivo alcançado, na sequência, direcionou-se a responsável aos respectivos encaminhamentos e orientações a serem seguidas, a partir daquele momento. Ao final, produziu-se juntamente com o paciente um livro, com uma história baseada em seu próprio contexto, usando de personagens fictícios (como animais) e, com enredo final elaborado a partir de seus conflitos e atendimentos realizados, além de também trabalhar o desligamento com ele (ANCONA-LOPEZ, 2014).

Resultados e Discussões

O processo psicodiagnóstico originou-se da psicologia clínica por volta de 1986, quando houve acesso aos primeiros testes mentais. Nesta época, como ressalta Rigoni; Sá (2016), a função do psicólogo era limitada a aplicação de testes solicitados por outros profissionais além de ser pautado no modelo médico de atendimento, ou seja, mantinha-se um distanciamento do indivíduo avaliado para que não se perdesse a objetividade de seu trabalho. Atualmente, Krug; Trentini; Bandeira (2016) tratam o psicodiagnóstico como um processo científico de investigação e intervenção clínica, de tempo pré-determinado, constituído por técnicas e/ou testes com a finalidade de avaliar uma ou mais características psicológica com o propósito de um diagnóstico psicológico descritivo e/ou dinâmico, além de ser baseado na literatura cientifica, possibilitando uma ou mais sugestões terapêuticas e encaminhamentos.

Em relação à formação do profissional de psicologia em consonância com o processo psicodiagnóstico infantil, a clínica-escola revela-se um meio de prestação de serviços públicos de saúde mental, tendo como um de seus benefícios, a brevidade do tempo de intervenção com menor custo, além de se mostrar como um valioso instrumento, haja vista os significativos resultados obtidos, indicando sua eficácia (SCHAURICH, 2011, p.28).

Os dados obtidos sobre o paciente exibiram que a criança foge de aspectos que envolvam a dinâmica familiar, apresentando confusão na definição de papéis,

além de uma possível falha cognitiva na externalização de conteúdos cognitivos e emocionais. Com isso, seria importante confirmá-las melhor através de uma avaliação neurológica e neuropsicológica, obtendo resultados melhores definidos a partir de testes mais específicos, para que confirme essa questão da externalização de raciocínio e incoerências apresentadas com dificuldade por David, bem como sugerir uma avaliação fonoaudióloga, devido às questões da troca e omissão de fonemas exibidos pelo mesmo.

A avaliação neuropsicológica sugerida para o caso apresentado foi direcionada à investigação de funções cognitivas comprometidas ou e/ou preservadas, através do comportamento apresentado, com intuito de entender se o funcionamento cerebral afeta o comportamento e o quanto afeta. (DA SILVA, et al 2016). A indicação de um profissional da área fonoaudiológica foi baseada nas suas habilidades para *identificar, diagnosticar e tratar indivíduos com distúrbios da comunicação oral e escrita, voz e audição* (JUSTINO *et al*, 2018, p.3).

Diante dos resultados, foi sugerida a psicoterapia individual para auxiliar nos comportamentos agressivos e desatentos apresentados por David, que podem estar relacionados ao contexto no qual o mesmo encontra-se inserido, além de auxiliar nas questões de dificuldade na elaboração do conteúdo interno de origem cognitiva e emocional. Estudos apontam que durante o processo de avaliação psicológica é possível que seja realizado o encaminhamento para a psicoterapia individual. De acordo coma as autoras, na psicoterapia o paciente é beneficiado com um processo de trabalhar os aspectos que eram desconhecidos e emergiram durante a avaliação psicológica (BAU; MARTINS, 2017).

Similarmente, foi orientado a buscar por um profissional especializado em psicopedagogia para ajudar o paciente no contexto de aprendizagem (leitura e escrita) no qual expõe certa dificuldade também. A psicopedagogia tem como objetivo estudar, compreender e intervir na aprendizagem humana, não apenas em questões de distúrbios, mas na aprendizagem como um todo (SERRA, 2012).

Em consonância, foram expressas algumas orientações para a responsável sobre as definições de papéis estabelecidas que geram confusão no paciente, a mesma demonstrou ciência e disposição a equilibrar esse papel de modo a ser mais impositiva sobre as regras e buscar os profissionais necessários para auxiliar o paciente. De acordo com Becker; Da Rocha; Roseinberg (2015), a devolutiva deve-

se a um processo de fornecer os resultados do processo psicodiagnóstico com o objetivo de fornecer informações de forma clara e pontual aos responsáveis, levando em consideração o ponto de vista do paciente, dos pais do paciente e do psicólogo. Essa etapa favorece o apaziguamento de possíveis fantasias relacionadas a problemática do filho e devido ao fato dos pais serem os principais encarregados pela efetivação do tratamento.

Conclusão

A demanda de psicodiagnóstico que procura os atendimentos da clínica-escola é beneficiada com consultas semanais que implicam sessões investigativas e interventivas. São realizadas sessões de entrevistas com os pais, sessões lúdicas com a criança e aplicação de testes, levantando o maior número de informações possíveis pautadas nas hipóteses levantadas, para que os resultados sejam precisos, possibilitando a realização de uma devolutiva para o paciente e seus responsáveis. Através deste procedimento, os pais e a criança podem procurar recursos especializados para trabalhar em relação aos resultados.

É importante ressaltar que este processo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (09960419.0.0000.5379). Durante a utilização desta técnica interventiva, o graduando é tão beneficiado quanto o público que procura pela prestação de serviços na área de psicologia, pois tem a chance de se apropriar dos conhecimentos teóricos a partir da realização da prática, estando em contato com os clientes, suas histórias e seus contextos. O graduando também entra em contato com a ferramenta de avaliação psicológica, os testes, as sessões lúdicas investigativas e as análises baseadas em referenciais teóricos, além da supervisão de um psicólogo responsável, disponível para auxiliá-los e direcioná-los para o caminho correto do método em questão.

Concluiu-se que é notória a importância do processo psicodiagnóstico interventivo realizado na clínica-escola por graduandos do curso de psicologia tornando-se uma ferramenta que favorece a comunidade e aos graduandos.

Referências Bibliográficas

ANCONA-LOPEZ, Silvia. Psicodiagnóstico fenomenológico existencial: focalizando os aspectos saudáveis. In: **Psicodiagnóstico Interventivo.** 1ªed. São Paulo: Cortez, 2014.

BAU, Jorgiana, MARTINS, Marcos A.M. Da avaliação psicológica à psicoterapia infantil: um estudo de caso. **Pesquisa Em Psicologia - Anais eletrônicos**, p.83-92, 2017. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/15418. Acesso em: 20 de maio de 2019.

BECKER, Ana Paula S., DA ROCHA, Nathalia L., ROSEINBERG, Bruna B. Fundamentos sobre o psicodiagnóstico e suas implicações terapêuticas. **Psicologia.Pt.** Disponível em: http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0935.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2019.

BELLAK, Leopold, ABRAMS, David M. **CAT-A: Teste de apercepção infantil: figuras de animais.** 1ªed, São Paulo: Vetor. 2010

COSTA, Teresinha. **Psicanálise com crianças**. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DA SILVA, Camila B. et al. Avaliação neuropsicológica: uma revisão de literatura. **Ciências Biológicas e da Saúde.** v. 3, n.2, p. 13-28, Abril 2016. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosaude/article/view/2310. Acesso em: 21de maio de 2019.

JUSTINO, Francinete S. et al. Atuação fonoaudióloga nos distúrbios de linguagem oral e escrita: caso clínico. **Única Cadernos Acadêmicos.** v.3, n.4, p. Minas Gerais. junho-setembro, 2018. Disponível em: http://co.unicaen.com.br:89/periodicos/index.php/UNICA/article/view/87. Acesso em: 22 de maio de 2019.

KRUG, Jefferson S., TRENTINI, Clarissa M., BANDEIRA, Denise R. Conceituação de psicodiagnóstico na atualidade. **In:** HUTZ, Claudio S. et al. **Psicodiagnóstico.** Porto Alegre: Artmed, 2016.

OCAMPO, Maria L.S., ARZENO, Maria E.G. **O processo psicodiagnóstico.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERES, Rodrigo S., DOS SANTOS, Manoel A., COELHO, Heidi M.B. Perfil da clientela de um programa de pronto-atendimento psicológico a estudantes universitários. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 1, p. 47-54, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722004000100007&script=sci_abstract. Acesso em 20 de maio de 2019.

RIGONI, Maísa S., SÁ, Samantha D. O processo psicodiagnóstico. **In:** HUTZ, Claudio S. et al. **Psicodiagnóstico.** Porto Alegre: Artmed, 2016.

SCHAURICH, Aline P. **Psicodiagnóstico interventivo: Novos rumos na prática e na pesquisa em psicologia clínica.** 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SERRA, Dayse C.G. **Teorias e práticas da psicopedagogia institucional.** 1ªed., Curitiba: IESDE Brasil, 2012. p.5-10.

VENTURA, Magda M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Pedagogia Médica,** v.20, n.5, p.383-386, set-out, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/18473787/O_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa. Acesso em 21 de maio 2019.

Relação mãe e bebê no desenvolvimento infantil sob a perspectiva winnicotiana

Mother and baby relationship in child development from a Winnicotian perspective

[1]Camila Marques Silva
[2]Caroline Andrade Meira
[3]Débora Regina da Costa
[4]Ederson Ribeiro Costa
[5]Joicimar Cristina Cozza

RESUMO
Este trabalho teve como propósito analisar a relação mãe-bebê dentro das três funções da maternagem segundo a teoria winnicotiana. Para tal, foi realizada revisão de literatura narrativa comparativa, na abordagem relação mãe-bebê e seu trajeto que vai da dependência à independência. Tal questão vem tomando um grande espaço dentro da Psicologia, visto que há uma relação direta na construção subjetividade do bebê e a formação da identidade adulta. Pode-se destacar a importância da maternagem suficientemente no desenvolvimento infantil, considerando este ciclo o fator fundamental na caracterização da qualidade do processo de maturação do bebê.
Palavra-Chaves: Desenvolvimento infantil, Maternagem, Relação Mãe-Bebê, Winnicott.

ABSTRAT
This paper aimed to analyze the mother-baby relationship within the three functions of mothering according to the Winnicotian theory. To this end, a comparative narrative literature review was performed in the mother-baby relationship approach and its path from dependence to independence. This question has been taking a large space within Psychology, since this relationship in the baby's subjectivity of the baby and the formation of adult identity. The importance of sufficiently good mothering in child development can be highlighted, considering this cycle as the fundamental factor in characterizing the quality of the baby's maturation process.
Keywords: Child Development, Mother-Baby relationship, Motherhood, Winnicott,

Introdução

Um novo mundo espera os recém-nascidos, um universo bem diferente daquele onde ele viveu nos últimos nove meses – o meio intrauterino. Junto com o nascimento vão surgindo as primeiras barreiras a serem enfrentadas e os bebês só tem como recurso os estímulos sensoriais (SILVA & PORTO, 2016).

Diante deste novo mundo, a mãe é o instrumento decisivo para o efeito de desenvolver saudavelmente as necessidades da criança (GAIA & ZULIAN, 2010).

[1]Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP
[2]Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP
[3]Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP
[4]Docente do Curso de Psicologia, no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP
[5]Docente do Curso de Psicologia, no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP

Segundo Winnicott (1999), a mãe se torna responsável pela construção da saúde mental de seus filhos, sendo a ela o atenuador dos processos que envolvem o crescimento físico e emocional do bebê.

Ainda, de acordo com Winnicott (1983), a atenção que a mãe estabelece nos cuidados com o bebê é determinante na construção do sujeito, a partir desta construção o bebê começa a desenvolver um ambiente que lhe proporcionará condições de enfrentar os desafios de cada etapa do desenvolvimento infantil.

Para Zornig (2010), no início do século XVIII o iluminismo e o romantismo destacavam a importância do afeto nas relações conjugais e familiares, fator que ia ao encontro aos arranjos externos que desvalorizava as escolhas individuais. Fazendo uma análise da história, podemos associar as relações tradicionais com os bens familiares, os afetos predominavam sempre em função do interesse pessoal ou familiar.

Ainda para Zornig (2010), o desenvolvimento de uma sociedade se garantia em torno do afeto entre pais e filhos. Já na opinião de Borsa (2007), estabelecia-se o crescimento emocional relativo à conexão materno-infantil, destacando este vínculo como essencial para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo do indivíduo ao longo da vida.

Este vínculo ultrapassa as barreiras somente em cumprir as obrigações essenciais de cuidados, segundo Winnicott (2008, p. 118) o amor é a chave principal para que um bebê se torne um adulto saudável e independente. Esse sentimento é que torna inviolável a relação entre a mãe e seu filho.

Ainda dentro desta relação materno-infantil, destacamos os problemas existentes em toda relação. Para Winnicott (1988), há que se levar em conta as dificuldades que uma mãe pode ter nos cuidados com seu bebê, principalmente aquelas desencadeadas por problemas emocionais, em virtude do sentimento de desamparo provenientes de carências em sua história, denominados como confronto de desamparos.

Material e Método

A pesquisa foi desenvolvida dentro do aporte psicanalítico com uma visão winnicotiana, valorizando o desenvolvimento infantil a partir da relação da mãe com

o bebê, para um desenvolvimento particular e fidedigno, sendo necessário que a mãe seja “suficientemente boa” (BORSA, 2007).

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura narrativa comparativa que, segundo Rother (2007), são publicações vastas e adequadas para delinear e debater o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto.

Através deste contexto, foram utilizados meios eletrônicos como acesso aos artigos científicos, monografias e teses em bancos de dados, tais como, PEPSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), Revistas Eletrônicas, SciELO (Biblioteca Virtual em Saúde), Anais, Redalyc (Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal), tendo como desígnio conseguir um vasto conhecimento baseando-se em estudos anteriores.

Apresentou- se como propostas de inclusão, artigos que esclarecem sobre o desenvolvimento infantil, que citem as três funções da maternagem, segundo Winnicott, através das palavras chaves: maternagem, desenvolvimento infantil, relação mãe-bebê, Winnicott priorizando a relação mãe-bebê e o desenvolvimento da criança e possíveis causas para este. Foram utilizados trabalhos científicos com publicações entre os anos 2003 a 2018, pois nesses existem uma gama de informações sobre a temática, mais proeminente para que se tenha um parâmetro da atualidade, em contraponto usamos as pesquisas do autor que descreve a teoria chave para este trabalho, porém, mais antigos, entre os anos 1953 até a tradução mais atual de 2008.

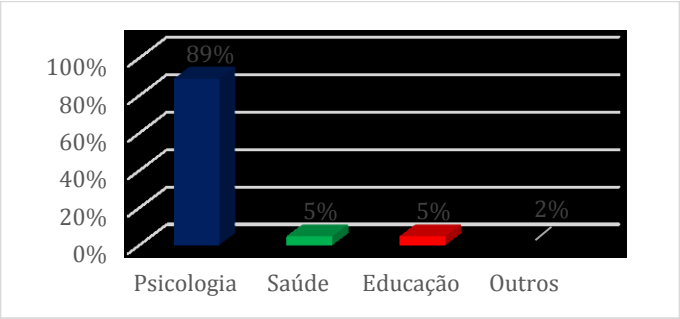
Para o critério de exclusão, foram eliminados do estudo artigos que retratam a relação mãe-bebê fora da perspectiva winnicottiana e artigos que não abordem o desenvolvimento infantil até a segunda infância.

Resultados

Inicialmente foram selecionados 68 artigos, sendo esses todos relacionados ao tema proposto, desta forma 50 artigos foram lidos em sua íntegra e 18 excluídos por não apresentarem em seu resumo informações relevantes ao nosso estudo e/ou em outros idiomas. Mediante os artigos selecionados e de interesse ao estudo, somente 44 foram de fato utilizado em nossos resultados.

Seguindo um parâmetro analítico quantitativo sobre os artigos selecionados, podemos detectar dentro dos incluídos que 89% são publicações destinados a Psicologia e 05% para área da educação, o5% para área da saúde e 2% outros (Metodologia de Pesquisa), como demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Percentual dos estudos



Há grande preocupação na área psicológica sobre a questão da relação mãe-bebê e no que ela representa para o desenvolvimento infantil. Outro fator a se destacar é a necessidade constante de informações, em que o profissional da psicologia utilizará a fundamentação teórica e a integrativa da compreensão do mundo mais profundo da relação mãe-bebê.

Discussão

Diante da necessidade de refletir sobre a temática, iniciaremos com as 3 funções da maternagem sob a perspectiva winnicottiana.

Não há como falar de um bebê sem falar de sua mãe, pois, no início, o ambiente é a mãe e Winnicott acredita no potencial que toda mãe possui para cuidar de seu filho, ele ressalta que a mãe é definitivamente devotada. A criança é totalmente dependente, sendo esta a palavra chave para estudá-la. No início essa dependência é absoluta, pois os bebês precisam dessa devoção da mãe para lhes atender prontamente todas as suas necessidades e, apenas, gradualmente durante seu primeiro ano de vida se transforma em algo externo e separado do bebê. Um bebê não existe sem sua mãe, os dois fazem parte de uma relação, sempre que há um bebê existe a função da maternagem (MONTEIRO, 2003).

Perspectiva Winnicottiana dentro das 3 funções da maternagem

Gestação

De acordo com Kehdy (2013), o ambiente de holding vai incluir toda a rotina de cuidado, tendo este uma qualidade afetiva muito importante. Neste período de gestação, o pai tem como função oferecer o holding para a mãe, pois para ela exercer uma maternagem suficientemente boa, é indispensável que ela seja amparada por um ambiente de holding.

Entretanto se o ambiente inicial desta mãe for deficiente, ela terá dificuldades em realizar em sua fantasia um bebê vivo e completo, dificultando assim, desde o início, sua relação com o bebê (MONTEIRO, 2003).

De acordo com Piccinini *etal* (2012), a relação mãe-bebê inicia-se no pré-natal, corroborando com isto, Andrade *et al* (2017), relata em sua pesquisa uma tendência das mães em construir uma representação mental do bebê, sendo este importante para a criação de vínculo.

Winnicott (1985) descreve o bebê como uma "organização em marcha" onde para que ele cresça e se desenvolva física e psicologicamente saudável, este desenvolvimento é uma parcela de responsabilidade do próprio bebê, algo inato a ele. Cada um tem seu investimento biológico para seu desenvolvimento que incluem processos de maturação. A outra parcela de um desenvolvimento saudável se dá através de um ambiente facilitador, cujo papel da mãe é tão importante.

A mãe desenvolve um estado psicológico chamado "preocupação materna primaria" onde é caracterizado por uma fusão entre o bebê e ela, sendo os dois apenas um. A preocupação materna primaria tende a se estender de semanas a meses após o parto, a qual a mãe desloca toda atenção que antes era focado em outros assuntos para satisfazer as necessidades da criança. Esteves, Anton & Piccini (2011, p. 79) descrevem como um "*retraimento ou dissociação, na qual um determinado aspecto da personalidade prevalece por algum tempo*".

O estado psicológico de preocupação materna primária é adquirido através da sensibilização, de uma capacidade particular da mãe em se identificar com as necessidades do bebê. O holding realizado pela mãe dará passagem para que o bebê saia da não- integração da fase de recém-nascido, para uma integração posterior e o

vínculo com a mãe que ofertará base para um desenvolvimento saudável das capacidades inatas do sujeito (DE MOURA, 2008).

Sendo assim, este estado de preocupação materna primária é essencial para que o desenvolvimento do bebê seja saudável, visto que a mãe desenvolverá, desde a gestação, uma empatia pelo bebê, e assim irá atender as necessidades básicas, sabendo o que este bebê precisa e sente (HORTIZ *et al*, 2013).

Este período é marcado pela impossibilidade das funções do handling e apresentação de objetos, visto que o bebê ainda está no ambiente intrauterino, e para se ter o handling é necessária uma manipulação. De acordo com Klautau e Salem (2009), está manipulação envolve os cuidados físicos que são ofertados para o bebê, como acalmar e embalar. Já a apresentação de objetos configura-se como inexistente neste período, visto que para Mariano (2010, p. 25) "*a mãe começa a apresentar objetos para a criança, os objetos transicionais*".

Puerpério

No começo da vida, o ambiente para o bebê é de extrema importância e dentro dos limites da condição do ser humano deve ser perfeito (SANTOS, 2017). Visto que as primeiras quatro semanas de vida são configuradas como o período neonatal, este é um período de transição do útero, onde o feto é sustentado totalmente pela mãe e progride para uma existência independente (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 133).

Logo após o nascimento, a mãe e o bebê entram na fase de dependência absoluta, significando que está mãe e bebê dependem, na satisfação de suas carências, diretamente um do outro (CASTILHO, 2012, p. 128).

A existência de uma rede social no pós-parto é essencial para que a mãe e o bebê tenham uma sustentação, ou seja, o holding (KEHDY, 2013). Já para Klautau e Salem (2009), o holding é o primeiro ambiente do bebê, configurando-se como um suporte confiável, devendo ser realizado desde o nascimento, para que desta forma o recém-nascido consiga progredir para à integração e ter sua experiência de continuidade resguardada. Além disso, este suporte acontece a partir da sustentação cuidadosa, com que o outro, neste caso a mãe, sustenta o bebê, que nesta fase é incapaz de ser autônomo, como por exemplo, sustentar sua cabeça sem o subsídio externo.

Neste período o holding físico, configura-se como central na relação mãe-bebê, visto que é a partir dele que o recém-nascido consegue prosseguir com um desenvolvimento satisfatório e sadio.

De acordo com Winnicott (2000) handling acontece a partir do manejo físico do bebê, como por exemplo, a troca de fraldas, devendo proporcionar ao bebê o bem-estar físico, integrando a vida psíquica. Já a apresentação de objetos, corresponde a entrega ao bebê do objeto desejado, para que assim ele acredite que o mundo contém o que ele precisa e deseja.

Primeira Infância

O contato inicial após o nascimento é de suma importância para a mãe e para o bebê. Atualmente profissionais da saúde, tais como obstetras, pediatras, enfermeiros ou até mesmo doulas já acolhem como prática o que a teoria winnicottiana chamou a atenção:

> *Por um lado, o quão valioso é para a mãe ver e sentir o seu bebê contra o seu corpo imediatamente após o nascimento, e por outro, o quão necessário é para o bebê entrar em contato com o corpo materno, visto que a sensibilidade da sua pele está muito aguçada* (SILVA, 2016, p.41).

O bebê nasce não integrado, ou seja, sem nenhuma experiência de contato com a realidade do mundo externo. Assim que nasce, o bebê não possui noção de sua corporeidade, de tempo e espaço, não conseguindo reunir a experiência que viveu em útero [...]. Durante o nascimento, as mãos que sustentam o corpo do bebê são de suma importância, sendo comparadas com a experiência de nascimento ou do contato que o bebê passará a ter com o corpo da mãe a partir deste momento (SILVA, 2016).

Porém, se a mãe não teve uma qualidade nas experiências da primeira infância, isto influenciará na qualidade da função materna, visto que as experiências vividas, de ter nascido, se desenvolvido como bebê e a produção dessas experiências na fantasia, iram ajudar ou danificar a sua experiência como mãe (MONTEIRO, 2003).

Medeiros & Aiello-Vaisberg (2014) descrevem, assim como Wanderley (2003), que a fase de holding corresponde aos cuidados primitivos do bebê, considerando as necessidades físicas e psicológicas ocorridas logo após o

nascimento da criança. Além desses cuidados é necessário que o ambiente seja suficientemente bom para que o holding aconteça. O bebê necessita ser sustentado psicologicamente para conseguir se desenvolver de forma satisfatória, para isso é necessário que a mãe seja suficientemente boa, sendo devotada ao bebê através de sua presença, confiança e pontualidade teria como decorrência natural desse processo as experiências de ilusão, continuidade de ser e o desenrolar de movimentos integrativos.

Corroborando com essa ideia Stona; Campos (2013) e Hortiz, *et al*., (2013) elaboram que essas atitudes são consideradas corriqueiras, porém muito importante. Esse ato proporciona a criança um apoio a sua sobrevivência erotizando e organizando seu aparelho psíquico. Para Florencio (2018), o holding permite que o bebê tenha a função de integração, ou seja, a partir de uma pessoa já integrada ele se integra também. No início o bebê está em fusão com a mãe, não sabendo identificar que ele é um ser separado da mãe.

Bebês com um apego seguro choram ou protestam quando a mãe se ausenta, e a procuram ativamente quando ela retorna, porém, estes bebês são capazes de obter o conforto que precisam sozinhos, quanto mais seguro o apego do bebê com a mãe, maior será a probabilidade dele desenvolver um bom relacionamento com os outros (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 223).

Diante disto, um holding efetivamente estabelecido com o bebê, levará a um apego seguro, fazendo com que perante o desenvolvimento infantil, este bebê terá confiança para se desenvolver em seu mundo.

A maternidade incluirá o contato íntimo com o corpo do bebê, este possui necessidades que precisaram ser satisfeitas para que ele cresça de maneira saudável e satisfatória, uma dessas necessidades será a de uma mãe que responda de maneira afetuosa e rápida às demandas do bebê. (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 217).

Correlacionado o fato de a maternidade incluir contato com o corpo, o handling está ligado ao manejo cuidadoso, sensível e carinhoso para com o bebê que será edificado e mantido pela mãe. Este contato físico do handling levará o bebê a um relacionamento gradativo de seu corpo, possibilitando uma construção imaginária do mesmo, sendo este um momento importante, por assimilar o acerto de um marco no desenvolvimento (BRANDÃO, 2003).

Todavia à medida que o bebê cria essa construção imaginária, passa a entender que ele habita o próprio corpo, havendo a distinção da psique e o soma, chamado de personalização, a psique passa a habitar no soma. Quando o bebê vivencia um bom manejo (handling), sendo acolhido, cuidado e tocado pela mãe, oferecem sensações ao bebê que são inscritas em sua consciência, na psique do bebê, passando a ter o conhecimento de viver dentro do seu corpo, estabelecendo uma realidade interna e uma realidade externa (MONTEIRO, 2003).

Contudo os cuidados do handling são respectivos também às condutas sociais, pois os pais realizam um cuidado mais físico em relação ao bebê, em relação a tocar, acariciar, e brincar, é a partir desse movimento que surgem, a resposta do bebê em forma de agitação, gritos e risadas (KLAUTAU; SALEM, 2009).

Em relação às formas de se realizar o handling, este poderá aparecer por meio dos momentos de banhos, trocas, massagens e será nesta fase que o bebê irá começar a levar as mãos e objetos à boca, olhar e seguir movimentos e buscar alcançar objetos (MARIANO, 2010, p. 25).

Corroborando com as afirmações, ter um handling adequado mostra que a mãe está cuidando do bebê e que consegue manejar o corpo do bebê de tal forma como se os dois constituíssem uma única unidade. Tendo fundeado em seu corpo, alcançando a integração por longos períodos e sentindo-se residido em seu próprio corpo, o bebê descobre a realidade externa. A mãe tende a proteger as invasões do mundo externo, não permitindo que o meio envolva o *self* do bebê (MONTEIRO, 2003).

Já a apresentação de objetos nesta fase, acontece por meio da mãe, que mostra o mundo exterior para o bebê, propiciando a criação de novos objetos, que serão levados por ele durante o processo de desenvolvimento, porém, o ambiente deverá ser propiciador dessas experiências, visto que é necessário que o bebê acredite que o objeto apresentado foi criado por ele (DA ROCHA, 2006). Entretanto Hortiz, *et al*., (2013), ressaltam a existência de um paradoxo, visto que quando se tem a ideia de apresentação de objeto, deve-se levar em conta a ilusão que o bebê irá instituir perante o mesmo, mas que também, durante este processo de ilusão de criação, o bebê deve-se dar conta de que este objeto já existia e que ele não poderia tê-lo criado.

Em um novo estágio de interação, denominado como independência relativa, correm os passos cruciais no desenvolvimento da habilidade infantil para a ligação. Para a criança, está fase se resulta do processo de desilusão, que tem seu princípio quando a mãe já não consegue estar à sua disposição, por motivos de um aumento de sua autonomia (CASTILHO, 2012, p. 129).

Entretanto para lidar com ausência de satisfação, que ocorre a partir do momento em que a mãe não pode estar mais a disposição, o bebê irá eleger objetos transacionais, que irão assim, suprir as necessidades emocionais, podendo ser um paninho, música, brinquedo ou chupeta. É a partir desta experiência transacional que o bebê poderá lidar com o seu mundo interno que está em construção e conceber a ideia de mundo externo (WINNICOTT, 1953/1975).

Segunda infância

Na segunda infância a criança, que está em idade escolar, irá deslocar seu foco de dependência do adulto, como no caso a mãe, para outras crianças.

Na sociedade moderna, as mulheres possuem a possibilidade de estudar, trabalhar fora, escolher o momento e o número de filhos que fosse de seu desejo e com estas mudanças, as crianças que antes ficavam aos cuidados de suas mães, até a idade escolar, 5 a/ou 6 anos de idade; hoje. estão cada vez mais cedo indo para as escolas de educação infantil, por volta dos quatro meses, como consequência, as escolas ganharam a função de cuidadora, podendo ocasionar falhas ambientais e no holding (FAGUNDES, 2017).

Diante das afirmações, para elencar a importância do holding, Silva (2016), ressalta que configura-se como umas das três funções que a "mãe suficientemente boa" irá exercer para dar auxilio na construção da personalidade no bebê, visto que irá auxiliar nas relações que este bebê exercerá com outras pessoas e futuramente com o meio. A função *holding* que a mãe exerce é física e ao mesmo tempo emocional, determinará o desenvolvimento do *self* verdadeiro ou falso. Falhas no ambiente e no estabelecimento do holding podem gerar problemas futuros, relacionados a formação do *self* do bebê, levando a sentimentos de insegurança, dependência, desconfiança perante o meio e a falta de criatividade na fase adulta, visto que o bebê irá formar um falso *self*, que possui a função de proteger o ser da realidade externa.

Nesta fase o handling configura-se como uma importante função em relação com a formação da personalidade do bebê, tendo um ambiente que facilite o desenvolvimento, o bebê passa a ter consciência de estar dentro de seu corpo (KLAUTAUS; SALEM, 2009). Corroborando com isto, a apresentação de objetos e as brincadeiras realizadas pela mãe, fará com que o bebê comece a conhecer o mundo exterior e fazer parte dele, mantendo assim relações com outras pessoas (MARIANO, 2010).

Quando a criança entra na segunda infância estará na fase da dependência-independência, ou seja, a criança passa a provar de forma gradual a sua independência, porém ela precisa reexperimentar a dependência. Mais tarde, no próximo contexto, a independência-dependência nos indica que os experimentos de sua independência continuariam, mas de forma predominante. No estágio contíguo, a criança parte rumo à independência, internalizando o ambiente em si, apoderando-se da habilidade de cuidar dela mesmo. Reiterando que o caminho que a criança percorre até que se chegue a esse estágio é mutável, tal compreensão pode ser preterida pela forma abstrusa com que a realidade é mostrada ao bebê (LOPES, 2012). Winnicott (1983/1963, p.83-84) discorre que *"[...] só pode-se ter uma exposição não-confusa da realidade externa se ela for cuidada por uma pessoa que está devotada ao lactente e à tarefa de cuidar desse lactente*".

Quando o bebê se apodera da realidade externa, gradualmente torna-se capaz de confrontar e lidar com o meio, acarretando a independência. Conquistando essa independência, a criança passa a ser capaz de confrontar e suportar tensões, elevando sua tolerância.

> *Ao passo que ao lidar razoavelmente bem com as tensões sociais, a criança vai dando continuidade ao seu processo de crescimento e amadurecimento, pleiteando um lugar social no espaço escolar, no mundo do trabalho, na vida amorosa.* (LOPES, 2012)

Em contrapartida, Da Rocha (2006) discorre que a busca pela independência será algo contínuo, onde mesmo alcançando a idade adulta poderá não ter alcançado a maturidade emocional

> *A maturidade individual implica movimento em direção à independência, mas não existe essa coisa chamada "independência". Seria nocivo para a saúde o fato de um indivíduo ficar isolado a ponto de sentir independente e*

> *invulnerável. Se essa pessoa está viva, sem dúvida há dependência!* (Winnicott, 1971/1967, p.3)

Assim, pode-se dizer que a relação materno-infantil na segunda infância se dá pela apresentação de objetos, onde a criança evolui da fase "dependência absoluta" da "mãe suficientemente boa" que produzia o holding de forma a edificar e preservar o *self* do bebê para a fase "Rumo à independência" onde o bebê passa se integrar com o ambiente externo de forma consciente. (SILVA, 2016; KLAUTAUS; SALEM, 2009; LOPES, 2012).

Conclusão

Ao longo de muitos anos, estudos sobre a relação mãe-bebê e sua importância no desenvolvimento infantil vêm crescendo de forma a auxiliar o profissional da Psicologia na compreensão desse contexto e assim traçar metodologias psicoterápicas e definir metas para melhor atender as possíveis demandas.

Diante das pesquisas observou-se que as três funções da maternagem e o processo de maturação, apesar de interligados e interdependentes, mesmo que discutidos distintamente, fazem parte do processo de desenvolvimento infantil proposto por Winnicott, sendo este de suma importância para o desenvolvimento da subjetividade do bebê, e, consequentemente, a construção de sua identidade adulta.

Dos 44 artigos selecionados, todos falam desses processos, sendo de conhecimento solidificado no contexto cientifico sobre o desenvolvimento infantil na compreensão winnicottiana.

Ha a necessidade de produção de pesquisas em relação à segunda infância, sendo que na literatura existe uma defasagem para essa questão, pois a teoria winnicottiana não retrata apenas o desenvolvimento da primeira infância, como a maioria das produções cita.

A fundamentação teórica deste trabalho contribuirá na ampliação da visão do relacionamento mãe-bebê, tanto para os profissionais da psicologia, como também para área da saúde e para área educacional, visto que o desenvolvimento infantil é caracterizado por essa relação, assim o profissional se pautará de ferramentas que permitam a aplicação dos conceitos para intervenções específicas para cada caso.

Em suma o processo de desenvolvimento infantil é pautado em uma maternagem suficientemente boa, em que a mãe deve promover todo o cuidado do bebê, sempre levando em conta que a mãe também necessita de cuidados e de um ambiente favorável para que possa realizar sua função materna de maneira satisfatória para o desenvolvimento infantil.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Cristiano J.; BACCELLI, Marcela S.; BENINCASA, Miria. O vínculo mãe-bebê no período de puerpério: uma análise winnicottiana. **Vínculo-Revista do NESME**, 2017, 14.1.

BORSA, Juliane C. Considerações acerca da relação Mãe-Bebê da Gestação ao Puerpério. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n.02, Abr/Mai/Jun 2007.

BRANDÃO, Mônica C. C. **Lúpus Eritematoso Sistêmico: Dor Física, "Dor do Eu"**. Tese [Mestrado] PUC, Rio de Janeiro, 2003.

CASTILHO, Pedro T. Algumas considerações sobre o objeto na psicanálise de Winnicott e Lacan: do objeto transicional ao objeto pequeno a. **Estudos de Psicanálise**, n. 37, p. 127-141, 2012.

DA ROCHA, Marlene P. Da dependência à Independência IN**: Elementos da Teoria Winnicottiana na Constituição da Maternidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) PUC - São Paulo, 2006

DE MOURA, Joviane A. **Winnicott- Principais Conceitos**. 2008.

ESTEVES, Carolina M.; ANTON, Márcia C.; PICCININI, Cesar A. Indicadores da preocupação materna primaria na gestação de mães que tiveram parto pré-termo. **Psicologia Clínica**, v. 23, n. 2, p. 75-99, 2011.

FAGUNDES, Ana P. **Medicalização Infantil**. UNIJUI. Santa Rosa, Rio Grande do Sul, 2017.

FLORENCIO, Jéssica S. C. **A importância da relação mãe bebê na constituição psíquica**. 2018.

GAIA, Larissa S. G.; ZULIAN. Maria A. R. **A importância da relação mãe-bebê no processo de desenvolvimento infantil**. 2010, p. 1.

HORTIZ, Maryellen. COSTA, Mayara C. DOS SANTOS, Regislaine C. **A relação materno infantil e o desenvolvimento afetivo em crianças de 0 a 3 anos**. 2013. Disponível em <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56170.pdf >. Acesso em 28 de set. 2018.

KLAUTAU, Perla; SALEM, Pedro. Dependência e construção da confiança: A clínica psicanalítica nos limites da interpretação. **Nat. hum.**, SãoPaulo, v. 11, n. 2, p. 33-54, fev. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 set. 2019.

KEHDY, Roberta. Proporcionando holding à dupla mãe-bebê. **Pediatr. mod**, 2013, 49.9.

LOPES, Clea.M.B. A travessia da dependência absoluta à independência relativa. IN: **AS VICISSITUDES DA CONSTITUIÇÃO DA FUNÇÃO MATERNA: um percurso teórico em Winnicott e Freud**. Dissertação (Mestrado em psicologia Clínica) – Laboratório de Psicanálise, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MARIANO, Daniele K. **A relação mãe-bebê e a constituição subjetiva da criança**. 2010. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, PR, 2010.

MEDEIROS, Clarissa; AIELLO-VAISBERG, Tania Maria José. Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. **Psicologia Clínica**, v. 26, n. 2, p. 49-62, 2014.

MONTEIRO, Mayla C. A relação mãe-bebê uma visão winnicottiana. IN: **Um coração para dois: a relação mãe e bebê cardiopata**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) PUC-RIO, Rio de Janeiro.

NASIO,J.-D. **Introdução às obras de Freud**, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan. Contribuições de A.-M. Arcangioli, M.-H. Ledoux, L. Le Vaguerèse, J.-D. Nasio, G. Taillandier, B. This e M.-C. Thomas; tradução, Vera Ribeiro; revisão, Marcos Comaru. – Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

PAPALIA, D. E. e FELDMAN, R. D. (2013). Desenvolvimento Humano. Porto Alegre, **Artmed**, 12ª ed.

PICCININI, Cesar. A. *et al*. Percepções e sentimentos de gestantes sobre o pré-natal.**Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n. 28 v. 1, p.27-33, 2012.

ROTHER, Edna T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.** São Paulo,v. 20, n. 2, p. v-vi,June2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de maio 2019.

SANTOS, Anne C. T. **Da decepção à esperança: o olhar da mãe para seu bebê com fenda orofacial** (FOF). 2017.

SILVA, Kleyson M. **Holding e Formação da Personalidade** em D. W. Winnicott. 2011.

SILVA, Sergio G. Do feto ao bebê: Winnicott e as primeiras relações materno-infantis. **Psicol. clin.** Rio de Janeiro , v. 28, n. 2, p. 29-54, 2016 .

SILVA, Rodrigo S.; PORTO, Mariza C. A importância da interação mãe-bebê. **Ensaios e Ciência: C. Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 20, n. 2, p. 73-78, 2016.

STONA, José. CAMPOS, Iris F. A. O que é ser mãe? Noções de uma função de diligência**.Salão do Conhecimento**. Unijuí, 2013.

ZORNIG, Silvia M. A. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanal.** Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 28 set. 2018.

Wanderley, Daniele B. **Palavras em torno do berço: intervenções precoces bebê e família.** Edit. Agalma, Salvador, BA, 2003.

WINNICOTT, Donald W. O conceito de indivíduo saudável**.** In:**Tudo começa em casa**. 1971 (Trabalho original publicado em 1967).

_____.Objetos transacionais e fenômenos transacionais. In**:O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 10-47; (Obra publicada 1953).

_____.Aspectos clínicos metapsicológicos da regressão dentro do setting psicanalítico.In: **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978 (Trabalho original publicado em 1954).

_____.Desenvolvimento emocional primitivo. In: **Textos selecionados da pediatria à psicanálise** (pp. 247-268). Rio de Janeiro: Francisco Alves,1982.(Trabalho original publicado em 1945).

_____.Teoria do relacionamento paterno-infantil In: **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.(Trabalho original publicado em 1960).

_____.Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In:**O ambiente e os processos de maturação**. (I.C.S. Ortiz, trad., pp. 79-87). Porto Alegre: Artes Médicas. 1983. (Trabalho original publicado em 1963).

_____**.O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983

_____**.A criança e seu mundo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

_____**.Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____.**HumanNature**. Londres. Winnicott Trust. [Tradução: Natureza Humana]. (D. Bogomoletz, trad.) Rio de Janeiro: Imago, 1990 (Trabalho original publicado em 1988).

_____.**Os bebês e suas mães**, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes,1999.

_____.A preocupação materna primária. In:**Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Editora Imago, p. 218-232.2000.

_____.**A família e o desenvolvimento individual**, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____.O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In: **A família e o desenvolvimento individual**, São Paulo: Martins Fontes, 2005(Trabalho original publicado em 1958).

_____.**A criança e seu mundo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.

Sadomasoquismo: estudo sobre relação conjugal e o sofrimento da mulher

Sadomasochism: A study about marital relationship and the suffering of woman

Adriana Martins Pereira[1]
Bruna Constantino[2]
Luana Costa Góes[3]
Ana Paula de Castro Freitas[4]

RESUMO
O presente artigo expõe um estudo de caso realizado a partir de um prontuário clínico da Clínica escola de Psicologia do UniSalesiano e apresenta como tema, o sadomasoquismo em uma relação conjugal de um casal heterossexual, contudo, a ênfase do trabalho é dada ao sofrimento da mulher. O trabalho não visa abordar aspectos de ordem racional ou social, mas sim, os processos de ordem psíquica inconscientes da paciente. A psicanálise sinaliza que a mulher obtém algum prazer nessa relação e, portanto, o intuito do trabalho é relacionar o caso clínico aos escritos de Freud a partir da temática da sexualidade e suas perversões. Como resultado, observou-se que os fatores contribuintes para que ela permaneça nesse tipo de relacionamento estão ligados às fixações das suas fantasias infantis, que acabam se atrelando ao masoquismo, ao complexo de édipo e a busca pela completude de sua feminilidade.
Palavras – chave: Masoquismo**,** Psicanálise**,** Sadismo, Sadomasoquismo, Violência

ABSTRACT
This article presents a study from a clinical record of the UniSalesiano Clinical School of Psychology, and shows it as topic, sadomasochism in a marital relationship of a heterosexual couple, however the emphasis of the article is the woman's suffering. The study do not intend to discuss the rational or social aspects, but rather the unconscious psychic processes of the patient. The psychoanalysis shows that this woman get some pleasure in this relationship and, therefore, the purpose of this paper is to relate the clinical case to Freud's writings based on the theme of sexuality and their perversions. As a result, It was observed that contributing factors for her to remain in this kind of relationship are linked to the fixations of her childhood fantasies, which end up being linked to masochism, the oedipus complex and the search for the completeness of her femininity.
Keywords: Masochism, Psychoanalysis, Sadism, Sadomasochism, Violence.

Introdução

A sexualidade é compreendida como uma construção tanto histórica quanto cultural, por isso é preciso observá-la com um olhar mais aprofundado do que apenas a reprodução humana ou o ato sexual entre as pessoas, pois envolve sentimentos, desejos, relacionamentos e poder. É a maneira como o ser humano se expressa em relação a si mesmo e com o outro.

[1] Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário UniSalesiano de Araçatuba/SP
[2] Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário UniSalesiano de Araçatuba/SP
[3] Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário UniSalesiano de Araçatuba/SP
[4] Psicóloga e professora especialista em psicanálise do Centro Universitário UniSalesiano de Araçatuba/SP

Foi em uma dessas formas de expressão da sexualidade que surgiu os conceitos de sadismo e o masoquismo, cujos termos ganharam notoriedade após serem utilizados pelo psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing em 1886. Segundo Pereira (2009), Krafft-Ebing utilizou esses termos inicialmente na sua obra *"Psychopathia Sexualis"* para elencar alguns transtornos médicos psiquiátricos que conceberam o que poderia vir a ser a perversão. Nessa obra, as práticas sexuais que estiveram fora do contexto biológico de reprodução da espécie eram consideradas como desviantes.

Sigmund Freud utilizou os termos sadismo e masoquismo pela primeira vez em sua obra "Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade" em 1905, cuja intenção era saber se de fato essas práticas poderiam ser configuradas como uma perversão[5] ou apenas uma manifestação da sexualidade humana legítima (BUCHAÚ; CAMARA, 2016).

Para o autor, o conceito de sadismo oscila desde uma atitude ativa ou violenta para com o objeto sexual até uma satisfação exclusivamente condicionada pela sujeição de maus tratos infligidos a este objeto, sendo considerado apenas o extremismo do último caso como perversão. Já o masoquismo, Freud conceituou como sendo todas as atitudes passivas tanto perante a vida sexual, quanto ao objeto sexual, sendo a mais extrema o condicionamento da satisfação ao padecimento de sofrimento físico ou psicológico proveniente do objeto sexual (FREUD, 1905).

Em 1915, no texto *"Pulsões e suas vicissitudes",* Freud (*apud* LIMA, 2012) aborda novos estudos sobre as perversões e, ao dar ênfase aos caminhos pulsionais possíveis, ele analisa os opostos sadismo e masoquismo, sendo o sadismo considerado como primário ao masoquismo e as pulsões[6] só demonstrariam um destino sádico na fase pré-genital. Nesse trabalho, o autor descreve os possíveis destinos da pulsão, sendo eles: *reversão ao oposto*; *retorno em direção ao próprio indivíduo*; *repressão* e *sublimação*.

No estudo sobre os pares de opostos sadismo e masoquismo, Freud mostrou que há um reviramento tanto da pulsão como da fantasia, ou seja, a fantasia sádica se torna fantasia masoquista e vice-versa (FREUD, 1915).

---

[5] O termo perversão foi adotado como conceito pela psicanálise, que conservou a ideia de desvio sexual em relação a uma norma (ROUDINESCO e PLON, 1998).

[6] Empregado por Sigmund Freud a partir de 1905, pulsão é definida como *"a carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem."* (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 628)

Em 1924, realizou-se um trabalho exclusivo sobre masoquismo e o sadismo e, após reformular a teoria, Freud percebe um impasse notável em suas afirmações anteriores a 1920. Ao considerar a existência de uma estreita relação entre masoquismo e pulsão de morte[7], o autor nomeou três categorias de masoquismo: o *masoquismo erógeno* como uma condição imposta à excitação sexual; o *masoquismo feminino* como uma expressão da natureza feminina e o *masoquismo moral* como norma de comportamento. É na ideia de masoquismo erógeno que se encontra o fundamento dos outros dois (atribuindo lhes bases biológicas e constitucionais), o qual está presente desde o desenvolvimento da sexualidade infantil e é responsável pelas fantasias masoquistas (FREUD, 1924).

A apropriação dos termos sadismo e masoquismo por Freud possibilitou a constituição do conceito de pulsão sadomasoquista. A autora Roudinesco e Plon (1998, p.681) comenta: [...] *por extensão, esse par de termos complementares caracteriza um aspecto fundamental da vida pulsional, baseado na simetria e reciprocidade entre um sofrimento passivamente vivido e um sofrimento ativamente infligido.*

O sofrimento surge quando o ato não é consentido ou gera algum prejuízo para um dos cônjuges e é referente a esse sofrimento passivamente vivido caracterizado como patologia pela psicanálise freudiana que surge a violência. A violência não é um ato adquirido pela sociedade contemporânea, ela acompanha o homem desde antigamente, mas, a cada tempo, se manifesta de formas e circunstâncias diferentes. Portanto, se trata de um fenômeno multideterminado que atinge todos os setores da sociedade.

A violência contra a mulher é reconhecida como um fenômeno social e de saúde pública, encontrada em diferentes tipos de cultura e classes sociais, se apresentando sob várias formas, dentre elas, a violência conjugal, que é exercida frequentemente pelo respectivo marido ou outro homem que mantenha ou tenha mantido uma relação de intimidade com a mulher, causando sofrimento físico, psicológico ou sexual (LEITÃO, 2014).

Entretanto, é necessário abordar o tema da violência doméstica por outra vertente que não seja a socioeconômica, pois é comum acreditar que a mulher só

[7] No dicionário de Roudinesco e Plon (1998, p. 631) pulsão de morte é um movimento "*inconsciente e, portanto, difícil de controlar [...] que leva o sujeito a se colocar repetitivamente em situações dolorosas, réplicas de experiências antigas".*

permanece em relação abusiva devido às condições financeiras ou mesmo pelos filhos, não considerando que existem fatores de ordem psíquica. A visão que se tem sobre a permanência nessas relações é que a mulher está mais envolvida do que ela se dá conta (PINTO, 2006).

A vivência sadomasoquista dentro de uma relação conjugal pode ser considerada apenas uma forma de satisfação sexual genital se consentida entre os pares, sendo vividas por meio das fantasias sexuais. Todavia, quando gera algum tipo de sofrimento a um dos cônjuges, onde a violência se manifesta para além do ato sexual, pode-se falar de relacionamentos abusivos e violência doméstica.

Quando existente na relação conjugal, o sadomasoquismo vai muito além de uma fantasia sexual, podendo estar ligado a fantasias inconscientes subjetivas que intensificam a situação, na qual mulheres não se dão conta que estão um relacionamento abusivo sofrendo os mais diversos tipos de violência.

Diante do exposto, o presente artigo buscou articular o sadomasoquismo e a violência dentro de uma relação conjugal baseada no estudo documental de um caso clínico.

Material e Método

Esse trabalho se caracterizou como uma pesquisa qualitativa de caráter documental. Essa modalidade de pesquisa tem o objetivo de proporcionar a compreensão de casos específicos por meio de registros, seja na sua aplicação como método autônomo e/ou na complementação em pesquisas qualitativas, em que se utilizam outros métodos de constituição e análise de dados (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Para a realização dessa pesquisa, foi utilizado como documento um prontuário clínico contido na Clínica de Psicologia e Nutrição do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, localizado na cidade de Araçatuba, interior de São Paulo. O prontuário escolhido contém relatos de sessões de psicoterapia de uma mulher de 32 anos, casada, atendida em cinco sessões no ano de 2018. Em seu discurso, apresentou aspectos de uma relação sadomasoquista com seu cônjuge.

De acordo com a postura profissional ética, a paciente foi informada sobre a utilização de seus dados em pesquisa, sendo garantido a ela o sigilo sobre sua

identificação quando iniciou o processo terapêutico. A paciente assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de natureza explicativa, onde são tratadas todas as questões relativas ao estudo clínico que possam estar ligadas à decisão do participante da pesquisa e, dessa forma, garantir a cooperação voluntária do sujeito (SOUZA, 2013).

Por fim, os conteúdos coletados no prontuário serão analisados pela ótica teórica da psicanálise freudiana, a partir da temática sexualidade e suas perversões. Segundo Figueiredo e Minerbo (2006 *apud* SILVA; MACEDO, 2016), o método de pesquisa psicanalítico pode ser usado para interpretar qualquer fenômeno que esteja presente na realidade humana são eles: os sociais, institucionais, materiais clínicos colhidos de grupos de pacientes, entrevistas, sessões de psicoterapia, bem como qualquer tipo de material apresentativo-expressivo/projetivo.

Dessa forma, tal método vem ao encontro da proposta deste artigo, que tem por intuito compreender quais fatores que contribuem para que mulheres permaneçam em relacionamentos com relação sadomasoquista, a partir de um caso real.

Discussão e Análise do Caso

O caso da paciente Joana[8] foi organizado a partir das informações obtidas de seu prontuário clínico e, dessa forma, relacionou-se o histórico de vida aos relatos sobre sua relação conjugal descrita durante as sessões de psicoterapia individual. Tais fatos trazidos à clínica-escola foram articulados aos escritos de Freud acerca da questão sadomasoquista, e assim, será exposta a síntese dos relatos, integrados a análise do caso.

Joana, 32 anos, separada civilmente, ainda reside com o companheiro. Possui quatro filhos e apresentou a queixa inicial de estar sofrendo assédio sexual no trabalho, fato que a levou procurar atendimento psicológico na clínica de Psicologia do UniSalesiano, entretanto, foi possível observar por meio dos relatos de sessão a queixa latente que Joana se encontra em uma relação permeada de violência física e psicológica por parte do companheiro, mas alega permanecer no relacionamento pelos filhos e pela expectativa de mudança do mesmo.

[8] Nome fictício.

A paciente declarou que seu companheiro é usuário de drogas e álcool, o definindo como "machista e impulsivo" e que desde o início do casamento controla suas vestimentas. Questionada sobre seus pais, a paciente relatou que a mãe sempre foi muito explosiva e nada carinhosa e o pai, por sua vez, alcoolista e agressivo.

Joana declarou em sessão que sofreu vários tipos de violência quando criança e por ler muito sobre o assunto atribuiu esses acontecimentos ao fato de gostar de sentir dor durante a relação sexual, ou seja, vivências masoquistas. A paciente descreveu que gosta de receber mordidas e tapas, sente prazer quando é submetida a dor e gosta de ter relações sexuais no auge das brigas, quando está com raiva do cônjuge, o qual confessou a ela ter prazer em vê-la brava.

O cônjuge não foi atendido em sessão, mas é possível diante do exposto pela paciente, atribuir a ele uma posição sádica, pois Joana narra que o parceiro sente prazer ao provocar não apenas dor, mas qualquer tipo de sofrimento que a coloque em uma situação de passividade a ele.

Outra questão a ser pontuada é que a paciente pode possuir uma fixação na relação genital, pois ela descreveu que todas as discussões acabam em sexo. Essa relação se constitui a partir de uma fantasia que surgiu na fase infantil e que a acompanha nas vivências atuais.

Freud (1924), em um de seus trabalhos sobre masoquismo e sadismo, considera que haja uma relação próxima entre masoquismo e pulsão de morte cujo intuito neste trabalho é abordar acerca do masoquismo feminino, que segundo o autor, está ligado a uma posição feminina associada ao ser castrado[9] e não se manifesta apenas em mulheres, mas refere-se a uma posição passiva na relação sexual, a qual é cabível a qualquer sujeito. Entretanto, na menina, o complexo de castração precede e prepara o complexo de Édipo, que será secundário e incentivará a feminilidade, já nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pela castração (FREUD, 1925).

O fato de a menina ter sido castrada durante o complexo de Édipo[10] faz com que surja nela uma "ferida narcísica" que nada mais é que a frustração/inveja de não

---

[9] Freud denominou de complexo de castração *o sentimento inconsciente de ameaça experimentado pela criança quando ela constata a diferença anatômica entre os sexos* [...] é a representação simbólica da ameaça de desaparecimento não do pênis, objeto real, mas do falo, objeto imaginário. (Roudinesco e Plon, 1998, p. 105).

[10] *O complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade para com o genitor do mesmo sexo, mas pode inverter-se e exprimir o amor pelo genitor do mesmo sexo e o ódio pelo do sexo oposto.* (ROUDINESCO e PLON,1998, p. 628).

possuir o falo[11]. Ao se abordar esse processo, é preciso deixar claro que a lógica do complexo de Édipo é diferente entre o menino e a menina e vai muito além de apenas apaixonar-se pelo pai. Pinto (2006) explica que o Édipo é a base principal da posição masoquista que a mulher ocupa diante de uma relação de violência e tem uma ligação direta com a relação estabelecida com o pai. No caso de Joana, ela relatou que a relação com o pai era conturbada por ele ser alcoolista e consequentemente agressivo.

Para compreensão, o Édipo na menina é dividido em quatro tempos: o tempo pré-edipiano; o tempo da solidão; o tempo do édipo e tempo o de resolução do édipo (NASIO, 2007).

Na saída do Édipo, a menina tem três caminhos possíveis, sendo um deles a feminilidade, como a possibilidade de ter um filho (PINTO, 2006). Contudo, a feminilidade acontece se o "desejo pelo pênis" for substituído pelo "desejo por um filho" e é nesse momento que a vivência do complexo de Édipo se presentifica na relação pai-filha.

Assim, ao renunciar o pênis, a menina busca uma compensação: se não pode ter o pênis, quer um bebê, ou seja, seu complexo de Édipo chega ao fim quando deseja receber do pai um bebê, o qual parece ser abandonado aos poucos, já que esse desejo nunca se realizará. No entanto, os dois desejos (possuir o pênis e dar um filho ao pai) permanecem no inconsciente (FREUD, 1924).

No caso de Joana, é possível atribuir a existência de um desejo de apanhar ligado ao desejo de obtenção do substituto fálico, onde ela apanha do marido para obter uma completude, ou seja, o bebê. Considerando que após o ato sexual (que ocorre no ápice das brigas) concebe-se um bebê, Joana já possui quatro filhos do mesmo cônjuge, logo, entende-se que além do prazer, ela busca a completude de sua feminilidade.

Em 1919 na obra "*Uma Criança é Espancada",* o autor aponta contribuições fundamentais tanto para os estudos sobre a constituição do sujeito, quanto para os estudos sobre as perversões e a fantasia infantil. Freud destaca o papel central da fantasia masoquista como organizadora do psiquismo e assinala que a estruturação da fantasia ocorre em fases diferentes entre meninos e meninas.

[11]A palavra falo derivada do latim, designa o órgão genital masculino no sentido simbólico; é a representação da completude. (ROUDISNECO e PLON, 1998)

Por assim ser, a garota pune seus desejos de ter relações sexuais com o pai por meio da repressão e da culpa e os substitui por outro tipo de contato físico - o espancamento – e, portanto, *a fantasia de espancamento tem sua origem numa ligação incestuosa com o pai* (FREUD, 1919, p. 213). Ou seja, a fantasia de espancamento pelo pai está limítrofe ao desejo de ter uma relação passiva/feminina com ele: e*ssa posição passiva na relação com o pai possibilitaria que a menina em sua fantasia tivesse um filho deste pai como substituto fálico (REIS, 2013, p. 10).*

Joana relatou em sessão que sofreu vários tipos de violência quando criança, qsendo o pai agressivo, atualmente, ela sofre violência física do marido ilustrando uma revivescência, um retorno a um estado anterior da relação que manteve com o pai quando criança. Freud (1919) pontua que na fantasia infantil de espancamento, a pessoa que agride (bate) inicialmente é o pai, posteriormente é substituído por quem ocupe essa posição sustentando a dinâmica de uma relação agressiva e violenta.

O que há de manifesto no masoquismo são os desejos de ser maltratado de qualquer maneira e, portanto, Freud considera que *"o masoquista deseja ser tratado como uma criança pequena e desamparada, mas, particularmente, como uma criança travessa" (FREUD, 1924, p. 178).*

Diante do exposto, no que diz respeito ao fato ser agredida na sua relação conjugal, permite a Joana uma forma de satisfação – mesmo que seja inconsciente – e está além do princípio do prazer. Freud (1920 *apud* PENA, 2007) percebe que existe algo mais primitivo e que independe do princípio do prazer, pois constata que o ser humano repete insistentemente situações que não causam prazer, mas sim, desprazer, repetindo inconscientemente situações que lhe causam dor e sofrimento.

Quando a paciente relata sua preferência por tapas e mordidas e ao prazer sentido ao ser submetida a dor, repete essas situações que não lhe causam prazer, mas sim, sofrimento, o qual é vivido com objetivo inconsciente de realizar um desejo, que possivelmente, tem sua origem em fantasias masoquistas de ser espancada pelo pai.

Juntamente a isso, observou-se pelos relatos da paciente a culpa e o sentimento de inferioridade por não possuir o falo, vivenciados pela paciente no complexo de Édipo, deixando- a assim fixada nessa fase, fazendo com que ela permaneça atrelada ao marido sem se dar conta do ciclo vicioso e abusivo em que

vive, pois ao que tudo indica, essa junção se torna de maneira subjetiva e inconsciente muito prazerosa a paciente.

São essas as circunstâncias em que surge a relação entre masoquismo e pulsão de morte. O corpo da paciente padece devido ao sofrimento suportado, mas tem-se o ganho secundário que além da satisfação em apanhar, obtém-se a fantasia de completude de sua feminilidade.

Conclusão

Relacionar os tempos do complexo de Édipo descritos por Freud à violência e o mal-estar existentes na relação descrita pela paciente, levam ao questionamento sobre a posição que Joana ocupa dentro desse contexto. São fatores de ordem psíquicas e inconscientes que mantém a paciente nesse relacionamento e faz com que ela seja passiva as agressões.

É necessário considerar que a passividade existente no masoquismo leva o sujeito a buscar ganhar o que se deseja, ou seja, o substituto fálico, além disso, a submissão a este tipo de relação reflete o que Freud (1905) apontou no texto "Sexualidade Infantil" em que certos tipos de estimulação na pele provocam uma sensação prazerosa, como também servem para a pessoa se redimir da culpa inconsciente que a direciona à repetição da relação que viveu com o pai, e posteriormente com o marido. Essa culpa é observada no movimento da paciente em justificar que o que a mantém nessa relação é a expectativa de mudança do companheiro, pois em certos momentos ela destaca seus pontos positivos.

Joana precisa do cônjuge para tentar curar a ferida da castração que está aberta em busca do substituto fálico e, deste modo, ela se funde a ele como se fossem um par perfeito, pois o sadismo e o masoquismo, como mencionado anteriormente, são pares de opostos que funcionam perfeitamente quando remete-se a pulsão sexual e reforçam a ideia que todo masoquista é sádico e que o masoquismo nada mais é que um complemento do sadismo (FREUD, 1905).

A satisfação masoquista está condicionada, não ao padecimento ou à dor em si, mas ao padecimento ou dor na medida em que são infligidos pelo companheiro dela (PIZA e ALBERTI, 2013). Sendo assim, o rompimento da ligação com seu cônjuge é dificultada, pois mesmo que a paciente sofra física e/ou moralmente, ela obtém ganhos secundários e são eles que contribuem para que não haja o abandono

da relação: o amor pelo sintoma é prazeroso, neste caso, o sintoma de Joana é permanecer junto ao cônjuge, mesmo estando separada civilmente.

Com o presente trabalho foi possível concluir que a paciente permanece nesse relacionamento devido às fixações das suas fantasias infantis, que acabam se ligando ao masoquismo (por permear todo o desenvolvimento da sexualidade) e ao complexo de Édipo (por ser a origem desse desenvolvimento) e, consequentemente, sua feminilidade e o desejo, o qual jamais será satisfeito integralmente, de ser completa psiquicamente.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da aprovação do projeto pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos com o protocolo CAADE nº 10222019.4.0000.53.

Referências Bibliográficas

BUCHAÚL, Suéllen Pessanha; CÂMARA, Leonardo. **Masoquismo: teoria, história e subjetivação.** Polêmica, v. 16, n. 1, p. 078-094, 2016. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/21337>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FREUD, Sigmund. **As aberrações sexuais.** (1905). In. FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. VII, p.117-231.

_____. **A Sexualidade Infantil.** (1905). In. FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. VII, p. 163-195.

_____. **Pulsões e suas vicissitudes.** (1915). In. FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV, p. 123- 144.

_____. **Uma criança é espancada.** (1919). In. FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XVII, p. 195-218.

_____. **O problema econômico do masoquismo.** (1924). In. FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX, p. 177-188.

_____. **A dissolução do complexo de Édipo.** (1924) In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX, p. 191 - 199.

_____. **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica dos sexos**. (1925) In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX p. 273-286.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigações UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

LEITÃO, Maria N. C. Mulheres sobreviventes de violência exercido por parceiros íntimos – a difícil transição para a autonomia. **Revista USP,** São Paulo, v.13, n.1, abr. 2014. Disponível em: <http://www.revista.usp.br/violencia/mulher/TCC%20ARTIGOS/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LIMA, Mariana M. R. **Masoquismo: o amalgama entre a pulsão de vida e a pulsão de morte**. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.pgpsa.uerj.br/wpcontent/uploads/2016/07/Dissertac%CC%A7a%CC%83o-Mariana-Machado-Rocha-Lima.pdf.> Acesso em: 14 set. 2019.

NASIO, J.-D. ***Édipo: o complexo do qual* nenhuma criança escapa**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007

PENA, Breno Ferreira. **As vicissitudes da repetição**. Reverso, Belo Horizonte, v. 29, n. 54, p. 83-87, set. 2007.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.12, nº 2, p. 379–86, jun. 2009.

PINTO, Evelyn G. A.. **As relações afetivas das mulheres vítimas de violência doméstica: um olhar psicanalítico**. Dissertação (Graduação) - Faculdade de Psicologia da Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2006.

PIZA, Luciana; ALBERTI, Sônia. O masoquismo erógeno como posição subjetiva original e suas implicações na vida sexual infantil. **Revista Affectio Societatis**, Colômbia, v. 10, nº 18, jun. 2013.

REIS, Rafaela Frade. **A feminilidade e o masoquismo na atualidade.** Instituto de Psicologia, Brasília, 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SILVA, Clarice Moreira da; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. O Método Psicanalítico de Pesquisa e a Potencialidade dos Fatos Clínicos. **Psicol. cienc. prof.,** Brasília, v. 36, n. 3, p. 520-533, Set./2016.

SOUZA, Miriam Karine et al. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. **Arq. Bras. Cir. Dig.**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 200-205, Set./2013.

Transgêneros: Transcendendo o Mercado de Trabalho

Transgender: Transcending the Labor Market

Renan de Paula Spinelli[1]
Joicimar Cristina Cozza[2]
Ederson Ribeiro Costa[3]
Mirella Martins Justi[4]

RESUMO
No século XXI, ainda existem barreiras com relação à inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho, pois são desconsideradas as condições que estes indivíduos possuem para serem inseridos nas funções de oferta estabelecida. Este trabalho buscou refletir, por meio da revisão da literatura, sobre como a intolerância e a transfobia estão impregnadas em todos os âmbitos sociais, incluindo no mercado de trabalho permeado de segregações de gênero. Nesse sentido, busca-se a possibilidade de perceber que as políticas do mercado de trabalho são excludentes, e a sexualidade é quesito de diferenciação dos demais trabalhadores indo contra os princípios constitucionais.
Palavras-chave: Discriminação, Inserção, Mercado de trabalho, Transexualidade.

ABSTRACT
In the 21st century, there are still barriers regarding the inclusion of transgender people in the labor market, because the conditions that these individuals have to be included in the established offer functions are disregarded. According to Peres (apud AGNOLETI; MELLO NETO, 2005, p.30): "[...] due to the aesthetic characteristics of transvestites and the prejudice of society, it is difficult for them to get jobs to care for their livelihoods..." Intolerance and transphobia are pervaded in all social spheres, including the labor market permeated by gender segregation. In this sense, we seek the possibility of realizing that labor market policies are exclusionary, and sexuality is a matter of differentiation of other workers against constitutional principles.
Keywords: Discrimination, Insertion, Labor market, Transsexuality.

Introdução

Em termos gerais as discussões relacionadas às questões de gênero têm ganhado cada vez mais espaço nos estudos organizacionais. Porém, quando se analisa o mundo do trabalho, verifica-se que os transgêneros ainda apresentam baixa inserção. O mesmo ocorre no universo da pesquisa de fundamentação e discussões no enquadramento pertinente ao mercado de trabalho.

[1] Bacharel em Direito e Acadêmico de 4° Termo do Curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba
[2] Psicóloga, (Mestrado em Medicina Preventiva); Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.
[3] Psicólogo, (Especialização em Violência contra a criança e o adolescente) Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba
[4] Psicóloga, (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem), (Doutoranda em Psicologia Social); Docente e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.

De acordo com as colocações de *Peres* a razão disto ocorrer tem relação direta com:

> *[...] às características estéticas das travestis e o preconceito da sociedade, torna-se difícil às mesmas conseguirem empregos para cuidar de suas subsistências, restando na maioria das vezes a prostituição como forma de sobrevivência*. (AGNOLETI; MELLO NETO,2005, p. 30)

Ainda nesse sentido, segundo o Relatório da Violência Homofóbica no Brasil, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH – (BRASIL, 2013), a transfobia faz com que esse grupo [...] *acabe tendo como única opção de sobrevivência a prostituição de rua.* Estimativa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em 2015, com base em dados colhidos nas diversas regionais da entidade, aponta que 90% das pessoas trans recorrem a essa profissão ao menos em algum momento da vida.

Entende-se que esta temática passa ainda por questões vinculadas a processos discriminatórios e situações de violência presentes não apenas no contexto de trabalho, mas difundidos e normalizados no contexto sociocultural.

É de suma importância que haja a necessidade de uma ampliação na discussão que envolva as temáticas voltadas à heterossexualidade e trabalho e a diferença de tratamento para com os transexuais, essencialmente de modo a despertar para discussões que possam, direta ou indiretamente, contribuir para o reconhecimento das dificuldades enfrentadas por esta população abrangendo a possibilidade de uma mudança de pensamento, principalmente no que tange as políticas oficiais com intuito de atender as demandas das pessoas nestas condições.

Para tanto, o presente artigo se propôs a compreender como no Brasil, os fatores culturais pautado numa sociedade binária são capazes de levar a reprodução do preconceito contra aqueles segmentos da sociedade cuja concepção de organização social vai além por mover-se na dimensão da pluralidade de experiências, essencialmente na dimensão do afeto. A busca por esta compreensão possibilita o enfrentamento deste mal que assola a sociedade brasileira.

Assim, discutir sobre as concepções hegemônicas binárias de masculinidade e feminilidade, tornam-se pontos fundamentais para compreender situações de vida e trabalho de pessoas que, por vezes são discriminadas ao terem suas identidades cerceadas, ou mesmo terem sua dignidade ferida no contexto de trabalho. (IRIGARAY, 2010).

Observações Pertinentes a respeito dos Transgêneros no Mercado de Trabalho

A sociedade brasileira vivencia a cultura centrada na organização social em que a aceitação das relações afetivas deve ser heterossexual. O que de certa forma, impõe a definição de papéis rígidos tanto para os homens como para as mulheres, através da função de serem agentes de reprodução da vida (MOITA,2006).

A aceitação de qualquer pessoa em grupos sociais ocorre a partir de conjunto de normas comportamentais, sendo a orientação sexual uma delas. Por esta lógica, gays e lésbicas estão entre aqueles segmentos da sociedade excluídos e marginalizados por não terem afinidades como a relação afetiva de cunho heterossexual (MOITA,2006).

O movimento pelos direitos dos LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais) no Brasil tem, especialmente na última década, discutido as barreiras enfrentadas para terem acesso aos direitos jurídicos e de estarem livres de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (PEREIRA, 2016.).

Nesse sentido, torna-se indispensável compreender a essência do quão este movimento tem proporcionado o empoderamento desse segmento social, através de ações de políticas públicas voltadas especificamente a temática LGBTQIAP+, mesmo havendo ainda fragilidade na forma como o governo, a sociedade civil e outros sujeitos sociais vêm enfrentando o desafio da garantia de direitos sexuais e de cidadania para pessoas LGBTQIAP+.

Em face dessa questão, torna-se indispensável identificar brevemente as principais medidas políticas elaboradas pelo governo federal objetivando a produção de políticas públicas destinadas a população LGBTQIAP+ no Brasil. É indispensável compreender ser o maior desafio transformar as políticas públicas, com suas primeiras ações mais sólidas a partir de 2004, em efetivas políticas de Estado. (PEREIRA, 2016).

Do ponto de vista jurídico, toda sociedade fomentadora de valores voltados a legitimar ações comportamentais via a não integração de seus membros e que por extensão revela a prática do preconceito, quer admite o acesso distinto de alguns, quer seja no acesso a bens de consumo, dos bens culturais, está fadada a legitimar a

violência nas suas mais variadas formas, inclusive a simbólica como o preconceito e a discriminação. (BANDEIRA; BATISTA, AS, 2002).

É comum existir entre as pessoas algum tipo de preconceito não declarado, e isso ocorre em razão de as mesmas terem vergonha ou receio de exporem o que realmente pensam e serem criticadas, ou até mesmo excluídas dos grupos de convivência. Diante disso, o preconceito vem camuflado via piadas, histórias e expressão de opiniões em conversas informais entre outras práticas. É neste interim que o preconceito discrimina e comparece na roupagem da violência, seja pela sua condição ideológica, seja pela sua condição mediática. (BANDEIRA, BATISTA; A; 2002).

Diante do contexto social atual e de um mercado de intensas mudanças, as organizações econômicas têm se preocupado em buscar novas formas de gestão para seus negócios capaz de garantir a permanência num mundo cada vez mais competitivo. Sendo assim, torna-se necessário questionar por que alguns gestores empresariais ainda deixam de selecionar profissionais por preconceito, entre eles o público transgêneros.

A temática do preconceito de gênero e sexual no Brasil tem sido bastante discutida. FLEURY; FLEURY (2001) afirma que não há medidas concretas sendo tomadas por parte de governo federal, via políticas públicas. As existentes correspondem ao Programa Nacional dos Direitos Humanos, criado em 1996, em consonância com a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre discriminação nas relações de emprego.

A implementação efetiva de políticas para combater a discriminação no emprego é recente, e mesmo assim, esbarra em uma barreira cultural que apregoa a não aceitação do preconceito e da discriminação. *[...] O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. (BUTLER, 2003, ps. 24- 25).*

Portando, pode-se inferir que gênero é um conceito problematizado, para alguns, uma decolagem de relações sociais ancoradas em perfis naturais - ser homem/ser mulher - para outros, descolagem de relações culturais e permeadas de formas de poderes. Assim, gênero é uma construção e não um resultado do biológico antecipadamente oferecido.

Abrindo espaço para se pensar as novas questões que preocupam a

sociologia do trabalho: as "metamorfoses" do trabalho e o seu questionamento, a subjetividade no trabalho, e as identidades no trabalho, o problema de igualdades e diferenças e as formas contemporâneas de gestão e de políticas sociais.

A segregação ocupacional define-se pelo modo como os homens e as mulheres são distribuídos pelos diferentes tipos de emprego onde o gênero feminino cabe o desempenho de funções em que a força física não seja exigida, e o poder da sedução possa ser usado.

Muitos valores subjetivos e avaliações estão embutidos nesta divisão - sobre aquilo que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer. Pessoas com uma ambiguidade de gênero poderiam causar confusão e sentir rejeição, por não se encaixarem facilmente nos nichos que existem no mercado de trabalho. A mesma ambiguidade pode ser vista como algo capaz de perturbar o desempenho da função, principalmente num mundo onde muitas ocupações se exercem vinculadas à apresentação e conservação da imagem. (ADELMAN 2003, p. 83-84).

Este aporte científico é baseado através de revisão narrativa de literatura, flexionando desigualdades e interseccionalidades ao discutir Gênero, Sexualidade e Classe Social nos estudos organizacionais para buscar adequação dos indivíduos que são discriminados no contexto social.

A atividade laboral é fundamental para o desenvolvimento do ser humano, sendo um forte componente na construção da pessoa para conviver bem e ter relações. Travestis e transexuais não têm esse direito garantido, tendo em vista o alto nível de preconceito e a baixa ou inexistente inserção no mercado formal. Observa-se que o Estado é o principal agressor aos transexuais por causa da ausência de políticas públicas e da ação violenta da polícia. (MOURA; LOPES, 2014).

É fundamental que se repense a ideologia de reinserção social e profissional de travestis e transexuais, através de capacitação, incentivo à escolaridade e empregabilidade. (BUTLER, 2015).

A nova estrutura organizacional das empresas considera o capital intelectual como sendo o diferencial competitivo que mantém e promove o sucesso organizacional, porém a aparência ou a dificuldade de enxergar o ser humano contrapõe toda essa premissa, deixando as habilidades e as capacidades excluídas no contexto interino do indivíduo.

Por várias razões, em nosso país, esse padrão de normalidade tem sido masculino, heterossexual, branco, sem deficiência, adulto, magro, católico, entre outros atributos que se confundem com os de normalidade, moralidade, beleza e capacidade para decidir e liderar as organizações. Com base nesse padrão único, se formam os estereótipos, e surgem preconceitos e práticas de discriminação que nem mesmo são reconhecidas como tais, uma vez que o correto é ter o perfil deste padrão. A discriminação que as travestis e os/as transexuais sofrem no mercado de trabalho deve ser revertida em responsabilidade social para as empresas (FREIRE, 2015).

Em toda sociedade há diversidade de raça, de gênero, de orientação sexual, de aparência, de pensamento ideológico e de visão de mundo. Por que não abordar e promover diversidade nas empresas? Incluir pessoas diferentes num mesmo ambiente promove inclusão, criatividade, maior produção de ideias e opiniões sobre um determinado assunto, integração, sentimento de pertencimento e aceitação social, retenção de talentos, entre outros benefícios. Uma pessoa que trabalha numa empresa que aceita a diversidade humana se sente respeitada e motivada pela organização.

Inserção no mercado de trabalho

O mercado de trabalho vive em constantes modificações onde a demanda e a oferta de empregos são influenciadas por diversos fatores, tanto externos quanto internos ao ambiente organizacional. Essas modificações e ocorrências no mundo do mercado de trabalho vêm a partir das exigências feitas pelas organizações, pois estão sempre à procura de pessoas com alto poder de capacidade para ocuparem os cargos ofertados por elas. No que refere ao mercado de trabalho ou mercado de emprego é possível relatar, segundo CHIAVENATTO (2002), que ele é constituído pelas ofertas de trabalho ou de emprego oferecidas pelas organizações, em determinado lugar e em determinada época. CHIAVENATTO (1999) ainda relata que:

> *As características estruturais e conjuntivas do Mercado de Trabalho influenciam as práticas de Recursos Humanos das empresas. Quando o MT está em situação de oferta – quando as oportunidades de trabalho são maiores do que a procura delas -, as organizações se veem diante de um recurso escasso e difícil: as pessoas são insuficientes para preencher as suas posições em aberto. Quando o MT está em situação de procura – quando as oportunidades de trabalho são menores que a procura delas-, as*

> *organizações se veem frente a um recurso fácil e abundante: as pessoas que disputam empregos no mercado.* (CHIAVENATO 1999, pág. 82 e 83)

Pode-se inferir que é de extrema importância compreender a lei da oferta e da demanda de oferta de empregos é primordial para compreender como funciona o dinamismo do mercado de trabalho. Na atualidade a oferta e procura de empregos estão no mesmo patamar, ou seja, há um grande número de empresas ofertando e ao mesmo tempo a um grande número de pessoas procurando emprego, mas não há pessoas que preencham todos os requisitos solicitados pelas organizações, afetando assim o próprio mundo do trabalho. Completando a ideia de CHIAVENATO (1997, p.56) faz a seguinte afirmação sobre a temática exposta: Um olhar superficial sobre o tema poderia indicar que o termo mercado de trabalho se refere ao número de vagas de empregos formais disponíveis para os trabalhadores de uma determinada área. Porém CHIAVENATTO (2002) corrobora com esse conceito e complementa tal questão apresentando o seguinte contexto em sua obra:

> *Se o mercado de trabalho se refere às oportunidades de emprego e vagas existentes nas empresas, o Mercado de Recursos Humanos (MRH) é o reverso da medalha. Ele se refere ao conjunto de candidatos a emprego. O Mercado de Recursos Humanos, ou mercado de candidatos, se refere ao contingente de pessoas que estão dispostas a trabalhar ou que estão trabalhando, mas dispostas a buscar um outro emprego.* (CHIAVENATO, 2002, p.88).

Pode considerar que o mercado de trabalho e o Mercado de Recursos Humanos se entrelaçam, de forma que apresentem vagas e candidatos disponíveis para o recrutamento e seleção de pessoal, o primeiro refere-se às vagas existentes e o segundo as pessoas disponíveis para ocuparem as vagas. Os mecanismos de oferta e procura desses mercados trazem consequências para os candidatos e organizações que nelas atuam, pois, as organizações caracterizam-se pela rotatividade de pessoal.

O absenteísmo, ou seja, a ausência física do empregado que pode se dar por vários motivos, ou então pelo não comprometimento do empregado para com o seu trabalho e consequentemente para com a empresa. Ao analisar o Mercado de Trabalho deve-se atrelar também a uma compreensão da sociedade, que rege e influência as normas do Mercado de trabalho, pois *"O nosso sistema social só aceita como positiva a categoria hetero-masculina"* (FACCO, 2009), a heterossexualidade é tida como compulsória, única e legitima e todos que não se enquadrarem a ela serão

excluídos se forem percebidos pela sociedade a partir desse contexto será abordado no próximo capitulo a temática do mercado de trabalho frente as questões de gênero.

No que tange ao conceito de gênero REAINAUDO; BACELLAR (2008, p.22) relatam que gênero é sinônimo de identidade sexual que a pessoa ser masculina ou feminina, sendo essa identidade uma convicção que o indivíduo possui entre ser homem ou mulher. Nota-se que esse conceito exclui o fator biológico, não levando em consideração a natureza física do indivíduo para lhe considerar homem ou mulher, mas sim a sua natureza de identidade, ou seja, aquela que ele acredita pertencer. Já para SCOTT, Joan (1990, p.10), gênero pautaria a percepção das diferenças entre os sexos, sendo uma construção mental significante a demarcar relações de poder em contrapartida DE LAURETIS (1987, p.131) considerar sob um ponto de vista relativo a tônica nas diferenças sexuais, privilegiando as representações das relações, como produções de tecnologias sociais que, no plano da micropolítica, realizam sujeitos múltiplos contraditórios.

Completando a ideia expostas pelos autores anteriores segue o trecho de uma obra:

> *Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado.*. (BUTLER, 2003, ps. 24- 25)

Portando, pode-se inferir que gênero é um conceito problematizado, aberto; para alguns, uma decolagem de relações sociais ancoradas em perfis naturais, ser homem/ser mulher; para outros, descolagem de relações naturais, realizando-se por culturas e poderes, mais além do sexo de referência, mas sim uma abordagem identificatória, pois o gênero é uma construção e não um resultado do biológico antecipadamente oferecido. Porém como o mercado de trabalho brasileiro aborda essa questão? Lobo (1991, p.203) indica que o uso do conceito de gênero na Sociologia do trabalho coincidiria com a problematização da subjetividade e também com as identidades presentes no mundo do trabalho. Através da afirmação de LOBO (1991) fica claro que quando gênero é visto como uma questão subjetiva vira sinônimo de problemas para o mercado de trabalho. De acordo como Artigo

113, inciso 1 da Constituição Federal, "todos são iguais perante a lei". Mas será que a realidade é essa mesma? Infelizmente essa realidade não se aplica ao mercado de trabalho.

Segundo COSTA *et al* (2009, p.41) o mundo do trabalho é permeado por segregações e de discriminações de todo gênero, onde a feminização da população ativa não se mistura em uma real mistura de sexos profissional:

> *Basta uma rápida olhada nos anúncios de emprego para deixar claro que o mercado de trabalho possui uma estrutura segmentada pelo gênero- definido pela dicotomia convencional homem/ mulher. Muitos valores subjetivos e avaliações estão embutidos nesta divisão- sobre aquilo que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer*. (COSTA, *et.al*, 2009, p.41)

Pessoas com uma ambiguidade de gênero poderiam causar confusão e sentir rejeição, por não se encaixarem facilmente nos nichos que existem no mercado de trabalho. A mesma ambiguidade pode ser vista como algo capaz de perturbar o desempenho da função, principalmente num mundo onde muitas ocupações se exercem vinculadas à apresentação e conservação da imagem. (ADELMAN 2003, p. 83-84). Portanto, o mercado de trabalho já possui uma segregação ocupacional de gêneros, ou seja, profissões específicas para cada gênero, porém, além dessa segregação existe uma outra, mesmo que de forma velada, quando o assunto é transgênero, pois segundo a autora os empregadores encaram os transgêneros como ambíguos, não possuindo assim espaço nesse mercado segregado.

LOURO (2001, p. 551) relata que um dos maiores obstáculos encontrados no mercado de trabalho está na inserção do segmento LGBTQIAP+ no mercado de trabalho, espaço esse cada vez mais marcado pela exclusão, é que se acentua consideravelmente quando se trata de transgêneros, tendo em vista estas trazerem as "marcas do corpo" que tanto incomodam a sociedade pautada pela normatização e padrões definidos como aceitáveis. Completando a ideia de LOURO (2001), Nascimento faz a seguinte afirmação:

> *As possibilidades de inserção no mercado de trabalho para as transgêneros são mínimas; mesmo nas situações em que estas executem atividades tidas como femininas, não são consideradas mulheres e pela ambiguidade são alvos de preconceitos por parte da sociedade. Considera-se que a questão da diversidade é colocada a dupla dificuldade enfrentada pelas transgêneros, pois é difícil para a mulher entrar no mercado de trabalho, e ter as mesmas condições trabalhistas e salariais do homem, o desafio aumenta para a travesti.*. (NASCIMENTO, 2003, p.37).

Desse modo considera-se que uma das grandes problemáticas do mercado de trabalho hoje se encontra na atual conjuntura das barreiras encaradas pelos transgêneros para conseguirem uma posição no mercado de trabalho, pois a segregação ocupacional ainda norteia algumas atitudes no mundo do trabalho. Após a análise feita entre mercado de trabalho x gênero será abordado a seguir o que é preconceito e a diferença entre homofobia e transfobia.

Considerações finais

A aceitação de transgêneros no Brasil causa discussões e estigmas na sociedade em geral, pois essa forma de comportamento assentada na diversidade de gênero vem crescendo a cada dia, impondo à sociedade, ao governo e às organizações medidas de aceitação e inclusão com mudanças de comportamento organizacional e cultural, visto que a dominância enraizada na sociedade é a heterossexual.

Embora haja uma crescente conscientização social sobre a necessidade de inclusão das minorias, a discriminação, de uma forma mais ampla, ainda é fator preponderante na sociedade; e de forma mais específica, nas organizações.

Nesse contexto, transgêneros sofrem com a dificuldade de inserção formal no mercado de trabalho, acesso à educação, formação profissional e documentos que comprovem sua identidade atual ou transitória, submetendo-se, muitas vezes, à prostituição ou a trabalhos informais. Esses fatos causam desfavorecimento econômico, psicológico e marginalização social.

A literatura se voltou principalmente, para a integração na força de trabalho de pessoas com diferença de gênero, raciais e físicas.

A herança cultural conservadora e a entrada tardia da mulher no mercado de trabalho são um dos pontos que norteiam a desigualdade trabalhista. A luta pela igualdade de gênero no mercado de trabalho é um dos grandes desafios enfrentado pelos transgêneros, que inseridos no contexto da diversidade cultural e a diversidade sexual que inclui todas as expressões da sexualidade humana, são constituídos por preconceitos, mas também fluidez de seu território existencial, pois expressam singularidades que se referem à toda diversidade de sexo, orientações sexuais e identidade de gênero.

O mercado de trabalho deverá priorizar análises que positivem a expressão existencial da subjetividade do indivíduo, rompendo definitivamente com os sistemas de pensamentos binários, sedentários e universalizantes, de modo a ampliar o debate e ressignificar conceitos e metodologias restritas à patologização da vida, pois não há como despensar na dicotomia masculino/feminino e a dualidade metodológica e analítica, pois já não existe mais um modelo único e universal, estruturado e estruturante, o que há são pluralidades, polifonias, devires, e rizomas.

Referências Bibliográficas

ABGLT. **Manual de Comunicação LGBT**. Disponível em acessado em 15 abr. 2019.

AGNOLETI, Michelle; MELLO NETO, José Baptista de. **Família, Escola, Mercado de Trabalho – há lugar para as travestis?** Disponível em: http://www.catedraunescoeja.org/gt03/com/com052.pdf. Acesso em: 08 ago. 2019.

ADELMAN, Miriam. **Travestis e Transexuais e os Outros: Identidade e Experiências de Vida**. Niterói: UFF, 2003.

Bandeira L, Batista AS. **Preconceito e discriminação como expressão de violência.** Revista estudos feminista [Periódico de internet]. 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11632.pdf. Acesso em setembro 2019: 119-41.

BENTO, BERENICE. **Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova**, Ciênc. Saúde coletiva vol.17 no.10 Rio de Janeiro Out. 2012

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Editora Campus,1999.

CHIAVENATO, Idalberto**. Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. _____. Recursos humanos: edição compacta. São Paulo: Atlas, 2002.

CUNHA, Thaís, **Não há vagas para Trans**. Disponível em: http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho. Acesso em: ago. 2019.

CÔRTES, Ana de Mello. **Discriminação judicial por identidade de gênero: diagnóstico e alternativas.** Tese de Láurea. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4118418/mod_resource/content/1/CO

RTES_Ana%20de%20Mello_Laurea_Discriminac%CC%A7a%CC%83o%20judicial %20identidade%20de%20ge%CC%82nero.pdf. Acesso em out. 2019.

COSTA, A. P. et al. **Sexualidade, gênero e educação: novos olhares**. In: Revista Iberoamericana de Estudos em Educação, v. 4, n. 1, 2009, p. 1-12. Disponível em: file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/Dialnet-SexualidadeGeneroEEducacao-6202472.pdf. Acesso em out. 2019.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender, Essays on Theory, Film and Fiction.** Bloomington/Indiana: Indiana University Press, 1987.

FACCO, L. **Era uma vez um casal diferente: a temática homossexual na educação literária infanto-juvenil.** São Paulo: Summus, 2009.

FERREIRA, Paulo P. **Administração de pessoas.** São Paulo: Atlas, 1999.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópio da indústria brasileira.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FLICK, Uwe**. Entrevistas semi-estruturadas: uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Lucas. **Certificações de sexo e gênero: A produção de verdade nos pedidos judiciais de requalificação civil de pessoas transexuais**. Mediações, Londrina, v. 20, n. 1, p. 102-103. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20970. Acesso em ago. -set. 2019.

GALLO, Mel Bleil. **Há vagas para transexuais e travestis**. Estadão. 7 nov. 2013. Disponível em: Acesso em: 10 abr. 2019.

LOBO, Elizabeth. **Os usos do gênero: A classe operária tem dois sexos.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOURO, Guacira. L. Teoria QUEER: **Uma Política Pós-identitária para a Educação.** In: Revista de Estudos Feminista, Florianópolis: v. 9 n. 2/2001 p. 541-553. [online]. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em out. 2019.

MOITA, Gabriela. **A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos.** Revista Crítica de Ciências Sociais [Periódico de internet]. 2006 dez [acesso em 2018 agosto 27] 76: 53-2. Disponível em: https://docplayer.com.br/35678645-A-patologizacao-da-diversidade-sexual-homofobia-no-discurso-de-clinicos.html. Acesso em out. 2019.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor. **O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica.** Rio de Janeiro: In Anais do XI Simpósio de

Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/36520376.pdf. Acesso em ago. 2019.

NASCIMENTO, Ewerton S. **Alternativas de mercado de trabalho para as travestis de Aracaju**. Aracaju: Ministério da Justiça, 2003

Pereira CF. **Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil.** RIDH [Periódico de internet]. 2016 jan. – jun. [acesso em 2018 maio 12] 4 (1): 115-37. Disponível em: www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307. Acesso em ago. – set. 2019.

REAINAUDO, Franco; BACELLAR, Laura. **O mercado GLS: Como obter sucesso com o segmento de maior potencial da atualidade**. São Paulo: Ideia & Ação, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade. 1990 v.16, n.2, p.5-22.Disponível em: file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/71721-297572-1-PB.pdf. Acesso em set. 2019.

SILVA, Sofia Milena de Moraes e. **Transexualidade e Discriminação no Mercado de Trabalho.** Paraíba. In: Anais do III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais, 2011.Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/1182593.pdf. Acesso em nov. 2019.

TRANSEMPREGO. Estadão: **Há vagas para transexuais e travestis**. 2013 Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ha-vagas-para-transexuais-e-travestis-imp-,1093997. Acesso em: 25 maio de 2019.

Violência sexual intrafamiliar: impactos na saúde mental de adolescentes do gênero feminino

Intrafamily sexual violence: impacts on the mental health off emale adolescents

Geovanna Fiorentini Pero[1]
Jaine Ferlete Souza[2]
Tamires Bianca Minin Mota[3]
Joicimar Cristina Cozza[4]

RESUMO
O presente estudo refere-se a uma revisão de literatura narrativa que pretende compreender os impactos na saúde mental de adolescentes do gênero feminino que foram violentadas sexualmente no contexto intrafamiliar. A violência sexual é definida como violação dos direitos sexuais, e praticada por um adulto que exerce autoridade e/ ou relações de afeto ou parentesco sobre a adolescente vitimizada. As consequências mais apontadas nos estudos referem-se a quadros depressivos, ansiosos, de estresse pós - traumático, e disfunções sexuais. Este trabalho teve seu foco no gênero feminino, tendo em vista as pesquisas apontarem uma maior incidência nessa população e, sobretudo, prevalecendo meninas adolescentes.
Palavras-chave: abuso sexual na infância, delitos sexuais, violência doméstica.

ABSTRACT
The present study refers to a review of narrative literature that aims understand the impacts on mental health of female adolescent who were sexually abused in the intrafamily context. Sexual violence is defined as a violation of sexual rights and practiced by an adult who exercises authority over victimized adolescents. The consequences most pointed out in the studies refers to depressive symptoms, anxious, post-traumatic stress and sexual dysfunctions. This work focused on female gender, considering that the researches indicate a higher incidence in this population and, above all, teen girls prevail.
Keywords: sexual abuse in childhood; sexual delicts; domestic violence

Introdução

O fenômeno da violência há muitos séculos é observado por estudiosos, e pode ser designado como o ato de violar outra pessoa. Essa pratica é uma oposição à liberdade e à vontade daquele que é violado (MODENA, 2016). De acordo com o Ministério da Saúde (2009), a violência é um problema de ordem social. Dentre as

[1] Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba.
[3] Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba.
[4] Psicóloga; Mestre em Medicina Preventiva; Especialista em Violência Doméstica contra criança e adolescente, Ensino e aprendizagem; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba.

variadas formas de violência, a intrafamiliar, é um dos tipos muito estudado por diversos autores.

Segundo Lavareda; Magalhães (2015), a violência sexual pode ser categorizada de duas formas, sendo elas: extrafamiliar ou intrafamiliar. Os casos definidos como extrafamiliar, são aqueles em que o autor não pertence à família da vítima, o intrafamiliar refere-se aos casos em que o autor encontra-se inserido no contexto familiar.

O presente trabalho tem como foco, a violência sexual intrafamiliar contra adolescentes do sexo feminino, definida como: a violação dos direitos sexuais, tratando-se, da exploração, ou abuso do corpo e da sexualidade da adolescente. O abuso sexual pode ser homo ou heterossexual, e a pessoa que pratica esse ato busca satisfazer-se sexualmente. Geralmente é cometido por um adulto, ou alguém mais velho que a adolescente. O agressor faz uso de poder, ou autoridade, e o abuso sexual pode ser praticado de diversas formas, sendo algumas delas: fazer uso de palavras obscenas, material pornográfico, sexo oral, vaginal ou anal, exposição dos genitais, e quaisquer outras atividades sexuais. A adolescente que vivencia essas situações, não possui capacidade de entender ou consentir. (LAVAREDA; MAGALHÃES, 2015).

De acordo com Marques (2017), a violência intrafamiliar, é definida pela relação de abuso entre pessoas que possuem ligação familiar, civil ou de parentesco natural, podendo ser física, psicológica, negligência ou abuso sexual. O trauma da vítima de violência intrafamiliar é profundo, havendo maior dificuldade de superação, principalmente, por se dar em um espaço onde deveria prevalecer a segurança e proteção, por se tratar de pessoas do seu convívio familiar, que possuem laços afetivos, onde as vítimas tendem a ter mais dificuldade de denunciar o agressor, por medo de perdê-lo ou por culpar a si mesma. Sendo assim, um abuso cometido na infância, pode se repetir até a fase adulta. (LOURENÇO; CARVALHO, 2001).

Por volta do ano de 1980, já se pensava sobre a violência sexual intrafamiliar. A sociedade brasileira começava a demonstrar interesse acerca deste tema, e pôde-se observar que este assunto tem sido discutido há um tempo considerável (NEVES *et al*, 2010). Entretanto, a violência intrafamiliar que envolvem adolescentes, ainda se trata de um evento pouco estudado por pesquisadores brasileiros, mesmo

sabendo dos impactos causados às vítimas e a sociedade (ALMEIDA; MIRANDA; LOURENÇO, 2013).

De acordo com Lima; Alberto (2012), mesmo com os dados estatísticos em relação ao aumento de denúncias, a violência sexual na adolescência ainda não pode ser mensurada em sua prevalência real a partir dos casos estimados oficialmente, já que no Brasil a maioria das ocorrências não é denunciada. Outra dificuldade enfrentada são os variados estudos em diversos países, os quais são realizados em diferentes etapas apresentando obstáculos na coleta de dados (HILDEBRAND *et al,* 2015), fato este que se torna um agravante que dificulta a realização de pesquisas. É preciso ressaltar a importância desses estudos, que futuramente poderão contribuir para a elaboração de estratégias de enfrentamento do problema, pensando não apenas na forma de remediar, mas, como método de prevenção à violência (ALMEIDA; MIRANDA; LOURENÇO, 2013).

No ano de 2017, foi realizada pelo Ministério dos Direitos Humanos (2018) a contagem de denúncias recebidas pelos dispositivos Disque 100; Proteja Brasil; Clique 100; Ouvidoria *Online* e ONDH, das quais 58,91% das acusações relacionadas à violência contra crianças e adolescentes. Em relação aos tipos de violação, a violência sexual, abrange 20.330 das denúncias. Com a indicação de 48% dos casos foram do gênero feminino, e que em 57% dos casos a violência foi perpetrada na origem intrafamiliar.

Segundo Freitas (2018), um grande marco no processo histórico, se dá a partir da constituição de 1988, que resultou na criação do ECA, por meio da Lei n.8069/90, cuja como função é regulamentar os direitos das crianças e dos adolescentes. Dando origem ainda aos Conselhos Tutelares, estes estão presentes nos municípios com o objetivo de garantir o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, tais direitos, são definidos pela lei. Segundo o artigo 5º do ECA (1990), nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei, qualquer atentado, por ação, ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

No presente estudo, adotou-se uma perspectiva teórica de revisão bibliográfica narrativa de literatura, com objetivo de compreender os impactos da violência sexual intrafamiliar na saúde mental de adolescentes do gênero feminino.

Material e Método

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, abordando trabalhos publicados sobre a violência sexual intrafamiliar contra adolescentes do gênero feminino. A estratégia de busca deu-se através do banco de dados da Bireme para selecionar os descritores: delitos sexuais, abuso sexual na infância, violência doméstica.

A partir disto foram encontrados 29.388 artigos para os descritores apontados. Como critério de inclusão, foram considerados artigos com os principais assuntos: estupro, abuso sexual na infância, violência doméstica, transtorno de estresse pós-traumático, estresse psicológico, resultando em 18.296 artigos. Em seguida, foi filtrado por tipo de estudo, e nestes, foram inclusos artigos de relato de caso, estudo de caso e controle, guia de prática clínica e revisão sistemática, resultando em 1.764 trabalhos.

Na sequência utilizou-se o critério de enfoque na adolescência reduzindo para 559 artigos. Os idiomas incluídos para pesquisa foram o inglês e português, resultando 484 publicações. O último critério utilizado foi o ano de publicação de 2014 a 2018, totalizando assim, 72 artigos. Foram lidos os resumos dessas 72 publicações e, a partir disso foram selecionados 44 artigos para serem lidos na íntegra, sendo que, após a leitura, 25 artigos foram incluídos para análise, e utilizados na elaboração do estudo. Além das publicações citadas, também se recorreu ao DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais).

Discussão

Foi esclarecido por Vieira, Alves, Vargas (2018), que a violência atualmente é um marco recorrente na vida de um indivíduo, porém, a violência sexual é um problema na sociedade e nas redes de saúde por sua recorrência, como também, por ser um problema que se refere ao desenvolvimento biopsicossocial de ambos os envolvidos, tanto para vítima quanto para a família. Os autores dão continuidade explicitando que a violência contra adolescentes é encontrada em toda parte do mundo, principalmente no contexto familiar. Os abusadores podem ser tanto do próprio sexo como do sexo oposto, pessoas de convívio muito próximos e/ou responsáveis. Tendo em vista que muitas adolescentes não sinalizam o abuso na época do fato, podendo somente ocorrer a revelação na vida adulta. Muitas vezes

somente em processo de psicoterapia, ou até mesmo, o abuso passa a ser um segredo nunca mencionado.

O abuso sexual na infância e adolescência é definido pela legislação brasileira como crime de estupro de vulnerável, sendo um dos temas mais delicados a ser estudado pelo Direito Penal. É caracterizado por um problema onipresente, com uma ocorrência assustadora, atualmente relatada por meio jornalístico. Crianças e adolescentes sofrem abuso em países pobres e ricos, em favelas e também em condomínios de luxo, pois, não há distinção de classes sociais, todas estão sujeitas a esse tipo de violência. A criança e o adolescente não podem consentir sexo com adultos, mesmo que verbalizem isso, já que não possuem informações suficientes sobre o assunto. Mesmo que seja consentido de forma física ou verbal, este ato ainda é caracterizado como abuso, tendo em vista a falta de compreensão e maturidade da vítima, ou seja, caso aconteça o suposto consentimento, ele se deu devido à manipulação do agressor, que busca satisfazer suas próprias vontades (MORAES, 2015).

A vítima não tem liberdade para decidir, para se posicionar, dizendo sim ou não a um adulto, pois, do ponto de vista legal e psicológico a criança ou adolescente está sob os cuidados do adulto, portanto, não possui livre escolha do ponto de vista psicológico. O menor possui dificuldade em negar a imposição de um adulto porque, na maioria dos casos, esse adulto lhe provém afeto, abrigo, alimento, recurso financeiro e segurança. Portanto, não há sexo consensual com menores, o dito sexo consensual é na verdade a resposta ao poder que o indivíduo agressor exerce na sua posição de autoridade (MORAES, 2015).

De acordo com Lavareda; Magalhães (2015), a violência sexual apresenta sinais específicos, sendo eles: conhecimento sexual inapropriado para a idade, curiosidade sexual excessiva, brinquedos ou jogos sexualizados, masturbação excessiva, exposição frequente dos genitais, agressividade sexual, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

Em relação ao maior número de casos com adolescentes do gênero feminino os autores Freitas (2018); Deslandes *et al* (2016); Platt *et al* (2018), afirmam que a incidência da violência sexual no gênero feminino, é superior ao gênero masculino, pelo fato de corroborar com representações sociais construídas, e a relação de

dominação que o homem exerce sobre a mulher, bem como as desigualdades entre os gêneros.

> *Saúde mental, é um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional. A saúde Mental pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida, e procurar um equilíbrio entre as atividades, e os esforços para atingir a resiliência psicológica. Admite-se, entretanto, que o conceito de Saúde Mental, é mais amplo que a ausência de transtornos mentais.* (SPP/DVSAM, 2014). PAGINA

De acordo com Rates et al (2015), a violência em suas variadas nomenclaturas causa sofrimento psíquico, deixando traumas por toda a vida. Deslandes *et al* (2016), cita que os danos emocionais acarretados pela violência sexual podem ser: baixa autoestima, desconfiança, comportamento agressivo, ou defensivo, dificuldade de expressão, isolamento, e depressão. Para Hildebrand *et al* (2015), a violência sexual é a forma que possui maior prevalência de possíveis transtornos psiquiátricos como depressão e transtorno de estresse pós traumático. Vieira; Alves; Vargas (2018), também relatam que a violência sexual tem um marco na saúde psicológica da adolescente, e as mortes recorrentes depois do ato sexual são: suicídios, morte por HIV, ou até mesmo assassinato. A causa mais comum que ocorre depois do abuso sexual é o transtorno de estresse pós-traumático, apresentando mudanças de comportamentos, tais como sentimento de culpa, baixo rendimento escolar, irritabilidade, desconfiança, entre outros que serão discorridos na descrição do artigo.

Segundo Deslandes *et al* (2016), é necessária uma dinâmica de atendimento complexa para as vítimas de violência sexual, como questões que envolvam o campo psicológico, legal, social e clínico, que devem ser consideradas no intuito dos direitos violados, serem reestabelecidos. Sobre o acolhimento dessa demanda os autores Vieira; Alves; Vargas (2018) esclarecem que é um importante elemento para a qualidade e humanização do serviço. É necessário, que os profissionais acolham sem julgamentos e pré-conceitos, sejam empáticos e responsáveis com as demandas relatadas e vivências, para que sua função se cumpra com respeito à dignidade do próximo.

Através de um levantamento de dados foi possível identificar o tema abuso sexual ser alvo de interesse das pesquisas, objetivando identificar aspectos do

problema, fatores, características, questões epidemiológicas, visando também as consequências da violência sexual em relação ao desenvolvimento da adolescente que foi violada. O abuso sexual resulta em efeitos diversos e severos, dentre eles, estão presentes aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais. Assim, pode-se dizer que várias áreas da vida da pessoa sofreram impactos, de modo geral, levando em consideração que os vários tipos de violência estão associados (TORRES, 2014). E, de acordo com Fontes; Conceição; Machado (2017), os adolescentes, vítimas de violência sexual tem altos riscos de desenvolvimento de transtornos biopsicossociais. Para os autores, a saúde mental é a esfera que pode ser designada como maior afetada pelo abuso sexual.

Hildebrand *et al* (2015), relata que em todos os casos de violência, a prevalência de transtornos psiquiátricos é maior em vítimas de violência sexual. De acordo com De Oliveira Alexius (2015), está relacionado ao abuso sexual: sentimento de culpa, conduta hipersexualizada, predomínio de desconfiança nas relações, pesadelos, medos, isolamento, sentimentos de ódio e desamparo, somatizações, baixa autoestima, depressão, agressividade, ansiedade, Transtorno de Déficit de Atenção, e Hiperatividade (TDAH), transtorno de conduta.

Os danos causados podem perdurar pela vida da criança e da adolescente. Segundo Fontes; Conceição; Machado (2017), uma das dificuldades de mensurar a prevalência desse problema é o fato de que muitos dos violentados não revelam os acontecimentos, ou quando explicitados não alcança órgãos e profissionais para a devida demanda. Esse contratempo colabora para o surgimento de problemas psicológicos.

Segundo Torres (2014), existem diversos fatores que implicam no desenvolvimento de adolescentes que foram vítimas do abuso sexual com destaque para os relacionados às questões construtivas da pessoa, por exemplo, a aptidão de lidar com situações de dano, de ameaça ou desafio, podendo ainda, desenvolver sentimento de culpa, fazendo com que haja dificuldade em revelar o abuso sofrido para os familiares. O segundo fator é a deficiência na rede de apoio, o que resulta em danos nas questões sociais, assim, adolescentes que passaram pela situação de violência sexual são mais vulneráveis em casos da inexistência da rede.

Foi certificado que vítimas de abuso sexual apresentam dificuldades em falar sobre sexualidade com seus responsáveis, sentindo-se incomodadas em falar sobre

assuntos íntimos com os pais, como, por exemplo, relações amorosas e sexuais, sendo assim, optam por não tratarem desse assunto em casa.

As adolescentes que passaram pela situação de abuso, quando comparadas com as que não vivenciaram essa situação, demonstraram medo de envolvimento com pessoas do sexo oposto e do ato sexual. As adolescentes violentadas também relatam sentirem-se incomodadas quando recebem de seus parceiros toque em regiões íntimas do corpo. Apresentam uma visão negativa do sexo masculino, caracterizando os homens como safados, aproveitadores e interesseiros (TORRES, 2014).

De acordo com Krindges; Macedo; Habigzang (2016), relatos de mulheres vítimas do abuso sexual na infância e adolescência referem comprometimento do funcionamento sexual, lubrificação insuficiente, dor genital, ausência do prazer e dificuldade em atingir o orgasmo, também é comum, dores menstruais e problemas ginecológicos, devido a experiência traumática relacionada a sexualidade. Essas mulheres podem vir a apresentar aversão sexual. Além disso, a vitimização na infância e adolescência pode atingir de forma negativa a formação de relações íntimas saudáveis na fase adulta, através do desviar-se e ansiedade, a dificuldade de estabelecer vínculo e confiança é tida como consequência da violência sexual. O sentimento de vergonha também se faz comum entre as vítimas, dessa forma, há dificuldade de se relacionar com o parceiro íntimo.

Schaefer *et al* (2018), cita que adolescentes vítimas de violências sexuais são mais propensas a apresentar sintomas clínicos, podendo ser sintomas externos como agressividade, e também sintomas internos como isolamento, depressão, ansiedade, dificuldades de atenção, estresse pós-traumático e queixas somáticas. Mesmo não existindo uma síndrome específica para distinguir vítimas de abusos sexuais, elas variam de problemas mais simples até os mais graves.

Florentino (2015) ressalta que as manifestações psicológicas da violência sexual podem ocorrer a curto e longo prazo, sendo elas: queixas sintomáticas, quadros fóbicos ansiedade, sintomas psicóticos, depressão, distúrbios de alimentação, obsessão/ compulsão, níveis intensos de medo, ideação suicida, entre outros. O autor cita que outro quadro psicológico vivenciado pela maioria das

vítimas é o TEPT- Transtorno de Estresse Pós Traumático. O DSM- 5[5] aponta que esse transtorno é caracterizado por sintomas característicos, após a exposição a um, ou vários acontecimentos traumáticos.

> *Em alguns indivíduos, sintomas de revivência do medo, emocionais e comportamentais podem predominar. Em outros, estados de humor anedônicos ou disfóricos e cognições negativas podem ser mais perturbadores. Em alguns outros, a excitação e sintomas reativos externalizantes são proeminentes, enquanto em outros, sintomas dissociativos predominam. Por fim, algumas pessoas exibem combinações desses padrões de sintomas* (DSM-5, 2014, p. 274).

Estudos dos autores Fontes; Conceição; Machado (2017) apontam que o gênero feminino possui maior regulação emocional, com isso elas conseguem lidar melhor com o fato diante das pessoas, porém os efeitos internalizados da violência sexual são mais perturbadores.

Quando a violência sexual é vivenciada no ambiente familiar, é possível observar que a vítima não se sente confortável em sua residência, optando passar o máximo de tempo fora dela, evitando contato com familiares próximos (FONTES; CONCEIÇÃO; MACHADO, 2017). Segundo Florentino (2015), o sentimento de culpa é frequente em adolescentes abusadas sexualmente, principalmente quando é incestuoso e o efeito emocional que essa culpa gera é severo e causando um vasto agravo psicológico.

É necessário, após analisar cuidadosamente o relato da suposta vítima, a partir da suspeita de violência sexual, encaminhar a adolescente para órgãos competentes como Conselho Tutelar e a Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) (LAVAREDA; MAGALHÃES, 2015). E segundo, De Oliveira Munduruca; Romeiro (2018), após os procedimentos adotados anteriormente o caso é encaminhado ao poder judiciário que determinará quais serão as medidas protetivas cabíveis.

Conclusão

A partir do estudo de revisão narrativa de literatura pôde-se concluir que apesar da violência sexual intrafamiliar ser um fenômeno recorrente, existe a dificuldade de mensuração devido à falta de notificação do abuso, principalmente

[5] DSM- 5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, utilizado por profissionais, sendo eles: psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais para diagnóstico de transtornos mentais.

quando o ocorrido se dá no contexto doméstico, o acontecimento muitas vezes, é omitido por ter como agressor um membro da família. Diante dos estudos, foi possível observar que existe a prevalência de vítimas do gênero feminino nos casos notificados de abuso sexual na adolescência.

Com base no que foi apresentado torna-se explícito os impactos causados na saúde mental de adolescentes violentadas sexualmente, sendo eles vivenciados a curto e longo prazo. As consequências psicológicas apontadas com predominância nos casos de violência sexual são: ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e disfunções sexuais.

O presente artigo visou contribuir com os estudos já existentes sobre o assunto, bem como auxiliar na elaboração de novas pesquisas para que a sociedade seja informada dos agravantes da violência sexual e, com isso, reconheçam a necessidade de estarem atentos aos sinais emitidos pelos relacionamentos familiares, com finalidade de assegurar os direitos da adolescente violentada. No mesmo percurso colaborar-se- a para que profissionais da saúde e comunidades tenham maior informação respeito desses impactos apontados na saúde mental de adolescentes em situação de violência sexual intrafamiliar. Assim, acredita-se que a rede de atendimento possa ser fortalecida.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Adriana Aparecida; MIRANDA, Olivia Barbosa; LOURENÇO, Lélio Moura. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma revisão bibliométrica.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202013000200011&script=sci_abstract&tlng=en>. Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**/Ministério da Saúde – 3. Ed. (Série E. Legislação de Saúde). Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

DE OLIVEIRA ALEXIUS, Sara Elaine. Violência e abuso sexual infantil: impactos na saúde mental, Londrina, 2015. Disponível em:< http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/Monografias/Violencia_e_SaudeMental.2015.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

DE OLIVEIRA MUNDURUCA, Glausa; ROMEIRO, Joyce Borges. Reflexões sobre a atuação do psicólogo judiciário nos casos de denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, 2018. Disponível em: < https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/tec/article/view/1501/pdf>. Acesso em: 09 set. 2019.

DESLANDES, Suely Ferreira *et al*. Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. **Interface Comunicação Saúde Educação**, Botucatu, v. 20, n. 59, 2016. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832016000400865&script=sci_abstract>. Acesso em: 09 mai. 2019.

DSM-5, **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, 2014, 5º edição.

FREITAS, Luiza Araújo. **Atendimento prestado por profissionais do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) às crianças, adolescentes e suas famílias envolvidas na violência sexual intrafamiliar.** 2018. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérgamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia, São João del Rei**, v. 27, n. 2, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n2/1984-0292-fractal-27-2-0139.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

FONTES, Luiz Felipe Campos; CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; MACHADO, Sthefano. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n.9, 2017. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-2919.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2019.

HILDEBRAND, Natália Amaral *et al*. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Campinas, v. 28, n. 2, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/prc/v28n2/0102-7972-prc-28-02-00213.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

KRINDGES, Cris Aline; MACEDO, Davi Manzini; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínicos**, vol. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <file:///D:/documentos/downloads/10269-40492-2-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

LAVAREDA, Renata Pereira; MAGALHÃES, Thaís Quezado Soares. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento.** 1. ed. Brasília DF: Secretaria de Comunicação, 2015.

LIMA, Joana Azevedo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. **Psicologia & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/18.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

LOURENÇO, Nelso; DE CARVALHO, Maria João. Violência doméstica conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. **UNL**, v. 2, n. 3, p. 95-121. Marc. 2001.

Disponível em:<https://repositoriocientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/407/1/2001_THEMIS.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019.

MARQUES, José, Violência intrafamiliar. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 07-16, fev. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid - 311X8000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 mar. 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Balanço MDH**. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatório-balanço-digital.pdf. Acesso em: 05 mar. 2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Biblioteca Virtual em Saúde**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2009.pdf. Acesso em: 05 mar. 2019.

MODENA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência**. 2016. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

MORAES, Guilherme Machado. **Perspectivas psicológicas, aspectos penais e sanções controversas.** Santa Maria RS. 2015. Disponível em: <https://repositório.ufsm.br/bitstream/handle/1/11438/Monografia%20-%20Guilherme%20Machado%20Moraes.pdf?sequence=1&isAllowed=y.> Acesso em: 09 mai. 2019.

NEVES, Ana Maria Silva *et al.* Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em Psicologia**, v. 18, n.1, 2010. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a09.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PARANÁ, Secretaria do Estado. SPP/DVSAM - Saúde Mental. **Definição de saúde mental.** Disponível em http://www.saude.pr.gov.br. Acesso em: 09 set. 2019.

PLATT, Vanessa Borges *et al*. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 23, n. 4, 2018. Disponível em**:<** http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n4/1413-8123-csc-23-04-1019.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2019.

RATES, Suzana Maria Moreira *et al*. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011**. Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2015. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n3/pt_1413-8123-csc-20-03-00655.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2019.

SCHAEFER, Luiziana Souto *et al*. Indicadores psicológicos e comportamentais na perícia do abuso sexual infantil. **Temas psicol**., Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1467-1482, set. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2018000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2019.

TORRES, Marck de Souza. **Adolescência e abuso sexual intrafamiliar: avaliação dos impactos psicológicos e reajustes identitários-identificatórios com**

métodos projetivos. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <http://repositório.unb.br/bitstream/10482/18113/1/2014_MarckdeSouzaTorres.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

VIEIRA, Igor Soares; ALVES, Taiane; VARGAS, Marlizete Maldonado. Violência sexual contra crianças e adolescentes: perfil e relato de uma experiência de acolhimento no IML-SE. In: MARQUES, Verônica Teixeira; NERY, Matheus Batalha Moreira; DE BRAGANÇA FERRO, Sandra Regina Oliveira Passos. **Violência contra crianças, adolescentes e mulheres. In: Expressões de Violência em Sergipe**. 1ª edição. Rio de Janeiro: EDITORA Bonecker, 2018. P. 159-169.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Projeto experimental de propaganda para a empresa Cine Movie Play

Experimental advertising project for Cine Movie Play company

Ana Paula Bianco Gavioli[1]
Bianca Madureira Gregolis[2]
Jefferson José de Carvalho Ressude[3]
Laine Cristina Alves da Silva[4]
Uantelli Jean Moura Subires[5]
Eliane Cintra Rodrigues Montresol[6]
João Geraldo Nunes Rubelo[7]

RESUMO
Este artigo apresenta a realização de um projeto experimental de propaganda, desenvolvido pela agência experimental Eureka Comunicação para a empresa Cine Movie Play. O empreendimento atua no segmento de cinema há quase um ano sob gestão do atual proprietário e oferece o serviço de entretenimento. A partir de reuniões com o cliente e realização de pesquisas, a agência desenvolveu uma campanha publicitária para o Cine.
Palavras-Chave: cinema; entretenimento; Cine Movie Play.

ABSTRACT
This article presents the realization of an experimental advertising project developed by the experimental agency Eureka Communication for the company Cine Movie Play. The venture has been in the movie business for almost a year under the management of the current owner and offers the entertainment service. From meetings with the client and conducting research, the agency developed an advertising campaign for the Cinema.
Keywords: cinema; entertainment; Cine Movie Play.

Introdução

A empresa Cine Movie Play é um cinema localizado na cidade de Birigui, interior de São Paulo, prestador de serviços de entretenimento.

De acordo com o proprietário, Diego Nascimento, o objetivo é levar a magia do cinema para as pessoas, transformando um simples filme em uma experiência única para os clientes.

[1] Acadêmica do 8° termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Catótilico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: anapbgavioli@hotmail.com.
[2] Acadêmica do 8° termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Catótilico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: bi.gregolis@hotmail.com.
[3] Acadêmico do 8° termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Catótilico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: jheff.j.carvalho@gmail.com.
[4] Acadêmica do 8° termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Catótilico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: laine.cristina.alves@hotmail.com.
[5] Acadêmico do 8° termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Catótilico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP. E-mail: uantellisubires@gmail.com.
[6] Publicitária e Mestre em TV Digital pela Unesp/Bauru. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba. E-mail: elianemontresol@hotmail.com.
[7] Filósofo, Mestre em Geografia, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

O empreendimento prioriza: o bom entendimento; a qualidade de som, imagem e tudo que envolve o bem-estar dos clientes, além de oferecer uma *bomboniere* repleta, com: Pipocas, doces e bebidas.

Missão, visão e valores da empresa Cine Movie Play

Missão: A missão do Cine Movie Play é fornecer entretenimento de alta qualidade, ambiente organizado, com excelência no atendimento e satisfação total do cliente.

Visão: Tornar o cinema uma referência na cidade de Birigui e uma opção de franquia.

Valores: Qualidade, profissionalismo, responsabilidade e respeito.

Serviços e produtos oferecidos pelo Cine

Entre os produtos ofertados pelo cinema estão: pipocas, algodão-doce e bebidas.

Histórico de comunicação e mídia

De acordo com Diego Nascimento, pela empresa ser recente, não teve tempo de organizar as atividades de comunicação do cinema. A empresa possui uma página no Facebook onde são feitas postagens diárias.

Pontos positivos da empresa

O proprietário destaca que os principais pontos positivos da empresa são:

a)Ser único cinema na cidade de Birigui;

b)Possuir preços mais baixos que os demais cinemas.

Pontos negativos da empresa

É necessário reconhecer os possíveis pontos negativos dentro da empresa, para que possam ser analisados e solucionados. Os itens abaixo destacam alguns pontos negativos do cinema:

a) Possuir apenas uma sala de projeção;
b) Não possuir estacionamento próprio;
c) Não possuir sistema 3D.

Pesquisa mercadológica para a empresa Cine Movie Play

Foram realizados dois tipos de pesquisas: um com o público externo e outra com o público interno da empresa, para saber como melhor trabalhar a empresa em relação ao seu conhecimento perante os públicos.

Projeto de pesquisa para o público externo

A realização deste projeto de pesquisa externa foi de grande importância, por permitir descobrir se o público externo conhecia a empresa Cine Movie Play. Auxiliou para apresentar o perfil demográfico e psicográfico do público, além de conhecer os concorrentes diretos e indiretos presentes nas cidades da região de Birigui-SP. O público externo, quando bem trabalhado, poderá tornar-se futuro consumidor.

Coleta de dados

- O método escolhido para a coleta de dados foi a pesquisa de campo, onde foram aplicados questionários estruturados, com perguntas pré-definidas, questões abertas, semiabertas, fechadas, dicotômicas e encadeadas. A pesquisa deu-se de forma aleatória estratificada. Foram entrevistadas 200 mulheres e 180 homens, totalizando 380 pessoas. A pesquisa para o público externo teve início no dia 13 de agosto de 2018 e foi finalizada no dia 19 de mesmo mês.

A aplicação da pesquisa para coleta de dados para a empresa Cine Movie Play foi realizada na cidade de Birigui, em pontos pré-determinados, com base em proximidade à empresa e grande fluxo de pessoas, como: Praça Doutor Gama, Lago da Raquete e Polo Calçadista – Av. Nelson Calixto.

Os entrevistados residem nas cidades de Araçatuba, Birigui, Braúna, Buritama, Bilac e Mirandópolis. A maior parte dos entrevistados, 161 pessoas, têm entre 20 a 24 anos, enquanto 84 pessoas têm entre 25 a 29 anos, as faixas etárias que movimentam o setor. A maior parte, 292 pessoas, são solteiras, enquanto 78 delas são casadas.

Com base no valor do salário mínimo atual, R$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), a pesquisa revelou que 20 pessoas possuem renda familiar de até 1 salário mínimo, 43 pessoas de 01 a 02 salários, 222 pessoas de 2 a

5 salários, 83 pessoas de 5 a 10 salários e 10 pessoas acima de 10 salários, 02 pessoas declararam ter nenhuma renda.

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, 252 pessoas estão cursando ou fizeram até o ensino superior incompleto e 56 pessoas fizeram o ensino superior completo. Sobre o nível de conhecimento sobre o Cine Movie Play segundo os entrevistados, 130 pessoas alegam conhecer o cine e 250 pessoas disseram que não conhecem. Sobre a forma que os entrevistados conheceram o cinema, 144 pessoas conheceram através de indicações, 124 pessoas por redes sociais e 112 pessoas por outros lugares. Sobre os cinemas que os entrevistados costumam frequentar, 207 pessoas frequentam mais o Cine Araújo - Araçatuba, 142 pessoas frequentam mais o CineFlix - Araçatuba, 1 pessoa frequenta o Circuito Cinema - Penápolis, 2 pessoas frequentam o Cine Movie Play – Birigui e 28 pessoas frequentam outros cinemas.

Quanto a frequência com que os entrevistados costumam ir ao cinema no mês, 193 pessoas responderam que vão quando há interesse em um filme, 89 pessoas vão 1 vez ao mês, 69 pessoas 2 vezes, 17 pessoas 3 vezes, 9 pessoas 4 vezes ou mais e 3 pessoas disseram que nunca vão.

Sobre o melhor horário para ir ao cinema, 26 entrevistados preferem ir à tarde e 354 à noite. Sobre os motivos pelos quais os entrevistados optaram por ir ao cinema à noite, 245 pessoas alegam que trabalham no período da tarde, 133 é por preferência e 2 é porque estudam no período noturno. Quanto os entrevistados costumam frequentar o cinema. 137 pessoas vão acompanhados de amigos, 104 vão em família, 11 pessoas preferem ir sozinhas e 128 com o namorado(a). Sobre os entrevistados acreditarem ser um diferencial para um cinema, 06 pessoas acreditam que um cinema necessita de acessibilidade, 14 pessoas de ótimo atendimento, 41 pessoas a *bomboniere*, 46 a qualidade do filme, 65 pessoas da qualidade da imagem, 30 pessoas da organização do ambiente, 10 pessoas dos filmes legendados, 62 da qualidade do som, 71 das poltronas e 35 do preço. Enquanto aos meios de comunicação que os entrevistados mais acessam diariamente: 177 pessoas disseram que utilizam mais o rádio, 46 pessoas o jornal, 25 pessoas o panfleto, 26 pessoas a revista e 106 pessoas o *outdoor*.

Projeto de pesquisa para o público interno

A pesquisa interna tem como propósito abordar as pessoas que frequentam o Cine Movie Play e questioná-las em relação ao local. Se o projeto de pesquisa para o público externo é importante, o projeto de pesquisa para o público interno é extremamente fundamental.

Relatório de pesquisa aplicada para o público interno

A aplicação da pesquisa interna foi realizada por formulários com os clientes na intenção de conhecê-los e adquirir informações para o projeto experimental de propaganda da empresa. A pesquisa começou no dia 13 e durou até o dia 19 de agosto de 2018. Com os resultados a agência experimental obteve as seguintes informações:

Do total de entrevistados, 74 são homens e 78 mulheres. Sobre as faixas etárias, foram identificadas 26 pessoas com 15 a 19 anos, 48 com idade entre 20 e 34 anos, 33 com idade entre 25 e 29 anos, 22 com idade entre 30 e 34 anos, 05 com idade entre 35 a 39 anos, 14 com idade entre de 40 a 44 anos, 03 com idade entre 45 a 49 anos, e 01 acima dos 60 anos. Sobre o estado civil dos entrevistados, 98 são solteiros, 44 casados e 10 separados, viúvos ou divorciados. As cidades nas quais as pessoas residem, 144 pessoas são de Birigui, 05 de Araçatuba, de Penápolis, Bilac, Avanhandava 1 pessoa.

Quanto à renda familiar, identifica-se que 01 pessoa possui renda familiar de até 01 salário mínimo, 20 pessoas com renda de 1 a 2 salários, 96 pessoas com renda de 2 a 5 salários, 83 pessoas com renda de 5 a 10 salários, e 02 pessoas com renda acima de 10 salários.

Referente ao grau de escolaridade dos entrevistados, contestou-se que nenhum deles é analfabeto; 03 pessoas fizeram o ensino fundamental incompleto, 12 pessoas cursaram até o ensino fundamental completo, 18 pessoas fizeram até o ensino médio incompleto, 38 pessoas possuem o ensino médio completo, 38 pessoas possuem o ensino superior incompleto, 37 pessoas estão cursando ou fizeram até o ensino superior completo e, por fim, 06 pessoas dos entrevistados têm pós-graduação.

Sobre quais os lugares que as pessoas buscam para o entretenimento, identifica-se que: 29 buscam por barzinho, 22 pessoas optam por balada, 33 vão ao restaurante, 46 vão à lanchonete, 9 à sorveteria, 3 vão ao cinema, 7 igreja e 3

preferem outros lugares, a respeito da frequência com que pessoas vão ao cinema 64 pessoas vão quando há interesse, 24 pessoas vão apenas uma vez por mês ao cinema, 48 vão duas vezes por mês, 12 frequentam três vezes por mês o cinema e 4 vão quatro vezes ou mais. Sobre, as pessoas que vão ao cinema nos respectivos dias da semana, 01 frequenta na segunda-feira, 3 na terça-feira, 15 na quarta-feira, 23 na quinta-feira, 48 na sexta-feira, 85 no sábado e 23 aos domingos. Os motivos apontados pelos entrevistados para estarem nos dias citados foram: folga, final de semana, encontro com os amigos, promoção, dia mais calmo, passeio, datas comemorativas, melhor dia e por ser de outra cidade.

O melhor horário para ir ao cinema, 17 entrevistados disseram que preferem ir à tarde e 135, a noite. Sobre os motivos pelos quais os entrevistados optaram por ir ao cinema a noite, 89 pessoas alegam que trabalham no período da tarde e 63, por preferência. Os entrevistados acham que o horário divulgado nas redes sociais é coerente com o da exibição do filme, constatou-se que 150 entrevistados acham que sim e 02 acham que não. Em relação à avalição do cinema, foi usada uma escalada de 0 a 5 para julgar o que é mais importante para o entrevistado. Mediante as notas, identificam-se os seguintes dados: sobre a qualidade da imagem: 01 pessoa avaliou com nota 02, 17 pessoas avaliaram com nota 03, 96 com a nota 04 e 39 nota 05.

Sobre a qualidade do som, 02 pessoas avaliaram o som com nota 2; 61 pessoas nota 3; 53 pessoas nota 4 e 35 pessoas nota 5. Quanto o ambiente, 01 pessoa apontou nota 1; 06 nota 2; 40 pessoas nota 3; 69 pessoas nota 4 e 37 pessoas nota 5.

Sobre a organização, 02 pessoas avaliaram com nota 1; 16 pessoas nota 2; 47 pessoas nota 3; 54 pessoas nota 4 e 34 pessoas nota 5. Na avaliação quanto à *bomboniere,* 25 pessoas deram nota 1, 61 pessoa nota 2; 40 pessoas nota 3; 18 pessoas nota 4 e 9 pessoas nota 5. Sobre as cadeiras, 02 pessoas avaliam com nota 1; 16 pessoas nota 2; 49 pessoas nota 3,59 pessoas nota 4 e 27 pessoas, nota 5.

As possíveis mudanças que, segundo os entrevistados deveriam acontecer no Cine Movie Play: 62 pessoas acreditam que precisa de mais comunicação, 41 pessoas sugerem a mudança da *bomboniere,* 17 pessoas pedem para melhorar as cadeiras, 19 pessoas sugerem filmes 3D, 06 pessoas observaram o atendimento e 07 pessoas sugerem que mudem a logo.

Quanto aos conceitos dos entrevistados sobre a logo utilizada pelo cliente durante a aplicação dos questionários, uma foto do logo foi apresentada para os entrevistados. 10 pessoas acharam a logo ótima, 53 acharam boa, 69 regular e 20 acharam ruim. As opiniões dos entrevistados sobre a logo, 42 pessoas acharam a logo confusa, 76 acreditam que tem muita informação e 34 acharam bonita. Sobre os meios de comunicação que os entrevistados mais consomem diariamente: 67 pessoas disseram que utilizam mais o rádio, 12 pessoas o jornal, 06 pessoas o panfleto, 06 pessoas a revista, 48 pessoas o *outdoor* e 13 pessoas outros meios não citados. O uso de redes sociais e aplicativos de mensagem pelos entrevistados: 40 pessoas disseram usar o *WhatsApp,* 82 pessoas o *Instagram,* 27 pessoas o *facebook*, 2 pessoas o *Youtube* e 1 pessoa o *E- mail.*

Plano de comunicação - análise da concorrência

A análise dos concorrentes é importante para frisar os pontos em que a empresa tem uma vantagem mercadológica para, posteriormente, usá-la e comunicar ao mercado esse diferencial competitivo, além de possibilitar a busca por soluções quanto aos possíveis aspectos em que a empresa é inferior aos concorrentes.

Os principais concorrentes diretos são: Cine Araújo e Cineflix. Esses cinemas possuem o mesmo perfil de público-alvo, com o diferencial de estarem localizados em shoppings, na cidade vizinha, Araçatuba.

Já os concorrentes indiretos são todos os estabelecimentos que oferecem outras opções, como: balada, barzinhos, restaurantes e lanchonetes.

Verba

A verba disponibilizada pela empresa para o desenvolvimento da campanha foi de R$40.000,00 (quarenta mil reais), usados para manter em evidência a campanha publicitária durante três meses.

Tipo de campanha

O tipo de campanha definido pela agência Eureka Comunicação foi a campanha de guarda-chuva. Esse tipo de campanha teve condições de apresentar a empresa e seus serviços fora do espectro de oferecê-la em tom de venda. Aliás, teve

como intenção aproximar a marca ao cliente. Esta estratégia tem seu respaldo em Paiva (2009, p.73), quando explica as vantagens de se optar por este modelo de estratégia: *Possui características da campanha institucional e da campanha de propaganda, pois evidencia características associadas à marca e apresenta estas associadas à linha de produtos*.

Com base nos dados apresentados pela pesquisa externa, onde apenas 2 pessoas dos entrevistados disseram conhecer o Cine Movie Play, esse tipo de campanha tornou-se necessária, uma vez que possibilitou apresentar a empresa ao público em geral e também seu serviço oferecido. A intenção foi levar o nome do cinema ao público em geral para ampliar o *target*.

Perfil do público-alvo

Seguem abaixo dados sobre o perfil do público-alvo da empresa, elencados em reunião com a cliente, levantados psela pesquisa:

O público alvo do cinema foi analisado e definido através da pesquisa de mercado realizada no local, sendo pessoas de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 34 anos e renda familiar que varia de 2 a 5 salários mínimos. Conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), este levantamento corresponde à classe C/D.

Descrição dos objetivos da campanha

A campanha foi realizada em Birigui-SP, entre janeiro a março de 2019. As mídias utilizadas foram:

a) Redes sociais: A divulgação da campanha nas redes sociais contou com a nova identidade visual da marca, tendo ocorrido postagens na *fanpage* do cinema antes do dia oficial da reinauguração e após, divulgando promoções, filmes e novidades. As postagens foram intercaladas com outras de humor.

Além das artes, o conteúdo foi composto por vídeos, postagens e carrossel de fotos, proporcionando uma comunicação mais interativa. A partir dos resultados obtidos nas pesquisas, a agência Eureka viu a necessidade de criar uma conta do cinema no *Instagram*, devido à quantidade de acessos à rede. Então, após a criação da conta, as postagens da *fanpage* foram adaptadas para

o *Instagram*, podendo usar de outros recursos oferecidos pela rede, como *stories*, *boomerang*, efeitos e foto mosaico. Desta forma, a agência acredita que os resultados serão assertivos, obtendo o alcance esperado dos objetivos e a interação do público.

b) Cartão fidelidade: Os cartões fidelidade foram impressos no estilo de ingresso retrô, com o verso em formato de tabela com seis células onde foram aplicados os adesivos, com a imagem de uma claquete. Após preencher a tabela com os seis adesivos o cliente recebeu um ingresso individual com direito a uma pipoca pequena.

c) *Outdoor*: Três modelos de anúncios foram criados para a campanha, sendo um para o dia da reinauguração e os outros dois para os filmes mais esperados de 2019 - Dumbo e Capitã Marvel. Dois *outdoors* foram normais e um em formato especial com aplique, com elementos do contexto fora da placa. Para a agência, essa mídia foi o diferencial na divulgação da campanha pela criatividade e, localização, em lugares estratégicos da cidade.

d) Rádio: Criado um *spot* de 15", veiculado no mês de janeiro, para divulgar a reinauguração e um *jingle* de 30", veiculado de janeiro a março, para fixar a marca.

Objetivos da campanha

Os objetivos foram traçados a partir do *briefing* e dos resultados obtidos nas pesquisas. O principal objetivo de marketing foi trazer reconhecimento para a marca fixando-a na mente dos consumidores, fazendo com que o cinema fosse a primeira escolha como forma de entretenimento.

Dessa forma, uma nova identidade visual foi criada para a marca e o padrão definido foi levado ao ambiente interno da empresa.

A agência acredita que essa união de valores, combinada com os meios certos de comunicação, suprimiu todas as necessidades citadas, como a queda de frequência aos domingos e sextas-feiras, a baixa lembrança da marca em relação à Birigui e a falta de divulgação.

Estratégia de campanha

Estratégia de campanha trata-se da maneira como são posicionados os objetivos nela descritos. Foi feita a estratégia de posicionamento, pois a empresa ainda não apresenta um perante a sociedade, fazendo com que o consumidor passe a conhecer a empresa, suas instalações e,, principalmente, o serviço oferecido.

Slogan

Tema de campanha é um *slogan*, frase, conceito visual, gráfico ou sonoro que resume a essência do posicionamento de um produto, marca ou empresa. O tema sugerido pela agência Eureka Comunicação, criado com a intenção de aproximar o público-alvo da empresa, foi: "Esse é o meu cinema".

Mídia

O primeiro passo foi a criação de um plano de mídia, etapa nas quais se tomam decisões sobre como atingir os objetivos da campanha antes especificados e utilizar a verba da cliente, de forma correta, para atingir público nas mídias e veículos mais adequados. Logo após a pesquisa de campo e o planejamento de campanha, foram traçados os objetivos de mídia. Para Lupetti (2003, p. 152), *[...] Por objetivos de mídia, entende-se a definição do alcance e da frequência a serem atingidos em uma dada programação, podendo ser de nível baixo, médio ou alto.*

Desta forma, a agência Eureka traçou os seguintes objetivos:

a) divulgar a reinauguração;

b)divulgar e tornar conhecida a marca do Cinema;

c)posicionar a marca no mercado como referência na cidade de Birigui - SP;

d)promover o aumento no número de vendas aos domingos e às sextas-feiras.

Na estratégia de mídia, definem-se os meios mais recomendados para atingir o público-alvo e cumprir os objetivos já especificados.

> *O estabelecimento dessa estratégia nascerá da análise quantitativa do mercado, da força dos concorrentes, d,efinindo-se 'onde' anunciar e 'quanto' anunciar. O 'quando' anunciar dependerá da análise da frequência e da oportunidade de compra do consumidor. Se o 'quando' exigir etapas diferentes, será preciso distribuir a verba do anunciante.* (LUPETTI, 2003, p.126)

O meio determinado para a campanha tem como área geográfica de cobertura principal a cidade de Birigui-SP. Os meios escolhidos foram: *internet*, *outdoor* e rádio. A campanha começou em Janeiro de 2019 com as mídias internet (redes sociais *Facebook e Instagram*), *outdoor* e rádio e seguiu até março utilizando as mesmas mídias. Foram definidas as táticas, ou seja, especificações do que foi sugerido na estratégia:

Internet: Facebook- Com o objetivo de ter mais interação com os clientes, a *fanpage* oficial foi utilizada para divulgar a campanha de reinauguração, as promoções e os filmes que estiveram em exibição.

As artes elaboradas para a divulgação da reinauguração foram publicadas a partir do dia 05 de janeiro com a ideia de fixar o dia da reinauguração na mente do público, criando assim uma grande expectativa. Já as promoções e os filmes que estiveram em cartaz foram publicados antes da estreia, despertando a curiosidade no público.

A divulgação da campanha foi iniciada no dia 05 de janeiro de 2019 e terminou em 29 de março de 2019. Foram feitos três *posts* semanais, todos no período da tarde, por volta das 13h. A agência sugeriu que fosse utilizado o *post* patrocinado para obter assertividade no direcionamento do público-alvo.

Haver ainda postagens com conteúdo interativo, publicadas ao longo da semana. Os formatos foram de *posts*, vídeos, *stories* e carrossel de fotos, proporcionando uma comunicação mais interativa com o público alvo. *Instagram:* Com o objetivo de ter mais interação com os clientes, a página oficial foi utilizada para divulgar a campanha de reinauguração e os filmes que estarão em exibição.

As artes elaboradas para a divulgação da reinauguração, foram publicadas três vezes por semana, antes da data de reinauguração, com a ideia de fixar o dia na mente do público. Já as dos filmes, foram publicadas dois dias antes da estreia, para causar ansiedade no público e fixar a data na mente do cliente.

Houve ainda postagens, com conteúdo interativo, publicadas ao longo da semana. Os formatos foram de vídeos, *stories* e carrossel de fotos, proporcionando uma comunicação mais interativa, assim como o *facebook.*

Outdoor: foram criados três modelos de anúncio de *outdoor*: um para a reinauguração e dois modelos para a estreia dos filmes "Dumbo" e "Capitã Marvel" veiculados em dois pontos da cidade. O *outdoor* da reinauguração, foi veiculado no mês de janeiro de 2019, na semana do dia 07 ao dia 22/01. Para a divulgação de estreia do filme "Capitã Marvel" foi veiculado de 20/02 ao dia 03/03. No último mês de campanha utilizou-se o *outdoor* para divulgar o filme "Dumbo", no período de 18/03 a 29/03.

Foram utilizados; pontos em Birigui-SP, da empresa Trópico *Outdoor*, sendo:

Pontos: Tanto para a reinauguração, quanto para os demais filmes que foram anunciados os pontos escolhidos para os *outdoors* foram os mesmos, fazendo com que as pessoas firmassem a imagem do cinema naqueles locais. Os lugares escolhidos foram Avenida Nove de Julho (código do ponto: 165) e Lago da raquete (código do ponto 148), totalizando dois pontos diferentes.

Formato: Dois *outdoors* normais e um em formato especial com aplique 128

Rádio: Os formatos utilizados foram um *spot* de 30", para divulgar a reinauguração do cinema, o *jingle* de 30" para trabalhar o institucional da marca e fixá-la na mente do ouvinte.

O *spot* teve 10 inserções diárias, acompanhando a programação musical, divididas em 4 inserções no período das 8h às 12h e 4 inserções das 12h às 18h, totalizando 12 dias de campanha na rádio Tropical FM, de 05 a 16 de janeiro, com o total de 120 inserções.

Foram feitas 8 inserções diárias do *jingle,* acompanhando a programação do rádio, divididas em 4 inserções no período das 8h às 12h e 4 inserções das 12h até às 18h, totalizando 70 dias de campanha na rádio Tropical FM, de 17 de janeiro a 29 de março, com o total 560 inserções.

Criação

A agência Eureka Comunicação sugeriu um novo nome e um novo logotipo ao cinema, para que fosse possível a renovação da comunicação visual, como também trabalhou conceitos que se relacionassem melhor com a proposta da marca e do segmento onde ela está inserida.

Após a análise realizada no *briefing*, percebeu-se a necessidade da modificação do nome do cinema. Diego Nascimento, a principio, iria adaptar um de

seus sobrenomes; mas, após algumas sugestões optou pelo nome já utilizado, Cine Movie Play. Pensando na nova identidade visual, a agência sugere que o nome do cinema seja alterado para o que de início seja a primeira escolha do cliente, Cine Andrade.

A tipologia utilizada para a nova logo do cinema foi escolhida com o objetivo de trazer uma visualização mais harmônica e de fácil leitura. Foi adaptada uma linha mais fina, atual e moderna, que transmite sensação de limpeza, clareza e organização, fatores primordiais para atrair o visitante à leitura. [...] *Não há dúvida de que a cor exerce papel importante no psicológico de cada um. As cores são usadas para estimular, acalmar, afirmar, negar, decidir, curar e, no caso da propaganda, vender*. (CESAR, 2011, p. 189)

As cores escolhidas foram preto e branco, onde o branco representa paz, dignidade e harmonia e o preto, na publicidade, transmite sofisticação, elegância e seriedade.

Fundamentação ética

A ética é o conjunto de princípios, normas, preceitos e valores que norteiam um indivíduo, grupo social ou sociedade. A ética busca normatizar a convivência do homem dentro da comunidade e sociedade onde se encontra inserido.

A ética permeia também entre as profissões; cada uma possui seu próprio código de ética. Na publicidade, o Código de Ética dos Profissionais de Propaganda foi criado em 18 de junho de 1965, com a Lei nº 4680/65, a qual conceitua a Agência de Propaganda. O art. 7 da lei fala do uso indevido dos direitos autorais e da pirataria que existe no mundo editorial.

Faz-se necessário assegurar que o mercado publicitário trabalhe dentro das normas, com transparência. Há uma grande responsabilidade sobre a agência ao divulgar as mensagens publicitárias. É inadmissível a divulgação de mensagens mentirosas, preconceituosas, intolerantes e subliminares.

O Cine Movie Play faz parte do segmento de entretenimento, portanto deve-se ter o cuidado com afirmações mentirosas e comparações, ainda que indiretas, com os concorrentes.

A agência Eureka tem a obrigação de respeitar as normas presentes no Código de Ética dos profissionais de Propaganda, criando uma campanha

transparente, com peças e informações reais, sobre o produto e serviço oferecido pelo Cinema.

Considerações finais

O projeto experimental desenvolvido pela agência Eureka Comunicação teve como objetivo a realização de uma campanha publicitária capaz de solucionar os problemas do Cine Movie Play com relação a ampliar o público frequentador.

As etapas exigidas em uma campanha publicitária foram realizadas com dedicação e concluídas; tudo de acordo com as normas da instituição UniSALESIANO – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. Foram levantadas as informações sobre o cliente, aplicadas pesquisas, as quais apontaram os reais problemas e possibilidades para solução dos mesmos.

Através do planejamento e do plano de mídia, analisou-se e criou-se um cronograma que atende e atinge o público-alvo.

Com a criação, a identidade da marca foi totalmente reformulada, alinhando-se com seu novo posicionamento. Buscou-se criar uma marca que refletisse os anseios dos proprietários para o seu negócio, o sonho de tornarem-se uma rede de franquias.

A agência Eureka Comunicação sente-se satisfeita e feliz pela realização desta parceria com o Cine Movie Play, na qual foi construída uma relação de confiança e realizado um trabalho ético. Agradecemos a oportunidade de fazer parte da história da empresa e ansia-se que este projeto experimental seja aplicado pela marca que apesar do pouco tempo de funcionamento, tem em mãos a possibilidade de renovar-se visualmente, estando de acordo com o segmento e que melhore a forma de comunicar-se com o público, atraindo cada vez mais clientes, elevando a marca a novos patamares.

Referências Bibliográficas

CESAR, Newton. **Direção de arte e propaganda.** 10. ed. Brasília: Senac, 2011.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LUPETTI, Marcélia. **Planejamento de comunicação**. 4.ed. São Paulo: Futura, 2000.

PAIVA, Edson**. Projeto experimental de propaganda**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2009.

PINHO, José B. **O poder das marcas**. São Paulo: Summus, 1996.

SANT'ANNA, Armando; ROCHA JUNIOR, Ismael; GARCIA, Luiz F. D. **Propaganda**: teoria, técnica e prática. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERVIÇO SOCIAL

A influência do Serviço Social na Questão Ambiental

The influence of social service in the environmental issue

Cleusa de Oliveira Santos[1]
Cláudia Lopes Ferreira[2]
Cleide Henrique Avelino[3]

RESUMO
A questão ambiental caracteriza-se como um grave e urgente problema da humanidade. Sendo o Serviço Social uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, cabe-lhe a proposta de uma nova demanda: a educação ambiental. Através da pesquisa bibliográfica, este artigo objetivou ampliar o espaço de ação do Assistente Social junto à sociedade, visando não só às questões de exploração ambiental, mas também conscientizando pessoas quanto à preservação da natureza, para que possa construir e constituir cidadãos com pensamento e visão críticos acerca da realidade. É imprescindível ao Assistente Social, registrar sua contribuição no âmbito da questão socioambiental, com ações sustentadas no eixo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, munindo-se de recursos, instrumentos e ferramentas que demonstrem a efetividade de sua intervenção.
Palavras-chave: Educação ambiental, Questão ambiental, Serviço social.

ABSTRACT
The environmental issue is charactered as a serious and urgent problem of humanity. Being Social Service a profession of sociopolitical, critical and interventive character, is it proposal of a new demand: environmental education. Through the bibliographic research, this article aimed to extend the action space of the Social Worker to the society, aiming not only the issues of environmental exploration, but also raising awareness about the preservation of nature, so that it can build and constitute citizens with thought and vision critical about reality. It is essential to the Social Worker to register his/her contribution to the socio-environmental issue, with actions based on the theoric-methodological, ethical-political and technical-operational axis, providing resources, instruments and tools that demonstrates the effectiveness of his/her intervention.
Keywords: Environmental education, Social issue, Social service.

Introdução

O Serviço Social tem por objetivo de trabalho viabilizar direitos sociais aos cidadãos. Contrário à toda forma de preconceito e autoritarismo, tem um compromisso social com a classe trabalhadora, visando a uma sociedade mais justa e igualitária, de acordo com os princípios do Projeto Ético Político profissional.

[1] Acadêmico do 8° termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium–Unisalesiano Campus Araçatuba.
[2]Assistente Social, Mestre emServiço Social e Política Social; docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.
[3]Contadora; Especialização em Contabilidade, Administraçãoe Finanças; docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

Os primeiros assistentes sociais surgem, no cenário histórico, como agentes executores da prática assistencial, carregando, por muito tempo, profundas marcas do capitalismo, um sistema alienado, contraditório e antagônico, cuja expansão marcou, de forma violenta, a relação capital-trabalho, gerando, assim, uma ruptura com a exploração da maioria pela minoria, surgindo então, a luta de classes.

Conforme a Lei de Regulamentação, dentre as atribuições que lhe são conferidas, o Assistente Social tem o papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais. No entanto, para que seus objetivos sejam alcançados, é necessário nortear, pelos princípios e conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, direcionando, assim, intencionalmente.

Sendo o Serviço Social, dentre outras atribuições que lhe são intrínsecas, um educador que pratica ações socioeducativas, cabe-lhe um lugar distinto no cenário de educação ambiental.

Sua intervenção na educação ambiental visa não só às questões de exploração natural de determinadas atividades produtivas, como também a conscientização da classe trabalhadora quanto à preservação do meio ambiente. Há que se ter uma função pedagógica em sua diversidade de atuação.

Através do olhar do Assistente Social, há grandes oportunidades de ampliação de horizontes e conhecimentos, construção de projetos viáveis de intervenção com avanços significativos junto à classe trabalhadora, possibilitando a essa classe que seja atingida uma consciência sustentável, construindo e constituindo cidadãos com pensamento e visão críticos acerca da realidade deplorável em que se encontra o meio ambiente, por conta do total descaso com os recursos naturais e a sustentabilidade.

A questão ambiental envolve, acima de tudo, a tomada de consciência de que a preservação do meio ambiente é algo necessário e urgente.

Para o artigo,, foi definido como objetivo geral pesquisar o vínculo do Serviço Social com a questão ambiental e, como objetivos específicos, analisar a responsabilidade do Serviço Social para com o meio ambiente, verificar as atribuições do Assistente Soci,al em uma atividade ambiental e analisar a correlação existente entre os direitos sociais e a Legislação Ambiental.

Como pressuposto teórico, definiu-se que o papel do Serviço Social é de

grande relevância e extrema importância na questão do desenvolvimento sustentável, chamado a intervir, pois é de natureza essencialmente pedagógica; seu exercício profissional está intrinsecamente ligado aos processos de educação ambiental. É uma preocupação, dos profissionais do Serviço Social, já que são cobrados a mediarem nas refrações da destruição do meio ambiente e nas estratégias de enfrentamento à questão ambiental, assim como o são na questão social.

Serviço Social e a Questão Ambiental

A história do Serviço Social, no decorrer de vários séculos tem relação com fatores sociais, culturais e econômicos, tais como: as Revoluções Industrial e Francesa, o surgimento da burguesia hegemônica e estrategista na questão do controle social e as lutas de classes, resultando, então, no capitalismo monopolista. Com profundas marcas do capitalismo, um sistema alienado, contraditório e antagônico, formado pela união da Burguesia, Igreja e Estado, surgem, no cenário histórico, os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática assistencial, cuja atividade tornou-se profissão, posteriormente, denominada Serviço Social.

É nesse contexto de domínio do capital que a destruição ambiental caracteriza-se como sequela, expressão da Questão Social e que, portanto, é objeto de intervenção profissional do assistente social.

> *Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.* (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47)

O expansionismo capitalista marcou, de forma violenta, a interação capital-trabalho, gerando, com isso, uma ruptura com a exploração da maioria pela minoria, onde a classe trabalhadora tenta superar a sociedade burguesa, lutando pela sobrevivência. É a luta de classes.

> *[...]. Assim, recrutando coercitivamente o trabalhador, a burguesia cuidava de manter sob controle a força de trabalho de que necessitava para expandir seu capital. Ao trabalhador, poucas alternativas restavam senão ingressar*

> *no mercado através do trabalho assalariado. [...]. A diferença e os antagonismos entre as classes se acentuavam e o desenvolvimento do capitalismo, em sua fase mercantil, introduzia significativas alterações na estrutura, relações e processos sociais.* (MARTINELLI, 2000, p. 33-34)

O Serviço Social não é uma reivindicação do proletariado e sim, uma imposição a ele, como um viés conservador e revolucionário.

É uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo e que se insere nas mais diversas áreas: saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social e justiça.

O Serviço Social tem como objetivo atuar em defesa dos direitos humanos, comprometendo-se com os movimentos sociais e com os interesses da classe trabalhadora, visando assim, à construção de uma sociedade democrática com ações embasadas na lógica da garantia de direitos, visto que, em seu projeto ético-político, compromete-se com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Possui um projeto profissional coletivo e hegemônico denominado projeto ético-político que expressa o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária, assegurando justiça, democracia e garantia de direitos universais, expressos na Lei 8662/93 do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei 8742/93 (LOAS) do Congresso Nacional e nas Diretrizes Curriculares. Acordando com as referidas leis, os Assistentes Sociais:

a) Realizam estudos e pesquisas para avaliar a realidade, emitir parecer social e propor medidas e políticas sociais;
b) Planejam, elaboram e executam planos, programas e projetos sociais;
c) Prestam consultoria e assessoria a instituições públicas e privadas e a movimentos sociais;
d) Orientam indivíduos e grupos, auxiliando na identificação de recursos e proporcionando o acesso aos mesmos;
e) Realizam estudos socioeconômicos com indivíduos e grupos para fins de acesso a benefícios e serviços sociais;
f) Atuam no magistério de Serviço Social e na direção de unidades de ensino e centro de estudos.

Questão Ambiental

A questão ambiental tem sido motivo de preocupação para a humanidade, pois o processo de acumulação, originado na formação social capitalista, além de contribuir para a degradação ambiental explorando os recursos naturais, renováveis e não-renováveis, explora também a força de trabalho humana.

O sistema capitalista utiliza e transforma, modifica e adapta a matéria às suas próprias necessidades, justificando com um conjunto de respostas de natureza técnica, cuja intenção é minimizar as marcas de sua destrutividade, alcançando, assim, suas finalidades.

> *Sob o signo do capital, a humanidade vem aprofundando sua trajetória de destruição da natureza, em níveis cada vez mais inquietantes. As evidências deste processo encontram-se na escassez dos recursos não renováveis, nos níveis de aquecimento planetário, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos, na produção incessante de mercadorias descartáveis, numa demonstração inconteste de que o modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento.* (SILVA, 2008, p. 32)

A produção do lixo e seu acúmulo é uma questão de cidadania e responsabilidade social. Numa sociedade consumista, que provoca e contribui para o agravamento desse problema de grandes proporções e consequências, presentes e crescentes na natureza em âmbito mundial, faz-se necessário trabalhar a consciência dessa mesma sociedade, que parece desconhecer a gravidade de suas atitudes e costumes culturalmente adquiridos.

A exploração da natureza está ligada diretamente aos imperativos do capitalismo que, se apropriando dos recursos naturais e com mãos de ferro devastadoras, expropriam toda força viva e natural, colocando-a inteiramente ao seu dispor, já que o intuito é acumular, levando essa mesma natureza, que é a mãe na criação das riquezas – tendo o trabalho como pai – a degradação ambiental.

> *O modo burguês de produzir e reproduzir-se submeteu a humanidade a um impasse: a sociedade que esbanja riqueza é, ao mesmo tempo, uma usina de miseráveis; o desenvolvimento tecnológico que acalentou as modernas aspirações de domínio da natureza para dela obter as fontes de satisfação das necessidades humanas transfigurou-se em pesadelo e fonte de destruição. O sistema do capital depara-se com a constatação da finitude dos bens naturais e a limitada capacidade da natureza de absorver as*

> *mazelas da ganância e da voracidade do lucro, de um lado, e com as necessidades de expansão da produção, de outro, motivo pelo qual as múltiplas iniciativas adotadas no sentido de atenuar os efeitos destrutivos da vida mercantil têm-se revelado insuficientes.* (SILVA, 2008, p. 79)

É necessário que o ser humano analise, raciocine e conclua, o mais rápido possível, sobre seu comportamento com relação à natureza. É preciso uma tomada de decisões, individual e coletivamente, com relação à edificação de um mundo social e ecologicamente mais justo. Buscar alternativas metodológicas de trabalho com educação ambiental faz-se necessário.

> *Ao pensarmos na contribuição da educação ambiental para a edificação de um mundo social e ecologicamente mais justo, nada mais oportuno e urgente que aceitarmos o desafio de inventar novas metodologias que auxiliem a edificar espaços de convivência a partir da solidariedade, da cooperação, da tolerância e do amor, não só com os demais seres humanos, mas, sim, com todas as demais formas de vida existentes no Planeta Terra [...].* (BARCELOS, 2008, p. 21)

,

Não há como pensar em questões ambientais e deixar de lado o principal tópico nas discussões atuais: o aquecimento global. Representantes das grandes potências mundiais vêm se reunindo ao longo dos anos para traçar metas, delimitar estratégias, debater soluções, estudar prognósticos a curto e longo prazo, numa tentativa incessante de reparar séculos de danos e desrespeito ao meio ambiente. O aquecimento global se dá, principalmente, pela queima de combustíveis ditos fósseis, devido à sua composição mineral ser derivada de restos mortais de animais pré-históricos. Esse processo de queima permite que moléculas de dióxido de carbono (CO_2) fiquem livres na atmosfera, causando buracos na camada de ozônio (O_3). A camada de ozônio, por sua vez, é responsável por conservar, estável, a temperatura do planeta, além de filtrar grande parte da radiação solar que incide na Terra (SILVA; PAULA, 2009).

> *O aquecimento global parece sinalizar uma generalização e potencialização da degradação ambiental, agregando novas dimensões a esta problemática, visto que seus impactos se fazem sentir em todo o planeta, com incidência sobre as condições de vida, em especial sobre a saúde e habitabilidade dos segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras.* (SILVA, 2010, p. 84)

Concomitante ao aumento da incidência de radiação proveniente do Sol, há aumento na temperatura do planeta, gerando resultados catastróficos, como por

exemplo, o degelo dos polos e, consequentemente, aumento no nível dos oceanos, morte de diversas espécies de peixes, algas e recifes de corais, além de muitas espécies de animais terrestres que também sofrem com os danos causados pelo aquecimento global. São dados alarmantes que afetam não só a fauna e flora do planeta, mas também as populações de países com menor desenvolvimento que, por consequência, dependem de atividades de pesca e coleta para tentar garantir seu sustento.

Reflexões sobre o trabalho do Assistente Social e a Questão Ambiental

A educação ambiental é uma proposta e uma nova demanda para o Serviço Social, já que a questão ambiental, na atual sociedade, caracteriza-se como um dos mais graves e urgentes problemas da humanidade. É preciso uma educação ambiental voltada para a diminuição de produtos resultantes em lixo reciclável ou orgânico, orientações sobre reciclagem, processamento e destino dos rejeitos e os efeitos de atitudes inconsequentes no trato com a natureza.

> *A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais, individuais e coletivos no meio ambiente. Educação ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.* (LOUREIRO, 2004, p. 96)

Sendo o Serviço Social, dentre outras atribuições que lhe são intrínsecas, um educador que pratica ações socioeducativas, cabe a ele um lugar distinto no cenário da educação ambiental, ampliando assim, seu espaço de ação junto à sociedade.

Pode-se amenizar os impactos destrutivos da má destinação e do mau uso do lixo doméstico, porém os maiores poluidores dos rios e devastadores das matas não são os trabalhadores (que produzem riquezas, mas não recebem por elas), são as indústrias que, para atender as necessidades da sociedade capitalista moderna, causam grande agravo na degradação do meio ambiente, trazendo sérias consequências para a qualidade de vida do homem que, sendo parte da natureza, prejudica a si mesmo.

A intervenção profissional do Assistente Social na educação ambiental visa não só às questões de exploração ambiental de determinadas atividades produtivas,

mas também a conscientização da classe trabalhadora quanto à preservação do meio ambiente, pois esta, sendo a mais numerosa, tem grandes chances e condições de tornar-se mais pró-ativa, visto que é uma questão de cidadania e educação ser participativa neste enfrentamento, que é uma ação de cunho pessoal de cada indivíduo.

> *A intervenção do assistente social na área ambiental está bem próxima daquela desenvolvida em outras áreas onde atuam estes profissionais: são intervenções voltadas para a administração institucional, gestão de programas e projetos, sendo estas atreladas às tradicionais formas de atuação pautadas em ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, subsidiadas por uma gama de conhecimentos e de atribuições que dão suporte à profissão*. (NUNES, 2013, *apud* RAFAEL, 2008, p. 202-203)

As possibilidades de atuação e intervenção do assistente social na área socioambiental tem-se apresentado com muita frequência nesses novos tempos, em decorrência do agravamento das formas de agir do sistema capitalista, completamente incorretas do ponto de vista ecológico. Atuando no campo ambiental, o profissional de Serviço Social depara-se com um conjunto de polêmicas conceituais, disputas por hegemonia e domínios, enfim, atitudes que merecem explicitação e enfrentamento, com necessária tomada de atitudes e posições.

> *[...] mas não tratam dos impactos sociais, ou seja, das consequências sociais que vão resultar de tais empreendimentos que tem o homem como alvo maior a ser atingido; quando lembrados, o fazem de maneira superficial. E é esse não reconhecimento que também concorre para a emergência das questões ambientais frente as quais o Serviço Social, assim como outras áreas do conhecimento, vão intervir. (COLITO; PAGANI, 1999, p. 1)*

Nesse contexto, o assistente social tem a oportunidade de lutar e buscar maiores conquistas junto às classes que vivem em condições subumanas, sem condições dignas de vivência e de trabalho e, principalmente, sem possibilidade de acesso a seus direitos; essa inacessibilidade conduz à exclusão, levando essas classes à situação de vulnerabilidade.

> *[...] maior concentração de riqueza, aumento da pobreza, degradação do meio ambiente, utiliza forma predatória de recursos naturais, premia a dimensão material da vida, fortalecendo o individualismo e alimentando a visão de curto prazo. Cria, no limite, um cenário favorável, para que cada cidadão não se preocupe com as próximas gerações.* (AMARAL; COSAC, 2009, p. 88-89)

Através do olhar do Assistente Social, há grandes oportunidades de ampliação de horizontes e conhecimentos, construção de projetos viáveis de intervenção com avanços significativos, juntamente com a classe trabalhadora que compõe uma classe também significativa numericamente.

> *Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade geracional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão.* (BOFF, 1999, p. 137)

É imprescindível trabalhar essa consciência solidária geracional. Para tanto, faz-se necessário que essa temática seja objeto de atenção de Assistentes Sociais, para possibilitar que seja atingida uma consciência sustentável, a qual possa construir e constituir cidadãos com pensamento e visão críticos acerca da realidade deplorável em que se encontra o meio ambiente, sem contar todos os efeitos que podem ser pontuados por conta do total descaso com os recursos naturais e a sustentabilidade.

Questão ambiental e a Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988, descrita no Artigo 225, amplia o olhar para a questão ambiental no Brasil, com vistas a assegurar a proteção do meio ambiente relativo ao direito e à qualidade de vida do cidadão brasileiro.

> *Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*
> *§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:*
> *I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;*
> *II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;*
> *III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;*
> *IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;*
> *V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;*

> *VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;*
> *VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.* (BRASIL, 1988, p. 131)

A Constituição Federal de 1988 representa um divisor de águas na Legislação Ambiental brasileira. Ressalta a necessidade da preservação e equilíbrio do meio ambiente, chamando à responsabilidade tanto o poder público como a coletividade, intimando-os à conscientização quanto à exploração e degradação dos recursos naturais.

Em sua formulação, foi adquirido o cuidado de evidenciar a importância que a sociedade dá a preservação do meio ambiente, por entender que a sua proteção está atrelada com a preservação da espécie humana. Para tanto, em sua redação, adotaram-se princípios e regras impostos ao poder público e à coletividade, com a finalidade de preservá-lo e defendê-lo.

Ao poder público cabe assegurar a efetividade do direito, no qual a busca pela integridade e diversidade do patrimônio ocorre juntamente com o manejo ecológico, estudo prévio de impacto ambiental, controle de produção, técnicas de métodos, proteção à fauna e flora; sendo qualquer prática que coloque em risco a qualidade de vida e o meio ambiente, além de promover a educação ambiental e a conscientização pública quanto à necessidade de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Considerações finais

A expansão do capital deixou marcas violentas na interação capital-trabalho, quando a exploração da maioria pela minoria resulta numa ruptura entre proletariado e classe burguesa, gerando, então, a luta de classes.

Sendo a profissão do Assistente Social de caráter sociopolítico, insere-se nas áreas da saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social e justiça. Confere-lhe também o papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, assegurando justiça, democracia e garantia de direitos universais.

Dentre essas atribuições, a questão ambiental é uma proposta e uma nova demanda para o Serviço Social, já que se caracteriza como um dos mais graves e urgentes problemas da humanidade.

A intervenção profissional do Assistente Social na educação ambiental tem por finalidade construir valores, conceitos, habilidades e atitudes que deverão levar pessoas a serem participativas desse enfrentamento, com o propósito de minimizar a ocorrência de impactos ambientais negativos, adotando práticas sustentáveis e responsáveis.

Através do olhar do Assistente Social, há grandes oportunidades de ampliação de horizontes e conhecimentos, construção de projetos viáveis de intervenção com avanços significativos, buscando contribuir para uma sociedade sustentável, que mostre um sentido de solidariedade geracional ao preservar para as sociedades futuras, assim como também a construção e constituição de cidadãos com pensamento e visão críticos acerca da realidade deplorável em que se encontra o meio ambiente.

Conclui-se que o papel do Serviço Social, bem como a responsabilidade social, é relevante para o desempenho e desenvolvimento de atividades ambientais responsáveis, culminando no parecer de que, por meio de revisão bibliográfica, pôde-se alcançar os objetivos propostos por este artigo.

O papel do Serviço Social é de grande relevância e extrema importância na questão do desenvolvimento sustentável, chamado a intervir, pois é de natureza essencialmente pedagógica. Seu exercício profissional está intrinsecamente ligado aos processos de educação ambiental. E uma responsabilidade, dos profissionais do Serviço Social, já que são cobrados a mediarem nas refrações da destruição do meio ambiente e nas estratégias de enfrentamento à questão ambiental, assim como o são na questão social, confirmando assim o pressuposto teórico.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Roberto G.; COSAC, Cláudia M. D.. **O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável.** Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n.2, 2009. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viem/131/178> Acesso em: 12 abr. 2018.

BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental:** sobre princípios, metodologias e atitudes.

Petrópolis: Vozes, 2008.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 9.ed. 2011.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 12 abr. 2018.

COLITO, Maria C. E.; PAGANI, Angela M. M.. **Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social**. Serviço Social Em Revista, Londrina, v. 1, n. 2, 1999.

LOUREIRO, Carlos F. B.. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINELLI, Maria L.. **Serviço Social**, identidade e alienação**.** São Paulo: Cortez, 6. ed. 2000.

NUNES, Letícia S.. **A questão socioambiental e a atuação do assistente social.** Porto Alegre: Textos & Contextos, v. 12, n. 1, 2013.

SILVA, Maria G.. **Capitalismo contemporâneo e "questão ambiental":** o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9370/1/arquivo376_1.pdf> Acesso em: 12 abr. 2018.

SILVA, Maria O. S.. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas:** caracterizando a problematizando a realidade brasileira. Florianópolis: Katál, v.13, n.2, p. 155-163, jul. /dez. 2010. <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf> Acesso em: 15 abr. 2018.

SILVA, Robson W. C., PAULA Beatriz L.. **Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural.** Campinas: Terræ Didatica, 5(1):42-49, 2009. <http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v5/pdf-v5/TD_V-a4.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.

Evolução dos Programas de Combate à pobreza pós-Constituição de 1988

Evolution of Poverty Reduction Programs after the 1988 Constitution

Daniela Cintra[1]
Tayna Loraine dos Santos Valentim[2]
Graciela Aparecida Franco Ortiz[3]
Cleide Henrique Avelino[4]

RESUMO
O artigo discutiu a evolução dos programas de combate à pobreza após a Constituição brasileira de 1988. Para isso, foi realizada pesquisa e análise bibliográfica com autores que se dedicaram à temática, tanto no Serviço Social, quanto em áreas afins. A pesquisa mostrou-se importante, pois possibilitou a apreensão da história das políticas de combate à pobreza implementadas ao longo das últimas décadas, do papel do Serviço Social em políticas e da realidade de grande parte da população que tem seus direitos violados da sociedade do sistema capitalista, que exclui, produz desigualdade social e gera extrema pobreza e o quanto tais políticas são importantes no contexto atual.
Palavras – chave: Combate à pobreza, Constituição Federal, Programas Sociais.

ABSTRACT
The article discussed the evolution of the programs to combat poverty after the Brazilian constitution of 1988, for which research and bibliographical analysis was carried out with authors who have dedicated themselves to this theme, both in Social Work and related areas. The research proved to be important because it made possible the apprehension of the history of the policies to combat poverty implemented over the last decades, the role of Social Service in such policies and the reality of a large part of the population that has their rights violated from the society of the system capitalist, which excludes, produces social inequality and generates extreme poverty and how much such policies are important in the current context.
Keywords: Combating poverty, Federal Constitution, Social Programs.

Introdução

O presente artigo teve como tema central a discussão sobre os programas de combate à pobreza pós-Constituição de 1988, na perspectiva de inclusão e cidadania.

A pesquisa realizada mostrou-se de extrema importância para a compreensão da realidade de grande parte da população que tem seus direitos violados, tornando-se alvo das políticas de combate à pobreza, principalmente em

[1] Acadêmica do 8° termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.
[2] Acadêmica do 8° termo do curso de Serviço Social no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.
[3] Assistente Social; mestranda em Ciências Criminológico Forense na Universidade de Ciências Empresariais e Sociais, campus Buenos Aires/AR; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.
[4] Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

um contexto de desmonte e cortes em políticas públicas, em que os programas sociais estão sendo diretamente atingidos, colocando em risco os direitos sociais conquistados por meio de lutas travadas historicamente.

Tendo como objetivo geral pesquisar a evolução dos programas sociais e, como objetivos específicos da pesquisa, estudar os programas sociais de combate à pobreza, implantados pós-Constituição de 1988; buscou-se averiguar se o Programa Bolsa Família torna possível a ampliação da Cidadania; conhecer o trabalho do Assistente Social nos programas de combate à pobreza pós-Constituição de 1988.

O pressuposto teórico que norteou a pesquisa foi de que, pelo fato da população ter as suas raízes firmadas na cultura do favor e assistencialismo, a evolução dos programas sociais de combate à pobreza pós-constituição de 1988 foi de suma importância, possibilitando às famílias a expansão da Cidadania e uma melhor qualidade de vida, assegurando o acesso dos mesmos, à educação e saúde.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada Pesquisa Bibliográfica, buscando a fundamentação teórica do Trabalho de Conclusão de Curso relativo aos Programas de combate à pobreza, pós- Constituição de 1988, sua evolução e o trabalho do assistente social nestes programas.

A Constituição Federal de 1988 e os avanços no combate à pobreza

A promulgação da Constituição Federal de 1988, que tem, entre seus fundamentos e objetivos fundamentais, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e da marginalização, e a redução das desigualdades sociais e regionais, foi o principal marco dos direitos sociais, civis e políticos do Brasil, trazendo as possibilidades legais para instituir uma nova realidade no que se refere às políticas sociais públicas. O artigo 6º institui que,

> *Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.* (BRASIL, 1988)

No que se refere ao combate à pobreza, o reconhecimento da assistência social, enquanto direito constitucional, abre as possibilidades de ações específicas voltadas a este fim; agora, como direitos sociais, assim como a possibilidade da integração desta política com as da educação e saúde, por meio da instituição da

seguridade social. A assistência social, como política não contributiva, possibilita que a parcela, até então alijada de seus direitos sociais, venha a ter acesso à transferência de renda, tais como:

> *Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:*
> *I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;*
> *II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;*
> *III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;*
> *IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.* (BRASIL, 1988).

A partir de 1992 com a instituição do Movimento Ética na Política, coloca na agenda pública, a temática da fome e da pobreza, sendo destaque, à época, a Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, sob a liderança do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, sendo esta incorporada pelo governo Itamar Franco, em 1993, com o nome de Plano de Combate à Fome e á Miséria. (PSDB, 1995)

A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8.742/1.993 firmou a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado, viabilizando assim, o inciso V do artigo 203 da Constituição Federal. O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, instituído pela LOAS, regulamentado pelo Decreto 7.788/2012, assegurou os benefícios sociais aos idosos e pessoas com deficiência (IPEA, 1995). O benefício da prestação continuada é:

> *[...] V - a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (*BRASIL, 1988).

Como fonte principal para assegurar os recursos dos programas de transferência de renda, surgiu o Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza, regulamentado pela Lei Complementar 111/2001, beneficiando famílias abaixo da linha de pobreza.

> *Buscava-se, centralmente, um desenho capaz de trazer alívio imediato à situação de pobreza das famílias beneficiadas e de induzir o acesso dos seus membros as redes públicas de saúde e de educação- tendo em vista que, por uma série de motivos, este acesso muitas vezes era difícil.* (CAMPELLO; NERI, 2013. p. 18).

Pelam forma na qual eram fragmentados os Programas Sociais não era possível alcançar toda população. Com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em conjunto com as redes, como Saúde e Educação, era possível atingir um número maior de pessoas, sendo que o principal objetivo era diminuir a miséria, buscando tirar o Brasil da linha de extrema pobreza.

A Evolução dos Programas de Combate à pobreza pós - Constituição de 1988

Ao longo das três últimas décadas, variados foram os programas de combate à pobreza, evoluindo, como disposto abaixo, da assistencialização para o direito a não viver em condições de pobreza.

a) Em 1993, o PRODEA – Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, com Itamar Franco.

b) Em 1995, Fernando Henrique Cardoso extingue a LBA - Legião Brasileira de Assistência.

c) Surge a Comunidade Solidária - Decreto 1.366, em 1995, presidido por Ruth Cardoso.

d) Criação do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em 1996.

e) Em 1997, o Ministério da Educação começou a desenhar o Programa Bolsa Escola, para estimular as famílias pobres a matricularem seus filhos na rede escolar.

f) Institucionalização do Programa de Garantia de Renda Mínima, Lei 9.533/1997, regulamentada pelo Decreto 3.117/1999.

g) Surge, em 2000, o Programa Auxílio-Gás.

h) O Programa Bolsa Alimentação através da MP 2.206/2001, operado pelo Ministério da Saúde.

i) O Projeto Alvorada - Decreto 3.769/2001, reforçou e integrou 17 ações governamentais.

J) Início, em setembro de 2001, da unificação dos cadastros dos Programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

k) Programa Bolsa Renda, regulamentado pela Lei 10.458/2002.

l) Em julho de 2002, foi instituído o Cartão do Cidadão.

m) Em 2004, através da Lei 10.836, o Presidente Lula criou o Programa Bolsa Família, unificando os quatro programas.

n) Brasil sem miséria instituído pelo Governo Dilma em 2011.

O Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRODEA foi criado pelo governo de Itamar Franco, em 1993, visando socorrer a população carente que sofria com a seca no norte de Minas e Nordeste, famílias essas que foram inicialmente ajudadas com o recebimento de cestas básicas.

Em 1995, o então Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, extinguiu a Legião Brasileira de Assistência – LBA, instituição marcada historicamente por políticas clientelistas e assistencialistas.

Em substituição a LBA, Fernando Henrique Cardoso cria a Comunidade Solidária através do Decreto 1.366 de 1995, presidida por Ruth Cardoso, nascida sob a ideia do empreendedorismo social, que priorizou um conjunto de 20 programas, executados por nove ministérios: Agricultura, Educação, Esportes, Fazenda, Justiça, Planejamento e Orçamento, Previdência e Assistência Social, Saúde e Trabalho, que incorpora o PRODEA. (PSDB, 1995). Tal política, a despeito de legalmente diferenciar-se da LBA, ainda traz características desta antiga instituição, ao manter o primeiro damismo como a figura da assistência social e, principalmente, com o combate à pobreza e à fome.

Uma das mudanças essenciais trazidas na política de combate à fome instituída pela Comunidade Solidária foi que a distribuição de cestas de alimentos que antes era somente para as famílias atingidas por secas ou enchentes, agora passa a atender famílias carentes. As Prefeituras, nas regiões de pobreza, são responsáveis por realizar a identificação da real necessidade dessas famílias e, mais tarde, o programa passa mais uma vez por importante ampliação, passando a realizar o atendimento também das comunidades indígenas e acampamentos sem-terra.

Segundo Dias (2006, p. 157), a principal característica do Programa Comunidade Solidária,

> *[...] era a focalização conservadora, norteada pela concentração do enfrentamento da pobreza somente nos municípios que apresentavam altos índices de miséria, e pelo alijamento do movimento social, apesar de ser incitada a participação da sociedade civil na luta contra a pobreza.*

Em 1996, é criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, com apoio da Organização Internacional do Trabalho – OIT; primeiro projeto

brasileiro, em nível federal, centrado em uma transferência monetária às famílias carentes, visando eliminar o trabalho de crianças e estimular a sua inserção na escola, sendo sua cobertura ampliada progressivamente, a fim de alcançar a todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho. Em 2000, por meio de Portaria-MPAS nº 2.917/2000, legalmente o PETI foi instituído como um programa de âmbito nacional. (BRASIL, 2004).

Em 1997, o Ministério da Educação começou a desenhar um tipo de auxilio que daria origem ao Programa Bolsa Escola, para estimular as famílias pobres a matricularem seus filhos na rede escolar. Em 1999, o Programa começou a operar através dos municípios, tendo tais transferências financeiras se transformado em lei a partir de 2001, conforme a Lei 10.219 de 2001. Tal programa era organizado de modo a transferir renda para famílias cujas crianças estavam em idade escolar, necessitando ter frequência de 85% e possuir renda per capita inferior a R$90,00 (valor de 2001).

Segundo o artigo 2º, inciso II da Lei 10.219 de 2001, o programa destinava-se:

> *[...] às famílias residentes no Município, com renda familiar per capita inferior ao valor fixado nacionalmente em ato do Poder Executivo para cada exercício e que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.* (BRASIL, 2001)

Em 1997, ocorre a institucionalização do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, através da Lei 9.533/1997, regulamentada pelo Decreto 3.117 de 1999, passando a permitir o repasse de apoio financeiro da União aos municípios que operassem programas de renda mínima associado a ações socioeducativas em seus territórios.

De acordo com Suplicy; Buarque (1997), ambos,

> *Acreditam que o PGRM deva ter um formato nacional e que a sua implementação possa ser descentralizada, levando em consideração as características locais de cada estado e cidade. Fazendo uma analogia ao setor de saúde no Brasil, o chamado Sistema Unificado de Saúde – SUS, define qual e como será a participação dos três níveis de governo e qual a orientação a ser seguida pelas políticas de saúde. Não obstante, a implementação dessas políticas é realizada pela esfera local e a tendência é que mais responsabilidades sejam transferidas para as mãos dos prefeitos.*

Surge, em 2000, o Programa Auxílio-Gás, motivado pela retirada do subsídio aos derivados do petróleo, auxiliando o orçamento doméstico das famílias que já estavam sendo atendidas nos demais programas de transferência de renda. O programa, administrado pelo Ministério de Minas e Energia, consistia no pagamento de R$ 15,00 (quinze reais) para cada família com renda de até meio salário-mínimo a cada dois meses, como forma de subsidiar a compra de botijões de gás. Chegou a alcançar as 4,8 milhões de famílias que já eram atendidas pelo Bolsa-Escola em 2002. (PSDB, 1995)

Em 2001, através da Medida Provisória 2.206, foi instituído o Programa Bolsa Alimentação, que foi operado pelo Ministério da Saúde. Passou a estabelecer a complementação da renda de mães gestantes, amamentando filhos e crianças com idade entre 6 meses a 6 anos e 11 meses, com riscos nutricionais.

O Projeto Alvorada, instituído pelo Decreto 3.769/2001, reforçou e integrou 17 ações governamentais – nas áreas de educação, saúde, saneamento, emprego e renda – com foco regionalizado nos municípios com IDH abaixo de 0,50. Foram, inicialmente, selecionados 1796 municípios, que passaram a receber recursos para o desenvolvimento de ações integradas ao combate à exclusão social.

O Programa Bolsa Renda, criado pela MP 30/2002, regulamentado pela Lei 10.458 de 2002, tornou-se o mais emblemático da modernização das políticas sociais no Brasil, que consiste em transferência direta de renda monetária às famílias. Essa transferência de renda estava voltada às famílias que sofriam com a estiagem na região Nordeste e norte de Minas Gerais, com duração de três meses e, se necessário, com prorrogação conforme a necessidade.

Em julho de 2002, foi instituído o Cartão do Cidadão, em forma magnética, permitindo às pessoas beneficiárias receberem seu auxílio financeiro diretamente da Caixa Econômica Federal. Representou o golpe da morte na política social clientelista do Brasil. Eram avanços significativos, pois o país começava a caminhar para políticas voltadas ao direito e não ao favor. (PSDB, 1995)

Em 09 de janeiro de 2004, através da Lei 10.836, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria o Programa Bolsa Família, unificando os quatro programas: Bolsa Escola, Bolsa Família, Auxílio Gás e as transferências do PETI.

O BF é um programa que visa contribuir para o combate à pobreza e às desigualdades sociais no Brasil a partir de três eixos principais de atuação:

> *(1) complementação da renda (garante o alívio mais imediato da pobreza); (2) acesso a direitos sociais através das condicionalidades nos setores da educação, saúde e assistência social; e (3) articulação com várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para que superem a situação de pobreza. O programa visa, a curto prazo, aliviar os problemas advindos da pobreza e a longo prazo, investir no capital humano, evitando a permanência no ciclo Inter geracional da pobreza.* (FERREIRA; MAGALHÃES, 2017)

O Programa Bolsa Família-PBF foi para o sistema de proteção social uma importante evolução, a qual pôde unificar diversos programas similares já existentes, mas, atendendo de forma fragmentada, a população. Com essa nova dimensão ao sistema, o programa passou a atender a parcela pobre em idade ativa, mas, que contava com baixíssima cobertura da proteção social, especialmente as crianças.

> *A intersetorialidade foi priorizada desde o início do PBF. Ela era um pressuposto no objetivo de alavancar o desenvolvimento humano e enfrentar os déficits de acesso das populações mais pobres aos direitos sociais nos campos da educação, da saúde e da assistência social. Para impulsioná-la, diversas inovações foram promovidas, destacando-se a expressiva evolução de um conjunto de indicadores sociais e de monitoramento das ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS.* (CAMPELLO, NERI, 2013, p. 22)

Em 2011, foi lançado, o Programa Brasil Sem Miséria que, somando com o Programa Bolsa Família, possibilitou a ampliação da transferência de renda para a população em situação de miserabilidade, assim como a profissionalização dos beneficiários no programa e a inserção destes em outras políticas públicas e serviços; neste sentido Campello; Neri (2013) refere que,

> *Com o Brasil Sem Miséria, lançado no início do governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2011, o governo federal reforçou o compromisso de incentivar ,o crescimento com distribuição de renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social. E ousou ir além, colocando ao Estado e a toda a sociedade brasileira o ambicioso desafio de superar a extrema pobreza. O Brasil Sem Miséria foi organizado em três grandes eixos de atuação. O eixo de garantia de renda é relativo a transferências monetárias para alivio imediato da situação de extrema pobreza, o eixo de inclusão produtiva oferece oportunidades de qualificação, ocupação e renda ao público-alvo do plano, no meio urbano e no rural, e o eixo de acesso a serviços públicos provê e amplia a oferta de serviços, induzindo o atendimento prioritário a quem mais precisa.*

A maior mudança proporcionada pelo Brasil Sem Miséria veio, contudo, um pouco depois, a partir de 2012, com a ação Brasil Carinhoso, uma estratégia voltada ao desenvolvimento na primeira infância que envolve iniciativas de educação, saúde

e renda. Quanto menor a renda, maior o valor pago pelo Bolsa Família. Assim, o programa garantiu que todos os seus beneficiários ultrapassassem o patamar de renda da extrema pobreza, de R$70,00 mensais.

O Programa Bolsa Família: mecanismo para a ampliação da cidadania

O Programa Bolsa Família criado no ano de 2004, pelo presidente Lula, originou-se da unificação dos programas de transferência de renda pré-existentes do presidente anterior. Para esse programa, situação de extrema pobreza é quando a família tem renda per capita mensal de até R$ 70,01 e de pobreza é para quem vive com renda per capita mensal entre R$ 70,01 e R$ 140,00.

Sendo assim, para as famílias tornarem-se beneficiárias do Programa Bolsa Família, precisam inserir os seus dados no cadastro único e cumprir as condicionalidades que são impostas.

As condicionalidades impostas pelo poder público são para as famílias terem o acesso garantido à Educação, Saúde e Assistência Social, tais como:

a) Educação: Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e jovens de 16 e 17 anos devem estar matriculados na escola; Crianças e adolescentes com frequência escolar de pelo menos 85% e jovens de 75%.

b) Saúde: Periodicamente as crianças menores de 7 anos, devem ser levadas pelos pais ou responsáveis às Unidades Básicas de Saúde, para realizar o acompanhamento do calendário vacinal, exames, pesar e medir o comprimento. As gestantes também devem ser acompanhadas, por meio do pré-natal e pós-parto, participando das atividades educativas, sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

c) Assistência Social: Crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil têm a necessidade de participar dos serviços socioeducativos com frequência mínima de 85% da carga horária imposta.

O programa visa garantir às famílias ou ao indivíduo, a inclusão social, o acesso às transferências de renda, e às demais políticas públicas. Segundo Mattei (2015, p. 10),

> *De uma maneira geral, o programa Bolsa Família articula-se a partir de três aspectos básicos: ampliação dos serviços de saúde, educação e nutrição, através dos mecanismos de condicionalidades; integração dos programas de transferência renda com os demais programas de assistência e proteção*

> *social; e busca da superação direta da pobreza através da focalização das transferências monetárias decorrentes das ações governamentais.*

As condicionalidades do Programa Bolsa Família proporcionaram às famílias o acesso a serviços básicos de educação, saúde e assistência social, o que demandou uma articulação intersetorial institucional, sendo necessária uma parceria com estados e municípios para sua execução. Com o CadÚnico, o programa atingiu 13,8 milhões de beneficiários.

De acordo com Ortiz; Camargo (2016, p. 7),

> Sua eficácia ao longo dos 10 primeiros anos foi checada pelo cruzamento de dados informados pelos beneficiários com os registros administrativos do Governo Federal, e comprovaram que os resultados esperados foram alcançados com baixo custo para os cofres públicos.

Em 2003, o Brasil contava com 26,22 milhões de pessoas vivendo em situação de miséria no Brasil, sendo que, com 10 anos do Programa, este número havia diminuído para 10,45 milhões, segundo dados do IPEA, uma diminuição de cerca de 60% no número de pessoas que vivem em condição de miserabilidade no Brasil. O Programa Bolsa Família atendeu, até 2013, cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país, tendo como objetivo maior, propiciar um alivio imediato às pessoas que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil.

De acordo com Ortiz; Camargo (2016, p. 5),

> *No Governo Lula, os resultados foram expressivos, com criação de mais de 14,5 milhões de empregos, transferência de renda propulsionada pelo Bolsa Família, que atingiu 68 milhões de pessoas, ou seja, 1/3 da população brasileira, juntamente com um aumento real do salário mínimo, que proporcionou forte expansão do mercado interno de consumo de massa; o que concretizou a experiência brasileira de redução de desigualdades, comprovada por inúmeras pesquisas.*

Os dados apresentados na pesquisa confirmam que, dos programas criados visando ao combate à pobreza e a miséria, o Programa Bolsa Família tem sido o mais bem sucedido no que se refere não somente aos aspectos econômicos, ao transferir renda para parcela da população, mas também, garantir a esta acesso a demais direitos, como saúde e educação, além de devolver às famílias atendidas, a possibilidade de inserção social, pela via do consumo e da participação em outros programas, projetos e espaços públicos. (CAMPELLO, NERI, 2013, p.494)

Outra questão que merece destaque é a participação feminina no Programa, sendo que, segundo Campello (2013, p.18),

> *O pagamento do benefício por meio de cartão magnético pessoal e a priorização dada à mulher como titular deste cartão – hoje, 93% dos titulares são mulheres – proporcionaram o empoderamento feminino em espaços públicos e privados. O ganho de autonomia das mulheres e de ampliação da cidadania, enfatizado no trabalho de Leão e Pinzani, é um dos principais indicadores do potencial intrínseco de mudança na sociedade, dependente apenas do impulso proporcionado por políticas adequadas.*

Salienta-se que, nos últimos anos, dadas as condições concretas da realidade política, econômica e social no Brasil, que acarretou a diminuição do investimento em políticas públicas, o aumento do desemprego e do subemprego, este número tem aumentado constantemente, sendo que, em 2017, o Brasil contava com 14,83 milhões de pessoas em situação de miséria. (VILLAS BOAS, 2018)

As Atribuições dos Assistentes Sociais na operacionalização dos programas de combate à pobreza pós-Constituição de 1988

O Assistente Social participa ativamente da evolução e transformação dos programas de combate à pobreza, sendo que, com a promulgação da Constituição de 1988, e o reconhecimento da Assistência Social como direito social, a atuação deste profissional foi ampliada, tendo em vista, principalmente, a partir de 2005, a criação de inúmeros equipamentos que vieram materializar a política de assistência social.

As atribuições dos Assistentes Sociais na operacionalização dos programas de combate à pobreza são: acolhimento, escuta para identificar a situação presente de indivíduos e das famílias, busca de alternativas de incluí-los em algum programa social de acordo com a sua necessidade, inclusão no Cadastro Único, preenchimento do prontuário de inclusão, visitas domiciliares, organização de atividades socioeducativas, orientação às famílias sobre os direitos e acompanhamento sistemático, por equipes técnicas qualificadas, para aqueles que necessitam.

O profissional Assistente Social trabalha na área de políticas sociais, tendo como responsabilidade a proteção e a defesa de direitos sociais, fortificando a democracia e buscando a liberdade social. É na rotina diária de trabalho do assistente social direcionado às famílias que se iniciam e concretizam as possibilidades de realizar uma interferência crítica e favorável, na qual esse

atendimento viabilize suprir as suas necessidades básicas e tenham acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos.

Segundo Martinelli (2007, p. 23),

> *O Assistente Social trabalha com pessoas vulnerabilizadas que pedem um gesto humano: um olhar, um sorriso, uma palavra, ,uma escuta atenta, um acolhimento, para que possam se fortalecer na sua própria humanidade.*

Uma atividade essencial realizada por esse profissional é a constatação das necessidades existentes na sociedade, objetivando a elaboração de respostas profissionais para o desafio de enfrentar as questões sociais, tendo em vista as modernas articulações entre o privado e o público.

Frente às dificuldades sociais, econômicas e políticas que se manifestam por meio da desigualdade social e da carência de direitos que intimidam muitas pessoas, surge uma função essencial do Assistente Social, de estimular os indivíduos a iniciarem um questionamento e uma análise sobre a sua própria realidade.

A concretização dessa função manifesta-se com a finalidade de interferir e efetuar as mediações dos conflitos existentes, preparando a grande multidão obreira para as inclinações do capitalismo industrial e guiar essa multidão para o sistema econômico, social e político atual e, consequentemente, ao "despertarem", começam a incomodar a calmaria da classe capitalista dominante por meio das exigências com o intuito de alcançarem os seus direitos, como por exemplo, uma condição de vida mais humanizada.

Conclusão

Combater a pobreza como um processo que envolve diversas variáveis e associa, ao mesmo tempo, questões sociais, políticas e econômicas, que não se delimitam às situações de falta de renda ou de meios para adquirir bens de consumo, mas também pela carência de serviços indispensáveis à condição cidadã do indivíduo social e, acesso garantido a bens e serviços públicos em geral, mostra-se como um desafio complexo.

Com a pesquisa bibliográfica realizada, verificou-se que, no Brasil, o reconhecimento da Assistência Social como política pública e com direito social foi importante na criação e implementação de programas e projetos voltados ao combate à pobreza, possibilitando acesso dos sujeitos a outros direitos, como

educação e saúde, conforme o pressuposto teórico que norteou este trabalho. Desta forma, o objetivo principal foi alcançado, logo que se pôde apreender que a evolução destes programas possibilitou inclusão social e ampliação da cidadania.

Os objetivos específicos também foram atingidos, sendo apresentados programas de combate à pobreza pós Constituição de 1988, com ênfase ao Programa Bolsa Família, um dos mais eficazes neste tema, pois, como visto, não somente possibilitou o acesso à renda acerca de 40% da população brasileira, como ao integrar-se à saúde e à educação, possibilitou melhoria na qualidade de vida de seus beneficiários.

Entende-se assim que, como política pública estratégica para o desafio de enfrentar a pobreza, a assistência social necessita-se fortificar-se e estabilizar-se de maneira que elimine as velhas e tradicionais condutas que sempre a colocaram dependente e submissa na hierarquização em relação ao restante das políticas públicas. Dessa forma, o enfrentamento da pobreza efetuar-se por meio de políticas estruturantes e agregadas às políticas de proteção social que garantam as mínimas condições para o desenvolvimento da população.

Lutar e efetivar tais questões têm sido um desafio nos últimos anos. A adoção de uma agenda neoliberal pelo governo brasileiro resultou na aprovação de um teto de gastos para as políticas sociais, o que tem representado menos investimentos na assistência social e o consequente crescimento da pobreza em solo brasileiro.

Neste sentido, ao conhecer o trabalho do Assistente Social nos programas de transferência de renda, entende-se que este deve estar preparado e atentar-se a tais mudanças para buscar ações que busquem a vivência de direitos e a redução as desigualdades sociais, visando garantir o pleno gozo dos direitos garantidos a todos pela Constituição Federal de 1988.

Referências Bibliográficas

BRASIL**. Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

_____ . Lei Complementar 111, de 06 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp111.htm>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____ . Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

_____ . Lei 10.219, de 11 de abril de 2001. **Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10219.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____ . Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C.. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania**, Brasília, Ipea, 2013, p. 18-494.

DIAS, Adriane T. **A "nova" questão social e os programas de transferência de renda no Brasil**. 2006, p. 157. Dissertação (Mestrado em Política Social) Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília.

FERREIRA, Vanessa A.; MAGALHÃES, Rosana. **Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde.** Disponível em: <http:// www.scielo.br/scielo.php?s cript=sciarttext&pid =S0104-12902017000400987>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MARTINELLI, Maria L.. **O Exercício Profissional do Assistente Social na Área da Saúde: algumas reflexões éticas.** In: Serviço Social & Saúde, Campinas v. 6 n. 6, 2007, p. 23.

MATTEI, Lauro. **Políticas Sociais de combate à pobreza no Brasil.** Disponível em: <http://www.brasa.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/07/Lauro-Mattei.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

ORTIZ, Lúcio R. A.; CAMARGO, Regina A. L.. Breve Histórico e Dados para Análise do Programa Bolsa Família. **II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social.** Unesp, Franca, 2016, p. 4-7.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB. **FHC: conheça a história dos programas de transferência de renda.** Disponível em: <http://tucano.org.br/noticias-do-psdb/pequena-historia-dos-programas-de-transferencia-de-renda>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RODRIGUES, Maria L.. **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar** in: Martinelli, M.L. e outros (org). O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez/Educ, 1998.

SUPLICY, Eduardo M; BUARQUE, Cristovam. **Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza:** o debate e a experiência brasileiros. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200007 >. Acesso em: 11 jun. 2018.

VILLAS BOAS, Bruno. **Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas> Acesso em: 30 out. 2018.